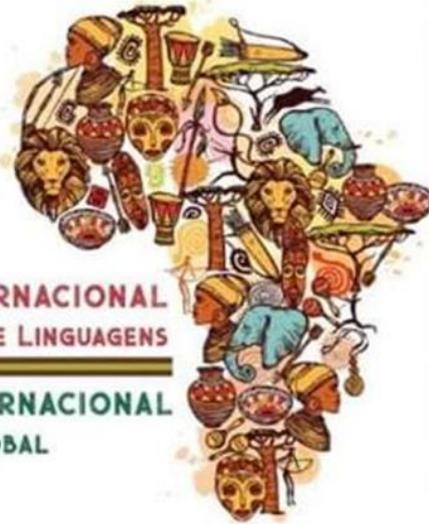


# ANAIS ELETRÔNICOS

NEHISLIN E NEÁFRICA APRESENTAM



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
DE HISTORIOGRAFIAS E LINGUAGENS

IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
DE ÁFRICA E SUL GLOBAL

HISTÓRIAS E LITERATURAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

PRÉDIO DO CURSO DE HISTÓRIA - UEMA

**04 A 06**  
**DEZEMBRO**

MINICURSOS  
CONFERÊNCIAS  
MESAS REDONDAS  
SIMPÓSIOS TEMÁTICOS  
APRESENTAÇÕES CULTURAIS

[WWW.NEHISLINUEMA.ORG](http://WWW.NEHISLINUEMA.ORG)

# ANAIIS ELETRÔNICOS

III Simpósio Internacional de Historiografias e  
Linguagens e IV Simpósio Internacional de África e Sul  
Global

04 a 06 de dezembro de 2019



São Luís- MA  
2020



## III Simpósio Internacional de Historiografias e Linguagens e IV Simpósio Internacional de África e Sul Global: Histórias e Literaturas em países africanos de língua portuguesa

### ORGANIZAÇÃO DO VOLUME

Marcia Milena Galdez Ferreira

Tatiana Raquel Reis Silva

Wendell Emmanuel Brito de Sousa

### ARTE DA CAPA

Cidália Tugeiro

III Simpósio Internacional de Historiografias e Linguagens e IV Simpósio  
Internacional de África e Sul Global

Anais eletrônico / III Simpósio Internacional de Historiografias e  
Linguagens e IV Simpósio Internacional de África e Sul Global:  
Histórias e Literaturas em países africanos de língua portuguesa, 04  
a 06 dez em São Luís, MA. – São Luís, UEMA, 2019, p. 208.

Disponível em: <https://www.nehislinuema.org/>

Livro Digital  
ISBN (Versão Digital): 978-65-00-02296-4



## **DIVISÃO DE EDITORAÇÃO**

Claudio Eduardo de Castro

## **EDITOR RESPONSÁVEL**

Claudio Eduardo de Castro

## **CONSELHO EDITORIAL**

Alan Kardec Gomes Pachêco

Filho Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros

Aguiar Emanuel Gomes

de Moura Fabíola

Oliveira Aguiar

Helciane de Fátima Abreu

Araújo Helidacy Maria

Muniz Corrêa Jackson

Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de

Sousa José Sampaio de

Mattos Jr Luiz Carlos

Araújo dos Santos

Marcelo Cheche Galves

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de

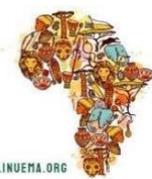
Souza Maria Claudene

Barros Maria Sílvia

Antunes Furtado

Rosa Elizabeth Acevedo

Marin Wilma Peres Costa



## III Simpósio Internacional de Historiografias e Linguagens e IV Simpósio Internacional de África e Sul Global: Histórias e Literaturas em países africanos de Língua Portuguesa

### COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (UEMA)

Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira (UEMA)

Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (UEMA)

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros

Prof. Dr. Francisco Valdério Pereira da Silva Junior

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho

Profa. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira

Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis da Silva

Profa. Dra. Viviane Oliveira Barbosa

Prof. Me. Wendell Emmanuel Brito de Sousa

Profa. Me. Amanda da Silva e Silva

### COMISSÃO CIENTÍFICA:

Profa. Dra. Algemira de Macedo Mendes (UESPI)

Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros (UEMA/UFMA)

Profa. Dra. Carla dos Santos Carvalho (UNIVERSIDADE DE CABO VERDE)

Profa. Dra. Viviane Oliveira Barbosa (UEMA/UFMA)

Prof. Dr. Fernando Jorge Jairoce (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE  
MOCAMBIQUE)

### SECRETARIA

Wendell Emmanuel Brito de Sousa

Amanda da Silva e Silva

Laryssa Gomes Pimenta

Iasmin Carvalho Ferreira Doroth

### REALIZAÇÃO:

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Núcleo de Estudos de Historiografias e Linguagens (NEHISLIN)

Núcleo de Estudos sobre África e o Sul Global (NEAFRICA)



**APOIO**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
(CNPq)

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

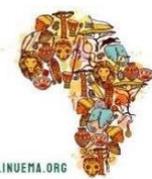
## APRESENTAÇÃO

O III Simpósio Internacional de Historiografias e Linguagens e IV Simpósio Internacional sobre África e Sul Global, a realizou-se no Prédio de História da Universidade Estadual do Maranhão, de 04 a 06 de dezembro de 2019. O evento partiu de uma iniciativa conjunta entre os Núcleos de Pesquisa NEHISLIN (Núcleo de Estudos em Historiografias e Linguagens) e NEÁFRICA (Núcleo de Estudos sobre África e Sul Global) sediados no Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. A parceria entre NEHISLIN e NEÁFRICA têm sido marcada pelo compartilhamento de projetos de pesquisa e extensão com a colaboração de pesquisadores e estudantes de graduação ligados aos referidos núcleos. Assim, a organização do evento não só consolida a parceria e o diálogo entre os núcleos, bem como, sinaliza para a comunidade acadêmica em geral, o quanto é profícuo a construção do conhecimento acadêmico a partir de uma perspectiva transdisciplinar.

O tema escolhido: “Histórias e Literaturas em países africanos de Língua Portuguesa” propôs a interlocução entre a comunidade acadêmica, intelectuais, literatos, artistas e professores da rede básica do ensino. A temática e os debates propostos estrepolaram as fronteiras acadêmico-científicas. Nesse sentido, buscou-se compreender a literatura africana e afro-brasileira através de concepções estéticas, projetos identitários, noções de cidadania e desigualdade, tradição e modernidade, sem antes reconhecer o seu valor sensorial, sentimental e subjetivo.

O oportuno diálogo entre ciência e arte faz-se também necessário ao encontramos na literatura africana e afro-brasileira múltiplas formas de resistência e engajamento político em tempos de ameaça as garantias democráticas. Ou, de certo modo, margeando pela prosa da *literatura negra* refletimos acerca das fissuras e fragilidades democráticas a partir de temáticas muito particulares do povo negro. Neste caso, não há como não discorrer acerca das múltiplas formas de violência – racismo, pobreza, feminicídio – em África e no Brasil sob o prisma de escritores, personagens e enredos .

O Maranhão nos últimos anos tem se tornado *locus* privilegiado na produção de pesquisas e debates acerca do povo negro no Brasil, mas sobretudo,



percebe-se o avanço de uma perspectiva transatlântica a partir do surgimento de pesquisadores e grupos de pesquisa que concentram suas ações em estabelecer um diálogo mais próximo com o continente africano. O adensamento nos estudos que envolvem África tornou-se fonte para compreender o Brasil e o Maranhão.

Em específico, refletir o campo literário africano e afro-brasileiro no Maranhão, tornou-se uma via importante para a desconstrução de identidades cristalizadas, consolidadas a partir da literatura. A Atenas brasileira, nada mais é que um dispositivo, através da literatura, que auxiliou as desigualdades sociais e raciais no Maranhão, em específico São Luís.

O encontro contou com a participação de mais de duzentas pessoas. Noventa apresentações de trabalhos em Simpósios Temáticos, três conferências, quatro diálogos acadêmicos, três oficinas, oito minicursos, exposições de documentários. Esperamos que o evento tenha contribuído para a consolidação de novas perspectivas e horizontes de reflexão. Nosso desejo, em tempos de desesperança, é também estreitar os laços que ligam o aprendizado, resistência e poesia.

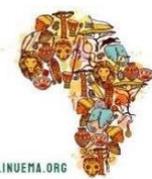
Henrique Borralho

Milena Galdez

Tatiana Reis

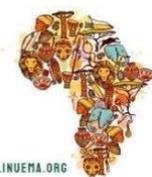
Amanda Silva

Wendell de Sousa



## SUMÁRIO

Programação Geral.....	9
Conferências.....	10
Diálogos.....	11
Exibição de documentário.....	13
Minicursos.....	15
Oficinas.....	19
Simpósios Temáticos.....	21
Artigos completos.....	25
Monitores.....	203



## PROGRAMAÇÃO GERAL

<b>PRIMEIRO DIA (04/12 – QUARTA FEIRA)</b>	
8hs às 12hs	Credenciamento
14hs às 18hs	Minicursos / Oficinas
18hs	Abertura
18hs30min	Mesa de abertura
19hs	Conferência de abertura: Cristiane Sobral
<b>SEGUNDO DIA (05/12 – QUINTA FEIRA)</b>	
8hs às 10hs	Simpósios Temáticos
10hs15min às 12hs15min	Diálogo 1
13hs às 13hs30min	Exibição de documentários
14hs às 16hs	Minicursos / Oficinas
16hs às 18hs	Diálogo 2
18h15m	Lançamento de Livros e Sessão de Autógrafos com Cristiane Sobral
19hs30min	Web Conferência: Jorge Fernando Jairoce (Moçambique) Vera Duarte (Cabo Verde)
<b>TERCEIRO DIA (06/12 – SEXTA FEIRA)</b>	
8hs às 10hs	Simpósios Temáticos
10hs15min às 12hs15min	Diálogo 3
13hs às 13hs30min	Exibição de documentários
14hs às 16hs	Minicursos / Oficinas
16hs15min às 18hs15min	Diálogo 4
19hs	Conferência de Encerramento: Lívia Maria Natália de Souza Santos (UFBA)

## CONFERÊNCIAS

### ● CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Data:

04/12/2019

Horário:

19hs

Local: Prédio de História

### **BANZOS DE ÁFRICAS – ESPERANÇA ANCESTRAL**

Cristiane Sobral (Atriz, escritora e poeta)

### ● WEB CONFERÊNCIA

Data:

05/12/2019

Horário:

19:30

Local: Prédio de História

### **ENTRE A LITERATURA E HISTÓRIA: A INVENÇÃO DOS HERÓIS E MITOS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE**

Prof. Dr. Jorge Fernando Jairoce (Moçambique)

### **AVENTURA LITERÁRIA CRIOLA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Profa. Dra. Vera Duarte Pina (Cabo Verde)

### ● CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Data:

06/12/2019

Horário:

19hs

Local: Prédio de História

### **"ESCREVIVÊNCIAS DE MATERNIDADES NEGRAS: CAROLINA MARIA DE JESUS, BUCHI EMECHETA E SCHOLASTIQUE MUKASSONGA"**

Profa. Dra. Lívia Maria Natália de Souza Santos (UFBA)



## DIÁLOGOS



• **DIÁLOGO 1**

Data: 05/12/2019

Horário: 10:15 às

12:15hs

**LITERATURA AFRICANA E ESCRITA FEMININA**

- **O outro do outro:** representações de violência na literatura de autoria feminina em África - Profa. Dra. Vanessa Riambau Pinheiro (UFPB)
- **Marcadores sociais da diferença:** aproximações possíveis na literatura de Chimamanda Ngozi Adichie – Profa. Ma. Patrícia Gomes de Oliveira Fonseca (UFMA)
- **Poéticas africanas de língua portuguesa:** língua, engajamento e resistência - Profa. Ma. Claudia Moraes (UFMA/São Bernardo)

• **DIÁLOGO 2**

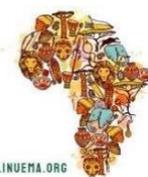
Data: 05/12/2019

Horário: 16

às 18hs

**HISTÓRIA, LITERATURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA**

- **Corpografias Femininas nas Literaturas Africanas e Afro-Brasileira:** subversões pedagógicas e outros contra-golpes - Profa. Dra. Luana Antunes Costa (UNILAB)
- **O vigor das palavras:** Mia Couto e o cenário político-institucional da África pos- colonial - Prof. Dr. Josenildo Pereira (UFMA)
- **Literaturas negro-brasileiras:** rasuras no cânone - Cristiane Sobral (Atriz, escritora e poeta)



• **DIÁLOGO 3**

Data: 06/12/2019

Horário: 10:15 às

12:15hs

**LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: GÊNERO E ANCESTRALIDADE**

- **O poder ancestral e o poder do axé:** a força do feminino entrelaçando mundos - Profa. Dra. Assunção de Maria Sousa e Silva (UFPI)
- Profa. Dra. Livia Maria Natália de Souza Santos (UFBA)
- **Escravidão e pós-abolição em Carolina Maria de Jesus** - Profa. Dra. Régia Agostinho da Silva (UFMA)

• **DIÁLOGO 4**

Data:

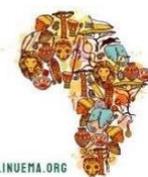
06/12/2019

Horário: 16 às

18hs

**LITERATURA AFRICANA EM PERSPECTIVA**

- **Contos angolanos:** produções literárias, processos históricos - Prof. Dr. Marcelo Pagliosa (UFMA)
- **Diálogos entre história e literatura em Moçambique** - Profa. Dra. Fernanda Bianca Gonçalves Gallo (PósDoc/UNICAMP)
- **A Memória Viva em Ondjaki:** oralidade, música e metapoesia em *O assobiador* - Profa. Dra. Márcia Manir (UFMA - PGCult, PDGLETRAS)



## EXIBIÇÃO DE DOCUMENTÁRIO:

**DIA: 05/12**

**"Zeladoras e Encantados"** de Ilka Pereira (UFMA Codó)

Este documentário é fruto de um longo processo de pesquisa sobre a relação das Zeladoras com o seus encantados, no quilombo de Santo Antônio dos Pretos e na cidade de Codó - MA. Ao longo de cinco anos, frequentamos alguns salões e terreiros da cidade, documentando o fazer e o saber dessas mulheres, na manutenção das tradições afrorreligiosas que povoam o lugar. Através das narrativas de sete zeladoras, das filmagens dos festejos das suas casas e dos seus ritos, foi possível adentrar nesses espaços sagrados e registrar particularidades de cada uma. Acreditamos que este documentário, contrariando omissões históricas sobre o trabalho religioso de mulheres negras no nosso país, possa constituir-se em um importante instrumento de reflexão e luta contra preconceitos, infelizmente, ainda praticados na nossa sociedade.

### **Ficha técnica:**

Direção: Ilka Pereira e Paulo do Vale

Argumento, pesquisa e roteiro: Ilka

Pereira Direção de fotografia e câmera:

Paulo do Vale

Montagem, finalização, acessibilidade, autoriação e capa: Marcelo

Souza Assistente de direção: Inaldo Aguiar

Produção Executiva: Ilka Pereira

Som direto: Felinto Reis e Inaldo

Aguiar Designer cartaz: Diego L.

Couto Tradução libras: Claudiane

Araújo Tradução inglês/espanhol:

Diego L. Couto

Patrocínio: Secretaria da Cultura e Turismo do Maranhão

Apoio: BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul), FSA

(Fundo Setorial do Audiovisual), Ancine (Agência Nacional de Cinema).

**DIA: 06/12**

**"Quem passou primeiro foi São Benedito"** de Pablo Monteiro

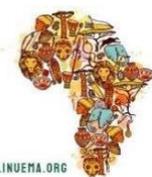
“Quem passou primeiro foi São Benedito” é um curta documental que retrata a história de Maria Luiza, coureira e mãe de santo através da trajetória sobre seus laços religiosos no tambor de crioula e no tambor de mina. Com 78 anos, quase todos dedicados à encantaria e a Punga, Dona Maria tece narrativas sobre suas experiências religiosas que se alargam em toda a sua história de vida, perpassam seus movimentos cotidianos, produz afetos e é um constante retorno à sua



ancestralidade e trajetória familiar. A importância de suas obrigações religiosas junto a São Benedito e os encantados, os significados que envolvem o seu trabalho junto a essas manifestações vão de encontro aos percursos e composições de sua vida, sendo assim inseparável de toda a sua história e do seu caminho percorrido desde os primeiros passos. A biografia contida em suas falas e corporalidades revela também sua relação com a comunidade onde reside, no bairro do Anjo da Guarda que é uma área de grande concentração de migrantes oriundos da Baixada Maranhense, região considerada como um grande “Quilombo Urbano”, local de resistência e disseminação das manifestações afro-maranhenses. As narrativas de Maria Luiza vão de encontro ao entrelaçamento existente entre o tambor de crioula e o tambor de mina, a estreita relação possível entre cultura e religião afro-brasileira no Maranhão e como essas trocas se perpetuam em múltiplas formas, narrativas e histórias representando assim, a diversidade da herança cultural negra no Estado, sua fluidez e circulação entre lugares e pessoas, cruzamentos que revelam a complexidade e riqueza destas relações. (Texto: Calliandra Ramos)

**Ficha técnica:**

Realizador: Bicho d' água  
Imagens e montagem: Pablo  
Monteiro Captação de som: Pablo  
Monteiro Desenho de som e  
finalização: Carlos Siva Direção de  
Arte: Tarsis Aires  
Animação e finalização: Israel Pontes



## MINICURSOS

### **MC1: CABELO CRESPO E RESISTÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR**

Profa. Ma. Tereza Cristiny Morais Nogueira (SEDUC/Ma)

Este minicurso-oficina tem por objetivo apresentar as discussões acerca do fenômeno da estética e do corpo negro, em especial do cabelo crespo, a partir de uma perspectiva sócio histórica. Na primeira parte o minicurso se propõe a analisar o fenômeno da estética considerando a historicidade e as pesquisas antropológicas contemporâneas que tratam da estética negra como construção cultural, social e histórica (GOMES, 2006). Serão discutidas as categorias sociais como identidade (HALL, 2015), estereótipos (BHABHA, 1998) e resistência negra. Na segunda parte, pretende-se apresentar aos interessados os resultados das experiências estéticas de jovens negras estudantes da educação básica, reunidas em um material didático (Catálogo Afro), indicando caminhos e possibilidades para a realização de futuras pesquisas envolvendo a temática em questão.

### **MC2: LITERATURA E ENSINO DE HISTÓRIA: entre possibilidades e limitações**

Mestranda Nácia Noletto (PPGHIST/UEMA) e Mestranda Joyce Oliveira (PPGHIST/UEMA)

A relação que se estabelece entre a História e a Literatura vem se forjando entre os últimos três séculos sendo imperativo compreender as dinâmicas e debates entre essas esferas de conhecimento e sua produção. Assim, abordaremos esses dois campos numa perspectiva interdisciplinar que vise um ensino crítico e comprometido com as práticas escolares a partir das possibilidades e limitações de uso da literatura escrita e literatura oral como instrumento didático no ensino de História.

### **MC3: CONSTITUIÇÃO E REVERBERAÇÕES DO CAMPO DA FILOSOFIA AFRICANA: Noções de sujeito e filosofia em Kwame Anthony Appiah e Achille Mbembe**

Profa. Ma. Claudia Silva Lima (Doutoranda PPGHIS/UFMA)

Este minicurso está irremediavelmente conectado aos estudos africanos e a África por ela mesma. Tem como principal objetivo pensar outros tipos de fronteiras epistemológicas e gnosiológicas que possibilitam uma reflexão mais aguçada acerca de outros pressupostos filosóficos, completamente conectado com a complexidade da vida e seus entrelaçamentos sociais, históricos, culturais, identitários. A chamada filosofia africana constitui um campo de análise privilegiado para se ter acesso a aspectos significativos da história e das sociedades africanas. Considera-se que o pensamento africano nasce em permanente confronto e diálogo com o chamado pensamento ocidental (Eurocentrismo). Destaque-se que



a ideia de África é construído imaginado e inventado tanto fora como dentro do continente africano. Ao nos debruçarmos sobre os significados e a constituição do campo da filosofia africana, muito aprenderemos sobre as representações acerca de África e africanos. No presente minicurso, portanto, se discutirá as bases epistemológicas sobre como no Ocidente tem-se definido o tempo e a história, em sua conexão com a construção do outro, especialmente, do outro africano e do outro negro; evidenciando-se o caráter temporal e espacial, racista e racista da filosofia e do pensamento ocidental. Finalmente, apresentar-se-á noções acerca da perspectiva crítica sobre o sujeito africano e filosofia africana ou etnofilosofia, em dois dos principais pensadores contemporâneos: K. Appiah e A. Mbembe. Ambos refletem sobre as tensões entre o discurso iluminista, potencialmente assimilacionista, que indicaria que os africanos deveriam ser pensados e se pensar como similares aos outros selfs e, de outro lado, um discurso que aposta na diferença, no caráter peculiar dos africanos, que teriam formas específicas de estar no mundo, de produzir cultura, pensamento, literaturas e filosofias. Esta tensão está no seio do próprio nascimento do que se chama de filosofia africana.

#### **MC5: ENSINO DE HISTÓRIA EM CABO VERDE**

Profa. Ma. Gleiciane Carvalho (UFMA/Codó.) e Ms. Washington Mendes (PPGHIS/UFMA)

O ensino de História é um lugar de produção e transmissão de saberes e auxilia em uma reflexão do aluno sobre o seu “lugar na memória” relacionando o passado com o presente. De uma forma geral o ato de ensinar, e o ensino de história, de forma particular, quando relacionado ao continente africano, encontram-se pautados em um imaginário de submissão e a inferioridade. Dentre as diversas dificuldades existentes na incorporação do conteúdo de História da África, nos bancos escolares do continente e aqui no Brasil, cabe ressaltar que durante séculos foi reproduzida uma imagem inferiorizante do ser negro, e principalmente ser negro e africano, além da falta de materiais que relatassem sobre o tema e de professores qualificados para ensinar o assunto, tendo em vista que até pouco tempo atrás não se debatia sobre África, nas universidades e muito menos na sala de aula. Cabo Verde não se diferencia e por isso tem-se buscado inserir conteúdos acerca da História da África, bem como uma reescrita da História do país mais próxima as realidades do continente africano. Partindo dessa perspectiva, pretende-se notar como o espaço do ensino de história de Cabo Verde e da história ensinada no cotidiano escolar – quando se conectam narrativa histórica e o ensino, acaba se configurando como locus privilegiado da produção de identidades que potencializam determinados tipos de posição social, a exemplo daquelas relacionados a raça/cor e a classe.

**MC6: HISTÓRIA DA ÁFRICA E A EDUCAÇÃO BÁSICA: problemas e desafios** Prof. Me. Rosenverck Estrela Santos (Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afrobrasileiros/UFMA) e Profa. Ma. Claudimar Alves Durans (Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros/UFMA)

O presente minicurso discutirá imagens e percepções da África e dos africanos,



bem como a Lei 10.639/2003 a partir do que contemplam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Enfocaremos nas Práticas pedagógicas para o ensino de História da África e o ensino de História da África a partir de seus problemas e desafios. O conteúdo programático estará voltado para os seguintes pontos: Imagens e percepções da História da África e dos africanos; A lei 10.639/2003 e as Diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira; Práticas pedagógicas para o ensino de História da África; O ensino de História da África: problemas e desafios.

### **MC7: QUADRINHOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS: desconstruindo estereótipos nas narrativas gráficas**

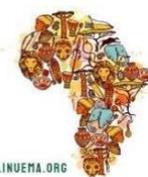
Prof. Me. Márcio dos Santos Rodrigues (Doutorando em História pela UFPA - Prof. do Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros)

Assumindo a perspectiva de apresentar possibilidades para o uso das Histórias em quadrinhos (conhecidas, dentre outras denominações, pela sigla HQs) na construção do conhecimento sobre relações étnico-raciais, destacamos e avaliamos produções quadrinísticas postas em circulação por autores africanos e afro-brasileiros, bem como quadrinhos que constroem entendimentos acerca da noção de africanidades. A oficina pretende compreender também de que maneira representações culturais e políticas que circulam em torno da figura do/a negro/a podem servir como pistas no estudo de determinados processos históricos. Com um recorte temporal e espacial amplo, serão elencados e analisados apenas alguns dos repertórios (alguns deles, metafóricos) que, ao serem constituídos e instituídos, fizeram dos quadrinhos um terreno de disputa e negociação que reproduz em nível cultural os dilemas, paradoxos e controvérsias em torno da questão racial e inclusive de religiões de matriz africana. A oficina atenta ainda de tal modo para episódios históricos em que os quadrinhos agiram, de diferentes maneiras, como instrumentos políticos, formando opiniões e redefinindo a condição de africanos e afro-brasileiros. Tópicos: (1) Representações dos(as) negro(as) nas histórias em quadrinhos e em diferentes produtos culturais; (2) Gibi, um termo relacionado aos quadrinhos e sua relação com o racismo; (3) Desconstruindo estereótipos acerca da África e das HQs africanas; (4) Africanidades em narrativas gráficas; (5) Quadrinhos produzidos por autores afro-brasileiros; (6) Produções quadrinísticas de autores(as) africanos(as) e produzidos em países africanos; (7) Autores africanos no contexto internacional.

### **MC8: A ESCRITA TRANSGRESSORA: o Ensino de História e a literatura africana**

Rakell Rays dos Anjos Alves (Graduada em História-UEMA)

A proposta do minicurso consiste em permitir a realização de debates e trocas de experiências sobre as práticas pedagógicas, com a finalidade de implementação da Lei nº 10.639/03. Esta lei que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, tanto no ensino público, quanto no ensino privado, completou 16 anos. Contudo, as práticas pedagógicas em sala ainda não refletem



os objetivos da Lei, por vezes restringe-se a implementação ao dia 20 de novembro. Ao voltarmos nossos olhos para a História dos povos do Continente Africano percebemos um silenciamento ainda mais naturalizado nos espaços escolares. Propomos apresentar estratégias metodológicas e didáticas que permitam sua implementação por meio da Literatura Africana de Língua Portuguesa, levando em consideração as adversidades impostas pelo sistema de ensino no Brasil e contribuindo para efetivação do “ensino transgressor” proposto por bell hooks.

### **MC9: USO DE NARRATIVAS FICCIONAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Prof. Dr. Raimundo Inácio Souza Araújo (COLUN-UFMA)

Desde a década de 1970, a percepção das aproximações e dos distanciamentos entre História e Literatura tem gerado um debate profícuo para a definição da natureza do conhecimento histórico, entendido simultaneamente como: 1) exame de vestígios da experiência humana; 2) capacidade de dar significado a tais materiais através da linguagem. Nesse sentido, a História é, a um só tempo, fragmento e poesia, materialidade e narrativa (ALBUQUERQUE JR, 2007). A literatura, as fontes orais e iconográficas, bem como outros materiais e linguagens outrora preteridos, em razão de sua suposta plasticidade/inexatidão, têm sido cada vez mais acolhidos no campo da historiografia. Propõe-se exercitar um experimento didático-científico a partir da seguinte questão: o uso de narrativas ficcionais pode ter efeito positivo sobre o nível de compreensão acerca dos conteúdos programáticos da disciplina História? Qual o impacto do incentivo à prática de leitura sobre os aspectos quantitativo e qualitativo da avaliação?

### **MC10: CINEMA E RESISTÊNCIA: o audiovisual como linguagem e ferramenta social**

Profa. Ma. Leide Ana Oliveira Caldas (IFMA/Coelho Neto) e Prof. Esp. Inácio Araújo Costa Júnior (IFMA/Barreiras)

Com o avanço da tecnologia da informação, tornou-se cada vez mais necessário entender a importância da utilização das ferramentas audiovisuais na realidade em que vivemos. Estamos em uma época em que é fundamental que contemos a história a partir de seus protagonistas e evitar o silenciamento de discursos em detrimento daqueles impostos de forma hegemônica. Durante a oficina Cinema e Resistência, será apresentada metodologicamente uma introdução à linguagem cinematográfica incluindo história do cinema (mundial, brasileiro e maranhense) e gêneros fílmicos, bibliografias e produções cinematográficas, além de técnicas para realização de audiovisuais. Como resultado os participantes realizarão junto aos mediadores filmes de curta-metragem onde através da sensibilidade de cada grupo (equipe formada) construiremos espaços fílmicos sobre os mais diversos temas como identidades, resistência social, etc. Portanto através da perspectiva das maneiras de fazer e dizer cotidianas (Michel de Certeau), construiremos resistências através de práticas fílmicas exercendo micro liberdades de seus



realizadores e ocupando o espaço de cineastas de guerrilha na cidade.

## OFICINAS

### **OF1: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: COMBATE AO RACISMO E VALORIZAÇÃO DA BELEZA E ESTÉTICA NEGRA NO CAMPUS IFMA/SANTA INÊS**

Profa. Dra. Roberta Lobão Carvalho (IFMA/Santa Inês) e Profa. Ma. Patrícia Raquel Lobato Durans Cardoso (IFMA/Santa Inês)

Esta oficina tem o objetivo de relatar a experiência vivida entre os anos de 2016 e 2018 com o projeto de extensão “CAMPANHA DE COMBATE AO RACISMO E VALORIZAÇÃO DA ESTÉTICA E BELEZA NEGRA NO CAMPUS SANTA INÊS”

realizada pelo NEABI/Santa Inês. O projeto tinha/tem como objetivos principais realizar um trabalho pedagógico para valorizar a cultura e a estética dos jovens negros da cidade de Santa Inês, em especial dos alunos do Campus IFMA Santa Inês e dos jovens que fazem parte das comunidades próximas ao campus. No primeiro ano realizamos uma sessão de fotos com as alunas que reconheciam enquanto negras para que fosse realizada a exposição das fotos no pátio interno do IFMA. No ano seguinte o trabalho foi desenvolvido em dois momentos diferente: primeiro fizemos uma oficina com a temática Cultura Negra Urbana: resistência e valorização, na qual debatemos a respeito da cultura do Hip Hop e produzimos um painel de grafite. A segunda fase do projeto foi, novamente, uma sessão de fotos, desta vez, além das alunas, inserimos os alunos que se compreendem e aceitam enquanto negros e negras. A exposição das fotos foi realizada no Sarau Literário que ocorre anualmente na instituição. No terceiro ano o tema contemplado na Campanha foi Sororidade. Neste ano novamente trabalhamos com grafites e acompanhamos as alunas participantes do projeto, para que as mesmas compartilhassem conosco suas experiências, boas e ruins, enquanto mulheres negras do interior do Maranhão. O resultado foi riquíssimo, levantando pontos decisivos na orientação do projeto como a violência física e simbólica sofridas por essas meninas em seu cotidiano. Logo, buscamos nesta oficina compartilhar essas experiências com outro/as educadore/as pra que a mesmas possa ser multiplicada por todo o Maranhão.

### **OF2: FALAS, GESTOS E EXPRESSÕES DO CORPO: DOCUMENTANDO A CULTURA POPULAR**

Prof. Me. Wendell Brito (UFMA), Profa. Ma. Laiana Cutrim (SEMED)

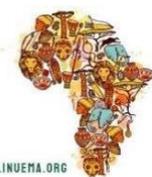
A utilização de fontes orais e visuais nas produções historiográficas tem imposto aos historiadores novos desafios ligados ao campo da pesquisa e ao uso dessas linguagens na construção de narrativas historiográficas. A oficina tem como objetivo apresentar através de diferentes abordagens, horizontes de produção e utilização de documentários, cuja temática principal seja a cultura popular. Nesse sentido, propomos estabelecer um diálogo entre a produção acadêmico-científica (cultura de sentido) e os saberes populares enraizados na oralidade, corpo e sons (cultura de presença).



**OE3: AFROBETIZANDO: LITERATURA INFANTIL NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Chrystiane Viegas Rocha (Discente Pedagogia - UFMA), Liliane Rodrigues de Azevedo (Discente Estudos Africanos e Afro-Brasileiros - UFMA)

A Oficina retrata uma prática efetiva da lei 10.639/03 de uma maneira lúdica e fortalecimento da leitura com o protagonismo de autores e livros paradigmáticos referentes à cultura africana e afro-brasileira no propósito de mobilizar todas as esferas dentro da escola. O desafio a ser superado na função do processo de racismo dentro do ambiente escolar. Essa oficina está retratando as dificuldades e os desafios na área de educação sobre como erradicar a visão eurocêntrica que está estabelecida no currículo e analisando a historicidade da cultura da África. O debate sobre a educação brasileira e suas ausências no planejamento escolar as relações étnicos raciais com o papel de contribuição para uma educação com relações interpessoais agradáveis e igualitária.



## SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

### ST1: PENSAMENTO E FILOSOFIA AFRICANA

Prof. Dr. Henrique Borralho (UEMA) e Prof. Dr. Francisco Valdério (UEMA)

Este simpósio tem por objetivo discutir a construção de noção de epistemologia tendo como eixo o paradigma da noção de pensamento a partir do referencial categórico europeu em detrimento dos africanos, considerados inferiores, subalternos. As pessoas interessadas em apresentar trabalhos neste simpósio devem expor as vertentes de pensamento do continente africano, autores, temáticas que fujam das clássicas orientações europeizantes, notadamente tendo como norte as epistemologias do Sul, as do decolonialismo, da africanidade, em suas várias vertentes: histórica, filosófica, literária, geográfica, antropológica, artística, dentre outras.

### ST2: LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: cultura, representação e tensões pós-coloniais.

Profa. Ma. Claudia Letícia Gonçalves Moraes (Unb/UFMA) e Prof. Me. Rayron Lennon Costa Sousa (UFPI/UFMA)

O processo de disseminação das literaturas africanas produzidas nos países de Língua Portuguesa é resultado de um processo histórico de escravização, racismo e diversas tensões que, via de regra, excluíram esses países do processo de desenvolvimento ao passo que extraíam suas riquezas, silenciando assim suas vozes e colocando-os na categoria de “colônias” ou “ex-colônias” em desenvolvimento, posição sempre subalternizada. Assim, a partir de um processo de construção de identidades culturais africanas e afrodiaspóricas, bem como da produção e disseminação de uma literatura voltada para as fendas da história e para o apagamento dessas vozes, o presente simpósio acolherá trabalhos que contemplem o texto literário a partir de uma visão panorâmica dessas tensões e resistências culturais, confrontando as subjetividades literárias com os projetos da modernidade que em plena contemporaneidade pressionam os afrodescendentes a continuarem ocupando as margens. Nesse sentido, objetivamos discutir as produções literárias dos países africanos de língua portuguesa, bem como os momentos significativos e seus escritores (as), produções também frutos dos processos da máquina colonial e de resistências que passam pelo viés cultural e literário, propondo uma reescrita da historiografia literária desses países. Para tanto, serão utilizados autores como Achille Mbembe (2018), Rita Chaves (1999; 2005), Inocência Mata (1998; 2002) e Ana Mafalda Leite (2012) no que tange às problematizações e reflexões sobre as literaturas africanas de língua portuguesa.



### **ST3: MEMÓRIAS SOTERRADAS: ressonâncias do autoritarismo e formas de resistência na literatura pós-colonial**

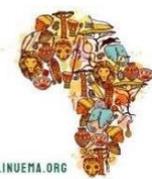
Profa. Ma. Anairan Jeronimo da Silva (IFMA/UFPA), Profa. Ma. Liana Márcia Gonçalves Mafra (IFMA/UFPA) e Profa. Ma. Danielle Ferreira Costa (IFMA/UFRGS)

O presente simpósio pretende abrigar trabalhos que debatam sobre a construção literária e cultural produzida a partir do momento pós-colonialista. Pretendemos discutir como o colonialismo apagou memórias, silenciou vozes e soterrou corpos, usando para isso uma estrutura violenta e autoritária. Interessa investigar narrativas que amparam discussões sobre corpo, trauma, violência, silenciamento, tortura, exílio, testemunho, identidade, raça e também sobre as formas de lidar com a dor, calando e/ou insurgindo, em cenários políticos de regimes ditatoriais. Buscamos pensar como o texto literário pode se apresentar como um lugar de resistência revelando ressonâncias dessas memórias fraturadas, que se performatiza nas práticas discursivas e não discursivas disciplinando os processos de subjetivação dos sujeitos e fragilizando o tecido social; e também como a literatura possibilita a leitura do contexto histórico, seus sistemas de opressão e silenciamento, em prol de projetos de poder. Para tal, buscamos fundamento em estudos com os de Assmann (2011); Benjamin (1994); Bosi (2002), Ganegbin (2006); Fanon (1961); Halbwachs (2003), Le Goff (2013); Mbembe (2007), Said (2003), Sarlo (2007); Seligmann-Silva (2003).

### **ST4: ENSINO DE HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: reflexões sobre a Lei 10.639/2003**

Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos (UEMA) e Mestranda Rafaella Barbosa Gomes (PPGIST/UEMA)

A História como disciplina faz parte de um conjunto de transformações com fins políticos, sociais, e de um projeto que a tornou a partir do século XIX uma disciplina obrigatória no currículo. Assim, discutir ensino, discutir o ensino de história, e ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira é buscar entender o papel estruturante da educação para a superação e reconstituição da nossa sociedade, assim como para compreender a História da África. Tudo isso se faz necessário principalmente se considerarmos que estamos vivenciando tempos de golpes contra a democracia e nesse contexto implantando uma nova Lei Curricular, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que conforme seus legisladores “inaugura uma nova era da educação básica em nosso país” (BRASIL, 2019). Logo, nós pesquisadores e professores do Ensino de História e de História da África devemos nos mobilizar para demonstrar a importância e o papel que estes conhecimentos tem na formação dos estudantes da escola básica enquanto sujeitos sociais, oferecendo aos mesmo saberes e práticas pedagógicas, possibilitadora do rompimento com preconceitos e capaz de promover a valorização de Histórias e Culturas milenares a exemplo da África.



**ST5: ENTRE IDENTIDADES DESPEDAÇADAS E MEMÓRIAS INVENTADAS:  
a escrita negra e as formas de se auto inscrever**

Profa. Dra. Flávia Alexandra Pereira Pinto (IFMA), Prof. Dr. Augusto Ângelo Nascimento (IFMA) e Profa. Ma. Natália Regina Rocha Serpa (IFMA).

O presente simpósio tem como objetivo acolher comunicações dedicadas ao estudo da vida, obra e pensamento de autores e autoras de ascendência africana, cujos escritos e imaginação literária provém de vivências diaspóricas em localidades formalmente descolonizadas, cujas memórias e identidades ainda se encontram fragilizadas. Nesse sentido, pretendemos discutir como “as formas africanas de auto inscrição”, propostas pelo camaronês Achille Mbembe, podem nos ajudar a pensar a escrita negra atrelada a conceitos como corpo, alteridade, escrevivência, ancestralidade, entre outros. Este simpósio parte da premissa de que não há forma simples de ficcionalizar as múltiplas identidades negras, uma vez que, desde o fim do colonialismo, os sujeitos negros encontram-se em constante negociação com o mundo e a cultura branca. Portanto, entendemos que é necessário que o sujeito negro deixe de ser escrito pelo outro e escreva a si, escreva suas vivências e redescubra suas memórias e sua identidade.

**ST6: ESTUDOS AFRICANOS**

Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (UEMA), Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa (UEMA/UFMA) e Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros (UEMA/UFMA)

O presente simpósio pretende dar continuidade às ações do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEAFRICA), o qual tem buscado reunir profissionais, estudantes e demais interessados em pesquisas sobre as sociedades africanas em suas mais diversas temporalidades e dinâmicas culturais. Dessa forma, objetivamos agregar trabalhos que versam sobre mulheres e relações de gênero, mobilização política e luta pela terra, processos de patrimonialização, culturas e identidades, relações políticas e internacionais, trocas comerciais e práticas religiosas, cinema, perspectivas metodológicas e de ensino.



### **ST7: ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS**

Profa. Dra. Antonia Mota (UFMA), Prof. Dr. Wheriston da Silva Neris (UFMA) e Prof. Me. Reinaldo dos Santos Barroso Junior (UEMA/UESPI)

Os estudos sobre a influência do continente africano em nossa História têm se multiplicado nas últimas décadas, reflexo das conquistas do movimento negro e dos avanços no recente período democrático no Brasil. As pesquisas focalizam principalmente os temas do Tráfico e Diáspora africana, os movimentos de resistência dos escravizados em diferentes regiões das Américas, as experiências de liberdade no pós-Abolição e as expressões da religiosidade afro. Nas últimas décadas tem havido uma renovação historiográfica, com a utilização de novas abordagens, mas os temas de fundo continuam os mesmos. Com este Simpósio objetivamos acolher estudos e promover uma discussão sobre a temática Afro-Brasil, dando visibilidade tanto a movimentos sociais e culturais, como a trajetórias individuais de afrodescendentes nas Américas pontuando os mais diversos aspectos sobre os afrodescendentes.

### **ST8: QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat (UEMA) e Profa. Dra. Marcia Milena Galdez (UEMA)

Busca-se abordar transformações na natureza e no mundo social, em curso no campo, desde a década de 1960 até a contemporaneidade, no Brasil e em outros países da América Latina e do mundo, a partir de abordagens sincrônicas e diacrônicas, nos domínios da História e das Ciências Sociais e Agrárias. Visamos englobar pesquisas que abordem tais elementos a partir da atuação do Estado, de instituições políticas e dos agentes sociais e movimentos sociais mais diretamente envolvidos em processos de conflitos e disputas, territoriais, bem como, processos sociais tais como as migrações. Interessa discutir ações e reações de camponeses, quebradeiras de coco, quilombolas, populações tradicionais diversas, grileiros, posseiros, etc, assim como condições de precarização do trabalho no campo e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. Assim, a atuação do Estado, entidades civis, membros da CPT e agentes pastorais, CEBs, ACR, MST, dentre outras organizações, é importante para problematizar a produção de territorialidades, identidades, deslocamentos e estratégias políticas a partir da legislação, da experiência e da memória de comunidades, agentes e entidades.



# ARTIGOS COMPLETOS

## A FORMAÇÃO POLÍTICA DO/NO MST Alice Cleyde Silva Mendes<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem em seu processo histórico de construção e atuação política no Brasil, buscado fortalecer suas estruturas, bem como amadurecer as pautas e discussões que levanta. Diante disso, ao mesmo passo que é central a discussão acerca de sua formatação, sua organicidade e os princípios de sua sustentação, emerge um amadurecimento do debate acerca dos processos de formação humana, o que inclui a educação institucional, mas não se restringe a ela. É necessário atentar para a passagem do Movimento de reivindicante a ator central no processo de pensar, debater e elaborar projetos pedagógicos e em sua constituição enquanto reflexo de uma pedagogia própria de como se educam as pessoas. Diante disso, busco neste trabalho discutir a articulação entre organicidade e formação no Movimento e o papel central dado a estas pelo mesmo. As concepções teóricas que emprego partem de Gohn (2012), Gramsci (2007) e Caldart (2003) e os pressupostos metodológicos construídos a partir da análise bibliográfica do material produzido de MST (cartilhas voltadas à formação da base e militância), bem como da história oral.

**Palavras-chave:** MST. Organicidade. Formação Política.

**ABSTRACT:** O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), has in its historical process of construction and political action in Brazil, sought to strengthen its structures, as well as to mature the agendas and discussions it raises. Therefore, while the discussion about its format, its organicity and the principles of its support is central, a debate about the processes of human formation emerges, which includes institutional education, but is not restricted to it. It is necessary to pay attention to the transition of the Movement from a claimant to a central actor in the process of thinking, debating and elaborating pedagogical projects and in its constitution as a reflection of a pedagogy proper to how people are educated. Therefore, I seek in this work to discuss the articulation between organicity and formation in the Movement and the central role given to them by it. The theoretical conceptions that I use start from Gohn (2012), Gramsci (2007) and Caldart (2003) and the methodological assumptions built from the bibliographic analysis of the material produced from MST (booklets aimed at the formation of the base and militancy), as well as from oral history.

**Keyword:** MST. Organicity. Political Training.

### A ORGANICIDADE

A formação do MST, enquanto movimento social, demanda alguns aspectos de ordem fundamental, os quais são responsáveis pela constituição da base de sua força

---

<sup>1</sup> Graduada pela Universidade Estadual do Maranhão; email: alicecleyde@outlook.com.



social<sup>2</sup>. Dentre estes, destacaremos o poder político das bases, analisado enquanto fruto de dois elementos específicos: a força de mobilização e a organização interna. Ambos não constituem novidades históricas, a mobilização está presente em diversas formas de estruturação das ações coletivas, não se excetuando o movimento social (GOHN, 2012).

No que se refere à capacidade organizativa, defendo a perspectiva de Tarrow, na qual este elemento é empregado em diferenciação do movimento social quanto a outras formas de ação coletiva, compreendendo os primeiros enquanto organizações de protesto e os segundos observados como eventos de protesto (TARROW apud GOHN, 2012, p. 246).

Nesse sentido, já se pode vislumbrar com relação a estes que apesar de não necessariamente caminharem juntos, no plano dos movimentos sociais apresentam uma certa cumplicidade, ou seja, o movimento não poderá constituir-se como tal sem a aliança entre estes dois elementos, mobilização e organização. Outrossim, entre estes não pode haver contradição, “isso se ambos caminharem de mãos dadas. Caso contrário, um produzirá as contradições para o outro” (BOGO, 1995, p. 2).

Emprego para compreender a composição orgânica do MST algumas formulações acerca da teoria de partido em que se apoia Antônio Gramsci, o qual ao definir o partido revolucionário o coloca enquanto organizador da vontade coletiva, denominando-o em analogia à obra maquiaveliana de “moderno príncipe”.

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2007, p.16).

A necessidade deste ente é colocada por Gramsci como própria da estrutura política dos Estados ocidentais, onde o Estado é abarcado em perspectiva ampliada, “isto significa que por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil<sup>3</sup>” (GRAMSCI, 2007, p. 254-255).

O filósofo parte da perspectiva de que é essencial à ascensão do partido, que este eduque/forme sua base ideologicamente para que todo membro deste se torne sujeito ativo

<sup>2</sup> Tal conceito é abarcado a partir da perspectiva presente em Gohn (2012, p. 250): “O conjunto desses fatores – carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo – resultará na força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social”.

<sup>3</sup> Empregada nos escritos de Gramsci enquanto hegemonia política e cultura de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado (GRAMSCI, 2007, p.225)



politicamente dentro da unidade que ele consiste (COUTINHO, 2011). Tal noção apresenta forte descendência leninista, já sendo destacada por este a função primordial do partido na educação das massas, quando este afirma, com grande carga de preconceito, há de se destacar, que “a emergência dos movimentos sociais tenderia ao esgotamento, a menos que os intelectuais saídos da classe trabalhadora ou com ela comprometidos viessem a assumir a direção da ação política por meio do Partido” (DUARTE; MEKSENAS, 2008, p. 123). O mesmo estabelece tal assertiva alegando que os movimentos nascem com caráter corporativista e que por tal caráter não poderiam desenvolver-se plenamente na atuação política a não ser que este se transforme em partido. Esclarecendo, destaco que o partido é a entidade por meio da qual ambos os intelectuais manifestaram sua atuação política, desse modo, ao estruturar uma teoria a respeito não poderiam fazê-lo de fora deste. O partido é, portanto, a forma que concebem esse modo de atuação política coletiva, fundamentada no interesse comum, estruturada e organicamente constituída e que, por conseguinte, colocam como a única possível.

Não por isso, há de se deixar de lado, que ao fazê-lo atropelam a categoria movimento social e as dinâmicas inerentes a tal tipo de organização, considerando-se que o mesmo, como acentuado anteriormente, não constitui um ser estático e inerte, mas em constante desenvolvimento em suas formas e pautas e com necessária atuação política. Quanto a Lenin, destaca-se que este fala de um estado que pode ser definido de tipo oriental, ou seja, onde não se consolidou a participação da sociedade civil no campo político (COUTINHO, 2011, p. 29).

Quanto a Gramsci, têm-se que o partido é definido “mais por sua função – elevar a consciência das classes ao nível ético-político<sup>4</sup> e, assim, interferir nas batalhas por hegemonia

– do que por um tipo específico de organização formal” (COUTINHO, 2008, p. 31). No entanto, não deixa necessariamente claro o destino do movimento social.

organicidade, o faz evocando o conceito de organização social. A novidade trazida pelo Movimento, diante disso, está na noção de que a organização não sobrevive sozinha, bem como, o Movimento também não o fará. Postulam, portanto, que se é necessária a criação da organização de massa, é também necessária a manutenção do movimento de massas, da identidade de massa, da mobilização. Deste modo, a manutenção do status de movimento social

---

<sup>4</sup> Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p.192).



faz-se importante no bojo da luta tendo em vista que conclama uma identidade de luta, para além da malfadada tradição partidária brasileira com alto teor de centralismo burocrático<sup>5</sup>.

Na interpretação das esquerdas, uma organização política é uma organização fechada, de quadros e tal. Queremos organizar o povo. No momento em que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da reforma agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força (FERNANDES; STÉDILE, 2005, p.81).

O MST compreende que a partir da ênfase dada pelo Movimento a um ou a outro, se estabelece uma definição tipológica dentro das lutas sociais – Movimento de Massas (os que priorizam a mobilização, a agitação social, os objetivos imediatos) e a Organização de Massas (dando enfoque na estrutura, nas estratégias e na construção de um programa). O Movimento ressalta, no entanto, a necessidade de coadunar estas duas diferentes faces harmonicamente em seu corpo.

No MST até pouco tempo vínhamos funcionando com apenas o lado da mobilização de massa, mas em diversos momentos nossa estrutura correu perigo e quase caiu. Agora é hora de construirmos este outro lado da estrutura que dará sustentação ao Movimento de Massas, trazendo a resistência e a sustentação através dos setores (BOGO, 1995, p. 3).

As formulações do autor nos fornecem chaves interessantes para compreender a atuação/articulação do Movimento. De interesse à discussão acima citada, acerca da necessidade de convivência entre mobilização e estruturação interna, podemos destacar o teorema das proporções definidas<sup>6</sup>. Este constituiria a composição de forças própria de um partido necessária à harmonia dos elementos que coadunados atestam sua existência e, caso atinjam as devidas proporções, sua eficiência. Quanto a estes, de acordo com Gramsci, seriam os que seguem:

- 1) um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo[...];
- 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças, que abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; [...]
- 3) um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo

<sup>5</sup> O conceito associado à lógica política brasileira e sua expressão social é emprestado de Gramsci (2007, p. 308): o funcionamento de um dado partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista, funciona "democraticamente" (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário, funciona "burocraticamente" (no sentido de um centralismo burocrático). Neste segundo caso, o partido é puro executor, não deliberante: ele, então, é tecnicamente um órgão de polícia e seu nome de partido político é uma pura metáfora de caráter mitológico.

<sup>6</sup> Gramsci (2007, p. 317).



elemento, que os ponha em contato não só físico, mas moral e intelectual (GRAMSCI, 2007, p. 316-317).

Partindo da perspectiva processada pelo Movimento acerca de sua composição, relaciono respectivamente o primeiro destes elementos com a base que o compõe e que o mesmo reconhece enquanto “trabalhadores que se identificam com a organização e esse sentem parte dela”(COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 1995, p.8), e que, em suma, são a característica do Movimento de Massa; o segundo com o programa, a ideologia, o projeto societário, personificado pela intelectualidade dirigente, representando a Organização de Massa; o terceiro, por sua vez é a militância, “são os que dão sustentação e organicidade [...] que fazem o vínculo entre os objetivos e as decisões que a organização toma com sua ampliação na base e no meio da massa” (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 1995, p.8), que buscam centralizar e interligar o Movimento fazendo deste uma unidade. A organicidade é colocada, então no seio desta discussão enquanto estrutura por meio da qual se processa esse objetivo.

A organicidade representa ao Movimento a “constituição de um “corpo orgânico” onde toda a base e instâncias de direção estão inseridas dentro do conjunto do movimento” (CONCRAB, 1998, p. 4). A partir dela suas linhas políticas são pensadas, construídas e conduzidas. Dessa forma, esta representa sua estrutura. A estruturação e manutenção da mesma, com efeito é efetuada pela militância.

Acerca do caráter político dos movimentos sociais, Gohn destaca sua presença marcante que os leva a criar e desenvolver “um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político” (GOHN, 2012, p. 252)<sup>7</sup>. Desta forma, o MST não inaugura a ação política nos movimentos de luta social, no entanto, é necessário destacar a reconfiguração que sua organiz(ação) gerou neste plano, destacando as formas de atuação e articulação que consolidou e que lhe permitem forte interlocução. Ou seja, diferentes formas de organicidade produzem diferentes modos de coesão interna, bem como de projeção externa, residindo a particularidade do MST nos princípios que norteiam sua composição orgânica<sup>8</sup>, a partir dos quais o Movimento toma forma (BOGO, 2002).

<sup>7</sup> No que se refere a sua presença no MST: “o caráter político do movimento – sempre esteve presente, desde o início da organização. Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um Estado burguês. Os nossos inimigos são os latifundiários e o Estado, que não democratiza as relações sociais no campo, não leva o desenvolvimento para o meio rural. Esse Estado está imbuído de interesses de classe. Acreditamos que o MST soube compreender e incorporar na sua ideologia, na sua doutrina, esse componente político” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 35).

<sup>8</sup> Acerca da nova organicidade ver Bernat (2012).



A pauta da organicidade foi sempre das mais primadas pelo MST, que desde cedo já apresentava em seu horizonte a força que representaria sua constituição orgânica na estruturação do Movimento, tendo em vista o histórico observado. A organicidade empregada pelo Movimento foi ao longo do processo de luta reorientada, na busca por adaptar-se às novas demandas ou suprir carências<sup>9</sup>.

No plano interno, a organicidade contribui na coesão do Movimento – busca permitir que todos os seus membros, independentemente do local falem a mesma língua – objetivando democratizar a tomada de decisões e garantir a direção coletiva, o acúmulo de forças<sup>10</sup>, o funcionamento das instâncias, e permitir a autogestão e autossustentação dentro do Movimento (CONCRAB, 1998).

No plano externo, a projeção torna-se a principal conquista. Apresentando-se este enquanto um movimento de caráter sociopolítico que busca representar os anseios de uma coletividade, bem como impor-se plano político, estabelecendo relação de paridade - e não de tutela - com as organizações institucionalizadas, torna-se necessário primeiramente a existência de uma linha política bem definida e coesão interna - contribuições da organicidade para o plano interno já citado – para que se possa estabelecer seu lugar de fala<sup>11</sup>. Do mesmo modo, é fundamental a organização tendo em vista a necessidade de interação com um universo que se apresenta organicamente constituído.

Além disso, externamente a organicidade influencia ainda em um terceiro elemento, extremamente relevante da luta social e que contribui ao Movimento nos dois planos: a opinião pública. Um movimento coeso em suas propostas e ações apresenta mais substância para articular-se enquanto força contra hegemônica<sup>12</sup> e exercer maior influência no plano da sociedade civil. Fortalecendo suas demandas politicamente pode adquirir também maior apoio por parte de organizações provenientes desta, fortalecendo sua política de alianças<sup>13</sup>, o que contém o potencial de expandir sua força social<sup>14</sup>. Destaca-se o desenvolvimento e

---

<sup>9</sup> Os princípios organizativos de condução da organicidade do MST, são assim elencados pelo Movimento: direção coletiva, divisão de tarefas e funções, profissionalismo, disciplina, planejamento, estudo e discussão, vinculação com as massas, crítica e autocrítica (COORDENAÇÃO NACIONAL MST, 1989).

<sup>10</sup> Na perspectiva adotada pelo Movimento, esta consiste em uma política interna da organização de massa, ou seja, ela é uma forma que organização tem para dar maior organicidade às suas bases e conquistar espaços geográficos e social (BOGO, 1995).

<sup>11</sup> Por lugar de fala entende-se em nome de quem se fala (a coletividade que o legitima), em prol de que se fala (os objetivos que legitimam suas ações e propostas).

<sup>12</sup> Tendo em vista, de acordo com a perspectiva gramsciana, que a opinião pública “está estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. (GRAMSCI, 2007, p. 265).

<sup>13</sup> A política de alianças é definida pelo Movimento enquanto “relacionamento externo que uma organização tem com as demais organizações que atuam no campo da luta de classes e que, supostamente, lutam contra os mesmos inimigos” (BOGO, 1995).

<sup>14</sup> Tendo em vista que, segundo glória Gohn, é a partir da análise dos seus princípios articulatórios



aprimoramento de metodologias de maior interação ou impacto no meio social, com vistas a alcançar a opinião pública, tal como o site na internet, o grupo de WhatsApp “Amigos do MST”, os Armazéns do Campo.

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade (GOHN, 2012, 335-336).

## OS PROCESSOS FORMATIVOS

a área da educação – devido ao potencial dos processos educativos e pedagógicos para o desenvolvimento de formas de sociabilidade, constituição e ampliação de cultura política, passou a ser área estratégica também para os movimentos populares, a exemplo do MST, no Brasil (GOHN, 2012, p. 340).

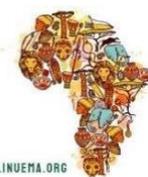
Já foi tangenciado neste texto que o MST defende como objetivo de sua atuação a derrubada de três cercas, as quais, apesar de diferentes, representam juntas as justificativas do entrave imposto ao desenvolvimento dos trabalhadores rurais. Na busca por estancar esse processo de expropriação desenvolve-se um novo modo de fazer, ser e produzir, que desemboca em resposta e alternativa aos sistemas vigentes. Tal modelo tem sua construção e dinâmica a partir dos processos formativos que o mesmo desenvolve, os quais constituem tanto produto quanto impulso à estruturação interna e externa do Movimento.

Partimos por destacar que “o MST tem uma pedagogia, quer dizer, tem uma *práxis* (prática e teoria combinadas) de como se educam as pessoas, de como se faz a formação humana” (CALDART, 2003, p. 51). Desse modo, o processo educativo no Movimento perpassa o ambiente escolar e as reivindicações concernentes a este, no entanto, não se limita a ele, representando uma proposta geral que abrange todos os espaços interativos de atuação do Movimento. Aprofundando-se no nível de seus princípios, a partir dos quais o Movimento busca assentar um norte a todas as atividades desenvolvidas.

Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o

---

interno – bases demandatárias, lideranças e assessorias - e articulatório externo – as alianças externas – que é obtida a força social de um dado movimento (GOHN, 2012, p. 257-258).



que gera aprendizagens e saberes (GOHN, 2012, p. 333).

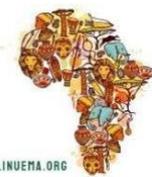
Dentre os 13 setores e coletivos de atividade do Movimento podemos destacar três que se ocupam dos processos formativos em diferentes frentes: Setor de Educação, Setor de Formação e Setor de Frente de Massas.

Segundo uma integrante do Setor de Formação, a articulação entre estes vem passando hoje por um novo momento no qual se busca um diálogo conjunto, uma maior integração. Nas palavras da mesma: “hoje nós estamos organizando em Frentes. Então, por exemplo, no Maranhão nós temos a Frente de Cultura, Formação e Educação que reúne todos estes antigos Setores pra gente pensar o processo educativo” (SOUSA, 2019, 21’20”-21’35”).

A educação é reivindicada enquanto direito, no entanto, não somente ela. É reivindicado o direito à participação e decisão do tipo de educação a ser implementada, dos temas a serem abordados, das metodologias a serem empregadas, da localização da escola, da organização da mesma, e de todos os temas relativos à mesma. O modelo educacional existente hoje, não é considerado suficiente às necessidades do MST, tendo em vista a não observância das carências, mas também das potencialidades relativas à realidade do espaço agrário. O Setor de Formação, nesse sentido, surge enquanto elemento necessário para suprir a carência de formação política e conhecimento acerca de sua realidade social nutrido pelo projeto de educação implantado pelo Estado.

Então pra que a militância, a base do MST tenha essa compreensão da sua formação histórica pra poder responder aos desafios e as questões desse momento histórico atual era necessário um processo de formação, que as pessoas tivessem a compreensão do que foi essa história. Então, a formação ela tá intimamente ligada com o processo de transformação da sua realidade. Então, é necessário um processo de formação política ideológica, descortinar tudo isso que foi colocado enquanto cultura brasileira e desconstruir muitos mitos que foram construídos pra gente poder pensar numa Reforma Agrária Popular, pensar num Brasil popular (SOUSA, 2019, 08’50”-09’43”).

Este, tem base em escolas de formações estaduais, regionais e nacionais, que funcionam por meio de encontros em diferentes áreas e com distintas durações, no Maranhão as escolas normalmente ocorrem a cada ano com cursos voltados à discussões e estudos, mas também ao trabalho e à processos organizativos, os quais visam trazer à tona questões pertinentes ao desenvolvimento do país e às desigualdades que lhe são inerentes,



com vistas a preparar ideologicamente este corpo para que possa atuar politicamente.

Dessa forma, segundo Roseli Caldart o Movimento desenvolve uma coletividade educadora a partir da qual se articula um ambiente educativo, formulado não somente pelos *educadores de ofício*, mas por todos os envolvidos no processo, buscando um compartilhamento. “Numa coletividade verdadeira, todos são, em seu tempo, educadores e educandos, porque todos fazem parte do processo de aprender e reaprender a ser humano” (CALDART, 2003, p. 57).

Quando a gente tá falando de formação política, a agente não tá falando somente de formação política um curso de formação, a Escola Florestan Fernandes, mas o processo organizativo que faz parte do MST, a organização de seus núcleos, os momentos de construção de mutirões, as discussões das escolas do campo, as conver... inclusive todos os processos de festas de aniversários de assentamento, as comemorações coletiva, todo o processo de vivência coletiva, como nós nos organizamos pra produzir o alimento, por exemplo, os grupos de mulheres, a produção agroecológica, que não é uma produção orgânica, mas agroecológica, uma mudança de vida né? O debate exaustivo que se tem pra chegar ao consenso de algumas questões dentro da comunidade, tudo isso é o processo de formação, porque isso é que vai é... o que é de fato o processo de formação ideológica? É a vivência cotidiana de novos valores. Esse é o elemento central do processo de formação do MST (SOUSA, 2019, 11’35”-12’49”).

Ao pensarem esta questão Janaine da Silva e Alex Verdério (2011) a colocam em face da aplicação dos princípios do Movimento. Analisando o princípio da direção coletiva e da divisão de tarefas, destacam a inclusão a partir destes da base e militância à organicidade, colocando-os como mecanismos formadores à medida que sua aplicação possibilita a estes a atuação na tomada de decisões e organização dos espaços, atividades, projetos, instâncias, inserindo-os em um processo formativo com base na prática da luta social, no qual aprendem tanto por sua experiência própria, quanto pela interação com a coletividade e suas respectivas bagagens.

Quando me convidaram pra tomar a terra, desde o início logo me colocaram como coordenador e eu já fui tendo uma visão diferente da onde eu vivia, que eu morava numa periferia, era no interior, mas era quase uma favela, né? No município de Miranda que é Pindoval. Quando eu comecei conhecer o movimento, o MST, eu vi que tinha algo diferente e que batia com as minhas expectativas [...]. Você vai conhecer melhor as situações que a gente tem que ... que a gente se encontra hoje na sociedade, que nosso país a nossa



conjuntura política não é fácil. E em cima disso aí a gente sempre tem uma visão diferente pra poder fugir de políticas compensatórias (BARBOSA, 2019, 7'50"-8'55").

A forma como o MST desenvolve seus processos formativos não pode ser pensada desprezando-se a dimensão coletiva, ou seja, o fato de sua base assentar-se no compartilhamento. Glória Gohn compreende que, “ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (GOHN, 2012, p. 336). Desse modo, este consiste no elemento que a torna real a formação no Movimento e é responsável por sua difusão. O MST estrutura-se organicamente a partir de diversas e distantes coletividades, as quais se interligam pela consciência e modus operandi. Desse modo, o processo formativo assume centralidade na construção da organicidade e grande potencialidade no que se refere à ampliação desta

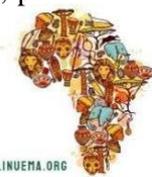
O MST é uma coletividade. E nela os Sem Terra aprendem que o coletivo é o grande sujeito da luta pela terra e também o seu grande educador. Ninguém conquista sua terra sozinho; as ocupações, os acampamentos, os assentamentos, são obras coletivas. A força de cada pessoa está em sua raiz, que é a sua participação numa coletividade com memória e projeto de futuro.

É fazendo parte do coletivo e de suas obras que as pessoas se educam; não sozinhas, mas em relação umas com as outras, o que potencializa o seu próprio ser pessoa, singular, único (CALDART, 2003, p. 57).

Outra dimensão importante a ser destacada é a da relação entre os problemas persistentes na vida cotidiana e a formação, determinada na pedagogia do Movimento. Uma relação calcada na ênfase dada aos objetivos do processo educativo e às potencialidades que este gera na ação do coletivo alinhada, portanto, com a pedagogia das competências<sup>15</sup>. Não necessariamente competências técnicas, mas competências intelectuais voltadas para a concepção de sujeitos conscientes e preparados para lidar com a luta social na qual estão inseridos (CALDART, 2003).

A expressão “conhecer é resolver”, do educador cubano José Martí, nos remete a uma questão até mais radical: ela nos sugere que não há conhecimento verdadeiro fora das situações concretas, da solução de problemas da vida ‘real’. E parece mesmo ser assim, especialmente

<sup>15</sup> Ao ser utilizada no âmbito do trabalho, essa noção toma o número plural – competências –, buscando designar os conteúdos particulares de cada função em uma organização de trabalho. A transferência desses conteúdos para a formação orientada pelas competências que se pretende desenvolver nos educandos dá origem ao que chamamos de pedagogia das competências, isto é, uma pedagogia definida por seus objetivos e validada pelas competências que produz (RAMOS, 2012, p. 535-540).



quando esta questão se coloca no contexto de processos pedagógicos (CALDART, 2003, p. 56).

Adquire centralidade na pedagogia do Movimento de acordo com Caldart (2003) as potencialidades do conhecimento histórico no processo formativo, exercendo forte relação com o desenvolvimento da consciência dos sujeitos desse processo. A perspectiva pedagógica empregada valoriza a História, na busca por conhecer os caminhos percorridos que os conduziram às realidades vivenciadas – a memória do povo camponês, trabalhador - bem como, acirrando o processo de identificação com o coletivo, com vistas a incentivar a ação. A perspectiva adotada apresenta forte influência da pedagogia Freiriana, buscando permitir a identificação da opressão, de modo a gestar o sentido da luta dentro dos educandos<sup>16</sup>.

Os conteúdos que nós trabalhamos dentro desse processo de formação, isso depende do curso que nós vamos realizar, mas de forma geral, nós trabalhamos primeiro como funciona a sociedade, a base central do nosso processo de formação é o estudo da História, a história como um elemento propulsor de pensar e analisar o mundo, as várias dimensões da vida, né? Então, a história é o eixo central, a história, a filosofia, né? É o eixo central. Então, aí nós vamos discutir como funciona a sociedade, porque surge a propriedade privada da terra, porque existe o patriarcado, porque existiu o colonialismo, sempre no sentido de nos perguntar por que existiu? E tentar então, através da história encontrar as explicações desse processo (SOUSA, 2019, t. 24'10"-25'12").

A formação fomentada pelo MST, como se observa, busca em todos os seus processos atingir a conscientização. Tendo em vista que é a partir dela que se gestam a necessidade e a força da luta coletiva. Esta é para o Movimento a lógica de seu trabalho popular (CONCRAB/MST, 1998, p. 11). Novamente relacionamos ao moderno Príncipe quando Gramsci afirma que este “deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2007, p.18).

O povo precisa descobrir o que o formador ou dirigente descobriu por um caminho parecido com o que possibilitou o **saber novo** do dirigente. Só assim ele se sentirá como sujeito do processo, da luta e assumirá as consequências de suas decisões. Portanto, este trabalho popular é mais lento e duradouro, pois visa conscientizar (CONCRAB/MST, 1998, p. 10).

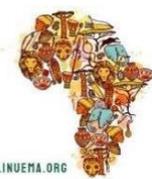
<sup>16</sup> Ver descrição da pedagogia do oprimido em Arroyo (2012, p. 555-562).



O processo formativo a esses moldes se torna viável dentro do Movimento a partir de sua sustentação dentro de um espaço de socialização política, inventado e reinventado na dinâmica das práticas sociais e no processo de luta do qual seus atores são protagonistas (FERNANDES, 1999, p. 225-226).

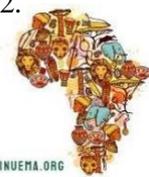
Este apresenta-se a partir de três espaços: comunicativo, construído no processo de organização social, onde o indivíduo consegue se perceber dentro do coletivo; interativo, onde já apresenta consciência de sua realidade e da possibilidade de ação; de luta e resistência, que como o próprio nome indica, refere-se à dimensão onde estas são manifestas (FERNANDES, 1999).

A construção e a conquista do espaço de socialização política têm sido uma condição fundamental para o desenvolvimento das diferentes experiências no processo de formação do MST e, por conseguinte, para o avanço da luta pela terra no enfrentamento com o estado, latifundiários e grileiros (FERNANDES, 1999, p. 226).



## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Pedagogia do oprimido. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- BARBOSA, Geraldo de Matos. Entrevista concedida a Alice Cleyde Silva Mendes no Assentamento Cristina Alves (Itapecuru Mirim – MA) em 30 de outubro de 2019.
- BERNAT, Isaac Giribet. **Um novo jeito de organizar: a nova organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende – MST (Paraná, Brasil)**. Tese (Doutorado – Universitat de Lleida, Departamento de Història), 2012.
- BOGO. Ademar. **A organicidade necessária**. Bahia: [s.n.] 1995.
- CALDART, Roseli Salete. MOVIMENTO SEM TERRA: lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003.
- COORDENAÇÃO NACIONAL MST. **Normas gerais do MST**. São Paulo: 1989.
- COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST. **Vamos organizar a base do MST**. CARTILHA 2. MST, 1995.
- CONCRAB. **Organicidade e núcleos de base**. Sistema cooperativista de assentados – SCA. Jan/1998.
- COUTINHO, Nelson. **O leitor de Gramsci – escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DUARTE, Adriano Luiz; MEKSENAS, Paulo. História e movimentos sociais: possibilidades e impasses na constituição do campo do conhecimento. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, Brasil, vol. 12, núm. 1, 2008, p. 119-139.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e territorialização da luta pela terra. In: \_\_\_\_\_ **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- GOHN. Maria da Glória **Teoria Dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos E Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular 2013.
- RAMOS, Marise. Pedagogia das Competências. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.



SILVA, Janaine Zdebski da; VERDÉRIO, Alex. O processo organizativo na luta pela terra em seu vínculo com a luta de classes. **Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**. Unioeste, Cascavel. 9 a 12 de out. de 2011.

SOUSA, Maria Gorete de. Entrevista concedida a Alice Cleyde Silva Mendes no Assentamento Cristina Alves (Itapecuru Mirim – MA) em 01 de novembro de 2019.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente- a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

## NESSE LAR TEM CHEIRO DE VIOLÊNCIA: AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NA OBRA NEIGHBOURS DE LILIA MOMPLÉ NO CONTEXTO PÓS COLONIAL

Ana Carolina da Luz Nunes (UFMA)<sup>17</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho pretende analisar a obra de Lilia Momplé intitulada *Neighbours* se apropriando de recursos metodológicos que vieram se desenvolvendo no campo da História, ou seja, a utilização da literatura enquanto fonte/objeto para a construção de uma narrativa histórica. A obra que analiso é da moçambicana Lilia Momplé que viveu as marcas desse colonialismo em Moçambique, nesse contexto, este artigo pretende adentrar a historicidade moçambicana traçando o período de 1965 onde se inicia os movimentos de libertação até 1975 onde se conquista a independência de Moçambique. O objetivo é pensar na escrita feminina africana de língua portuguesa como uma continuação das oralidades antes desvalorizadas, principalmente nos países colonizados por portugueses, além disso, como se construiu identidades femininas nessa nova forma de expressão e quais são essas identidades contidas em *Neighbours*. Perceber como a literatura surge como recurso da memória e das vozes femininas silenciadas tanto pela construção social de suas próprias sociedades “tradicionais” como também pelas violências que o colonialismo trouxe durante séculos de exploração.

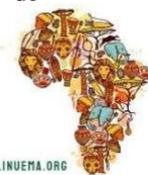
**Palavras-chaves:** Mulher, oralidade, escrita, Moçambique.

**ABSTRACT:** The present work intends to analyze the work of Lilia Momplé entitled *Neighbors* appropriating methodological resources that have been developed in the field of History, that is, the use of literature as a source / object for the construction of a historical narrative. The work I analyze is from the Mozambican Lilia Momplé who lived the hallmarks of this colonialism in Mozambique. In this context, this article intends to penetrate the Mozambican historicity by tracing the period from 1965 when the liberation movements began until 1975 when the independence of Mozambique was achieved. The aim is to think of Portuguese-speaking African female writing as a continuation of the previously devalued oralities, especially in the Portuguese colonized countries, and how female identities were built in this new form of expression and what are these identities contained in *Neighbors*. Understand how literature emerges as a resource of memory and female voices silenced both by the social construction of their own “traditional” societies and by the violence that colonialism has brought during centuries of exploitation.

**Keywords:** Woman, orality, writing, Mozambique.

---

<sup>17</sup> Graduanda em História- Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Mundo Atlântico e suas diásporas (GMAD). E-mail: nunescarol052@gmail.com



## LITERATURA E HISTÓRIA: UM RECURSO METODOLÓGICO

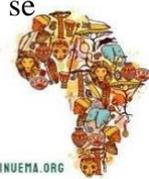
A partir da década de 70 a história foi se desenvolvendo enquanto área do conhecimento científico, as formas de escrever uma narrativa, o abandono da verdade e do documento escrito e oficial como única fonte para a historiografia foi cedendo lugar as novas formas de produção, ou seja, a partir dos estudos desenvolvidos principalmente na escola dos Anales, novas problemáticas, objetos e abordagens foram incorporadas no método de se fazer história.

A chamada História das Mentalidades com Lucien Febvre e mais tarde Jacques Le Goff, ganhou espaço para considerar os textos literários como objeto de investigação da pesquisa histórica, e a nova onda de historiadores preocupados com o avanço da narrativa histórica incorporou aspectos como cotidiano, festa, meios de comunicação, religiosidades, sujeitos, gênero e a própria literatura como novos objetos para a historiografia. Nesse sentido, sobretudo, a literatura enquanto fonte e/ou objeto para a pesquisa histórica é o que se pretende trabalhar no decorrer do artigo

Pode se considerar a memória como ponto de intercessão da história e da literatura, um recurso para pensar o vivido e o narrado, no entanto, a literatura não deixa de ser também uma narrativa e visse versa, ou seja, se consideramos toda história fundamentalmente narrativa é possível observar traços literários nesse mesmo discurso histórico. A subjetividade, memória, oralidade e o imaginário que compõe a narrativa literária, quando confrontado com outras fontes também e se utiliza como recurso metodológico para produção historiográfica. De acordo com Ligia Chiappini, o historiador tem que adquirir uma posição perante esse novo objeto, ou seja:

Os historiadores passam a utilizar os textos literários não como fontes de feitos militares ou políticos, nem mesmo de outros fatos, pois a própria noção de fato histórico e posta em discursão, mais como uma espécie de “registro de afetos”, lendo aí vestígios de sensibilidades ou do cotidiano dos agentes anônimos da história (CHIAPPINI, 2009, p.19)

Considerar a literatura como objeto, se trata de não negar povos que foram considerados agrafos, povos que tiveram suas vozes silenciadas e que durante séculos não estiveram inseridos na história oficial como agentes de sua própria historicidade, ou seja, alguns recursos como oralidade, que será falado mais a frente, e a relação desse recurso com a literatura expande o espaço na historiografia para reconhecer aspectos sociais e culturais dos povos que foram subjugados pelo discurso colonial através das relações de poder que se



instauraram no processo de colonização de Moçambique, por exemplo. Somente na literatura pós-colonial<sup>18</sup> foi possível perceber eventos que foram omitidos dos discursos oficiais, nesse sentido, é necessário pensar a literatura como fenômeno cultural e histórico, frutos de um imaginário social que aponta identidades, sensibilidades através da lógica de representação.

## **HISTORICIDADE MOÇAMBICANA: MOVIMENTOS DE INDEPENDENCIA E O CONTEXTO POS COLONIAL**

O continente africano sofreu profundas transformações no âmbito cultural, religioso, linguístico e, sobretudo, no que diz respeito à sociedade em um curto período de tempo, isso se deve a invasão de potências imperialistas que consolidaram a exploração e instauraram o sistema colonial em África com conjunturas estabelecidas por elementos externos. Não pode ser negado o intenso processo de conquista e exploração de diversos países africanos, no entanto, é necessário perceber que as relações de “colonizador e colonizado” não foram iguais em todas as regiões, havia uma dinâmica de trocas e relações de poderes onde quem coordenava, sobretudo, a partir do século XX era o capital.

Nesse contexto, pode-se salientar que após Segunda Guerra Mundial, as potências não possuíam condições de prolongar lutas contra algumas resistências que estavam surgindo em África. As colônias africanas organizaram movimentos de libertação tendo apoio tanto da União Soviética como da República Popular da China, mas, sobretudo, da Organização das Nações Unidas (ONU) fundada logo após a guerra. Entretanto, ressalta-se que todos esses apoios se perpassavam também por relações de interesses não mais nas terras ou riquezas que foram exploradas do continente, mas sim de unir adeptos ao socialismo e de construir pactos entre a África e essas potências.

O processo de independência de Moçambique foi fruto de intensos conflitos armados de guerrilhas levados a cabo principalmente pela Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) que em primeiro momento tinha como o líder Eduardo Mondlane e carregava ideias socialistas, os países citados acima, incluindo a Cuba forneciam armamentos e soldados para as frentes de libertação, com objetivo de combater o colonialismo, mas principalmente com interesse de disseminar o socialismo nesse período de polarização global. Segundo Luís Carlos Cabaço “a concepção defendida pela FRELIMO era de uma unidade que englobasse

---

<sup>18</sup> De acordo com Anselmo Peres Alos a literatura se divide em três fases em Moçambique: fase colonial, nacionalista e a pós-colonial, o que trato neste artigo e essa última fase visto que a autora e desse período literário.



todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento [...]”(CABAÇO,2009).

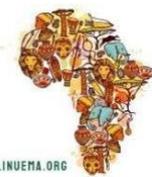
Os processos de independência não foram homogêneos, cada região obteve sua independência a partir de dinâmicas distintas, nesse sentido, Moçambique perpassa por um processo de libertação que se iniciou na década de 60 mediante a criação da Frente de Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO).

A frente foi fundada em 25 de junho de 1962 e surgiu como resultado da “fusão” de três grupos nacionalistas organizados em países vizinhos de Moçambique: a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) formada em 1960, em Salisbury, capital da então Rodésia e atual Zimbanwe; a MANU (Mozambique African National Union), fundada em Tanganica e localizada na atual Tanzânia em 1961; e a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente) fundada na Niassalancia, atual Malawi em 1961 . Embora estes grupos tivessem interesses comuns o anticolonialismo e a conquista da independência haviam, entre eles, diferentes correntes políticas que caracterizaram seus anseios. Assim, o acordo de união não significou ausência de contradições dentro do novo grupo nacionalista. (SANTANA,2009)

Nesse sentido, é necessário compreender a ação colonial do império português a partir da construção de um poderio militar para controle da população, sobretudo, para repressão das organizações de guerrilheiros. No que diz respeito à população, são criados aldeamentos distantes das áreas de guerra com objetivo de afastar grande parte dos moçambicanos dessas organizações, ou seja, foram regiões que os exércitos portugueses tinham total controle e que a repressão era intensificada, além do recrutamento de nativos para combater nas lutas armadas em favor do império português e na tentativa de criar uma política de assimilação dessas populações que viviam “aldeadas”.

Por meio do sentimento de nacionalismo, se pensava na criação de uma unidade nacional e livre das amarras coloniais, em 1975 foi proclamada a independência e, ao mesmo tempo, ocorreu uma série de guerras civis pela disputa do poder. É nesse contexto que as literaturas africanas de língua portuguesa irão surgir como forma de construir uma identidade e para enunciar as problemáticas que foram sendo encontradas tanto durante o processo árduo de colonização, mas como também nessa fase pós-colonial.

O termo “pós colonial” utilizado aqui se refere ao processo de descolonização, onde foi possível verificar rupturas e permanências do sistema colonial e entender que a descolonização se deu de forma árdua e resultou no desenvolvimento de novas dinâmicas sociais, novas formas de expressão daquele povo, que antes sofreu com perdas, mudanças



bruscas substanciadas pela violência colonial e conseqüentemente, o aparecimento de novas linguagens provenientes de uma escrevivência e uma transfiguração da realidade por meio da literatura africana de língua portuguesa que foi herdada da oralidade. A escrita pós-colonial moçambicana é encarada como uma continuação da oralidade, de acordo com a autora Ana Mafalda Leite:

A predominância da oralidade em África e resultante de condições materiais e históricas e não é resultante da “natureza” africana; mas muitas vezes este facto é confusamente analisado, e muitos críticos partem do princípio que há algo ontologicamente oral em África, e que a escrita é um acontecimento disjuntivo e alienígena para os africanos. (LEITE,1998)

No que diz respeito a essa tradição oral, a moçambicana Lilia Momplé se aproxima dessas tradições através do recurso de contação de “estórias”<sup>19</sup> que está intrinsicamente ligado a identidade moçambicana antes das relações de colonizador/ colonizado, após as mudanças nas formas de expressões surgiu uma literatura africana escrita e de língua portuguesa em uma dinâmica pós colonial, provavelmente, essa é uma das grandes marcas que o colonialismo deixou na dinâmica social.

De acordo com a autora Alexandra Silva:

A tradição oral na preservação da cultura de um povo, que não pode ser desconsiderada ou esquecida. É obtida através do enraizamento do registo, em que a palavra constitui um poder de ação que não deve ser ignorado. Conforme afirma Laura Padilha, a “milénar arte da oralidade difunde as vozes ancestrais, procura manter a lei do grupo fazendo-se, por isso, um exercício de sabedoria” (SILVA,2017).

Nessa próxima parte, o objetivo é pensar como a literatura pós-colonial surgiu nesse contexto moçambicano, tratando, sobretudo, da escrita feminina, subjetividades e especificamente a autora central desse trabalho, Lilia Momplé e suas narrativas na obra *Neighbours*.

### **A CONSTRUÇÃO DA LITERATURA MOÇAMBICANA E A ESCRITA FEMININA.**

Em África, encontra-se cinco países que desenvolveram literatura em língua Portuguesa, são eles: Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique, cada um possui características próprias e diferenças na construção da literatura pós colonial como mecanismo de recuperar a memória e a história e resgatar dilemas de um nacionalismo expondo personagens que viveram a margem desse sistema. Cada país possui estéticas e fatores linguísticos culturais que se diferem mesmo com alguns pontos de

<sup>19</sup> Entendemos “estórias” como os contos passados por gerações através da tradição oral.



intercessão no processo de colonização e descolonização.

Em Moçambique, os meios de comunicação foram de extrema importância para denunciar o colonialismo, uma série de jornais, desde 1959 circularam e publicaram textos literários, alguns dos jornais, foram suspensos e após a independência voltaram a circular. As fases da literatura moçambicana se dividem em colonial, onde as poesias e sonetos alertavam para uma sensibilidade em relação ao colonialismo, fase nacional que seria de afirmação de uma identidade e de combate a política colonial, disseminada principalmente pela FRELIMO, e a fase pós-colonial, na qual a escrita parte da *escrevivência*<sup>20</sup> e da subjetividade de cada autor que destaca seus anseios, medos e o seu cotidiano.

A escrita feminina em Moçambique se inicia com mais força a partir da década de 70 um dos nomes da literatura feminina e a Lília Maria Clara Carrière Momplé, a mesma nasceu em 1935 na Ilha de Moçambique, em entrevista conta que a sua escrita iniciou com influência dos contos que sua avó materna lhe proferia e sobre a inspiração de poetas como Jose Caveirinha. Nesse contexto, identifica-se a oralidade como antecedente da escrita e da literatura africana, ou seja, a utilização do gênero *conto*, por exemplo e uma forma de resgatar também as tradições orais.

A ascensão da mulher escritora só foi ocorrer após processos de independência que culminaram também na emancipação da figura feminina. Lilia Momplé traz em sua escrita a gravidade de algumas questões sociais do seu povo que passam despercebidas, como por exemplo, a subordinação feminina, nesse contexto é possível afirmar que a escrita da moçambicana Lilia Momplé produz identidade de diversas mulheres comportando sentido e saindo do campo da ficção, uma vez que há uma memória construída e despejada na literatura através da oralidade. Segundo Alexandra Silva:

A memória é entendida como a origem na transmissão de tradições e valores, uma vez que desempenha o papel de experiências individuais e coletivas que resgatam e mobilizam o complexo cultural moçambicano transmitido verbalmente através de contadores de histórias. Estas mulheres e homens tornam-se os guardiões encarregados de retransmitir e manter vivos os saberes antigos durante várias gerações. A tradição oral consiste na preservação da cultura de um povo, que não pode ser desconsiderada ou esquecida. É obtida através do enraizamento do registo, em que a palavra constitui um poder de ação que não deve ser ignorado (SILVA, 2017).

O romance de Lilia Momplé que analisaremos e intitulado *Neighbours*, através das narrativas, possibilita o leitor identificar o cenário político e social de Moçambique e como os

---

<sup>20</sup> Utilizamos aqui o conceito de *escrevivência* como ferramenta metodológica para escrita literária, Inocência Mata desenvolveu esse termo para se referir a escrita de si, do cotidiano, através do enraizamento do registo, em que a palavra constitui um poder de ação que não deve ser ignorado.



pós colonialismo afetou as esferas sociais e do mesmo modo, como o movimento de apartheid transpôs fronteiras intervindo na dinâmica social. Essa ferramenta possibilitou também a identificação de sujeitos dentro da história de Moçambique, sobretudo, daqueles que cujas vozes foram silenciadas e apagadas da história oficial, como as mulheres, suas condições, representações e as violações naturalizadas do seu corpo.

A escrita feminina denuncia aspectos que estão inseridos no âmbito das relações de poder que constituem núcleos menores, família por exemplo, mas que são tão violentos quanto a relação colonizador/colonizado, não é só o ser mulher, mas a identidade produzida a partir disso, a alteridade que está para além de culturas hegemônicas mas que não deixam de dialogar com aquele que dominou durante séculos, a escrita e um lugar de sensibilidade, de perceber as violências simbólicas de perceber na língua, no cotidiano e nas formas de expressão as marcas de memórias antes soterradas.

Lilia Momplé publica *Neighbours* em 1996 e apesar de ser pouco conhecida nos estudos brasileiros sobre literaturas africanas em português, carrega uma importância imensa em suas obras, pois compreende aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos a partir das experiências que concebe aos personagens. É possível resgatar as dinâmicas coloniais e do mesmo modo as violências impostas pelo sistema colonial e pela reestruturação de uma nacionalidade, além disso, ela escreve em seu próprio tempo. Lilia Momplé em *Neighbours* praticou a alteridade, sensibilidade e a subjetividade sem deixar de dialogar com aquilo que violenta os sujeitos que a mesma utiliza para expor no conto. E sobre essa violência que por fim, trataremos, os sujeitos ficcionais que produzem discursos, são as vozes antes silenciadas que passam agora por representações coletivas que só foram percebidas na escrita literária.

### **A MULHER E UM SUJEITO FICCIONAL NA OBRA NEIGHBOURS?**

### **REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA ESCRITA DE LILIA MOMPLÉ**

Em primeiro lugar, se pensa o sujeito ficcional como parte de uma obra literária que não deixa de ser uma narrativa produtora verdade se considerarmos como parte de um imaginário individual ou coletivo, o conceito de verdade é variável visto que o discurso que eu construo nesse trabalho é subjetivo e parte dos conceitos utilizados são tão novos quanto a concepção de verdade e o próprio uso da literatura enquanto fonte/objeto no campo da historiografia. Pois bem, o que falamos sobre representação e sobre o que Roger Chartier conceitua partindo das noções de identidade, para ele:

A construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação



de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (21); outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (22). Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1991)

A literatura possibilita uma multiplicidade de imaginários diz respeito a quem escreve para quem escreve e do que escreve e proporciona a análise do historiador, a partir disso, as fontes para compreender uma história das mulheres moçambicanas são quase que escassas em decorrência do silenciamento e interiorização desses sujeitos somente na literatura se captam algumas dessas representações, mesmo sendo um movimento novo dentro do campo científico, só foi possível após algumas mulheres começaram a produzir seus próprios discursos que romperam com os valores que lhe foram concebidos quando antes esses discursos eram produzidos a partir da ótica masculina.

Neighbours é um romance que abarca três famílias de Moçambique e que conta como se passou às 13 horas dessas famílias de uma noite do mês de maio de 1985 marcada pelo atentado violento organizado por mercenários da África do Sul através do regime de apartheid que atravessava fronteiras com objetivo de causar temor e desestabilidade ao governo da FRELIMO e que naquela noite assassinou essas três famílias. Cada núcleo familiar carregava suas especificidades e uma problemática a ser analisada sobre a condição das mulheres nesse contexto.

A objetificação do corpo feminino traduzidas nos diálogos entre os personagens Neighbours demarcam esse primeiro momento da violência e inferiorização da mulher dentro da família, a construção do tipo ideal masculino sobre a mulher para casar, o sofrimento da mulher traída e rejeitada que mesmo nessas condições aguarda figura masculina e a mulher que rompe com essas estruturas que são consideradas ideais e que sofre com a escolha da liberdade e da emancipação. São representações presentes no romance que estão em paralelo com questões de etnia, educação, política e culturas socialmente construídas.

Compreende-se a mulher dentro da narrativa representada pelas personagens Leia, Mena, Rábia, Binazarde, Narguiss e Muntaz cada uma com o modelo de comportamento



sustentado pelo discurso patriarcal e identificadas a partir dos diálogos que ocorrem em cada uma das famílias, a objetificação, o medo, a opressão são partes desse cotidiano que antes não eram inseridos nos discursos. De acordo com um artigo publicado pelos ANNALES fruto de uma colaboração interdisciplinar entre diversos autores é possível compreender como se pensa a cultura feminina e como a mesma pode ser reconstituída a partir dos discursos e dos sistemas de relações entre masculino e feminino.

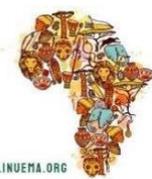
Não se trata somente de reconstituir os discursos e saberes específicos às mulheres, nem mesmo de lhes atribuir poderes não reconhecidos. É preciso compreender como uma cultura feminina constrói-se no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, baliza tempos e espaços, como enfim pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global. (ANNALES, 1986, p.10)

A literatura compreende aspectos de raça e classe que podem ser explorados em cada uma das personagens que constrói em suas narrativas, o descontentamento, em grande parte suprimida pelas pequenas violências simbólicas que irão desencadear no apagamento dessas famílias e dessas personagens que fizeram parte como agentes de sua própria história e estão traduzidas através da obra de Lilia Momplé que também a partir de suas experiências enquanto mulher moçambicana reagiu ao silenciamento através da produção intelectual.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante salientar que este artigo é composto por alguns apontamentos que serão desenvolvidos durante a escrita monográfica, ainda são necessárias muitas leituras que compreenda o trabalho de história e literatura e como este se coloca na análise de Neighbours partindo dos sujeitos femininos ficcionais que são representados na obra. Trabalhar com literatura enquanto fonte/objeto ainda é recente dentro da produção acadêmica, assim como, identificar as mulheres enquanto sujeitos agentes da história e que produzem significações e podem ser representadas de diversas formas e por óticas diferentes através dessas literaturas. Nesse sentido, se pensa no que o objeto transmite em relação a essas representações, ao imaginário social e a memória resguardada na literatura, compreendendo a partir disso, as mulheres.

Revisitar a memória através da literatura faz parte do processo de reconhecimento identitário que conflui com o lugar social da figura feminina, transpassando os contos e criando representações coletivas que reconhecem o ser mulher em uma sociedade cercada pelas violências coloniais que não foram rompidas mesmo após a independência do país, se reconhece também, a dificuldade do governo de reestruturação de um Estado Nação, pois as



permanências do sistema colonial se sobreporão na língua, na política, na educação e na família.

Tempo, espaço, memória, oralidade, escrita, imaginário são conceitos utilizados tanto na narrativa histórica como também na literatura, a Lilia Momplé incorporou todos esses recursos para escrita de seus contos, ecoou sua voz literária e poética em um momento de tensão e de silenciamentos, de fato não é fácil interpretar isso de acordo com as metodologias tradicionais utilizadas na pesquisa histórica, mas não é impossível fazer ecoa ainda mais essa voz em favor da legitimação da existência de uma literatura com escrita feminina e africana. O papel do historiador enquanto agente social compromissado com as demandas de se construir um discurso fidedigno e também tornar visível essas vozes na produção historiográfica.



## REFERÊNCIAS

### Corpus Literário:

MOMPLÉ, Lília (2012, 1º ed.), **Neighbours**, Porto: Porto Editora.

### Aporte teórico:

ALOS, Anselmo Peres. **Os usos da literatura: o que escrevem as moçambicanas?** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação** – São Paulo: Editora UNESP 2009.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. av. vol.5 no.11 São Paulo Jan./Apr. 1991.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura – **A fonte fecunda**. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-92.

GIL, Fernando. **STV Lília Momplé entrevista 26 11 2016**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xU29CgEskAU&t=935s> acesso em: 19 de dezembro.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas nas literaturas africanas**. Edições Colibri (1998)

PESAVENTO, SANDRA. Literatura, história e identidade nacional. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/531>

MATA, Inocência. A crítica literária africana e a teoria pós colonial: um modismo ou uma exigência?

MENDES, Fabiano. História e Literatura: questões de epistemologia e método. In: AGOSTINHO, Regia; BACCEGA, Marcus (Orgs). **Letras e Veredas da Historia dialogos e convergências**. São Luís: Café e Lápis/ Edufma. 2018.

SANTANA, Jacimara Sousa. **A participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975 – 1985)** Revista História da África e de Estudos da Diáspora Africana; 2009.

SILVA, Alexandra. **Retratos de Identidade Feminina nas Obras de Lília Momplé: A mulher como ser em trânsito na História Moçambicana**. Dissertação de mestrado em estudos linguísticos. Universidade Madeira, 2017.

Texto publicado em GÊNERO. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG V.2-N. 1. Niterói: EdUFF, 2000, p. 7-30. **A HISTÓRIA DAS MULHERES. CULTURA E PODER DAS MULHERES: ENSAIO DE HISTORIOGRAFIA ANNALES**, Esc., 1986. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia\\_das\\_mulheres\\_nuteg.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_das_mulheres_nuteg.pdf). (Acesso em 20 junho de 2019)



## O COMPADRIO ENTRE A POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DO SUL DO MARANHÃO: Segunda metade do oitocentos.

Antônia de Castro Andrade<sup>21</sup>(IFMA-Instituto Federal de Educação, Ciências e  
Tecnologia do Maranhão).

**RESUMO:** Falar sobre o sul-maranhense ainda é um desafio muito grande, pois não temos tantas referências bibliográficas disponíveis, além das dificuldades na coleta da documentação. É preciso construir uma narrativa que possa dar visibilidade e mesmo dizibilidade a todos os sujeitos que juntos deram o tom às relações que foram construídas naquelas paragens. Prática milenar, o batismo cristão representa, doutrinariamente, para aqueles que o praticam, a purificação e o perdão dos pecados. Os assentos de batismo não contêm informações apenas de teor religioso; falam também da vida social das pessoas envolvidas. Diante disso procurei identificar as possíveis representações que o batismo cristão teria para os indivíduos que formavam o cotidiano nas campinas do sertão de Pastos Bons, na segunda metade do século XIX; assim como vislumbrar, através dos indícios encontrados na documentação disponível, aspectos que pudessem dizer algo sobre as relações sociais formadas entre os sujeitos escravizados com os livres e os libertos dentro e fora das fazendas espalhadas no cerrado maranhense no Dezenove.

**Palavras-chave:** Sul, Maranhão, escravidão, batismo.

**ABSTRACT:** The discussions about the south of Maranhão still represents a great challenge, because we don't have so many bibliographic references available, furthermore there are the difficulties in collecting the documentation. It is necessary to build a narrative that can give visibility and even sayability to all the subjects that together set the tone to the relationships built in those places. Millennial practice, Christian baptism doctrinally represents for their practitioners the cleansing and forgiveness of sins. Baptism seats do not contain only religious information. They also talk about the social life of the people involved. Given this, I sought to identify the possible representations that Christian baptism would have for the individuals who formed daily life in the grasslands of the Pastos Bons, in the second half of the nineteenth century; as well as glimpse, through the evidence found in the available documentation, aspects that could say something about the social relations formed between the subjects enslaved with the free and the freed, inside and outside of the farms scattered in the cerrado of Maranhão in the nineteen century.

**Keywords:** South, Maranhão, slavery, baptism

O nascimento espiritual do indivíduo através do sacramento do batismo representaria um momento de extrema importância para todos aqueles que desejassem alcançar a salvação eterna. No Brasil Colonial e ainda no Oitocentos, receber tal sacramento significava, também,

---

<sup>21</sup>Mestra em História Social pela UFMA(Universidade Federal do Maranhão). antonia.andrade@ifma.edu.br.



a inserção desse recém-nascido em Cristo em uma sociedade escravista-cristã (VAINFAS, 1986, p.62). Para o escravizado africano recém-chegado ou aquele nascido em terras brasílicas, o início de seu processo de integração à nova sociedade dar-se-ia quando ele se visse forçado a adotar um nome cristão (Maria, João, Pedro, Ana, Paulo...), identificando-se, assim, como membro daquela organização social.

Vários fatores poderiam influenciar na escolha dos padrinhos. Apesar das leis canônicas estabelecerem que competia aos pais ou responsáveis a tarefa de escolher seus “parentes em Cristo”, nessas normas aconselhava-se aos párocos que os padrinhos deviam ser “pessoas já batizadas [...]” (VIDE, 1853, p.26). Em relação à população escravizada, talvez a escolha passasse também pela aceitação ou mesmo imposição do senhor.

Eram laços de ajuda e solidariedade, se possível mútuos, que se confirmavam no momento do batismo. Momento em que também eram tecidas redes de sociabilidades que uniram diferentes grupos sociais (livres, libertos e escravizados). Pelos vestígios encontrados nos registros de batismos descortina-se diante do olhar dos pesquisadores uma sociedade dinâmica e múltipla.

No presente artigo, faço algumas considerações sobre as relações de compadrio que foram estabelecidas entre a população escravizada, liberta e livre do sertão de Pastos Bons. Trabalho com registros de batismos, documentos que, infelizmente, não estão seriados: há períodos como a década de 1860, em que não encontrei nenhum batismo. Os registros, em sua maioria, são de batismos de filhos de escravizadas, nascidos após a Lei de 1871. Crianças nascidas livres, mas que, de acordo com a historiografia sobre o tema, viviam e recebiam o mesmo tratamento dado a qualquer outro escravizado.

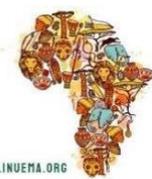
Tabela 1-Registros de batismo analisados (1854-1888)

<b>BATISMO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Ingênuos	178
Escravizados	34
Forros	3
Livres	21
<b>TOTAL</b>	<b>236</b>

Fonte: Livros de registros de batismos das Freguesias de São Bento de Pastos Bons e São Pedro de Alcântara (1854-1888). Casas Paroquiais de Pastos Bons-MA e de Carolina-MA.

Vejamos, agora, como esses batismos se configuram.

#### 1 Condição jurídica dos padrinhos



## AS “ALIANÇAS PARA CIMA”:<sup>22</sup>PADRINHOS LIVRES

Pelos indícios encontrados nos registros de batismos de ingênuos das Freguesias de São Bento de Pastos Bons e de São Pedro de Alcântara, posso sugerir que os pais das crianças levadas à pia, por escolha própria ou influenciados pelos limites impostos pelo lugar que eles ocupavam, estabeleceram alianças com pessoas que não tinham sua mesma condição jurídica, ou seja, os laços criados pelo rito, em sua maioria, foram “verticalmente ascendentes”.<sup>23</sup>

Tabela 2 - Identificação dos padrinhos e madrinhas de ingênuos (1871-1888)

	<b>PADRINHOS</b>	<b>MADRINHAS</b>
Livres	160	148
Escravizados(as)	13	19
Libertos(as)	5	2
Santos(as)		1
Não identificados(as)		8
<b>TOTAL</b>	<b>178</b>	<b>178</b>

Fonte: Livros de registros de batismos das Freguesias de São Bento de Pastos Bonse São Pedro de Alcântara (1871-1888). Casas Paroquiais das cidades de Pastos Bons- MA e Carolina-MA.

Padrão de escolha seguido pela escravizada Cândida, que, em primeiro de setembro de 1877, levou à presença do Padre José Lopes Teixeira sua filha Maximiniana, para que recebesse os santos óleos. A pequena teve como padrinhos Luiz de França Silva e Dona Roza Alves da Silva (LRB, 1875-78, fl.89v). Não era só com sua afilhada que esse par de padrinhos estabelecia vínculos. O rito também os ligava à sua comadre Cândida, a qual, talvez, visse nesses laços criados na pia batismal uma possibilidade de sua filha ter alguém que a assistisse e ela pudesse ser identificada não apenas como “filha da escravizada Cândida”, mas também como afilhada de “Dona Roza Alves da Silva”.

As relações, ou melhor, “a qualidade” das relações exerce um papel importante no processo de construção das identidades dos sujeitos pertencentes a um determinado grupo social. Assim, ao tornar-se comadre de Dona Roza, é possível que Cândida passasse a ter outro *status* no universo social a que pertencia. É possível até que recebesse alguma ajuda material (eventual ou permanente) da comadre Dona, a qual, o tratamento assim o indica, pertencia à elite pastosbonense e tornava-se, agora, parente em Cristo daquela escravizada.

Uma série de expectativas girava em torno desses laços formados ou confirmados diante

<sup>22</sup>Ver: BRUGGER, 2003.

<sup>23</sup>Sobre o tema, ver: GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 50.



da pia batismal entre livres, libertos e escravizados. Essas “alianças para cima”<sup>24</sup> pressupunham, no mínimo, que as relações entre as partes envolvidas passariam a ser pautadas no apoio e na ajuda, se possível de ambas as partes. Um auxílio não só espiritual, pois essas relações, como já disse, transpunham os muros das igrejas e se estendiam pela vida secular.<sup>25</sup>

Em relação a maior incidência de livres apadrinhando os filhos da Lei do Ventre Livre (1871), Crivelente (2009) nos diz que, se levarmos em consideração o contexto da época tal prática é totalmente compreensível, pois provavelmente as mães daqueles ingênuos viam nos vínculos criados com pessoas de condição jurídica superior que a delas, via batismo, um meio para que suas crianças entrassem, de forma segura, no mundo dos livres. Schwartz (2001, p.182), também atento ao contexto em que os ingênuos foram levados às pias batismais, sugere que o maior número de pais espirituais de condição jurídica superior a das mães dos batizando estaria ligado ao momento histórico que o país estava passando, caracterizado pela crise do sistema escravista que, por sua vez, causava a redução do número de escravizados e conseqüentemente diminuía a disponibilidade deste segmento social no mercado de compadrio. Para o mesmo autor, tal fato se agravaria ainda mais se levarmos em conta o tamanho das escravarias, as médias e pequenas, por exemplo, teriam sentido de forma mais acentuada aquelas mudanças.

Ainda sobre o grande número de pessoas livres como padrinhos, Fragoso (2014) é um dos autores que levantam a hipótese de que algumas crianças escravizadas levadas diante da pia poderiam ser filhas de homens que pertenciam a chamada nobreza da terra. Homens que teriam laços de afetividade com as mães e com as crianças levadas a receber os santos óleos. Não assumiriam a paternidade, mas as colocariam sob a proteção de pessoas de sua confiança: um irmão(ã) ou primo(a). Dos registros analisados, em 50 deles pude observar que os padrinhos e as madrinhas possuíam vínculos de parentesco com os senhores das mães dos batizando. Presumo que as relações de compadrio e apadrinhamento também servissem como um meio para o senhor estender seu domínio sobre a vida dos ingênuos. Gerariam laços indiretos de paternalismo.<sup>26</sup>

Quanto à frequência com que aqueles homens e mulheres livres apareceram diante da pia, nos anos de 1871 a 1888, identifiquei que a maioria só foi registrada como padrinho ou madrinha uma única vez. Não houve nos batismos dos ingênuos do sul do Maranhão o

<sup>24</sup>Ver: BRUGGER, 2003.

<sup>25</sup>Sobre o tema, ver: GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988.

<sup>26</sup> Ver: MACHADO, 2006.



fenômeno que alguns autores chamam de um super padrinho ou madrinha,<sup>27</sup> indivíduos que tinham uma grande e extensa rede de relações formada através dos diversos laços criados com o batismo cristão. O máximo que encontrei foi uma pessoa apadrinhando 3 crianças diferentes: Maximo Pereira Bispo, homem livre e dono de terras e gados, que em 1874 e 1875 apadrinhou os ingênuos Francisca, Angelo e Paula (LRB, 1873-81, fls.12v, 21v e 31v, respectivamente).

Dos 34 batismos de crianças escravizadas, 32 deles foram realizados entre 1854 a 1859, e apenas dois em 1875. A amostra é reduzida, mas que sugere a confirmação de tendência de escolhas encontradas em outros lugares e épocas entre a população escravizada,<sup>28</sup> livres continuaram aparecendo como os preferidos para formarem o casal de padrinhos que abençoaram as crianças escravizadas.

Tabela 3- Identificação dos padrinhos e madrinhas de crianças escravizadas (1854-1888)

	<b>PADRINHOS</b>	<b>MADRINHAS</b>
Livres	28	24
Escravizados	2	5
Não identificados	4	5

Fonte: Livro de registros de batismos da Freguesia de São Pedro de Alcântara (1854-1859). Casa Paroquial da cidade de Carolina-MA.

Considerando a formação da população e as relações sociais do lugar onde aqueles batismos foram realizados, defendo que a esperança de criar redes de auxílio tenha determinado a escolha daqueles escravizados que procuravam na escolha dos padrinhos em um setor social superior aos seus, estratégias de negociação com um meio que lhes era tão opressor. Eram alianças “verticalmente ascendentes”<sup>29</sup> que, via de regra, se formavam nas pias batismais do sertão sul-maranhense.

## SENHORES TAMBÉM APADRINHAVAM?

Da análise dos 178 batismos de ingênuos que receberam os santos óleos nas Freguesias de São Bento de Pastos Bons e São Pedro de Alcântara, em apenas 9 deles os senhores(as) aparecem como padrinhos ou madrinhas de filhos de suas escravizadas. Victoriano Ribeiro de Souza compareceu à cerimônia de batismo realizada no dia 14 de junho de 1878, no Sítio Lagôa Secca, não só como senhor de suas duas escravizadas, Theodora e Anna, mas também como padrinho dos filhos destas, os pequenos Bernardino e Fabricio. Angelina Thereza da

<sup>27</sup>Sobre essa temática, ver: VASCONCELOS, 2002; FRAGOSO, 2014.

<sup>28</sup>Ver: ANDRADE, 2003 e 2005.

<sup>29</sup>Sobre o tema, ver: GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988.



Silva foi a madrinha deste último e Raimunda Francisca da Silva do primeiro (LRB, 1875-78, fl.111).

O batismo, mais uma vez, acabou contribuindo para o alargamento das redes de relações de sociabilidade e de solidariedade que eram gestadas à época. Escravizado e senhor se encontravam e se misturavam, ao mesmo tempo em que podiam se chocar, se contrapor. Isso ajuda a pensar em uma sociedade formada por relações não só de conflitos, mas também de negociações, de barganhas, de concessões e, por que não dizer, também de afeto?<sup>30</sup>

Tudo indica que no sertão sul-maranhense também não era uma prática muito difundida que senhores e senhoras de escravizados(as) apadrinhassem e amadrinhassem filhos de escravizadas de outros proprietários. Cruzando os nomes dos padrinhos e madrinhas com o dos proprietários(as) de escravizados(as) encontrei apenas 8 assentos em que senhores aparecem como padrinhos de ingênuos filhos de cativas.

Analisando os registros de batismos das freguesias em foco pude observar que a cerimônia batismal também foi utilizada para alguns senhores demonstrarem “sua caridade”. Em 3 registros, junto com os santos óleos, as crianças também receberam a tão desejada liberdade, sendo-lhes concedidas as conhecidas alforrias na pia.<sup>31</sup> Tornaram-se, a partir daquele momento, não só cristãs, mas também pessoas juridicamente livres. Foi o que ocorreu com a menina Maria, batizada e alforriada em 25 de dezembro de 1857. Vejamos o que o padre registrou:

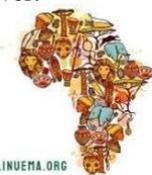
A 25 de des<sup>o</sup> de 1857 nest freg<sup>a</sup> de Car<sup>a</sup> o Rd<sup>o</sup> Ignacio Joaqm. Cortes batisou solenemente e pos os santos óleos a innocente Maria filha natural de Marcelina escrava do capm. Manoel Alves da Silva, nascida a 12 de maio de 57 **cuja foi forra no bastisterio por acto de caridade**, e forão P.P. Manoel Soares de Olivr<sup>a</sup>. e D. Carlota [ileg.] das Neves e p<sup>a</sup>. Constar fasço este assento(LRB, 1858-59, fl.74v, grifo meu).

Da expressão “por acto de caridade” podemos aventar algumas possibilidades em relação aos vínculos preexistentes entre a mãe, a criança e o dono das duas, o Capitão Manoel Alves da Silva. Este poderia ser o “pai incógnito”, que não aparece no registro e aproveitou a ocasião para libertar, por ato de caridade, a filha bastarda. O Capitão parece ter tido uma atenção a mais na hora de escolher (ou aceitar a escolha da mãe) de convidar Manoel Soares de Oliveira e Dona Carlota [ileg.] das Neves para serem os guias espirituais de sua possível rebenta. Ambos os padrinhos eram livres. E como a madrinha foi registrada com o título de Dona,<sup>32</sup> isso sugere que teria um papel de destaque naquela sociedade. A mãe e o senhor (pai,

<sup>30</sup>Sobre o tema: REIS; SILVA, 1989; PEREIRA, 2001; MOTA, 2004.

<sup>31</sup>Ver: KRAUSE, 2014.

<sup>32</sup>Sobre o papel e importância que as “sonharas donas” exerceram no Maranhão dos séculos XVIII e XIX ver: CAMPOS(2010), já mencionada no primeiro capítulo dessa dissertação.



talvez) de Maria provavelmente acalentavam o desejo de ter compadres que fossem futuramente de alguma valia para a menina. Assim, pelo que está dito nesse registro e tendo uma sociedade escravista como pano de fundo, mais uma vez ousei conjecturar sobre o não-dito, os silêncios audíveis.<sup>33</sup>A data de batismo da pequena Maria é bastante sugestiva, 25 de dezembro. É Natal, e os sentimentos de caridade que a data desperta nas pessoas, podem também ter contagiado o capitão Manoel Alves da Silva em “seu ato de caridade”.

### “VIVER E MORRER NO MEIO DOS SEUS”:<sup>34</sup> AS ALIANÇAS HORIZONTAIS

O rito do batismo para Escolástica e Valentina, escravizadas e mães, serviu para que elas criassem ou recriassem laços com pessoas que viviam sob o mesmo sistema que o delas. Preferiram consolidar laços com companheiros submetidos às suas mesmas lidas diárias. Vejamos:

Aos treze de junho de mil oitocentos e setenta e oito em desobriga no sitio vão-azul baptizeisolenemente com santos óleos Bazilio, prêto, filho natural de **Escolastica escrava de Maria Francisca Pereira de Sá**, nascido em vinte e seis de maio do mesmo anno: forãoseus **padrinhos Alexandre escravo da mesma e Catharina escrava**, e para que conste mandei fazer e presente, que assigno. O parachoEncommendadoPe. Antonio de Almeida (LRB, 1875-78, fl.110 v, grifo meu).

Analisando os registros em que os padrinhos eram escravizados constatei que nem todos tinham a indicação dos senhores a que pertenciam. Naqueles que contêm essa informação verifiquei que a maioria pertencia a proprietários diferentes da mãe do batizando, mostrando como podiam ser amplas e complexas as relações parentais estabelecidas pelos escravizados no sertão sul-maranhense. Não posso precisar o espaço exato de mobilidade que o rito acabou possibilitando para aqueles sujeitos, mas posso constatar que ele “abriu a roda da família”<sup>35</sup>de cada indivíduo envolvido no rito.

Os laços de compadrio criados por aqueles atores sociais podem ter esse sentido. Escolastica, Alexandre, Catharina, Rita, Procópio, Roberta, Valentina, Raymundo e Marcolina estariam assim reforçando, através do batismo, vínculos sociais criados no cotidiano, ou consagrando uma relação que há tempos vinha sendo construída, como uma

<sup>33</sup>Ver: DAVIS, 1987.

<sup>34</sup>Referência ao trabalho de Oliveira (1995-1996). A autora sugere que os laços de compadrio foram utilizados pelos escravizados baianos para reconstruírem laços que teriam sido desfeitos com o tráfico transatlântico

<sup>35</sup>Expressão utilizada por Schwartz (2001) para explicar como os laços de compadrio expandiam os vínculos familiares das pessoas que dele participavam.



longa amizade, pois ninguém chamaria um desafeto para apadrinhar seu filho.<sup>36</sup>

Padrinhos e madrinhas foram presenças constantes nas cerimônias batismais das crianças escravizadas realizadas na matriz de Carolina. Quanto aos escravizados que preferiram ligar-se aos seus companheiros de infortúnio por via do batismo dos filhos, só encontrei 2 padrinhos e 5 madrinhas nessa condição.

Os indícios permitem afirmar que no sertão de Pastos Bons a maioria dos laços criados ou reafirmados diante da pia batismal não estabeleceram relações horizontais, predominando as verticais. Ali, o rito representou uma oportunidade para a população cativa formar laços extra-grupo, extra-comunidade. “Viver e morrer no meio dos seus”, tendência que Maria Ines Oliveira (1995-1996) identificou entre os libertos de Salvador, e que Mota também encontrou para a população cativa da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru (2015), parece não ter sido a opção escolhida por muitas mães na hora de convidar os pais espirituais de seus rebentos, nas Freguesias de São Bento de Pastos Bons e de São Pedro de Alcântara, no período estudado.

### **CONDIÇÃO DE COR COMO CRITÉRIO DE ESCOLHA**

Não há indícios, na documentação estudada, de haver relação entre a condição de cor dos batizados ou das mães destes e a escolha dos padrinhos.<sup>37</sup> Pessoas livres – condição que, por si só, já as colocava numa situação de vantagem diante dos libertos e escravizados – apadrinhavam ingênuos, quer estes fossem apontados como pardos, pretos, filhos de mulheres identificadas como pretas ou pardas.

### **QUEBRANDO O PROTOCOLO: PRESENCAS E AUSÊNCIAS NO RITUAL BATISMAL**

Na Freguesia de Carolina, em 12 de janeiro de 1875, foi registrado um caso curioso. O “innocente Joze filho natural da escrava Raimunda pertencente ao Snr Francisco Antonio da Silva” teve seu batismo abençoado não por uma madrinha e um padrinho, como orientava a Santa Madre Igreja,<sup>38</sup> mas por dois padrinhos: “Silvano Ferreira Passos e Luiz Pereira Passos” (LRB, 1873-1881, fl.23). Na historiografia não encontrei qualquer referência sobre caso semelhante. O registro expressa o que aconteceu ou é fruto de um equívoco do pároco?.

<sup>36</sup>Sobre esse tema, ver: GIL; SIRTORI, 2012; HAMEISTER, 2012.

<sup>37</sup>Ver: GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988; FARIA S., 1998.

<sup>38</sup>Ver: VIDE, 1853.



Em tudo mais, parece-me que as orientações das CPAB costumavam ser seguidas, com raras exceções. Por exemplo, era proibido a “[...] Frade, Freira, Conego Regente, ou outro qualquer religioso professo de Religião aprovada, (excepto os das Ordens Militares) por si, nem por procurador”, participarem do rito como padrinhos, embora não fosse explicado o motivo de tal impedimento (VIDE, 1853, p.26). Na documentação analisada, referente às paróquias das cidades de Carolina e de Pastos Bons, só há um registro em que um padre apadrinha uma criança. O padre Balduino Pereira da Maya, em 25 de outubro de 1876, apadrinhou a “innocente Casimira filha natural da escrava Jozefa pertencente ao Snr João da Matta Texeira [...]”(LRB, 1873-1881, fl.57).

Os estudos indicam que a prática de se ter santas amadrinhando crianças cativas ou filhas de escravizadas foi mais comum em várias regiões do Brasil.<sup>39</sup> Rocha (2009, p.230) sugere que a explicação para tal prática em regiões formadas por pequenas propriedades e com um pequeno número de escravizadas, poderia estar no fato de haver nessas áreas um reduzido número de mulheres, vivendo em certo isolamento, o que dificultaria a formação de laços sociais com outras mulheres. Outros autores vêem essas substituições mais ligadas a aspectos devocionais do que a questões terrenas (ANDRADE, 2008; GUEDES, 2014).

Dos registros analisados, em apenas um aparece uma santa amadrinhando uma ingênu. Vejamos:

Aos vinte dias do mês de janeiro de um mil e oitocentos e setenta e sete baptisei solennemente a Maria, nascida a sete de junho de um mil e oitocentos e setenta e sete filha natural de Filomena escrava do Padre Feliciano José de Abrêo forão padrinhos Luis Carlos Fernando Lima e invocada N.S. como espiritual protetora [...] (LRB, 1873-1881, fl.72v).

Assim, parece-me que a população escravizada do cerrado maranhense estava mais preocupada em garantir uma inserção segura aos seus rebentos no mundo dos homens e mulheres livres do que, necessariamente em assegurar-lhes uma proteção espiritual, via batismo. O fato de Filomena ter evocado Nossa Senhora como madrinha de sua filha Maria pode estar relacionado a uma promessa feita na hora de uma necessidade, talvez dificuldades no momento do parto, situação possível se imaginarmos a época e as condições de saúde então existentes. E Nossa Senhora costuma ser lembrada em momentos de grandes tribulações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>39</sup>Sobre o tema, ver: RAMOS, 2004; VASCONCELOS, 2004; ROCHA, 2009; GUEDES, 2014.

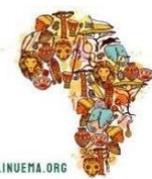


Compreendo que as relações entre livres, libertos e escravizados pautaram-se em suas experiências cotidianas. Suas ações/reações não foram conduzidas ou determinadas apenas por interesses mercantis e senhoriais. A sociedade que se formou, por exemplo, nas campinas do sul da província do Maranhão na segunda metade do século XIX, contou com a participação ativa de todos os indivíduos que lá viveram.

Nessa perspectiva, o batismo cristão representou um importante espaço de constituição de múltiplas relações sociais, que foram muito além dos lugares previamente definidos pelos *status* jurídico ou pela condição econômica das pessoas nele envolvidas. Como um rito cristão, o ato de levar alguém diante da pia batismal, representaria um momento em que se poderia conseguir o perdão de todos os pecados. De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o batismo era o primeiro de todos os sacramentos e condição necessária para àqueles que desejasse alcançar a salvação eterna.

Nas análises dos registros de batismos das Freguesias de São Bento de Pastos Bons e São Pedro de Alcântara, pude concluir que, no sertão sul maranhense, o batismo cristão contribuiu para a formação de uma realidade constituída por teias que ligavam indivíduos de diferentes posições sociais/jurídicas, vínculos que acabaram dando uma complexidade às relações gestadas por aqueles agentes históricos.

A tendência de escolha dos padrinhos dos ingênuos seguiu o mesmo padrão dos batismos das crianças escravizadas nesta e outras regiões, pois foram mulheres e homens livres, preferencialmente, os escolhidos como seus protetores espirituais. O apadrinhamento constituía-se em uma relação de mão dupla, uma troca entre afilhados / sua família e os padrinhos. Estes, oferecendo proteção e alguns benefícios materiais e aqueles, prestando lealdade e obediência. Diante das pias batismais, as famílias de escravizados preferiram estabelecer alianças verticais. Escolhas que muitas vezes foram influenciadas pelo contexto histórico onde viviam, mas isso não quer dizer que eram exclusivamente determinadas por ele. Havia espaços em que aqueles indivíduos negociavam, barganhavam e construía lugares de autonomia, onde suas vontades eram ouvidas.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antônia de Castro. **Diante da Pia Batismal: Laços de compadrio e escravidão no Maranhão oitocentista**. 2003. Monografia (Graduação em História)-Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

\_\_\_\_\_. **Eu te baptizo em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo: compadrio e escravidão na São Luís setecentista**, 2005. Monografia (Especialização em História do Maranhão) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

ANDRADE, Rômulo. **Legitimidade, compadrio e mortalidade de escravos: Freguesia de Minas Gerais e Rio de Janeiro, século XIX**. 2008. Disponível em:<[www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/.../D08A022](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/.../D08A022)>. Acesso em: 13 out. 2016.

BRUGGER, Silva Maria Jardim. **Padrinhos de muitos afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João Del Rei, século XVIII e XIX**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., João Pessoa. **Resumos...** João Pessoa: ANPHU, 2003.

CAMPOS, Mariza Helena de. **Senhoras Donas: Economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Luís: Café e Lápis; FAPEMA, 2010.

*CHALOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.*

CRIVELENTE, Maria Amélia Assis Alves. **Escravos e compadres: estratégias cativas na pia batismal Mato Grosso. 1824-187**. **Fênix: revista estudo de história e estudos culturais**. v. 6, 4.out./dez. 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção oficina da História, 4).

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

*FERREIRA, Ricardo Alexandre. Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.*

FRAGOSO, João. **Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII)**. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

GIL, Tiago Luís; SIRTORI, Bruna. **A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795**. In: XAVIER, Célia Lima. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. **Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII**. In: João José Reis (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.



GUEDES, Roberto. Livros paroquiais de batismos, escravidão e qualidades de cor (santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII**: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

HAMEISTER, Martha Daisson. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. In: XAVIER, Célia Lima. (Org.). **Escravidão e liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. **Afro-Ásia**, n. 50. 2014, p. 199-228.

\_\_\_\_\_. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII**: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MOTA, Antônia da Silva Mota. Família escravas a partir dos batismos da freguesia de N. S. das Dores do Itapecuru- Maranhão (1813-1814). **SIMPÓSIO DE HISTÓRIA**, 27, 2015. **Resumos...**, Florianópolis: ANPUH, 2015.

OLIVEIRA, Maria Inês. Viver e morrer no Meio dos Seus. **Revista USP**, n. 28, dez/jan/ fev. 1995-1996.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **A Fronteira do Cárcere e do Paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Católica de São Paulo - USP, São Paulo. 2001.

REIS, João José Reis; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Vozes, 1986. (Coleção História Brasileira).

VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. **Ventre livre, mãe escrava**: a reforma social de 1871 e Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Tipografia 2 de dezembro, 1853.

#### **DOCUMENTOS :**

- LIVRO DE REGISTRO DE BATISTO da Freguesia de São Pedro de Alcântara e Pastos Bons do século XIX. (Casa Paroquial da cidade de Carolina-MA e Pastos Bons- MA).



## A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA LIBERTADORA EM MARIA FIRMINA DOS REIS

Carlos Augusto Lima Barros (Universidade Estadual do Maranhão)<sup>40</sup>

**RESUMO:** Maria Firmina dos Reis foi uma escritora maranhense, considerada a primeira romancista negra do Brasil, bem como uma professora atuante na instrução primária da Vila de Guimarães. Afrodescendente e filha ilegítima, através da educação Maria Firmina conquistou um espaço até então improvável para alguém em suas condições no século XIX no Brasil. Sua atuação profissional coincide com a educação enquanto prática de liberdade defendida pela autora e teórica bell hooks<sup>41</sup> em sua obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*, que seria justamente a conscientização social sobre os sujeitos e espaços que a cercam, característica presente nos escritos de Maria Firmina, bem como a quebra de paradigmas discriminatórios referentes, no caso da escritora, à raça e gênero, através do conhecimento. Nessa pesquisa objetiva-se fazer um breve resumo sobre a vida pessoal e profissional de Maria Firmina dos Reis e contextualizar sua jornada enquanto professora e escritora com a educação enquanto prática libertadora.

**Palavras-chave:** Maria Firmina dos Reis; Educação; Liberdade.

**ABSTRACT:** Maria Firmina dos Reis was a writer from Maranhão, considered the first black novelist in Brazil, as well as an active teacher in the primary education of Vila de Guimarães. An Afro-descendant and illegitimate daughter, through education Maria Firmina conquered a space until then improbable for someone in her conditions in the 19th century in Brazil. Her professional performance coincides with education while practicing freedom defended by the author and theoretical bell hooks in her work *Teaching how to transgress: education as a freedom practice*, which would be precisely the social awareness about the subjects and spaces that surround it, a characteristic present in Maria Firmina's writings, as well as the breaking of discriminatory paradigms referring, in the case of the writer, to race and gender, through knowledge. This research aims to make a brief summary of Maria Firmina dos Reis' personal and professional life and contextualize her journey as a teacher and writer with education as a liberating practice.

**Keywords:** Maria Firmina dos Reis, Education, Freedom.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>40</sup> Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão, 4º período. Atualmente bolsista de iniciação científica com o projeto: DOTES DA CARIDADE: concessão de dotes pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão como forma de assistência às mulheres desvalidas, com a orientação da DRª Elizabeth Sousa Abrantes. Email: filipeloscar@gmail.com

<sup>41</sup> Glória Jean Watkins é uma autora e teórica estadunidense que possui por pseudônimo bell hooks em homenagem a sua avó e escrito em minúsculo por opção da escritora partindo do seu desejo que sua mensagem tenha maior destaque do que sua figura.



O século XIX no Brasil se encaixa em um importante período de transição política que é a colônia para o império, segundo Gouvea (2008), foi marcado por um significativo aumento populacional, com uma estimativa de 18 milhões de pessoas ao fim do século XIX, pela forte economia de exportação, por conflitos entre grupos de elite pelo controle político e criação de importantes leis e normas como a constituição de 1824, a Lei das Câmaras Municipais de 1828, a Lei da Regência em 1831, dentre outras.

No Maranhão o período oitocentista representou um período de transformações principalmente na política e economia, com a queda nas exportações de algodão, principal produto até então em São Luís, e a própria passagem de colônia para império marcado por conflito entre grupos políticos favoráveis e contrários. Além desses aspectos a sociedade também apresentou mudanças com um aumento significativo no número de escravos estimulado pela ação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão no século XVIII, segundo Botelho (2007, p. 107), a formação da “[...] base da pirâmide social será hegemonizada pelo escravo, doméstico e do eito, mas será também composto por negros forros, mulatos, cafuzos, camponeses brancos, mamelucos [...] compreendendo 45% da população”, esses grupos representavam uma forte dicotomia do topo da pirâmide social formada pela elite, que desfrutava de privilégios em oposição a uma base marginalizada na sociedade, pobre e sem direitos.

Mesmo em meio a grande desigualdade social da época, existiu uma parcela de afro-brasileiros no cenário maranhense e nacional que conseguiu ascender socialmente através do casamento ou contato próximo com pessoas brancas e também por meio da educação, Andrews (2007) menciona em sua obra América Afro-Latina, a formação de afrodescendentes no Brasil do século XIX em direito e medicina, bem como na atuação em trabalhos que não necessitavam de diploma como jornalismo, artes e na área de ensino. Um dos exemplos dessa ascendência social é Maria Firmina dos Reis, filha ilegítima e mestiça, aprendeu a ler e escrever de forma autodidata e se tornou professora de primeiras letras atuando na vila de Guimarães, onde funda a primeira escola mista maranhense no povoado de Maçaricó, além de educadora também se destacou como escritora, com obras como o romance Úrsula, poemas e contos. Seus escritos possuem um forte teor de crítica social e também de conscientização sobre grupos marginalizados e acontecimentos da época, como a guerra do Paraguai, características pouco presentes nas falas de mulheres e afrodescendentes sem acesso ao ensino, ao mesmo tempo tais aspectos ressaltam o papel da educação na vida de Maria Firmina, possibilitando o que bell hooks (2013) trata como a educação enquanto prática



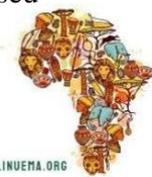
libertadora, ao possibilitar a conscientização sobre o meio que o cerca e a transgressão de fronteiras raciais, sexuais e de classe.

### **A TRAJETÓRIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

A vida de Maria Firmina dos Reis ainda é envolta em mistérios, principalmente por certa falta de informações sobre alguns aspectos pessoais e profissionais, contudo alguns estudos visam abranger o conhecimento que se tem sobre sua figura, como por exemplo, tem-se uma obra de referência que é a de Nascimento Morais Filho, intitulada Maria Firmina, fragmentos de uma vida. Esse livro tem seu surgimento em certa forma ao acaso, segundo Morais Filho (1975) “Descobrimo-lo, casualmente, em 1973, ao procurar nos bolorentos jornais do século XIX, na Biblioteca “Benedito Leite”, textos natalinos de autores maranhenses para nossa obra “Esperando a Missa do Galo”. Além da descoberta das citações em jornais sobre a autora, Morais Filho também encontra auxiliado pelo historiador Horácio de Almeida, a obra Úrsula em um sebo. Com essas fontes em mãos o autor se aprofunda em sua pesquisa sobre a figura de Maria Firmina, culminando na publicação do seu livro em 1975, onde o autor aborda aspectos de sua vida e trajetória enquanto professora e escritora, bem como traz algumas publicações encontradas, contos, canções, poesias, depoimentos de ex-alunos e alunas, incluindo-se também o diário pessoal da autora intitulado Resumo de minha vida.

Sobre sua história de vida, existem controvérsias a respeito de sua data de nascimento, alguns autores apontam ter sido no ano de 1822, sendo que somente no ano de 1825 é registrada, enquanto outros afirmam ter ocorrido em 11 de Outubro de 1825. Ela nasce no bairro de São Pantaleão, em São Luís, considerada mestiça e filha ilegítima, com uma mãe mulata (Leonor Felipa dos Reis) e um pai branco (João Esteves). Aos cinco anos de idade se muda com sua mãe, avó, irmã e uma prima para a casa de sua tia Henriqueta, na vila de Guimarães, onde passará grande parte de sua vida e exercerá sua função enquanto professora de primeiras letras.

Em relação à educação de Maria Firmina, essa permanece em muitas dúvidas pela ausência de documentação sobre como foi realizada, contudo tendo em vista seu gênero e a época em questão, podem-se estabelecer algumas especulações sobre os temas que eram abordados em sua educação, em uma época em que a educação feminina segundo Abrantes (2003), “[...] desempenhou uma função conservadora, reproduzindo os mecanismos de controle da sociedade paternalista a fim de legitimar a submissão da mulher e restringir seu



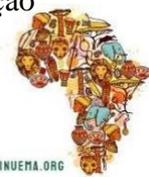
espaço à esfera privada”. No ensino público de primeiras letras as mulheres tinham uma educação repleta de ensinamentos morais e religiosos, bem como das prendas domésticas e conhecimentos em nível básico tanto de leitura e escrita quanto de operações matemáticas, já no ensino secundário, este oferecido às mulheres somente em escolas particulares, ocorria um enfoque na preparação da mulher para a função do casamento e da maternidade, unido ao ensino de línguas estrangeiras, em especial o francês. Para além dessas escolas, destacava-se ainda o ensino ofertado às jovens desvalidas do Maranhão do século XIX, pelo Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios e o Asylo de Santa Tereza, a respeito do primeiro, Os relatórios e falas do Presidente da Província do Maranhão (1836-1889) da data de 13 de Abril de 1858 atesta um número de “14 recolhidas, 12 pensionistas da província, e 20 pensionistas particulares”, sendo que em outro relatório tem-se que

Esta casa de caridade, única que no seu gênero possui a província, bem merece o auxilio dos poderes públicos pelos serviços que presta às meninas desvalidas que ali recebem educação apropriada a polas ao abrigo das seduções e traições do século habilitando-se pelo estudo e pelos hábitos do trabalho a poder para o futuro contar com meios de subsistência sem se tornar pesadas á sociedade (Relatórios e falas do Presidente da Província do Maranhão, 18 de outubro de 1877).

Já em relação ao Asylo de Santa Teresa, os ofícios são mais descritivos sobre a educação dispensada às jovens,

[...] alli recebem uma excelente educação religiosa, moral, civil, e domestica [...] Com semelhante intuito abri este anno no Asylo uma aula gratuita de Lingua Franceza, na qual em dois dias determinados de cada semana, lecciono as Educandas mais adiantadas do Estabelecimento, tendo anteriormente aberto outra de Gramatica Geral aplicado á Lingua Portugueza nos últimos mezes do anno passado, em que lecciono as Educandas [...] (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), Abril de 1865, p. 5).

As documentações atestam para além das disciplinas ofertadas, ideais sobre a figura feminina e também sobre os principais temas que deveriam ser abordados, como as questões morais e religiosas. Em relação à Maria Firmina não se tem registros concretos sobre como se deu sua educação, com exceção de alguns textos presentes em seu diário, *Resumo de Minha Vida* que Santos (2016) recupera e discute em sua dissertação. Em um dos seus relatos agradece à mãe por incentivar o prazer pela leitura e possivelmente da escrita, demonstrando ali um incentivo no âmbito familiar e em outro relato que expressa mais sobre sua personalidade, a escritora cita uma educação freirática que ela recebeu, ou seja, atesta um valor comum na educação



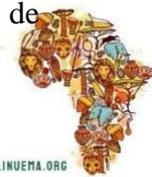
feminina do século XIX. Santos com base em Mendes (2006, p.26) afirma ainda que Maria Firmina foi uma mulher autodidata, se instruindo através de muita leitura, que inclusive tinha contribuído para sua aprendizagem do francês.

Morais Filho (1975) em sua obra atesta para o fato de que em 1847, Maria Firmina é a única aprovada em um concurso estadual disputado com outras duas concorrentes, para exercer a função de professora de Primeiras Letras na vila de Guimarães, onde vai ter um papel essencial na educação de meninas da região, principalmente de filhas de fazendeiros. Em 1880, um ano antes de sua aposentadoria e aos seus 55 anos de idade, Maria Firmina funda a primeira escola mista do Maranhão, ou seja, um local em que meninos e meninas eram ensinados em conjunto, algo inovador na sociedade maranhense da época, no povoado de Maçaricó, em um espaço cedido pelo pai de uma de suas alunas, e que para além do caráter misto, também era gratuita para os casos de alunos que não pudessem pagar.

Além de professora, Maria Firmina dos Reis se destacou também como escritora, iniciando sua carreira literária com a publicação do romance Úrsula em 1859 pela Typhografia do Progresso, sua obra de maior destaque, em 1861 inicia a publicação do romance Gupeva no jornal O Jardim dos Maranhenses e republica no ano de 1863 nos jornais Porto Livre e Eco da Juventude, e em 1887 publica pela Revista Maranhense seu conto A escrava, dentre outras contribuições. Sua tríade de obras Úrsula, Gupeva e A escrava se destacam pelas temáticas de cunho social e racial tratadas pela autora, demonstrando que para além de sua vida como educadora, na escrita ela também demonstrou um sentimento de conscientização sobre o seu redor, ligando-se ao que a autora bell hooks irá tratar em uma de suas obras a figura da educação enquanto prática libertadora.

## **A EDUCAÇÃO ENQUANTO PRÁTICA DE LIBERDADE EM MARIA FIRMINA DOS REIS**

Em sua obra Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade, bell hooks aborda a partir de sua experiência como professora em um curso de graduação o uso de uma educação libertadora para com os alunos. Inspirada tanto pela sua experiência enquanto aluna em escolas de integração racial, onde segundo a autora os alunos negros eram vistos como penetras e os professores brancos reforçavam em suas lições estereótipos racistas quanto pelos escritos de Paulo Freire sobre uma pedagogia engajada que iria contra um ensino bancário, hooks aprende a diferença entre uma educação libertadora e uma educação de



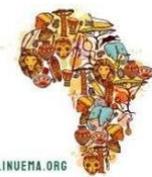
reforço à dominação. Essa educação como prática de liberdade visa a formação de sujeitos com posicionamentos críticos e reflexivos sobre o meio que o cercam, libertando-os de paradigmas que defendem a dominação de certos grupos e possibilitando o diálogo como uma importante ferramenta de conscientização.

Duas características chaves na ideia de uma educação libertadora para bell hooks são a consciência e engajamento crítico, promovendo uma percepção reflexiva sobre o que ocorre ao seu redor, bem como a transgressão de fronteiras e sistemas de dominação relativas à raça, gênero e classe social. Segundo a autora:

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista [...] Transpondo as fronteiras, ele [Paulo Freire, grifos meus] possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação... (HOOKS, bell, 2013).

Ao longo de sua trajetória enquanto professora e escritora, Maria Firmina dos Reis demonstra as características defendidas por bell hooks como de uma educação libertadora. Indo de encontro a sua posição enquanto mulher e mestiça no século XIX, período assentado em diversos preconceitos sobre a inserção do sexo feminino e também de pessoas não brancas na sociedade, Maria Firmina não somente alcança sua posição enquanto professora de primeiras letras através de um concurso, como também alguns anos mais tarde, funda uma escola de caráter misto e gratuito para aqueles que não pudessem pagar. Para, além disso, se destacou entre o círculo intelectual maranhense pelos seus escritos, permitindo sua circulação por um meio predominantemente branco. Esses fatos são exemplos claros de transgressão de paradigmas impostos em relação à raça e gênero naquela época.

Quando se parte para sua vivência na literatura explicita-se ainda mais uma visão crítica de Maria Firmina em suas obras, estas com uma forte presença de consciência e engajamento social. Em relação a sua tríade de publicações é perceptível essas características, no romance Úrsula (1859) e o conto A escrava (1887), a autora denuncia às desigualdades e violência com que eram tratados os negros escravos, responsabilizando essa situação a um modelo vigente de uma sociedade patriarcal e escravocrata, já em Gupeva, Maria Firmina se enfoca em um tema indianista, explorando a ação violenta de europeus, nesse caso franceses, para com os indígenas. O seu livro mais famoso, Úrsula apresenta claramente em seu conteúdo a visão dos escravos negros sobre suas condições, no seguinte trecho é trago a memória da escrava Susana sobre sua vinda até o Brasil:



Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa (REIS, 1988, p. 117).

Em outro trecho, a mesma personagem lamenta a saudade que sentia de sua terra natal:

Sim, para que estas lágrimas?!...Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a quem me foi caro! [...] Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país. Ah, Túlio, tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! oh! tudo, até a própria liberdade (REIS, 1988, p. 115).

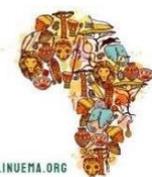
Por meio ainda da personagem Susana, Maria Firmina destaca o tom denunciante sobre a violência que sofriam os negros escravos:

[...] O comendador P... foi o senhor que me escolheu. Coração de tigre é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos, por que passaram, doeram-me até o fundo do coração! O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! (REIS, 1988, p. 118).

Como é perceptível nos trechos acima da obra *Úrsula*, bem como em outros escritos de sua autoria, Maria Firmina dos Reis propõe reflexão sobre esses grupos marginalizados na sociedade, partindo principalmente da sensibilização sobre sua difícil situação e dando-lhes oportunidade de fala, apresentando-se posicionamentos em defesa desses sujeitos. Uma de suas principais defesas era a da escravidão como um atraso social e que impossibilitava um progresso nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da carência de mais informações sobre Maria Firmina dos Reis, as informações que se tem sobre sua vida, principalmente devido ao estudo de Nascimento Morais Filho, demonstram o seu curioso destaque na sociedade maranhense do século XIX, sua posição enquanto mulher e mulata não a impediram de através do estudo e da literatura se tornar uma figura reconhecida entre os intelectuais da época.



Sua atuação enquanto professora de primeiras letras, bem como escritora se interligam ao que bell hooks defende como uma educação como prática de liberdade, contra um ensino despreocupado com a crítica e reflexão ou em discutir questões referentes a sistemas de dominação como o racismo e o sexismo. Nos escritos de Maria Firmina ou em sua ocupação enquanto educadora está presente tanto a consciência e engajamento sociais quanto a transgressão de fronteiras baseadas em raça e gênero, elementos importantes para o que bell hooks entende por uma educação libertadora, ou seja, uma educação que visa a formação de sujeitos com posicionamentos críticos e reflexivos sobre o meio que o cercam e questionamento de paradigmas direcionados a dominação de certos grupos.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Documentais:

Relatório e falas do presidente da província do Maranhão (1836-1889): 13 de Abril de 1858; 18 de Outubro de 1877.

Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870): Abril de 1865, p. 5.

### Referências bibliográficas:

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação feminina em São Luís no século XIX**. João Pessoa, 2003;

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007;

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. Ed. Fort Gráfica. São Luís, 2007;

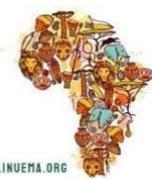
GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das províncias no Brasil do século XIX. In. \_\_\_\_\_. **O Império das províncias: Rio de Janeiro (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 20-31;

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**, a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Ed. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2013;

MORAIS FILHO, Nascimento. **Maria Firmina**, fragmentos de uma vida, 1975;

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. Organização, atualização e notas por Luiza Lobo; Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988;

SANTOS. Carla Sampaio dos. **A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX**. Dissertação em Educação. Campinas, 2016;



## O SUICÍDIO COMO OBJETO HISTÓRICO: A liberdade extrema dos escravizados

Carlos Victor de Sousa Ferreira<sup>42</sup> (PPGHIS/UFMA)

**RESUMO:** O suicídio dos escravizados tem sido campo desbravado pelos historiadores da experiência negra no Brasil nas últimas décadas. Sendo esse uma das resistências comumente usada pelos escravizados. Nestes estudos realçam os aspectos sociais, cotidianos, culturais e as relações de forças que foram mantidas por esses escravizados através de seus suicídios. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as diversas experiências suicidas dos escravizados do Maranhão do século XIX, entre as décadas de 1830 a 1888. Enfatizando as particularidades a partir das documentações apresentadas. O nosso aporte teórico é a partir do realce das subjetividades dos escravizados enquanto agentes históricos, isto posto através do viés do marxismo revisionista dos escritos de Edward Palmer Thompson. Esse estudo tem sido desenvolvido no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão. Assim, visamos demonstrar parcialmente os resultados preliminares da pesquisa ora apresentada.

**Palavras-chave:** Suicídio, Escravidão, Maranhão oitocentista.

**ABSTRACT:** The suicide of the enslaved has been a field pioneered by historians of black experience in Brazil in recent decades. This is one of the resistances commonly used by the enslaved. In these studies they highlight the social, daily, cultural and power relations that were enslaved by these slaves through their suicides. Thus, this research aims to analyze the various suicidal experiences of the enslaved Maranhão of the nineteenth century, between the decades of 1830 to 1888. Emphasizing the particularities from the documentation presented. Our theoretical contribution is based on the enhancement of the subjectivities of the enslaved as historical agents, this put through the bias of revisionist Marxism in the writings of Edward Palmer Thompson. This study has been developed in the Graduate Program in Social History of the Federal University of Maranhão. Thus, we aim to partially demonstrate the preliminary results of the research presented here.

**Keywords:** Suicide, Slavery, Nineteenth-century Maranhão.

---

<sup>42</sup> Mestrando em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes/UFMA. Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA. Pós Graduado (*Lato Sensu*) em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESFMA). Licenciado em História pela Faculdade Santa Fé/IDESP. Membro do grupo de pesquisa NEÁFRICA: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global. Orientadora: Profa. Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz. E-mail: [victorcarlos5@gmail.com](mailto:victorcarlos5@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

Em todas as sociedades o suicídio foi alcançado por diversas pessoas, de classes sociais, etnias e culturas diferentes, assim como as motivações e os métodos variavam. No Maranhão do século XIX, os negros escravizados pelo processo de colonização da América, obtiveram o suicídio em diversas perspectivas. Levantar problemáticas e evidências sobre o momento em que decidiram dar cabo de suas vidas, é o que tem feito uma vasta bibliografia da escravidão na atualidade.

O suicídio dos escravizados por si, diz muito sobre o *ethos* da sociedade escravista que se estabeleceu no Maranhão. Para além das violências sofridas dentro do cativeiro e do trabalho forçado, ao tentar alcançar o suicídio, podemos denotar algumas experiências peculiares a esse sistema.

É preciso afirmar que a violência não é a única forma de justificativa para o suicídio dos negros escravizados. É necessário compreender a singularidade dos casos, fazendo questionamentos necessários e depreendendo o que a documentação permite aferir.

Por isso, nos alinhamos a perspectiva da História Social, precisamente da linha revisionista do marxismo “thompisiniano”. Segundo Alexandra Schueler:

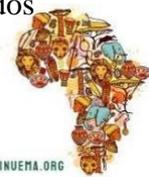
A história social direciona-se, então ao alargamento do enfoque no sentido da consideração de múltiplos aspectos de uma sociedade, enfocando não apenas as tradicionais dimensões econômico-políticas, mas, também, as dimensões sócio-culturais em um momento histórico singular. [...] Com isso, as fontes e os documentos históricos tradicionais foram revisitados, na busca de historiar outros atores e suas experiências, bem como novas fontes foram valorizadas. (SCHUELER, 2007, p. 3)

Desse modo, o alargamento dos objetos e dos sujeitos históricos foram se expandiram para novos horizontes, principalmente por dá visibilidade a fontes e documentos outrora considerados como secundários ou infiel a realidade histórica.

O segundo ponto convergente a Thompson é o conceito de classe, segundo o autor:

[...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesse entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência da classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 1987, p.9)

Nesse sentido, em grande medida, muito dos conflitos e problemas relacionados a vida escrava, advém da classe que ocupavam. A classe senhorial buscava, acima de tudo, manter suas propriedades, segurança e status social. Em contra ponto a isto, os escravizados



quando puderam se rebelaram e tiveram comportamentos considerados subversivos. Portanto, o conceito de Experiência histórica, proposto por Thompson, ao compreender que as experiências humanas são moldadas, tanto pelas estruturas econômicas, políticas e sociais, com ênfase no cotidiano social, serve como norte para esta pesquisa.

Assim, este presente artigo pretende demonstrar os dados preliminares da pesquisa que tem sido desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. Em suma, irá demonstrar os desdobramentos da estrutura da pesquisa da dissertação.

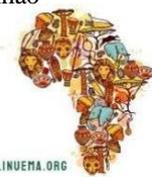
Num primeiro momento, abordamos o contexto histórico em que se situa o campo de espaço da pesquisa. Posteriormente, tocaremos nos olhares sobre o suicídio no século XIX, tanto juridicamente como legislativamente. E por fim, tratamos de alguns casos de suicídios ocorridos no Maranhão.

### **O MARANHÃO OITOCENTISTA E A ESCRAVIDÃO MODERNA: economia, política e sociedade.**

O Maranhão foi um dos estados do Brasil que recebeu uma quantidade significativa de escravizados entre os séculos XVIII e XIX. Devido a isto, pelos menos 53% da população do Maranhão era escrava em meados do século XIX, segundo Regina de Farias (FARIA, 2012, p. 12). Sujeitos que participavam diretamente no cotidiano das relações nas cidades e fazendas do campo; seja ofertando sua mão de obra, suas contribuições culturais como técnicas de cultivo, ou procurando dentro da dinâmica social espaços de liberdade e autonomia, territórios que realçavam sua subjetividade.

Assim, sob condições escravas, eram designados para trabalharem nas fazendas de agricultura que se formaram no Maranhão, com maior força a partir da segunda metade do século XVIII. Embora a data de início de conquista do Maranhão seja do começo do século XVII, inicialmente, o estado permaneceu com uma quantidade pequena de escravizados. Alguns fatores ponderam para isso, o Maranhão não cultivava em grande quantidade produtos primários, principalmente os que estavam no hall do comércio internacional. Segundo, a distância e as poucas atividades que os moradores do estado realizavam, influenciavam nos altíssimos preços dos escravizados. Dos quais dificilmente entravam nos portos da cidade de São Luís.

Nos primeiros tempos da sua colonização, a produção agrícola da região era incipiente, voltada basicamente para a subsistência. O seu comércio exterior era insignificante, limitado a exportação de um ou outro produto. [...] No século e meio que antecedeu a arrancada da grande lavoura de exportação, a história do Maranhão



foi marcada pelo abandono e pela miséria que afligiam os seus habitantes, confundindo-se com a história do extrativismo vegetal, da escravidão indígena e das lutas contra os jesuítas, características da colonização do Brasil Setentrional. (RIBEIRO, 1990, p. 28)

Conforme apontou Jalila Ribeiro, inicialmente o estado do Maranhão não acompanhou profundamente a dinâmica do processo de expansão da colonização portuguesa e do comércio internacional, até a criação da Companhia Geral do Comércio Grão Pará e Maranhão em 1755.

Alguns fatores contribuíram para inclusão da região norte no sistema internacional de comércio, como: a proteção da região de invasões estrangeiras, as exigências de novos produtos que demandava o comércio internacional e, as medidas tomadas por Sebastião José de Carvalho e Mello, o futuro Marquês de Pombal. Como afirma Josenildo Pereira sobre estes quesitos:

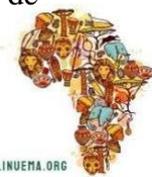
[...] a influencia na estrutura de poder da Corte Portuguesa e uma conjuntura favorável a novos produtos de exportação, a agricultura mercantil e escravista foi constituída, em definitivo, condicionando a forma de ocupação, povoamento, exploração econômica e, por conseguinte, do perfil de relações sociais. (PEREIRA IN: ABRANTES, 2016, p. 49-70 )

Portanto, a referida companhia de comércio foi essencial pra estruturação comercial do Maranhão. Tinha função principal de fomentar a atividade comercial do norte e aumentar as práticas mercantilistas do reino. Nela praticava-se a doação de terras, empréstimo de capital para os proprietários rurais, ferramentas e a doação de mão de obra escrava. (PEREIRA, p. 50-51)

Produtos primários foram largamente cultivados na província do Maranhão entre a segunda metade do século XVIII e o XIX, como o algodão, o arroz e o açúcar, nas proximidades dos rios Mearim e Itapecuru, e parte da baixada maranhense. Nessas fazendas a mão de obra principal era dos africanos e seus descendentes.

Desse modo, eminentemente escravista, o Maranhão Imperial se desenvolveu nas relações de forças da sociedade escravista, vivenciada entre africanos, crioulos, indígenas e livres. O perfil destas relações sociais ainda deixam marcas existentes nos dias atuais, como exclusão da etnia negra dos espaços de poder e o preconceito as religiões de matrizes africanas. Por outro lado, no complexo mundo da escravidão encontramos uma miríade de comportamentos que demonstram o quão peculiares e singulares eram as relações escravistas, e todas elas contestam o processo de “coisificação” dos negros escravizados.

A condenação à embriaguez, à capoeira, aos batuques, saídas fora de horários determinados, vendas em locais inapropriados, fugas e o suicídio, são demonstrações de



enfrentamento e forjamento de liberdade dos escravizados. Liberdade não no sentido de ser livre juridicamente com o uso da alforria, mas a criada e percebida pelos escravizados como uma luta por melhoria de vida, seja usando qualquer tipo de contestação e negociação em busca de autonomia.

**DO SUICÍDIO CAUSADO PELO DIABO AO PATOLÓGICO:** formas de entender o suicídio no Ocidente.

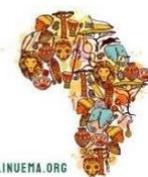
Como fator social o suicídio foi compreendido de diversas maneiras em cada sociedade e contexto histórico. Como afirma Ezequiel Canario:

Apesar de ser um ato individual, o suicídio tem uma dimensão social que é assimilada de diferentes maneiras em várias culturas, estando as atitudes destinadas aos suicidas intimamente relacionadas às concepções de morte e de morrer de cada grupo social. Sendo assim, o suicídio, para alguns grupos humanos, pode ser considerado um ato de grande condenação moral e religiosa ou como uma questão de honra, altamente respeitado e incentivado em certas circunstâncias. (CANARIO, 2011, p. 22)

O suicídio variou entre a condenação e aceitação, do crime contra Deus ao alívio social, de auto-homicídio a uma patologia causada por uma enfermidade mental. Assim, circulou entre diversas concepções sociais e junto delas as formas de representar as pessoas que optaram por não viver mais.

Fábio Henrique Lopes afirma que é necessário contextualizarmos e delimitarmos o suicídio a partir de cada sociedade, devido a esta variação de compreensão. Pois, apesar de ser um ato que ocorria em diversas sociedades, as pesquisas têm naturalizado e universalizado o suicídio. Segundo o autor, os pesquisadores não estão “considerando suas históricas e singulares condições de possibilidade; insistem, dessa maneira, em abordá-lo e apresentá-lo como um fenômeno universal e atemporal” (LOPES, 2014, p. 34). Ele parte do pressuposto de que em cada época as pessoas se matavam por diversificadas motivações e os olhares do meio social também variavam. Desse modo, é necessário compreender o Maranhão do século XIX no qual os casos dos escravizados suicidas estavam imersos, sejam eles africanos ou crioulos.

Se na Grécia Antiga, em Atenas, alguns grupos filosóficos, como os estoicos, legitimavam o suicídio, tendo como base a premissa da liberdade humana. Já em Esparta era negado o suicídio aos escravos e os soldados. A discussão foi tão profunda, que grandes nomes da filosofia ocidental tocaram na questão. Aristóteles e Platão se destacam pela



expressividade na condenação ao suicídio, ambos os filósofos condenavam a prática do suicídio embora de formas diferentes; partindo do pressuposto do homem enquanto ser social.

Diante disso, todas as atitudes do ser social deveriam estar pautadas em demandas que recorriam à coletividade, ou seja, o ser humano não poderia negar a sua responsabilidade dentro da sociedade. Por esse motivo jamais poderiam atender aos seus interesses particulares em detrimento de um bem social e coletivo. Assim, a prática do suicídio se torna um empecilho e uma quebra sobre esse papel social do indivíduo (MINOIS, 2018, p. 55-60).

O período denominado pela historiografia de Idade Medieval trouxe ressignificação ao suicídio. Esse período é conhecido pela institucionalização da Igreja Católica que gerou transformações culturais dentro da sociedade ocidental, baseado, sobretudo, pelo crescimento da doutrina cristã através dos espaços que filósofos cristãos e fiéis à Igreja Católica foram tomando em instancias de poderes e influências dentro da Europa, e posteriormente nas colônias europeias na América. Neste período o suicídio foi caracterizado principalmente pela condenação, reconhecido como uma prática de pecado contra Deus. As próprias autoridades religiosas e civis ordenavam e criavam leis, com punições ao corpo do suicida, a família do morto e seus bens (MINOIS, 2018 p. 44).

A obra *Suma Teológica*, de São Tomás de Aquino no século XI, foi responsável pela “sistematização filosófica-teológica sobre a interdição do suicídio”. A morte por suicídio seria uma quebra da ordem natural da vida, contra o amor próprio, “contra a natureza, a sociedade e contra Deus”. O papel da figura de Deus é fundamental nesta ocasião, pois ele é o responsável por dar a vida para todos os seres e só ele teria a função em decidir sobre os homens quando viver e morrer: “somente a Deus pertence o juízo sobre a vida e a morte”. (MINOIS, 2018, p. 28)

Luciana Sousa reitera que o suicídio mais condenado de todos era o por desespero, pois este tipo de suicídio “negaria o poder religioso e divino sobre a alma, além de não estar associado a um estado psicológico”. O diabo teria ação essencial na influência deste tipo de morte, pois ele convencia “a alma fraca de esperança a encaminhar-se para a morte; para aquele que ia se suicidar”. (AQUINO, 1900, p. 533)

Por outro lado, o movimento reformista de 1517 que rompeu parte das bases da Igreja Católica, teve também posicionamentos contrários e mais firmes nas críticas ao suicídio. Ainda pesa a visão do suicídio como ato diabólico, e, tanto o desespero como a desesperança são postos como a principal motivação. Tal, que para Lutero o suicídio é um assassinato cometido pelo diabo: “A mais de um ele quebra o pescoço ou faz que perca a razão; alguns ele afoga na água, e numerosos são aqueles que ele impele ao suicídio e a



muitas outras desgraças abomináveis”. (MINOIS, 2018, p. 87). E, assim, é preciso punir todos os suicidas, pois à medida que novas pessoas buscam o suicídio, o diabo se torna mais audacioso.

As modificações na estrutura social e as novas experiências materiais, econômicas e culturais da Idade Moderna foram fundamentais para estas transformações na forma de conceber o suicídio, para uma ampliação da discussão sobre o assunto de caráter cada vez mais público e medicinal.

Para tanto, o fato que se aponta nesse íterim da crise europeia é o início da secularização sobre o suicídio. Tanto intelectuais como médicos principiaram análises através do olhar psicológico do suicídio. A melancolia surge como o primeiro fator expressivo dessa causa, segundo sua definição, denota um desequilíbrio no cérebro. Clara oposição ao suicídio que para os medievais era movimentado e criado pelo diabo. E embora a melancolia fosse tratada como causa biológica e interna, o seu agravamento era causado por fatores externos. Assim, de esboçaram as primeiras tentativas de análise do suicídio pelo viés medicinal.

Phillippe Pinel e Jean Étienne Esquirol<sup>43</sup> contribuíram ao associar o suicídio numa abordagem patológica, como enfermidade mental e influenciado, também, por fatores sociais externos, a exemplo: vícios, dívidas, sentimentos ou vergonha pública. Segundo Fábio Lopes, os dois psiquiatras trabalham com a ideia de melancolia, e o conceito de monomania<sup>44</sup> humana levaria o homem ao desejo suicida, não sendo apenas a única motivação, pois os fatores externos também pesariam para influenciar o ato (LOPES, 2003, p. 85). Estas foram bases que permitiram repensar o suicídio fora do campo das influências religiosas, moral, do crime e do pecado como é marcado a História do Suicídio em grande parte do Ocidente. Assim, o suicídio se tornou de cunho público, discutido por médicos alienistas e incorporado em debates e enfermidades para ser combatido.

Em relação aos suicídios dos escravizados, tiveram formas diferenciadas de serem compreendidas pela sociedade do Maranhão oitocentista. Pesava ainda as visões condenatórias, o suicídio ainda como prática ultraje, movido por desespero e realizado por pessoas de péssimas índoles.

---

<sup>43</sup> **Philippe Pinel** ([Saint André, 20 de abril de 1745](#) – [Paris, 25 de outubro de 1826](#)), considerado o pai da psiquiatria, **Jean-Étienne Dominique Esquirol** foi um psiquiatra francês. Entre vários outros notáveis trabalhos cunhou o termo "alucinação".

<sup>44</sup> O conceito de Monomania variava conforme a concepção de cada médico durante o século XIX. Entretanto, em linhas gerais era a ideia fixa em algo, onde a pessoa apresentava o mesmo comportamento, gestos e que o isolamento levaria a um suicídio. Para compreender essas variações acerca este conceito ver: LOPES, 2003, op. cit.



Em jornais do Maranhão do século XIX é possível encontrar matérias como esta publicada no jornal Diário do Maranhão<sup>45</sup>. Em “*Variedades – O suicídio*” fez-se severas críticas ao suicídio, apontando suas causas e quem eram os suicidas. Juntam um compilado de casos que ocorreram em várias localidades do ocidente, apontando que o número aumenta em época de crises sociais e, por fim, compara aos suicidas da época:

Os suicidas nos nossos dias não tem grandeza, nem própria nem emprestada pelas circunstancias externas. **A maior parte dos suicídios são perpetrados por motivos mesquinhos, baixos, aviltantes às vezes.** [...] Este fato denuncia [...] **uma ausência de caráter que é quase repugnante.** [...] **Demos às crianças, por meio da religião que nos ensina o elevado fim para que viemos a este mundo, que nos conforta na adversidade, que nos consola e nos faz resignados em meio as mais duras provações.** [grifo nosso] (Diário do Maranhão, 10.8.1875)

Notavelmente, as adjetivações pejorativas pesam sobre os suicidas, que segundo a matéria se matam por motivos mesquinhos e baixos, portanto, o ato se torna repugnante. De acordo com o texto, talvez, se acredite que era possível evitar mortes voluntárias, principalmente pelo aspecto moral e religioso como principais relutantes e que impossibilitariam novos suicídios. Assim, podemos indagar se de fato apenas a formação moral e religiosa evitaria novas mortes por suicídio?

Ainda na mesma matéria se apontam as principais causas registradas por um jornal italiano por meio de uma comissão de médicos, dentre elas estão o jogo, o excesso de bebidas alcoólicas, ambição excessiva e ilegítima, amor não retribuído e etc. Concluem que são “causas baixíssimas, degradantes, sem elevação”, e, assim, atesta o suicídio como um mal que atinge a sociedade moderna, o autor retorna a suas falas iniciais e pronuncia: “o suicida é ordinário um miserável que não merece estima nem respeito” (Diário do Maranhão, 10.8.1875).

Como avistado acima, pode-se perceber que em um período de longa duração, criaram-se diversas formas de olhar observar o suicídio. O modo como fora avistado a prática no Brasil do século XIX, advém de outras temporalidades e de aspectos culturais da sociedade em si. Sendo o aspecto condenatório com maior relevância.

## O SUICÍDIO DOS ESCRAVIZADOS NO MARANHÃO

Em 10 de Janeiro de 1850, foi noticiado pelo ofício do presidente da província do Maranhão a tentativa de suicídio da escrava de dona Constância Maria Cirqueira Pinto, a

---

<sup>45</sup> Jornal maranhense fundado em 1855 em São Luís, jornal de caráter noticioso de grande circulação nas principais cidades da província do Maranhão.



mulata Veridiana, que após ter alta do Hospital da Santa Casa de Misericórdia tentou logo adiantar o trabalho que seria feito pela sua senhora, como consta na correspondência do Chefe de Polícia ao Presidente da Província:

Neste momento acaba de participame o Almojarife da Santa Casa de Misericórdia que a mulata Veridiana, escrava de D. Constância Maria de Cerqueira Pinto Nunes. Tendo se lhe internado a alta do Hospital, pegando de uma faca, e com Ella dera um golpe na garganta, imediatamente mandei ao subdelegado da Freguesia da Conceição para o dito Hospital fazerem o respectivo Corpo de delicto falo geral aguardando para informar mais circunstanciadamente a V<sup>a</sup> Ex<sup>mo</sup>.<sup>46</sup>

Neste primeiro momento é apenas narrada a tentativa de Veridiana de alcançar o suicídio após utilizar uma faca e enfiar em sua garganta. No ofício do subdelegado de polícia do 2º distrito da capital enviado ao Chefe de Polícia, é afirmado o suposto motivo que levou a escrava a tentar cometer o ato. Segundo a documentação:

(...) tentara se suicidar-se por ouvir dizer que havia ter alta para ser entregue a sua senhora de cujo poder tenha sido tirada no dia 4 de setembro do ano passado, por causa das barbáries horrorozas castigos por sua senhora empregado na referida Veridiana, duas escravas dos quais ato hoje não está curada e já se veese na referida mulata algumas deformidades, provenientes destes desumanos castigos vim no conhecimento de que realmente tentou suicidar-se com uma faca de mesa velha (...) <sup>47</sup> [grafia atualizada]

Veridiana encontrava no suicídio a melhor forma de morrer sem ser pela mão de sua dona, por isso a mesma tentou adiantar o que, segundo ela, seria feito pela sua proprietária ao retornar para casa. A utilização da faca de mesa por Veridiana e os “grandes golpes que tomou na parte superior do pescoço” levam a crer que esta encontrou solução no desespero que se via no momento que voltaria ao poder de sua senhora.

Ainda neste ofício foi cogitado possíveis problemas mentais que a escrava poderia estar sofrendo: “(...) e fazendo-lhe neste ato algumas perguntas presentes testemunhas a ver se descobria n’ella **indícios de alienações**, não pude colher nem só pelas respostas, como mesmo pelos gestos(...)”. Sobre isto, demonstramos anteriormente que no século XIX obteve-se o olhar científico sobre o suicídio, pelo comportamento do subdelegado de polícia observamos que esse considerou apenas que a análise do comportamento, dos gestos e das falas da escrava poderiam averiguar se esta sofria de problemas de alienação mental. Por outro lado, não foram levadas em conta as afirmações da escrava sobre o desejo de sua senhora de matá-la, o que foi comprovado pelos sinais de sevícias e pelo fato da mesma se encontrar num hospital devido os “desumanos castigos” de sua senhora.

<sup>46</sup>MARANHÃO, Secretária de Polícia do Maranhão. Ofício 10 de Janeiro de 1850 do Chefe de Polícia do Maranhão para o Presidente da Província. APEM. Setor de Códices. Livro 1869, Fl. 65 doc. 10.

<sup>47</sup> MARANHÃO, Secretária de Polícia do Maranhão. Ofício 10 de Janeiro de 1850 do Subdelegado de Polícia do 2º distrito da capital ao Chefe de Polícia do Maranhão. Documentos Avulsos. APEM.



O caso de Veridiana é apenas um dos 177 casos de escravizados entre suicídios consumados e tentativas ocorridas no Maranhão entre as décadas de 1830 e 1888, registradas nas páginas policiais e jornais do Maranhão. Entre os métodos mais utilizados, foi possível detectar mortes finalizadas por enforcamento, afogamento, estrangulamento, arma branca e arma de fogo.

Já as motivações estão ligadas tanto ao cativo, conflitos entre senhores e escravos, como vendas frustradas, castigos em excesso ou assassinato de senhores seguidos de suicídio. Como as relações mantidas por eles no cotidiano precisam ser analisadas, pois elas também podem ter influenciado seus suicídios, como amores frustrados ou excesso de drogas e bebidas alcoólicas. Além disso, as enfermidades mentais podiam assolar os escravizados, a ponto de tirarem as suas próprias vidas.

O caso do escravizado Feliciano que assassinou o seu senhor e depois repentinamente após resistir a prisão morreu após beber uma porção é um tanto curioso, pela forma como foi abordado pela documentação. Além de ter sido pouco definido pela polícia do Maranhão. Segundo o ofício o escravo “morreu em consequência da água que bebeu **de uma poça**; tendo sido recomendado ao subdelegado a investigação da real causa da morte”.<sup>48</sup>

O ofício do Chefe de Polícia do Maranhão tratou acerca deste caso: (...) 3 do corr<sup>e</sup> sido barbaramente assassinado em sua fazenda o Alferes Pedro Gomes de Lima com um tiro dado pelo seu escravo de nome Feliciano que na ocasião da prisão resistiu a quatro indivíduos que acudiram ao assassinado, tendo o dito escravo também morrido conforme diz o subdelegado estuporado em consequência d’ uma porção da água que bebeu.<sup>49</sup> [grifo nosso]

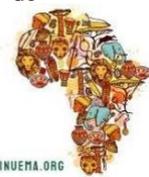
Nesse primeiro ofício não é transparecido o motivo do assassinato perpetrado pelo escravo ao seu senhor ou a suposta poção que ele bebeu. Em outra correspondência agora recebida pelo Chefe de Polícia do Maranhão informa que o escravo confessou o ato contra seu senhor por este “tê-lo castigado pela primeira vez, injustamente”. Conclui o ofício que a morte repentina do escravo, conforme as testemunhas “afirmaram ter sido **estuporado**”.<sup>50</sup>

Algumas ponderações devem ser feitas sobre o caso de Feliciano, uma delas é de não se especificar a água ou a “poção” que o escravo bebeu e ocasionou em sua morte. As informações do ofício apesar de incompleta requerem outras fontes complementares do qual não dispomos, mas o ato de ter resistido à prisão e beber uma “poção”, que acreditamos se tratar de um veneno e por este ter morrido “estuporado” leva-nos a crer que Feliciano estava

<sup>48</sup> MARANHÃO, Correspondência do Chefe de Polícia ao Presidente da Província, Maranhão, 13 de Agosto de 1849. Fl. 17 v – 18 doc. 86. p. 148. APEM.

<sup>49</sup> MARANHÃO, Secretária de Polícia do Maranhão. Ofício de 13 de Agosto de 1849 do Chefe de Polícia do Maranhão ao Presidente da Província. Setor de Códices Livro 1869. Fl 17v 18 doc. 286. APEM.

<sup>50</sup> Correspondência recebida pelo Chefe de Polícia do Maranhão das autoridades policiais, Chapadina, 15 de Setembro de 1849. Número do documento 2918, p. 443.



se suicidando para evitar qualquer tipo de sanção ou punição pelas leis do Império. Que condenava severamente o assassinato dos senhores cometido pelos escravizados, até mesmo com pena de morte, como a lei nº 4 de 10 de Junho de 1835.

Esses e outros casos de escravizados suicidas no Maranhão requerem análises aprofundadas para se compreender as formas de se conceber o ser suicida no Maranhão, pois mesmo na difícil vida que levavam, nos trabalhos em excesso e castigos, preferiram se suicidar por diversas motivações.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O suicídio tem ganhado o devido espaço na historiografia maranhense como objeto histórico. Pois este serviu tanto como momento decisivo na vida de muitos escravizados, como também ameaça de porem fim a suas vidas, para conseguir espaços de autonomia ou mesmo liberdade. Uma vez que os seus senhores tinham receio de perder suas propriedades.

Os dois casos apresentados nesse pequeno espaço dão vista de algumas motivações e abrem para pensar as possibilidades das práticas suicidas no Maranhão. Tanto por analisarmos as condições de vidas a que alguns escravizados estavam submetidos, como para visualizarmos a sociedade a que ele vivia. Embora os dados apresentados sejam iniciais, já demonstramos uma profundidade e proficuidade da questão.



## REFERÊNCIAS

CANARIO, Ezequiel David do Amaral “**É mais uma scena da escravidão**” suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888 – UFPE – Programa de Pós Graduação em História - Recife, 2011 (Dissertação).

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade.** São Luís: EDUFMA, 2012.

MINOIS, Georges. **História do Suicídio.** A sociedade ocidental perante a morte voluntária. Tradutor Fernando Santos – São Paulo: Editora Unesp, 2018.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **A vida de escravos: Trabalho cotidiano no Maranhão do século XIX.** In ABRANTES, Elisabeth; Barroso, Reinaldo (org). O Maranhão e a Escravidão Moderna – São Luís: Eduema, 2016.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888).** São Luís: SIOGE, 1990.

SCHUELER, Alessandra Frota de. **Marxismo e Historiografia no Reino de Vitória: as contribuições de Edward Palmer Thompson.** Disponível em: [https://docs.google.com/file/d/0B8\\_gvWjrwU3ZbzdKVmlIMkJuTE0/edit](https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZbzdKVmlIMkJuTE0/edit) , 2007.

SOUSA, Luciana Costa da Silva. **ENTRE DRAMAS E HUMOR: representações do suicídio nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha (1880 – 1900).** (Monografia) – UFMA, 2014.

THOMPSON, Edward P. **Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.



## INFÂNCIA AFRODESCENDENTE: Reflexões sobre epistemicídios na construção da Infância Negra no Brasil

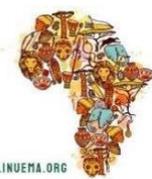
**Carolina Maria Bruzaca (Universidade Federal do Maranhão)**

**RESUMO:** No curso de nossa história o colonialismo, a escravidão perdurada e o esgotamento da força de trabalho da população negra, seguidos pela emergência de uma República, posteriormente pela instituição do estado "democrático" e militar, e, por fim, a ascensão da democracia, forjaram diversas concepções sobre a infância de origem afrodescendente na literatura. A formação de nossa sociedade nos contextos citados deixou marcas que persistem no ideário do que seja essa infância no Brasil atual, o que leva ao seguinte questionamento: como a criança de origem afrodescendente foi, e ainda é, identificada socialmente? Indicando epistemicídios explora-se aqui alguns estudos referentes a identificação da infância afrodescendente ao longo da formação sócio-histórico do Brasil: "O Genocídio do Negro Brasileiro", de Abdias Nascimento(1977); "Infância, história e educação", de Moysés Kuhlmann Jr. (2010); Julita Scarano, com sua obra "Crianças esquecidas das Minas Gerais" (2000) e "Sobrados e Mucambos", de Gilberto Freyre (1936).

**Palavras-Chave:** Infância Afrodescendente. Epistemicídio. Resgate Exploratório. Formação sócio-histórica do Brasil.

**ABSTRACT:** In the course of our history colonialism, the enduring slavery and the exhaustion of the black population's workforce, followed by the emergence of a republic, subsequently the institution of the " democratic " and military state, and finally the rise of democracy, forged various conceptions of childhood of African descent in the literature. The formation of our society in the mentioned contexts left marks that persist in the ideals of what this childhood is in present-day Brazil, which leads to the following question: how was the child of African descent origin, and still is, socially identified? Indicating epistemicides, we explore here some studies regarding the identification of African descent childhood during the socio-historical formation of Brazil: "The Genocide of the Brazilian Negro", by Abdias Nascimento (1977); "Childhood, history and education", by Moysés Kuhlmann Jr. (2010); Julita Scarano, with her work "Forgotten Children of Minas Gerais" (2000) and "Sobrados e Mucambos", by Gilberto Freyre (1936).

**Keywords:** Afrodescendant Childhood. Epistemicide. Exploratory rescue. Socio-historical formation of Brazil.

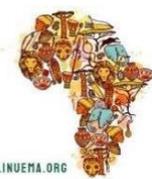


## INTRODUÇÃO

Através da denominação aprofundada por Aparecida Sueli Carneiro em “A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser” (FEUSP, 2005), parte-se para uma exploração dos rastros de epistemicídios na literatura brasileira. Revisar aspectos constitutivos da história da infância afrodescendente no Brasil é um ato necessário, não somente pelo uso cronológico de algum marco inicial de pesquisa ou recorte temporal, mas também como instrumento de compreensão sobre a trajetória que constitui o atual cotidiano em que a infância afrodescendente se insere. Debruçando-nos sobre diversos autores(as) que analisam esta infância específica, procura-se resgatar expressões que incidiram sobre formação da população brasileira, e, ressaltar como as concepções do que seria uma infância afrodescendente estão relacionadas à história da formação social do Brasil.

No curso de nossa história o colonialismo, a escravidão, o esgotamento da força de trabalho da população negra, seguido pela emergência de uma República, posteriormente pela instituição do estado "democrático" e militar, e, por fim, a ascensão da democracia, forjaram diversas concepções sobre a infância de origem afrodescendente. A formação de nossa sociedade nos contextos citados deixou marcas que persistem no ideário do que seja essa infância no Brasil atual, o que nos leva ao seguinte questionamento: como a criança de origem afrodescendente foi, e ainda é, identificada socialmente? Pretende-se aqui esboçar sobre históricas expressões como o abandono de crianças, a alta taxa de mortalidade infantil, e, o trabalho infantil precoce, que incidem sobre essa população, gerando estigmas sobre a infância negra. Abordando a emergência social da população estudada, busca-se perceber o quanto as crianças negras constituem, no senso comum, uma parcela marcada por índices culturais, que atribuem preconceções sobre o modo de ser das crianças.

Vale ressaltar a posição dos estudos publicados no curso do tempo sobre a história da Infância Afrodescendente. Os(as) autores(as) que inauguraram estes estudos, partiram de poucas fontes documentais e bibliográficas para desenvolver seus trabalhos, uma vez que a aparição da infância como foco de estudo foi lenta, e só emergiu pela urgência das questões sociais envolvidas a infância afrodescendente. Buscando a compreensão dessas questões, sublinhamos a trajetória da constituição e consolidação da identidade da infância negra na Contemporaneidade, a fim de desconstruir estigmas que foram construídos no curso dos séculos. Tais estigmas, uma vez encontrados, permitem análises aproximadas sobre históricos discursos que recaem sobre as crianças negras. Essas análises se deram a partir das



perspectivas de variados autores, onde não pretendemos sugerir certa linearidade ou evolução dos acontecimentos, sendo que esta pesquisa não busca pontuar a origem dos estudos sobre a infância afrodescendente. A intenção é compreender como o ideário atual de infância afrodescendente se estabeleceu, tanto na esfera social quanto política. Daí a relevância de traçar alguns períodos históricos.

É preciso ter em mente que no curso histórico do Brasil a Lei Áurea<sup>51</sup> é um decreto recente, fazendo apenas 128 anos deste fato, quando a escravidão se estabeleceu por um quantitativo de tempo maior. O processo de colonização do Brasil forjou o racismo<sup>52</sup> persistente na mentalidade brasileira atual, e este processo, segundo os autores apontados no presente estudo, recai sobre as crianças negras. Durante o período colonialista, a pessoa em condição de escravidão não era levada em conta como pessoa representativa da sociedade brasileira. A criança negra era reduzida em menor representação ainda. A criança nos relatos aparecia de forma coadjuvante, como figurante de um ato. É difícil encontrar registros dessa época, ou trabalhos sobre estes registros, que coloquem a criança negra como foco de análise. Tomemos por exemplo, a análise da professora Mary Del Priore, articulando a infância negra com a categoria trabalho e a questão de gênero da mulher em condição de escravidão, em seu artigo "A criança negra no Brasil":

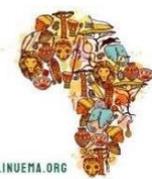
Percebe-se que a infância negra da época por muitas vezes coexistia com o trabalho escravo de sua família. As mães negras exerciam trabalho nas casas grandes, logo as crianças negras circulavam nesses prédios, assim como nos trabalhos exteriores ao ambiente doméstico: acompanhando-a na lavoura, caminhos, vendas. (2002, p. 5)

É central compreender que essa infância também exercia trabalho em conjunto de sua família. Ao mesmo tempo que a criança vivia seus momentos de brincadeira e cuidado, como veremos em citações adiante, a criança era almejada como força de trabalho potencial. Havia uma permissão de resguardo destas, permissão subordinada ao acompanhamento junto a mãe nos espaços de trabalho. A mão-de-obra futura desta criança justificava este resguardo.

---

<sup>51</sup> Lei Áurea. Art. 1º. Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindo de fora, ficam livres. Ver: Constituição de 1984.

<sup>52</sup> Racismo consiste no preconceito e na discriminação com base em percepções sociais baseadas em diferenças biológicas entre os povos. Muitas vezes toma a forma de ações sociais, práticas ou crenças, ou sistemas políticos que consideram que diferentes raças devem ser classificadas como inerentemente superiores ou inferiores com base em características, habilidades ou qualidades comuns herdadas. Também pode afirmar que os membros de diferentes raças devem ser tratados de forma distinta. Ver: Oxford Dictionaries ( 1992)



Sua preservação estava relacionada ao fato de que, um dia, se tornaria um futuro trabalhador em condição de escravidão. É notável atualidade do pensamento de que existe uma permissão para que as crianças advindas de famílias em situação de pobreza trabalhem de forma conjunta a sua família, seja na zona rural ou no perímetro urbano. O discurso moralizante de que a criança precisa trabalhar para ajudar sua família desde cedo, de forma velada carrega a exploração do trabalho infantil. Sabe-se que a pobreza no Brasil possui cor, e são as crianças negras, em maioria, que são direcionadas a este trabalho precoce. Retornando ao período estudado, ainda segundo a professora:

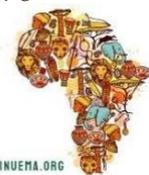
A dicotomia dessa sociedade, dividida entre senhores e escravos, gerou outras impressionantes distorções, até hoje presentes. Tomemos o tão discutido exemplo do trabalho infantil. Dos escravos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas 1/3 sobreviviam até os 10 anos. A partir dos 4 anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos 12 anos, o valor de mercado das crianças já tinha dobrado. E por que? Pois considerava-se que seu adestramento já estava concluído e nas listas dos inventários já aparecem com sua designação estabelecida: Chico “roça”, João “pastor”, Ana “mucama”, transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho. (2002, p. 6)

A partir desta citação, temos duas históricas expressões que incidem sobre a população negra infante: a mortalidade e o abandono infantil. As crianças, por viverem em situação desumanizada conjuntamente aos adultos em condição de escravidão, sob o descaso de seus superiores, morriam antes de completar dez anos de idade. E ao chegar aos doze, tendo sua força de trabalho explorada precocemente, a perspectiva de vida desta criança decaía. Uma criança em situação de escravidão era interessante ao mercado, pois sua idade indicava que a mentalidade desta ainda estava em formação, o que facilitaria um "adestramento" segundo a citação aponta. A perda dos genitores era comum, uma vez que a mortalidade dos adultos negros na época<sup>53</sup> também era elevada, e, no comércio de escravos, era recorrente que famílias se separassem pela compra feita por diferentes proprietários, de membros familiares.

Por outro lado, a análise de Scarano(2000), pincela uma ideia de liberdade infante no período colonial. Era muito comum ver as crianças correndo na rua, usando do espaço público como lugar não só de trabalho, mas também de brincadeira, onde cita:

---

<sup>53</sup> A mortalidade entre os escravizados no Brasil é apontada como muito alta em um periódico da época. Ver: *O Agricultor Brasileiro* (n° 4, 1854).



A rua fazia parte da vida como um espaço coletivo e as crianças mineiras, como as de diferentes lugares, perambulavam com ou sem finalidade. Não eram mantidas segregadas ou separadas dos demais e nem se amontoavam no pequeno espaço onde moravam. A rua fazia parte de seu mundo. (SCARANO, 2000, p. 110)

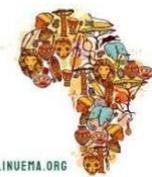
A partir desta citação temos uma outra perspectiva de como a infância afrodescendente se inseria no cotidiano da rua, no período colonial. Se na atualidade, estamos diariamente em contato com crianças que vendem bombom nos transportes coletivos, ou, crianças engraxates, pedintes, entre outras ocupações, fica claro o perduramento desta infância vivendo em situação de rua, com ou sem finalidade. E sendo a rua um espaço de contraditório acolhimento, pois ao mesmo tempo que corriam risco de vida na rua, estavam em relativa liberdade de ir e vir, o que poderia propiciar algum momento de vivência infantil, se pensarmos de forma hipotética.

Retornando a Del Priore (2000, p. 96) levemos em conta seus grifos sobre Gilberto Freyre, enfocando agora os anúncios documentais do período colonial, referente as crianças em condição de escravidão. A autora sublinha um “ensardinhamento” batizado pelo autor, em que viajavam os africanos, no pico do tráfico. O autor aponta as crianças sob os nomes estigmatizantes de "molequinhos, moleques, crias e molecões”, apelidos estes encontrados comumente em cartazes sobre carregamentos de escravos, anúncios de vendas ou fugas:

Das faturas de escravos destaque-se este caso típico: de quarenta negros mandados buscar em 1812 por Bento José da Costa, o mais poderoso escravocrata pernambucano de seu tempo, e que constam de um livro manuscrito do outrora engenho do Salgado [...] só dois eram “negros barbados”; os mais eram moleques, molequinhos, crias e molecões. Dezesesseis moleconas. (FREYRE, 1936, p. 66)

Esta citação, ao ser defrontada pelos parágrafos anteriores, onde mostramos como Del Priore aponta que, aos 12 anos, as crianças que passaram por anos de adestramento em função de um precoce trabalho escravo começam a trabalhar tal qual um adulto em condição de escravidão. Porém, aos doze anos, uma criança ainda possui a aparência de sua idade. Essas crianças então, não eram identificadas como adultas, e nem como crianças negras, e sim "moleques, crias e molecões", como aponta Gilberto Freyre.

Ainda sobre o autor, em sua obra "Sobrados e Mucambos" Freyre acreditava, em suas palavras: “ter sido o primeiro a elencar sistematicamente à presença da mulher e do



menino – e não apenas a do escravo e a do africano – em nossa história, a importância merecida do ponto de vista sociológico ou psicossociológico” (FREYRE, 1936, p. 16). Logo, é traçado um caminho para aprendermos que estudar a história da infância negra é também perpassar sobre os estudos da história da mulher negra, da população em condição de escravidão, da urbanização, do trabalho, das relações de produção, etc. A criança negra, denominada de moleque de forma retificada pelo autor, se insere no curso dos citados processos. Porém, apesar das contribuições do autor a temática em foco, ao revisitar as palavras de Freyre, me inquietei com a forma inata em que ele aborda por momentos as questões de raça, favorecendo o mito da democracia racial<sup>54</sup> e reforçando estigmas, ao rebatizar de forma pejorativa as crianças negras. Quando li a obra de Abdias Nascimento chamada "O genocídio do negro brasileiro", ficou evidente a raiz de minha inquietação, uma vez que Nascimento denuncia a suavização de antagonismos que Freyre aplica em seus escritos, como por exemplo nesta passagem onde Freyre aponta as brincadeiras violentas das crianças brancas para as crianças negras “Aquele mórbido deleite em ser mau com os inferiores e com os animais é bem nosso; é de todo menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata.” (FREYRE, 2005, p. 454).

Nota-se que o autor parte de uma perspectiva privilegiada do que seria um mundo infantil. Apesar do autor compreender que a miscigenação camuflou relativamente as relações raciais, ao mesmo tempo conclui que no Brasil, a escravidão incidiu de forma mais branda, proporcionando relações relativamente harmônicas. É essencial para o presente estudo perceber que ao mesmo tempo que as crianças brancas e negras poderiam até coexistir em momentos de brincadeira, ou, até beber do leite da mesma ama (abordaremos nos próximos parágrafos a questão da amamentação), isso ainda não atestava a não-existência, ou a suavização, de relações violentas na infância afrodescendente.

Abdias Nascimento (1977) também grifa Pierre Verger<sup>55</sup> ao denunciar o “intercasamento” que este faz, ao notar que os filhos brancos dos proprietários das plantações: “percorriam os campos junto com jovens negros que serviam como seus ‘sacos de pancadas’, mas também como seus companheiros de brinquedos e de escolas. Eles adotavam reações e modelos de comportamento africanos.” (1976, p. 217). As referentes impressões de Verger são posteriores ao período escravagista, porém o interessante do grifo de Abdias é a

<sup>54</sup> A democracia racial é um termo usado por algumas pessoas para descrever relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de alguns estudiosos que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial. Ver: infoescola (2017).

<sup>55</sup> Fotógrafo e etnólogo autodidata franco-brasileiro. Ver: Wikipédia.



desconstrução da suavização do racismo presente na infância afrodescendente, sustentado pelos ideólogos da "democracia racial". Del Priori reafirma esta objetificação da criança escrava em momentos de brincadeira, com outras crianças não-escravas. A autora, partindo ainda de Gilberto Freyre, aponta alusões nas brincadeiras entre as crianças brancas e negras dentro da casa grande, chegando ao chocante denominador: “brincava-se com crianças pequenas como se brincava com animaizinhos de estimação” (1936, p. 179). Podemos visualizar que, até em momentos propícios a uma vivência infantil lúdica, os espaços de brincadeira das crianças negras também estavam condicionados a lógica escravista, onde participar das brincadeiras de forma conjunta as crianças brancas significava ser objetificada também como um brinquedo possuído, a mercê de pancadas e outras formas de violência.

Revisando toda exploração feita até o presente parágrafo, a partir das citações, percebe-se que a visibilidade social da criança negra é evocada nos referenciais históricos a partir de interesses que dizem respeito a vida de outras pessoas, que não a dela mesma. Se fala da criança negra vivendo sua infância em conjunto do trabalho escravo produzido pela sua mãe e sua família; são tomadas por “moleques”, conjuntamente aos adultos em condição de escravidão, nos expostos dos anúncios dos cartazes da época colonial, e, nota-se a criança negra, conjuntamente a criança branca filha das autoridades, para expor como estas interagem entre si, reproduzindo relações de poder do período escravagista. A criança negra sempre aparece de forma conjunta a algo, coadjuvante, não sendo foco de preocupação ou análise.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Katia. **Infância afrodescendente**: epistemologia crítica no ensino fundamental. Salvador: Editora EDUFBA, 2006.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª Ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense. 1994. (Obras escolhidas; v.I)

CAMARGO Cândido Procópio Ferreira de: **Kardecismo e Umbanda**. 176 págs. Livraria Pioneira Editôra. São Paulo, 1961.

Aparecida Sueli CARNEIRO. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)

DEL PRIORE, Mary. **O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império**. In: História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto. 2000. pp 84-106.

FREYRE, Gilberto (1900-1987). 2004. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. – 15ª ed. São Paulo: Global. p. 77.

IANNI, Octávio. **Raças e classes no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1972.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora. Brasiliense, 1988.

LEITE, Miriam, L. M. (1997). **A Infância no século XIX**: Segundo memórias e livros de viagem. (PP. 19-52). In: História Social da Infância no Brasil. Organizador Marcos Cezar de Freitas. 8. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

KUHLMANN Jr., **Moysés Infância, história e educação**. In: Infância e Educação Infantil: Uma Abordagem Histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

\_\_\_\_\_ & FERNANDES, Rogério. **Sobre a História da Infância**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) A Infância e sua Educação: Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SCARANO, Julita. **Crianças esquecidas das Minas Gerais**. In: DEL PRIORE, Mary.



História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto. 2000. pp 107-136.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VERGER, Pierre. **African religions and the valorisation of the Brazilian of African descent.** In: Seminar series, vol. 1, n.º 1, parte 1. University of Ifè, 1976/77, pp. 217-241.



## DIREITOS TERRITORIAIS: As lutas e as “batalhas” em busca de reconhecimento de direitos

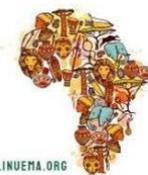
Elisandra Cantanhede Ribeiro (IESF) <sup>56</sup>

**RESUMO:** O presente texto parte do debate na Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, pela Universidade Federal do Maranhão, desenvolvido na disciplina “Quilombos Maranhense” a cerca da temática direitos territoriais, para compreender os processos de regulamentação das terras intituladas de quilombos ou terras de pretos, desenvolvido do contexto de lutas e reivindicações em torno da terra, trazendo elementos dos avanços e retrocessos vividos pelos quilombolas em diferentes territórios. O debate girava também em torno de compreensão dos fatores e processos de regulamentação de terras, dentro da legalidade das questões jurídicas. Para tanto procuramos buscar autores que possam nortear tal pesquisa e colaborar com o debate a cerca de temática e também buscamos elencar os arcabouços jurídicos que foram implementados para essa regulamentação (ou Não regulamentação). Utilizaremos autores (as) como: O'DWYER (2008); MUNANGA (2003); DUTRA (2011); ROCHA, (2010); LEITE (2000). É imprescindível reescrever a página que foi arrancada da história junto com o próprio negro, história esta que não termina com a abolição. Vemos no cotidiano discurso como: “Aqui não vivem mais escravizados e, portanto não existem mais negros”, quando os mesmos foram deixados à própria sorte e hoje tem que lutar por um lugar não só na história, mas no território.

**Palavras-chave:** Territórios; Quilombos; Direitos; Disputas

**ABSTRACT:** The present text starts from the debate in the Degree in African and Afro-Brazilian Studies, by the Federal University of Maranhão, developed in the discipline “Quilombos Maranhense” about the territorial rights theme, to understand the processes of regulation of the lands called quilombos or lands of blacks, developed from the context of struggles and claims around the earth, bringing elements of the advances and setbacks experienced by quilombolas in different territories. The debate also revolved around understanding the factors and processes of land regulation, within the legality of legal issues. Therefore, we seek authors who can guide such research and collaborate with the debate on the theme and also seek to list the legal frameworks that were implemented for this regulation (or non-regulation). We will use authors such as: O'DWYER ( 2008 ); Munanga ( 2003 ); DUTRA (2011); ROCK ( 2010 ); MILK ( 2000 ). It is essential to rewrite the page that was torn from history along with the black himself, which ends with the abolition. It is as if they said “Here no longer live slaves and therefore there are no more blacks” were played their own luck and today has to fight for a place not only in history, but in the territory.

<sup>56</sup> Graduada em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, pela Universidade Federal do Maranhão, Estudante de Especialização em Ensino de História: Cultura e Sociedades, pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. [jhuerbete@hotmail.com](mailto:jhuerbete@hotmail.com)



**Keywords:** Territories; Quilombos; Rights; Disputes.

## INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são grupos étnicos formados majoritariamente por negros da área urbana ou rural que foram definidos a partir de 1988 como “remanescentes de Quilombos,” a partir de suas relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade e tradições culturais. Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Segundo informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento (2014), estima-se que há cinco mil comunidades quilombolas em todo território brasileiro.

A formação dos grupos de escravizados fugitivos se deu em toda a parte do novo mundo onde houve escravidão. No Brasil esses aglomerados receberam o nome de Quilombos ou mocambos como define Reis (2012), dentre eles se encontram o quilombo dos Palmares que foi o principal símbolo de resistência do povo negro, indígena e de alguns brancos (soldados desertores, perseguidos pela justiça, vendedores, etc.). O conceito de quilombo foi se alterando a partir dos contextos que foram se alterando com o passar do tempo. Para Moura essa definição de quilombo só teria relevância desde, de que esse agrupamento fosse de grupos fugidos como cita:

O certo é que, onde quer que a escravidão tivesse se instalado, os quilombos eram constante. Elemento de fricção e desgaste permanente, os quilombos contribuíram, por isso, ao minarem e deteriorarem as relações entre senhores e escravos, para mudança social. (MOURA, 1993),

Os quilombos na década de 1870 era definido pelo Conselho ultramarino como “todo núcleo que se reunisse com cinco ou mais escravizados fugidos mesmo sem ter algum tipo de edificação”. Já para Clóvis Moura (1981) a definição de quilombo é visto com o viés mais político, essas comunidades de ex-escravos constituíam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos – capitão do mato.

O sociólogo Kabengele Munanga, concorda com a origem africana e afirma que o quilombo brasileiro “é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos



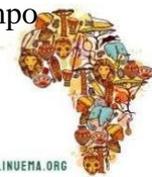
escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”.

Como todo grupo, o território tem diversos significados, construído a partir de diversas reproduções dos atores sociais no espaço, seja no âmbito físico, jurídico ou social. E o caminho adotado, para abordar as diversas posições dos atores sociais no espaço, é a análise das identidades, em vista de que, a partir das identidades, podem-se perceber as fronteiras que definem os territórios. Trata-se de territórios construídos e desconstruídos conforme os posicionamentos sociais, tanto dos atores sociais coletivos (estabelecimentos) ou individuais (pessoas). Já a partir do século XX essa definição se alterou com os novos modelos de atores sociais, com a abolição esse símbolo de resistência passa a fazer parte da vida dos ex-escravizados e também passa a ser o lugar para onde muitos migram e constituem suas famílias como forma de moradias mais atuais. Estas terras passam a ser morada permanente da população negra e a partir daí ela começa a requerer uma demanda antes não exigida, que são a regulamentação da terra, onde exige que os quilombos passam a serem reconhecidos legalmente como terra de pretos ou território negro.

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, os negros, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem com o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. A organização dos quilombos não foram manifestações aleatórias como explica Moura, (1993), Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro de sistema nacional, e permanentemente que apesar de todos os entraves luta por essa permanência.

### **UMA QUESTÃO DE (RE) CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE URSUPADA**

Os territórios sociais de resistência foram construídos pelos africanos escravizados no Brasil desde o período da colonização. Neles, os escravizados buscavam o fortalecimento de sua identidade, que foi perdida dentro dos porões em travessia transatlântica. Utilizavam-se de atitudes de resistência perante os padrões estabelecidos pela sociedade escravocrata. Portanto, neste cenário histórico e social, os territórios de resistência, identificados como quilombos, que durante esse período passou a ser lugar de esperança para muitos fugitivos, pois os mesmos viam nessa fuga uma maneira de mudar a vida na qual levava durante muito tempo



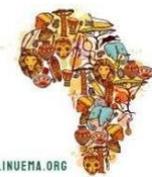
como prisioneiros e viviam de maneira sub-humana, tendo que trabalhar e ainda eram açoitados.

Os territórios sociais fundamentados em relações de parentesco e no acesso a terras livres beneficiam a concretização de uma identidade autônoma, quilombola. Nesse sentido, o modo de vida nas comunidades quilombolas se constituem em torno de relações sociais definidos por critérios de parentesco, afinidade e vizinhança, que baseiam no princípio de solidariedade e reciprocidade, trocando produtos e serviços, tanto de objetos para pesca e também trocando produtos de gêneros alimentícios, que são produzidos na própria comunidade. Como é o caso da agricultura muita das vezes familiar, que serve para suprir as necessidades sejam elas das famílias ou mesmo da própria comunidade. Enfatizam a sua condição de coletividade camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade e compreendem as diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, onde não apenas os africanos e afro-brasileiros estão envolvidos.

A Territorialidade e identidade etno-cultural são, portanto os elementos essenciais para a compreensão das sociedades de origem quilombolas. O ato de quilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para a condição contemporânea para dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada. Como nos elenca Eliane O'DWYER ( 2008 ),

A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo de organizacional que confere pertencimento mediante normas e meios empregados para indicar aflição ou exclusão. ( BARTH , 1969 ), apud O'DWYER( 2008 ).

A construção da identidade quilombola ultrapassa as barreiras do pensamento historicamente negado, enquanto patrimônio positivo do estado. Necessitando de reconhecimento da apresentação afirmativa dos quilombolas com suas formas características de existir. Para o sociólogo Kabengele Munanga os efeitos do não reconhecimento podem causar não só uma ferida nociva, mas uma lacuna irreparável que é perceptível em todos.



[...] a falta de reconhecimento não revela o esquecimento o respeito normalmente devido. Ela pode infligir uma ferida cruel ao oprimir suas vítimas de um ódio de si paralisante o reconhecimento não é simplesmente uma cortesia que se faz às pessoas: é uma necessidade vital ( MUNANGA, 2003, p.45 ).

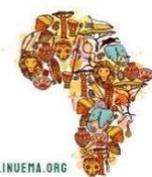
A trajetória histórica de resistência, eclodida no passado, é evocada para estabelecer resistência hoje, praticamente como exigência de uma continuação desse mesmo processo. A identidade de negro é posta como uma relação de diferença sendo baseada na inferioridade da diferença de classes. A luta torna-se constante para a preservação dessa uma identidade quilombola. Nos espaços quilombolas a um aprendizado de valores que pode- se considerar como essências para a formação da criança aos adultos, sejam enquanto as normas de convivência comunitária, as festas realizadas dentro dos quilombos, a valorização de sua cultura e todos os seus rituais. Como assinala Moura, ( 2006 ),

Compreender a contribuição das festas dos quilombos contemporâneos como fator formador e re-criador de identidade, assinalando-as como veículo de transmissão de valores que possibilitam a afirmação e a expressão da alteridade é uma forma de perceber como se dá a negociação dos termos de inserção das comunidades rurais negras na sociedade inclusiva.

As crianças aprendem porque participam de todas as atividades, dos cânticos, na arrumação do ambiente, na seleção das roupas, na preparação do altar, isto é, desde a preparação da festa até o momento da finalização. Todo o processo é participativo e as crianças e os jovens querem tomar parte dos rituais porque eles fazem parte de sua vivência e reafirmam a noção de pertencimento àquela comunidade. Esse veículo de treinamento informal destila um saber que vai sendo transmitido e assimilado pouco a pouco, ao mesmo tempo em que se proporciona oportunidade de reflexão sobre a necessidade de mudança. (MOURA, 2006, p. 261).

## **TERRA QUILOMBOLA E SUA LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO**

A principal lei estabelecida no Brasil em relação à terra foi a Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, extingue os africanos e seus descendentes da camada de brasileiros, situando-os numa outra categoria apartada, nomeada libertos. Desde então, abrangidos por todos os tipos de racismos, preconceitos e violência que a cor da pele apregoa – e aponta –, os negros foram sistematicamente expulsos ou deslocados dos lugares que optaram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Emanada daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra.



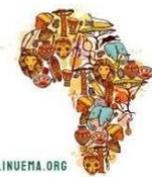
No Maranhão com a Lei 2979/1969, o setor agrário maranhense ganha novo contexto, ao implementar um modelo muito semelhante a lei de terras de 1850, que impôs a compra e venda de terras como única via de propriedades rurais. Com essa lei todas as “mazelas” sociais foram impostas para os camponeses maranhenses. Os camponeses passaram a viver à sombra da invasão de suas terras, das grilagens e da violência. Os trabalhadores rurais foram obrigados a trabalharem os grandes empreendimentos agropecuários que se instauraram em suas próprias terras, foi uma alternativa encontrada para superar as imposições jurídicas de acesso à terra. Os grandes empreendedores se utilizaram desse momento de fragilidade para explorar de todas as formas os trabalhadores.

A história agrária maranhense é uma herança predatória do colonialismo que deve ser pensada pelo viés do capitalismo, do acúmulo de poder dos grandes latifundiários, que buscam mais a cada dia. A grilagem a cerca das terras maranhenses se acirrou após a Lei 6383/1976, lei das Ações Discriminatórias, que promoveu um intenso êxodo rural das famílias que não conseguiam se manter em suas próprias terras. Segundo Pedrosa,

Esta situação mudou bruscamente com o advento da chamada “Lei Sarney de Terras” (Lei n.º 2.979, de 17 de julho de 1969), que anunciou um ambicioso projeto para explorar e desenvolver a Amazônia. Como parte desse projeto, havia a necessidade de implantação de infraestrutura, especialmente a construção da rede rodoviária. A partir da Transamazônica, portanto, foram construídas várias outras rodovias decorrentes da implantação desse projeto, com sérias repercussões no aspecto da ocupação fundiária da chamada fronteira agrícola do Estado.

Segundo os dados do site da unidade de conservação na Amazônia brasileira (2018): Atualmente é reconhecida a existência de comunidades quilombolas em 24 estados brasileiros, entretanto, a atualização deste repertório legal realizado em outubro de 2008 indica apenas que apenas 18 deles possuem algum instrumento legal que versa sobre essas comunidades ou suas terras. Esses documentos variam entre Constituições, Leis e Instruções Normativas, dentre outros, com diferentes pesos legais e grau de implementações.

Grandes partes das comunidades quilombolas não estão legalizadas, e/ou não possuem o registro de suas terras. Muitas destas terras estão suscetíveis a grileiros que invadem e se apropriam das terras e por consequência entram em conflito com as famílias que vivem naquela localidade, onde se apropriam do espaço. As familiares que ali residem são “arrancadas” do seu local de origem e muitas das vezes colocadas em locais distantes, outro exemplo que podemos citar é o caso de alguns quilombos de Alcântara, que sofreram



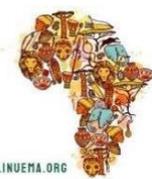
remanejamento para lugares distante, através das negociações entre o centro de lançamento de Alcântara e a Agência Espacial. Em 1987, é implantada a Agrovila Peru, no município de Alcântara, para abrigar os remanescentes de quilombos de dez comunidades, fenômeno que provoca mudanças nas estruturas física e material, alterando as condições objetivas de vida desses atores sociais. Não foram levados em consideração os agentes envolvidos daquela localidade, sua cultura e até mesmo seu meio de sobrevivência e sua auto sustentação, onde as quebradeiras de coco, pescadores e os produtores de lavouras são constantemente impedidos de utilizarem seus próprios espaços. A Base Espacial se traduz na imagem da violação de direitos humanos, territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara e no desrespeito a Constituição Federal de 1988.

Segundo O'Dwyer essa disputa trouxe algumas consequências que levaram a interferência do estado na hora da tomada de decisão de quem é de fato e de direito dono do território:

A disputa em torno da posse da terra e o desenvolvimento de grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros ou pura e simples grilagem com fins de especulação imobiliária acabaram por tornar necessário os “relatórios de identificação” como prática administrativa de órgãos governamentais para conferir direitos, ( O'DWYER, 2008 ).

Calcula-se que existam hoje, 2.600 comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil já certificado pela Fundação Palmares e mais 250 processos em análise técnica aguardando a complementação de documentação ou vista técnica de certificação (FUNDAÇÃO PALMARES) todas lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagradas pela Constituição Federal desde 1988. Essas comunidades recebem proteção especial da Constituição Federal: Arts. N° 68 e 216, além da legislação federal através do Decreto Lei n° 4.887 de 20 de novembro de 2003. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal diz: “Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” resistência ao modelo escravista da sociedade brasileira.

O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 vem elencar subsídios para valer o termo “territórios tradicionais” como “espaços necessários à reprodução de cultura, social e



econômica dos “povos tradicionais” sejam elas utilizadas temporariamente de forma permanente ou temporária”. Nos seus Artigos, 10<sup>57</sup>., 20<sup>58</sup>e 30<sup>59</sup>..

Já no Maranhão existem cerca de 60 comunidades quilombolas tituladas pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) que no artigo 229 da Constituição do Estado do Maranhão, no Decreto nº 32.433, de 23 de novembro de 2016, Regulamenta a Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Todas essas reivindicações de direitos pela terra e pelo território tiveram também mobilizações contrárias ao decreto 4887 como foi o caso do Partido da Frente Liberal- PFL em 2004 entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade- ADIN nº 3.239-/600- DF, e em 2007 os então partidos PMDB- SC e PSB- MS entraram com uma solicitação através de um Decreto Legislativo que cessasse o efeito da referida norma. Não podemos deixar de evidenciar também os conflitos enfrentados pelos quilombolas, onde muitas famílias são ameaçadas e até mesmo assassinadas.

Segundo relato do quilombola Ednaldo Padilha “Cabeça”, morador da comunidade de Camaputiua- Cajari- Maranhão, a relação com fazendeiros, posseiros não se dá de maneira cordial.

[...] Aqui foi um das grandes lutas nossas, por causa dos búfalos, eles viviam permanente dentro do Igarapé, o Igarapé quase todo tomado já não tinha espaço nem pra colocar mandioca, eles chegavam e bagunçavam toda a mandioca [...],

[...] A queima de casa foi em onze de maio de 2011. Foi o primeiro assassinato de Camaputiua, dessa situação conflituosa interna [...].

[...] Essa situação de Camaputiua, do território de Camaputiua que é uma só, quando você vai ao Bacuri é a mesma coisa. Ladeira é a mesma coisa, são atores diferentes, o insulto de chamar “negro fedorento, preto beijudo”, dizer

<sup>57</sup> [...] Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais [...].

<sup>58</sup> [...] Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais[...]

<sup>59</sup> I- Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; Ver tópico (104 documentos)

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e Ver tópico (9 documentos).

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.



em praça publica que ia embora quando matasse três pretos que era Zé Raimundo, Maria Antônia e Cabeça [...].

[...] O irmão Lourenço que vivia na luta no dia que foi ameaçado, foi assassinado. Quero dizer a vocês sejam fortes, sejam firmes, vamos no Maranhão todo, porque isso vai evitar muitos problemas [...].

(PADILHA, 2015, p.87-96)

Podemos elencar uma série de outros fatores que geram conflitos nesse processo de regulamentação das terras quilombolas, que estão para além de uma simples disputa pela terra. Conforme explica Martins; Filho; Junior:

Atualmente, com o avanço do agronegócio, as estratégias empresariais incorporam aspectos que precisam ser considerados, tais como apropriação do discurso ambientalista, desmobilização dos grupos sociais através da cooptação de pessoas por meio de ofertas de trabalho ou mediadoras nas discussões sobre políticas compensatórias. Tais estratégias têm gerado conflitos críticos emergenciais com a constante expansão e invasão do mercado comercial e dos programas nacionais de desenvolvimento responsáveis pela implantação ou ampliação dos grandes projetos – ferrovias, linhas de transmissão, barragens, hidrelétricas, base espacial, madeiras carvoarias, siderúrgicas, plantações de monoculturas, gasodutos, termo elétrica- que são executados com admissão e financiamento do Estado brasileiro, sobrepondo-se, ameaçando e impactando direta e indiretamente os territórios de povos e comunidades tradicionais. (MARTINS; FILHO; JUNIOR, 2013, p. 97 ).

A luta por todo esse processo de reivindicação e posse não deve ser determinada por aqueles que desejam manter essa história silenciada e negada. O sonho de manter as famílias unidas pela ancestralidade, pela cultura e até mesmo em situação social a qual foram obrigados a ser inseridos. A luta é constante e diária e deve ser repassada para os filhos e netos, sobre a luta constante de uma necessidade de autoafirmação em quanto uma identidade quilombola e enquanto negro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lacunas pelos direitos territoriais continuam se alargando e as demandas e processo nos órgãos de representação se acumulando. Mesmo com todos esses desafios, as comunidades quilombolas resistem e permanecem organizadas, mobilizando-se pelo direito de permanecerem e terem a propriedade definitiva dos seus territórios, reconstruindo sua identidade étnica e reivindicando seus direitos. (MARTINS; FILHO; JUNIOR, 2013 )

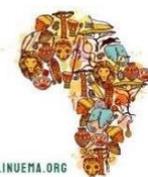
Os Quilombos no Brasil expressam uma luta identificada e definida num desdobrar cotidiano por uma vivência melhor, por respeito e dignidade. O respeito às pessoas e a seus direitos de optarem por viver onde desejarem respeitando a sua vida em qual esfera social



esteja. Mesmo com todos esses desafios, as comunidades quilombolas resistem e permanecem organizadas, mobilizando-se pelo direito de permanecerem e terem a propriedade definitiva dos seus territórios, reconstruindo sua identidade étnica e reivindicando direitos. São grupos sociais com atuação determinante, dispostos a resistir incansavelmente, imbuídos da consciência de manter sua autonomia e legitimidade do poder mobilizador.

Avaliamos que é necessária uma maior atenção e respeito aos povos que reivindicam juntos aos órgãos públicos seus direitos territoriais, reconhecemos ainda ser indispensável um maior aprofundamento da temática na esfera política, dos direitos quilombolas assim como uma apresentação mais detalhada do desenvolvimento do que consideramos uma análise performativa do direito. E é necessário que haja uma sensibilização, ligada aos desafios das demarcações de terras dos territórios quilombolas marcados por muitos conflitos, bem como o respeito a diversidades de culturas, identidades, levando em consideração toda a narrativa dos agentes envolvidos.

As garantias desses direitos são sempre esbarradas na burocracia, na dificuldade de efetivação e na má vontade política do estado. E isso traz grandes consequências levando muitas vezes os agentes envolvidos a terem que lutar não só pelo território, mas também pela própria vida, os embates são constantes e traz um conjunto de implicação para quem busca essa reivindicação, como é o caso dessas famílias quilombolas, que vai desde a reivindicação contrária ao Decreto 4.887/2003.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, poder Executivo [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05). 10.1988/CON1988.asp acesso 15/10/2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Casa Civil, LEI Nº 601, de 18 de Setembro de 1850, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm) acesso em 15/010/2019

\_\_\_\_\_, Presidência da República, Casa Civil, **DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm) acessado em 15/10/2019

\_\_\_\_\_, **Presidência da República Decreto 6040/07 | Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**, <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94949/decreto-6040-07> acesso em 16/10/2019.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social, <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014> Acesso 15/10/2019.

\_\_\_\_\_, Presidência da República, Casa Civil, DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) acesso em 02/11/2019

**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**, disponível em <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs> acessado em 15/11/2019.

**INSTITUTO DE TERRAS DO MARANHÃO**, disponível em <http://www.iterma.ma.gov.br/quilombos-titulados/> acessado em 12/11/2019.

MARTINS, Cynthia Carvalho; FILHO, Aniceto Cantanhede; JUNIOR, David Pereira, [ET al.]- Manaus: UEA Edições, 2013.p.105.

MOURA, Clóvis, Quilombos Resistência ao Escravismo, 3ª Ed.1993.

MOURA, Glória, Aprendizado nas comunidades quilombolas, currículo invisível. In BRAGA, Maria L. de S; Sousa, Edileuza P. de Pinto, Ana F.M (orgs). Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade. Educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p.259-270.

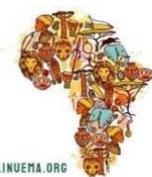
MUNANGA, Kabengele, Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO Jorge Manuel; BARROS, Graciele Nascimento. (Orgs). Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretária de Educação e Média e Tecnologia, 2003.



O'DWYER, Eliane Catarino, Terras de Quilombos: direitos territoriais em construção, Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes, v.14, N1/2, jan/dez, 2008.

PADILHA, Ednaldo, **Resistencia e fé: o “Cabeça”, narrativas de um quilombola** /org. Dorival dos Santos. (Projeto Centro de Ciências de Saberes: Experiências de Criação de “Museus Vivos” na afirmação de Saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais)- Rio de Janeiro: casa 8/PPGCSPA-UEMA, 2015.

PEDROSA, L.A. C; A Questão Agrária no Maranhão, 2003.



## BIOPOLÍTICA, NECROPOLÍTICA E O GENOCÍDIO DAS PESSOAS NEGRAS.

Jaime Sousa da Silva Júnior<sup>60</sup> (Universidade Federal do Maranhão – UFMA)

**RESUMO:** Escrevo o presente trabalho com o objetivo de discorrer sobre as noções de biopoder a partir de Michel Foucault, e a noção de necropolítica a partir de Achille Mbembe. O método utilizado é o da revisão bibliográfica, especialmente das obras *Microfísica do poder*, do primeiro autor, e do ensaio *Necropolítica*, do segundo autor. Trago inicialmente as noções de poder, soberania e biopoder em Foucault, para posteriormente trazer a leitura desses conceitos com Mbembe, chegando a seu conceito crucial que é o de necropolítica. Uma das conclusões do presente trabalho é perceber a profunda relação desses conceitos com a morte e a capacidade de decidir quem vive e quem morre. Analiso o ensaio de Mbembe em seus exemplos para apontar que o genocídio e o terror não acontecem apenas em situações extremas, mas é um dos pressupostos e sustentáculos do Estado em sua concepção moderna. Dessa forma, acredito que a mudança na perspectiva do Estado moderno como pautado numa razão plena pode nos ajudar a melhor compreendê-lo em suas características maiores relacionadas ao terror, a morte, ao racismo e a manutenção das desigualdades dos mais variados tipos.

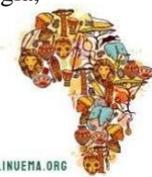
**Palavras-chave:** Foucault, Mbembe, biopolítica, necropolítica.

**ABSTRACT:** I write this paper with the aim of discussing the notions of biopower from Michel Foucault, and the notion of necropolitics from Achille Mbembe. The method used is that of the bibliographic review, especially of the first author's *Microphysics of Power*, and the second author's *Necropolitical* essay. I initially bring the notions of power, sovereignty and biopower in Foucault, to later bring the reading of these concepts with Mbembe, arriving at his crucial concept, that of necropolitics. One of the conclusions of the present work is to perceive the profound relationship of these concepts with death and the ability to decide who lives and who dies. I analyze Mbembe's essay in his examples to point out that genocide and terror do not only happen in extreme situations, but are one of the assumptions and underpinnings of the state in its modern conception. Thus, I believe that the change in the perspective of the modern State as guided by a full reason can help us to better understand it in its larger characteristics related to terror, death, racism and the maintenance of inequalities of the most varied types.

**Keywords:** Foucault, Mbembe, biopolitical, necropolitical.

---

<sup>60</sup> Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (2019); pesquisador na área de psicologia, psicanálise, questões raciais, filosofias africanas e Michel Foucault. Contato: jaimesilvajunior@hotmail.com



## INTRODUÇÃO

Venho, através deste trabalho, introduzir os conceitos de biopoder, biopolítica a partir da obra de Michel Foucault, e fazer a devida interlocução com o conceito de necropolítica, a partir do filósofo africano Achille Mbembe. Ainda, parto dessa introdução para pensar, a todo tempo, o genocídio das pessoas negras e o racismo como o subsídio central de todos estes construtos.

O presente trabalho é uma fala elaborada para os eventos III Simpósio internacional de historiografias e linguagens – IV Simpósio internacional de África e Sul global, realizados no início do mês de dezembro, no prédio do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, localizado no bairro da Praia Grande, em São Luís, Maranhão. É fruto de inquietação e vivência pessoais sobre o racismo, que desembocaram num trabalho de conclusão de curso e em trabalhos que se estendem até os dias atuais.

Este trabalho não tem como objetivo esgotar os conceitos, ou dar uma explicação sistemática fechada, mas sim discutir as produções dos dois autores, trazendo questionamentos e reflexões que possam surgir e contribuir com o debate sobre o racismo, questões raciais, étnico-raciais, coloniais, decoloniais, e também sobre as filosofias africanas, cujo Mbembe é um expoente. A possibilidade de falar sobre essa pesquisa em eventos de tal magnitude significa o privilégio fazê-lo circular na palavra, questioná-lo, reafirmá-lo, negá-lo, “dialogá-lo”. Até que, ao final, talvez tenhamos um novo trabalho.

Penso aqui, que temos também a possibilidade de uma epistemologia diferenciada, na qual importa o saber localizado (FOUCAULT, 1976), o lugar de quem fala, como o que potencializa o discurso contra-hegemônico. Contra uma epistemologia eurocêntrica, branca, que pressupõe uma neutralidade inexistente, proponho um saber revolucionário e opositor. Saber este que tem como foco principal abrir portas para que outros discursos sejam criados e lugar para que outros sujeitos excluídos possam falar.

### **SOBRE OS CONCEITOS DE PODER, BIOPODER E BIOPOLÍTICA**

Michel Foucault foi um pensador francês extremamente difícil de ser categorizado, embora muitos tenham tentado e tentem até hoje. Dizem-no filósofo, cientista político, psicólogo, sociólogo, historiador, mas acredito que nenhuma dessas taxonomias possam dizer que tipo de trabalho foi feito por Foucault.

Aluno de Hyppolite, Maurice Merleau-Ponty, Wallon, foi contemporâneo e muitas vezes colega de grandes nomes tais quais Sartre, Beauvoir, Lacan, Deleuze, e outros grandes nomes de pensadoras e pensadores do século XX, além de ter sido filiado ao partido



comunista (SILVA JÚNIOR, 2018a). Acredito que possamos lançar certa luz sobre sua filiação disciplinar quando lembramos a sua estreia na cátedra deixada por seu mestre Hyppolite, “História dos sistemas de pensamento”. Esta deu-se através de sua importante fala, publicada com o título de *A ordem do discurso*. Nesta obra, Foucault (1970) explica os mecanismos pelos quais o discurso é concatenado pelo poder, e como o discurso é um caminho pelo qual o poder se faz presente de forma física na sociedade como um todo.

Arrisco então, afirmar que Foucault foi um pesquisador que estudava o pensamento. Especificamente o pensamento como material. Por isso, em seus estudos, passa por tantos objetos de estudo, desde a loucura, os dispositivos de controle do Estado, o próprio poder. Porque, para Foucault, o pensamento é material a ponto de estar diretamente inervado pelo poder, e vice-versa.

Dito isto, nos introduzimos no conceito de poder, para então nos entrelaçar nos conceitos de biopoder e biopolítica.

Estamos acostumados a pensar o poder sempre como encarnado em pessoas, instituições, grupos, etc. O poder, no senso comum, seria quase uma entidade ou uma energia metafísica que repousa nas mãos de determinado rei, presidente, ministro. A nível global, poderíamos falar do poder do sistema capitalista, como dominante sobre os outros países. Poderíamos falar, no tema religioso, no poder que tem Deus de decidir os caminhos da vida dos seres humanos. A nível menos elevado, poderíamos falar sobre o poder que um pai tem sobre as decisões tomadas em sua família. Pergunto então: isto tudo é o poder? Sim. E não.

O poder para Foucault não está encarnado em uma pessoa, ele não tem dono ou detentor. O poder não poderá ser achado, caso seja buscado, pois não se sabe quem o tem. No entanto, sabe-se quem não o tem (FOUCAULT, 1979). Os mecanismos do poder se fazem sentir em seus efeitos, em sua capilaridade, atingindo as pessoas. Está em seus corpos, aparece em seus comportamentos. Tudo o que tomamos por tão natural, está engendrado por relações de poder, inclusive nós, nossa história, nossos sentimentos, o que fazemos e o que deixamos de fazer. O mundo como conhecemos, mundo de linguagem, mundo cultural, mundo humano, é um mundo construído e engendrado por relações de poder. Estas destroem, constroem, reprimem, produzem, derrubam, levantam, criam e recriam. Um mundo, e consequentemente os corpos.

Foucault, como estudioso dos tempos clássicos (século XVII, XVIII), vai explorar as mudanças pelas quais passaram as sociedades e as pessoas durante esses períodos de tempo. Com o declínio dos antigos modelos de governos monárquicos absolutistas, em sua maioria apoiados na figura de Deus como fundador e doador do poder, surge o Estado moderno. Sem



o apoio divino, esse Estado terá seu suporte em um conjunto de discursos científicos, jurídicos, sociológicos e psicológicos que o instituem como unidade de nação presente em cada localidade, garantindo um sentimento de pertencimento a determinado grupo, etnia, raça, descendência, etc.

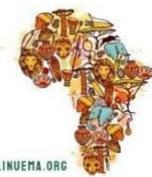
É nesse declínio dos antigos governos, paralelo ao crescimento do primeiro capitalismo que surge uma preocupação maior com a saúde da população, pouco a pouco, em algumas localidades da Europa. Foucault (1979) vai observar que é onde surge a medicina social, e poderia eu dizer que são as primeiras políticas públicas de saúde. Era necessário manter a saúde da população, garantindo uma mão de obra sadia e forte, as engrenagens da revolução industrial. Paralelo a isso, instituições tais quais igreja, escola, prisões, continuam trabalhando no sentido de construir um conjunto de discursos verdadeiros que diz qual é o certo e o errado do corpo. Nesse sentido, surge um modelo de homem universal, europeu, branco, heterossexual e masculino.

Assim, o poder se direciona de forma mais sutil, chegando às pessoas, seus corpos, comportamentos e formas de vida. Produz-se um saber sobre o corpo a partir de algumas disciplinas escolares e militares, e também disciplinas científicas, que abarcam o biológico e o fisiológico. A medicina social, lado a lado com outras disciplinas que produzem discursos verdadeiros, também são dutos de poder que forjam esses corpos, de forma que o poder é responsável também pela forma que nós construímos e olhamos os nossos próprios corpos.

Dito isto, avaliamos também ser importante colocar que o poder não apenas proíbe, impede, controla, interdita; mas também produz. Produz discursos, saberes, formas, faz marcas no próprio corpo. A nossa própria concepção de verdade, de mundo, de existência é construída pelos saberes que são instituídos através de relações de poder. Cada sociedade possui várias regras, leis, crenças, conceitos culturais que são tidos como verdades naturais. Tais saberes não são questionados, mas apenas vividos, pois sabemos que são os ‘verdadeiros.’ (SILVA JÚNIOR, 2018b, p. 18).

Dessa forma, forma-se um corpo-espécie, ou seja, um corpo populacional, criado como rebanho, manada, para que se tornem bons trabalhadores, bons cidadãos submissos e bem educados conforme a sua nação exige. Há também um corpo individual que é forjado, no sentido de impedir o incentivo de características que não sejam boas para o Estado, para a manutenção do padrão universal de homem, e que não sejam boas para o trabalho. Temos então uma anátomo-política, mantida através da disciplina; e uma biopolítica, mantida através da regulamentação. É o que chamamos de biopoder: o poder de fazer viver e deixar morrer. O poder de decidir quem vive e quem morre.

## BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA



Achille Mbembe é um renomado filósofo africano camaronês, cujas pesquisas se dedicam a pensar a história da África, o pós-colonialismo, as questões raciais no ocidente e as relações com o sul global, epistemologia, etc. Trago aqui como fonte de reflexões para o presente trabalho o seu ensaio *Necropolítica*.

Mbembe (2002) se debruça inicialmente sobre o conceito de Estado de exceção, que seria um Estado no qual seriam suspensas todos os direitos humanos das pessoas. Esse conceito parte do pressuposto de que o Estado democrático de direito é constituído de homens e mulheres com direitos e deveres iguais, que gozam de liberdade e são protegidos por aquele.

O que contrasta com a concepção moderna de soberania é o argumento do autor, de que o anonimato, o terror e a guerra são condições de existência e de estruturação interna não apenas do Estado de exceção. Há determinadas formas de soberania que tem por modos operandi a dominação, a domesticação, normatização e aniquilação de pessoas.

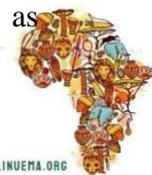
Podemos pensar aqui: no país onde vivemos, temos naturalizado o entendimento comum e geral de que somos todos iguais perante a lei e que temos os nossos direitos garantidos por esta. Somos homens e mulheres iguais, cidadãos, e que juntos formamos um país que possui uma bandeira, um hino, um ideal de igualdade e de justiça que deve ser defendido até as últimas consequências. Porém, pergunto: se tudo isso está instituído inclusive na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), porque existem tantas desigualdades, fome, pobreza, discriminação racial, de gênero e orientação sexual?

À revelia do próprio conceito de Estado moderno, apoiado do sujeito da razão (diretamente ligado ao modelo universal de homem surgido da modernidade conforme mencionei acima), o que podemos afirmar, discutindo com Mbembe e a partir de Foucault é que o Estado moderno é constituído e funciona a partir, através e com a finalidade do “direito soberano de matar”. Os mecanismos do biopoder são constitutivos do Estado moderno.

O próprio modelo de soberania, que já foi explorado por Foucault, produziu um inimigo ficcional, a fim de fazer cumprir o objetivo biopolítico: escolher quem vive e quem morre. O que seria basicamente o entendimento de que a existência do outro é uma ameaça para mim, e a minha garantia de sobrevivência só pode existir se eu eliminar o outro; logo, a política é bélica por excelência, e os seus laços com a morte, o terror e a guerra são íntimos e genuínos.

Nesse caso, o inimigo, aquele que deve ser deixado a morrer (FOUCAULT, 1976) e aquele que deve ser assassinado (MBEMBE, 2002), é o negro. O racismo, segundo estes dois autores, é o principal parâmetro biopolítico e necropolítico de genocídio das pessoas negras.

O racismo, como surgido a partir da primeira experiência colonial de encontro do branco com o negro, faz-se como um conjunto de ideias fantásticas e distorcidas sobre as



peças negras: estas são limitadas mentalmente, dadas ao misticismo, tem a pele queimada pelo sol ou pelo pecado, etc. Ao final da escravidão, as máquinas humanas, que eram os corpos das pessoas negras, não são mais necessárias para o avanço do capitalismo, e são sumariamente descartadas. O colonialismo é herdado pelos Estados modernos e existe até hoje nas sociedades ocidentais. O racismo se torna matéria de ciência, e surgem as mais variadas teorias para provar que as pessoas negras são biologicamente inferiores (MBEMBE, 2014).

Segundo Foucault, o biopoder nasce com a modernidade. Porém, Mbembe propõe que a escravidão seria uma das primeiras experiências biopolíticas, pois toma três coisas de suas vítimas: o lar, o direito sobre o seu próprio corpo e o seu status político. Isto resulta em dominação absoluta, a alienação ao nascer e a morte social. O escravizado é mantido em estado de injúria, em meio a horrores, crueldade e profanidades extremos; uma morte em vida, a dissolução de sua humanidade. Torna-se um objeto.

É doloroso perceber que esse processo de objetificação das pessoas negras sobrevive até hoje em nossa sociedade. Estas são impossibilitadas de terem boa moradia, alimentação de qualidade, bons empregos, dignidade, direito a vida de uma forma geral.

Já que o Estado é a sede da razão, da universalidade e da moralidade, possui a centralidade da guerra e a exerce nas colônias, que por sua vez são feitas para suspender as garantias de direito, o respeito à vida e à dignidade; o habitante da colônia é como um animal. “Por todas essas razões, o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar em qualquer momento e de qualquer maneira” (MBEMBE, 2002, p. 134).

Percebemos então que, o que chamamos de Estado de exceção, a permissão de matar e suspender direitos fundamentais, não existe apenas nos casos conhecidos e amplamente divulgados pela mídia racista e seletiva (holocausto judeu, grandes guerras mundiais, ditaduras na América latina, ditaduras comunistas), mas em cada esquina dos Estados modernos, defensores da democracia e da liberdade das pessoas. Dessa forma, todo Estado moderno possui o parâmetro racial para decidir quem vive e quem morre. A isto chamamos necropolítica.

Como opera o necropoder? Escolhendo quem é importante e que não é, quem pode ser descartado e quem não pode. Necropoder é o engendramento peculiar do terror. A lógica da ocupação colonial hoje é vista na fragmentação dos territórios, proibição do ir e vir, controle, vigilância, separação, reclusão, ocupação, tal qual se dá nas favelas, invasões, subúrbios: é a junção de poderes disciplinares, biopolíticos e necropolíticos que possibilita dominação sobre



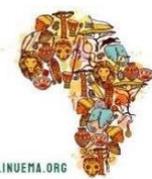
os colonizados. “O terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos” (MBEMBE, 2002, p. 146).

Necropolítica são as formas que subjugam a vida ao poder da morte a partir da resignificação das relações entre resistência, sacrifício e terror; no necropoder, não há limite entre resistência, sacrifício, redenção, martírio e liberdade (MBEMBE, 2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças e limites entre os conceitos de biopoder, biopolítica e necropolítica são difíceis de serem traçados, e este não foi nosso objetivo no presente trabalho. Penso que mais frutífero é delinear os conceitos a partir do que foi escrito pelos próprios autores, tal qual foi feito aqui, discutindo a nível introdutório. Acredito que há muitos outros textos pelos quais devemos nos aventurar para podermos estender tais conceitos. Obras como, por exemplo, *A história da sexualidade volume 1 - a vontade de saber*, *O nascimento da biopolítica*, *Em defesa da sociedade* (publicado em outros países com o título *Genealogia do racismo*), todas do Foucault, podem nos ajudar a entender de forma um pouco mais aprofundada os conceitos abordados. O livro *Crítica da razão negra*, de Mbembe, é uma obra densa e de difícil compreensão, mas que pode ser de grande auxílio para entendermos melhor seus pontos de vista acerca da necropolítica, questões raciais e coloniais. Entender também, por exemplo, porque o autor não se considera decolonial, a título de categoria.

Durante este trabalho pudemos entender que biopoder é a capacidade de fazer viver e deixar morrer. Este é possui dois braços: um deles é a anátomo-política, destinado a disciplinar os corpos de forma individual; o outro é a biopolítica, que opera com as populações, tornando-as uniformes e punindo qualquer possibilidade de diversidade ou diferença. A necropolítica é a capacidade de escolher quem vive e quem morre. O racismo é o conceito que une os conceitos acima, pois é o que funda a todos. É onde começa e termina o biopoder, a biopolítica e a necropolítica, e afirmo que Foucault e Mbembe concordam nesse ponto. O colonialismo nunca esteve tão vivo, e o Estado de exceção também está presente na regra, em cada esquina, em cada rua, na qual uma pessoa negra é privada de uma existência plena.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod\\_resource/content/1/FOUCAULT%20-%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%20-%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf)>. Acesso em 29 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/05/Foucalut-M.-Em-defesa-da-sociedade.pdf>>. Acesso em 4 ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (1979). 174 p. Disponível em: <[https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A\\_Microfisica\\_do\\_Poder\\_\\_Michel\\_Foucault.pdf](https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder__Michel_Foucault.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014. Disponível em: <<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/mbembe-critica-da-razacc830-negra.pdf>>. Acesso em 10 de ago. 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. (2002). **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 32, p.123-151, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SILVA JÚNIOR, Jaime Sousa da. **Introdução à obra e método(s) de Michel Foucault: sobre a ordem do discurso**. (2018a) [trabalho completo enviado e apresentado no VII Encontro regional de estudantes de ciências sociais] Mensagem recebida por: <[viierescsnordeste@gmail.com](mailto:viierescsnordeste@gmail.com)>. em: 31 jul. 2018.

SILVA JÚNIOR, Jaime Sousa da. **Foucault e as raízes do racismo: o cabelo das pessoas negras diante dos recortes do biopoder**. (2018b). 92 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.



## CONQUISTAS E REVERBERAÇÕES SOBRE A LEI 10.639/2003 EM TEMPOS DE DESCONTINUIDADES

Jêibel Márcio Pires Carvalho<sup>61</sup>(Universidade Estadual do Maranhão-UEMA)

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo discutir os movimentos ocorridos para conquista da Lei 10.639/2003 na educação brasileira seus aportes para trabalhar o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira no sentido de ressignificar as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na construção da identidade, tenciona ainda debater a verticalidade como a Lei é encarada no espaço escolar o que tem impossibilitado um diálogo para implementação, bem como, os desdobramentos para inseri-la nas disciplinas que fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Se junta ao debate as mudanças no cenário político educacional do país, as mudanças na aplicação da Lei 10.639/2003, em meio às reverberações questões atinentes a não obrigatoriedade o que faz desembocar retrocessos e confirma perdas em trabalhar conteúdos sobre a história da formação da sociedade brasileiro sendo o Brasil um Estado que possui 54% de sua população negra e, no entanto em seu currículo pouco se referencia as populações negra num percurso de descontinuidades.

**Palavras-chaves:** Ensino de História; Conquistas; Práticas; Lei 10.639/2003.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the movements that occurred to achieve Law 10.639/2003 in Brazilian education and its contributions to the teaching of African History and Afro-Brazilian Culture in order to redefine the contributions of African and Afro-Brazilian peoples. In the construction of the identity, it also intends to debate the verticality as the Law is seen in the school space, which has prevented a dialogue for implementation, as well as the consequences to insert it in the subjects that are part of the curriculum of elementary and high school. Joining the debate are the changes in the educational political scenario of the country, the changes in the application of Law 10.639/2003, amid the reverberation of non-compulsory issues, which leads to setbacks and confirms losses in working on the history of the formation of society. Brazilian being Brazil a state that has 54% of its Black population and yet in its curriculum little reference to Black populations in a discontinuity course.

**Keywords:** History Teaching; Achievements; Practices; Law 10.639/2003.

O Dia Nacional da Consciência Negra não é só uma data comemorativa é também dia de lembrar e levantar bandeira na luta dos afro-brasileiros. Apesar de algumas conquistas, pouca coisa mudou em relação à situação dos negros no país. Desde o fim da abolição da escravatura os negros foram jogados a sua própria sorte, os condicionando ao descaso e vulnerabilidade social, casos que aconteciam à época da escravização e se estende até dias

---

<sup>61</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual do Maranhão. (UEMA); Professor de Língua Portuguesa do Município de Serrano do Maranhão e da Rede Estadual de Ensino. E-mail: dicarvalho36@hotmail.com.



atuais, consequência da exclusão e desvalorização. Esta situação fez com que movimentos sociais voltados para as causas negras surgissem no percurso da história, essas discussões aproximou negros na busca da identidade individual e coletiva tendo neste cenário algumas poucas conquistas.

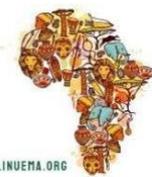
Muitos movimentos buscam fazer uma releitura do que representa (ou) a abolição à população negra, isto fez com que a década de 1980 trouxesse algumas reflexões. O centenário em 1988 entrou para a história do movimento negro como o segundo marco nacional da luta antirracista contemporâneo, a onda de manifestações que questionou a data comemorativa de 13 (treze) de Maio possuiu maior alcance, seja porque se tratava de momento simbólico para a nação, seja porque foi realizada nas proximidades da campanha pela reforma constitucional. Não era para menos “tratava-se de uma oportunidade política francamente aberta para a consolidação do **“Movimento Negro”** na cena política nacional” (RIOS, 2012, p. 51).

Um dos manifestos da época foi à marcha contra o racismo realizada no Rio de Janeiro como forma de revisitar uma discussão e prática ainda muito presente após cem anos da assinatura da Lei Áurea. Em face disto, muito ainda se discute a repercussão que a marcha contra o racismo teve para suscitar algumas discussões, vez que destacaram para a sociedade brasileira o estado precário e socialmente vulnerável de parte da população negra.

A partir de então a atuação política de negros parece ter adquirido novo fôlego, levantando questões não apenas de redistribuição socioeconômica, como também concernente à bandeira das lutas por reconhecimento e direitos sociais, políticos e civis. Assim, a combinação dessas lutas foi capaz de produzir efeitos não somente sobre o Estado, como também interpelou ao próprio movimento, à esquerda e a população brasileira de um modo geral.

É na década de 80, no século XX, durante o processo de abertura política e redemocratização da sociedade que assistimos uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros. Estes passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário trazendo outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política. O Movimento Negro indaga a exclusividade do enfoque sobre a classe social presente nas reivindicações e denúncias da luta dos movimentos sociais da época. As suas reivindicações assumem um caráter muito mais profundo: indagam o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre o seu posicionamento neutro e omissos diante da centralidade da raça na formação do país (GOMES, 2010, p. 2-3).

A tentativa de construção de uma visão mais positiva da identidade negra requisitou, no entanto, uma ampliação do repertório de atuação até então empregado. De uma militância que era mais artística, intelectual, cultural e até mesmo microscópica, passou para o quadro da



criação de um efetivo grupo de pressão que procurou sentar a mesa para elaboração de textos legais que dessem expressão e garantias às lutas e bandeiras levantadas. Foi assim, por exemplo, no contexto de formulação da Constituição Federal de 1988, quando o movimento negro participou ativamente da discussão de propostas apesar de que:

[...] não incluíram, de fato, as reivindicações desse movimento em prol da educação. Os debates em torno da questão racial realizados entre o Movimento Negro e os parlamentares revelam um processo de esvaziamento do conteúdo político das reivindicações (RODRIGUES apud GOMES, 2011, p. 5).

A despeito de que não tenha havido um direcionamento concreto às diversas demandas apresentadas pelo movimento, essas iniciativas davam mostras da organicidade e fortaleciam as condições de coalizão interna, bem como a identificação de canais para encaminhamento de demandas ao Estado. Logo no ano seguinte foi sancionada a Lei Caó<sup>62</sup> que tornou crime a injúria racial e outras legislações dando assim um importante passo para a construção de políticas que debatessem as causas negras centra-se que a época a sociedade acreditava que no Brasil não havia atos de racismo o que claramente se estende até os dias atuais.

Outro fato importante da década de 90, uma conquista e um dos antecedentes da Lei 10.639 é a aprovação da LDB (1996), logo no ano seguinte, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997).

Cujo propósito foi que se afirmasse como uma referência para o Ensino Fundamental e Médio de todo país, já que tinha como um de seus objetivos explícitos garantir a todos os estudantes brasileiros o direito aos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania plena (PEREIRA & SILVA, 2012, p. 6).

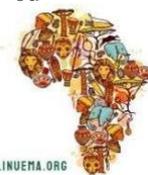
Destaca-se neste documento a importância em relação ao PCN, a proposição de temas transversais com eminente reflexão sobre a “**Pluralidade Cultural.**” Nesse contexto, destaca-se o tema da Pluralidade Cultural, na medida em que trata, mais especificamente, das relações sociais e culturais amplas, defendendo a diversidade e a tolerância étnica e cultural. (FREITAS & VARGENS, 2009).

Outra demonstração pública da capacidade de mobilização e organização do movimento foi à comemoração do tricentenário da morte de Zumbi, reunindo aproximadamente 30 mil pessoas nas ruas de Brasília.

Bakke (2011) diz que:

[...] em 1995, por ocasião das comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, os movimentos sociais negros realizaram uma marcha, a Marcha dos 300 anos de Zumbi dos Palmares até Brasília, onde entregaram uma reivindicação por políticas públicas de ações afirmativas ao então presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Nessa comemoração, o presidente fez um discurso no qual, pela

<sup>62</sup> Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, que ficou conhecida como Lei Caó, em homenagem ao autor Carlos Alberto de Oliveira. A legislação define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.



primeira vez, o Estado brasileiro reconhecia oficialmente a existência do racismo, mudando o posicionamento até então adotado, sem grandes alterações, desde a década de 1930. No ano seguinte, a luta dos movimentos sociais negros também aparece na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que reafirma a orientação de que os currículos escolares deveriam tratar da participação dos negros e indígenas na formação da sociedade brasileira (BAKKE, 2011, p. 9).

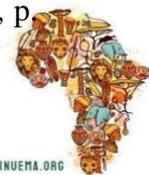
As reivindicações concatenadas priorizam o acesso à educação como forma de colaborar para a ascensão social do negro. A partir da Marcha Zumbi dos Palmares as questões étnico-raciais brasileiras entraram em pauta em diferentes níveis governamentais e sociais (DUARTE, 2008, p. 5).

Um dos objetivos era o reconhecimento das injustiças históricas sofridas por esses brasileiros, principalmente a falta de acesso às políticas afirmativas, bem como, a criação de um núcleo de debates que problematizassem questões atinentes ao negro no país. Em resposta, o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI População Negra). O movimento havia conseguido influenciar os rumos da luta contra o racismo no país. A data foi fundamental e abriu caminho, para a formulação posterior das políticas de ações afirmativas no Brasil (GELEDÉS, 2016).

É válido ressaltar, por outro lado, que mesmo em um contexto de marcada negação de direitos à população negra, a militância procurou sempre atuar em diferentes frentes de mobilização. Seja através de jornais, seja através de iniciativas propriamente educacionais, progressivamente foi se constituindo um corpo de agentes dotados de competências e saberes cruciais para atuar de maneira eficiente junto ao Estado. Em torno desse pensamento, inúmeras ações de mobilização foram realizadas com a finalidade de aproximar à população negra para as negociações que tratariam de ações que levariam o negro para o centro das decisões no último quartel do século XX. Além disso, setores da Frente Negra Brasileira (FNB) criaram salas de aula de alfabetização para os trabalhadores (as) negros em diversas localidades (GONÇALVES, 2000).

[...] Nesta trajetória destacam-se as experiências do Movimento Negro Unificado (MNU), a partir do fim da década de 1970 - e seus desdobramentos com a política antirracista, nas décadas de 1980 e 1990, com conquistas singulares nos espaços públicos e privados - das frentes abertas pelo Movimento de Mulheres Negras e do embate político impulsionado pelas Comunidades Negras Quilombolas. Ou seja, no percurso trilhado pelo Movimento Negro Brasileiro, a educação sempre foi tratada como instrumento de grande valia para a promoção das demandas da população negra e o combate às desigualdades sociais e raciais (SECAD/MEC, 2006 p.18, 19).

Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, que decorrem desde as “manifestações mais reservadas por conta do sistema ditatorial, até as primeiras manifestações de ruas que ganharam bastante notoriedade com a redemocratização do país” (RIOS, 2012, p.



52), a lutas empreendidas pelo Movimento Negro têm possibilitado ao Estado brasileiro promover políticas e programas para a população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro (GOMES, 2010; SECAD/MEC, 2006).

Outro componente importante dessa luta que deve ser mencionado diz respeito à III Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação, a xenofobia e formas correlatas de intolerância,<sup>63</sup> ocorrida em 2001, na cidade de Durban, África do Sul. De maneira geral, somente depois dessa conferência que a adoção de políticas afirmativas entrou para a agenda política internacional. Para o Brasil, esse evento foi de grande importância, como destaca Munanga (2015):

Depois da Conferência de Durban, o Brasil oficial engajou-se, como não se vira antes, na busca dos caminhos para a execução da Declaração dessa Conferência da qual foi um dos países signatários. A declaração previa a implementação das políticas de ação afirmativa, inclusive as cotas, em benefício dos negros, índios e outras chamadas minorias. As polêmicas e controvérsias a respeito dessas políticas são indicadores das realidades de uma sociedade que ainda vive entre o mito e os fatos, ou melhor, que confunde o mito e os fatos, ou seja, onde o mito funciona como verdadeira realidade (MUNANGA, 2015, p. 137).

Com efeito, a instituição da Lei 10.639/03, que foi confirmada e ampliada pela lei 11.645/2008 constituíram demonstrações concretas de compromisso do Estado Brasileiro com a questão, muito embora sua implementação ainda seja insuficiente.

Diante da publicação de tal legislação, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, orientar e promover a formação de professores e supervisionar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais. Com efeito, esse debate culminou em diversas propostas de implementação de ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme suscitado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC, vale destacar os seguintes:

- . Socialização e visibilidade da cultura negro-africana;
- . Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações racial, de gênero e à homofobia;
- . Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola;

---

<sup>63</sup> A Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro em Durban, na África do Sul. Na ocasião, foram estabelecidas a Declaração e Programa de Ação de Durban, documentos que instituem a ação da comunidade internacional para combater o racismo, adotado por consenso na conferência. É uma agenda inovadora e orientada para a ação para combater todas as formas de racismo e discriminação racial.



- . Valorização dos diversos saberes;
- . Valorização das identidades presentes nas escolas, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações; (SECAD/MEC, 2006, p. 24).

Seja como for, muito embora a Lei tenha vindo como um ajuste de contas, ela não teve o dinamismo das lutas realizadas para sua implementação se de um lado convivemos com avanços significativos no plano legal, a verdade concreta é que no cotidiano escolar ainda convivemos com uma inclusão muito limitada a momentos estanques, comemorativos estando muito aquém de uma inserção interdisciplinar como preconizado pelo texto legal, ocorre que quando observamos o cotidiano das instituições e estudamos as culturas escolares específicas, percebemos que elas ainda reproduzem as formas escolares hegemônicas que são atravessadas por uma concepção que naturaliza a desigualdade, as hierarquias e as concepções racializada da realidade.

Nesse sentido:

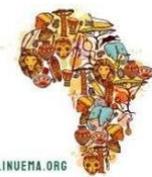
Espera-se, que ao longo dos anos, o caráter emergencial dessa medida de ação afirmativa dê lugar ao seu total enraizamento enquanto lei nacional, a ponto de passar a fazer parte do imaginário pedagógico e da política educacional brasileira, e não mais ser vista como uma legislação específica. Nesse caso, entendida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 10.639/03 poderá garantir aquilo que os defensores das ações afirmativas pleiteiam, ou melhor, que as políticas universais brasileiras incluam e garantam, de forma explícita, o direito à diferença (GOMES, 2010, p. 21).

Atento ao quadro sob observação que combina deficiências estruturais, carências de materiais especializados, obstáculos decorrentes da própria formação dos professores e as resistências oriundas do âmbito propriamente escolar.

Nessa perspectiva, para manter uma estrutura de ensino, minimamente aproximada das verdadeiras aspirações da educação, as escolas devem se basear em propostas que orientem efetivamente para o exercício da cidadania e estejam adaptadas às peculiaridades do contexto em pauta.

O professor é o principal agente de transmissão dos conhecimentos dentro da sala de aula, dessa maneira, merece atenção especial quanto a novos conteúdos a serem repassados aos alunos. No que se refere à Cultura Afro-Brasileira, esse cuidado deve ser ainda maior, pois se torna essencial que o educador compreenda as implicações propriamente políticas que perpassam o processo de ensino-aprendizagem.

[...] na educação, nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção dos preconceitos seja um problema. Dessa forma interiorizamos atitudes e comportamentos discriminatórios que passam a fazer parte do



nosso cotidiano, mantendo e/ou disseminando as desigualdades sociais. (CAVALLEIRO, 2001, p. 152).

A prática pedagógica, nesse sentido, precisa ser eminentemente política e consciente do seu papel central no combate ao racismo, ao preconceito, à discriminação e às demais maneiras de classificação social negativa. Nesse sentido, cabe a todos os integrantes da escola - professores, apoio pedagógico, diretores, funcionários, comunidade - colocarem em exercício as determinações da Lei nº 10.639/2003, concernentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

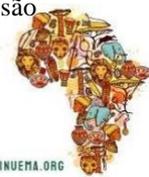
Nesse quadro, sem dúvida, a implementação da Lei nº 10.639/2003 pode ser lida como uma conquista concreta realizada ao longo de anos e por intermédio de vários atores individuais e coletivos para valorização da cultura afro-brasileira em meios escolares. De um ponto de vista prático, contribui para “construção e viabilização de novos acordos sociais por meio do qual a valorização formal da cultura negra é reconhecida como uma das matrizes da sociedade brasileira”. (BAKKE, 2011, p. 62).

A Lei 10.639/2003 reformula o currículo oficial, pois é através deste que são escolhidas as propriedades do que ensinar ou não nas escolas brasileiras. Desnecessário dizer que os conteúdos e saberes consagrados celebram direta e tacitamente as concepções de mundo dos dominantes. Na prática, a expectativa era de que essa lei consolidasse o compromisso da escola e dos seus profissionais com a formação para a cidadania fortalecendo competências para o respeito à diversidade e a valorização dos diferentes atores e culturas que estiveram na base da formação social do Brasil (SANCHEZ, 2017).

Mesmo que exista uma vasta literatura acadêmica no campo do pensamento social brasileiro que ateste a influência da cultura africana e a sua inestimável contribuição para a formação da sociedade brasileira, ainda é fato que no cotidiano essa herança ainda é rechaçada e rejeitada, com variações, obviamente, em cada configuração territorial. É precisamente nesse sentido que a obrigatoriedade de trabalhar com essa cultura adquire pleno sentido, exigindo que as instituições brasileiras de ensino básico sejam compelidas a incluir no seu currículo o ensino de História e da Cultura afro-brasileira e Africana como um tema transversal (ALVES, 2007).

Esse contexto traz aspectos pertinentes com relação à dignidade da pessoa humana. Porém, quando avaliada do ângulo das suas condições de implementação, passamos a perceber que ela ainda constitui um desafio concreto para a atuação docente.

As questões étnico-raciais ao lado da Lei 10.639/03 suscitam na educação desafios e tensões na dimensão cognitiva e subjetiva dos docentes e nos espaços escolares. Por outro lado, a Lei não é de fácil aplicação, pois trata de questões curriculares que são



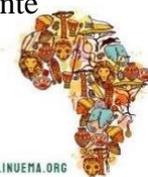
conflitivas, desconsideradas muitas vezes, pois questionam e desconstróem saberes históricos considerados como verdades inabaláveis (ÁVILA, 2010, p. 69).

E isto por vários motivos. Gentile apud Alves (2007), por exemplo, revela que a desqualificação da cultura africana é constantemente refletida em sala de aula, pois a discriminação é também percebida, pelo fato que o segundo maior continente do mundo, apresenta a literatura africana, apenas quando trata o tema “escravidão”, não divulgando a riqueza literária e o conhecimento da capacidade intelectual do negro. De maneira semelhante, a importância do afrodescendente também não é explorada com toda a sua riqueza.

Porém, como vimos anteriormente, se as formas escolares hegemônicas se encontram estruturalmente ligadas à reprodução dos padrões e formas culturais dominantes, a reformulação da produção do saber escolar com base na inclusão dos elementos anteriormente tratados como marginais não deixa de suscitar resistências mais ou menos conscientes, em que pese os inegáveis avanços institucionais. E aqui talvez se encontre um dos principais dilemas do processo em análise. Enquanto, por um lado, constata-se uma série de avanços ao nível propriamente jurídico-político, o mesmo não ocorre no padrão cotidiano de interações face a face dentro do espaço escolar. Primeiramente, porque a própria configuração do Estado brasileiro parece ter sido orientada por critérios racializados, cuja inscrição nas instituições constitui um dos principais entraves para a implementação prática da referida Lei (SANCHEZ, 2017).

Nestes aspectos, funda-se o desejo de uma consciência histórica e política da aceitação da diversidade, que nos leve à compreensão e à aceitação dos sujeitos integrantes e partícipes de nossa formação social. Como ressalta Borges (2010), grupos distintos étnico-raciais que são dotados de cultura e histórias diferentes, devem ter o mesmo valor na conjuntura social. Neste sentido, convém apoiar as medidas que visem à preservação dos seus princípios identitários e que visem à garantia do respeito à própria diversidade e ao convívio mútuo. Ou seja, a educação escolar deve servir à tarefa pública de oportunizar aos diferentes atores sociais os conhecimentos e as ferramentas para garantia de direitos oferecendo as condições para o efetivo exercício da cidadania.

Dada à importância do saber escolar, nesse cenário, é fundamental que os professores estejam aptos para dispor de estratégias e propostas de aprendizado que levem o aluno a refletir criticamente sobre seu contexto social, que alicercem a responsabilidade com os princípios éticos de respeito à diferença e que agucem o senso crítico dos estudantes para, quando necessário, discutirem, contestarem, em tópicos e questões que não dizem somente



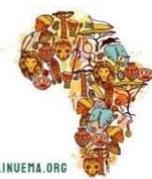
respeito ao indivíduo em particular, como também ao universo social mais amplamente considerado.

Como enfatiza Alves (2007), as escolas devem cumprir de forma detalhada as políticas educacionais instituídas pelas leis em vigor, principalmente as que reconhecem e dignificam a diversidade étnico-racial. Assim, constituem-se os parâmetros institucionais e reforçam-se os princípios que moldam o respeito à diversidade cultural na educação. Sanchez (2017), por outro lado, faz uma análise histórica das políticas e práticas da educação brasileira demonstrando o quanto de avanço ocorreu no sentido da criação de formas de consciência política cidadã, muito embora assevere que, com relação aos menos favorecidos, a sociedade com todas as transformações que teve ainda não foi capaz de superar a desigualdade racial.

É importante reconhecer que a Lei 10.639/03, não estabelece privilégios, tampouco prioridade, mas tem como foco colocar de forma justa a história do negro no Brasil, reconhecendo principalmente as injustiças sofridas, ao longo da história, e criminalizando os atos de racismo. Neste sentido as escolas devem se adequar a determinação desta lei, ampliando seu currículo, para proporcionar aos estudantes práticas que contribuam para o reconhecimento e o resgate histórico cultural dos povos africanos no Brasil, trazendo à tona os discursos da diversidade raciais, culturais, sociais e econômicos existentes no nosso país (FERRAZ, 2011).

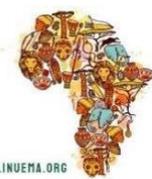
Borges (2010) diz que a instauração da Lei nº 10.639/2003, foi um momento impar na história da educação brasileira, e de fundamental importância para o ensino da diversidade cultural nas escolas do nosso país, já que em seus aspectos mais amplos, preza pela valorização da diversidade cultural e histórica do povo afrodescendente. Já estava mais do que na hora do Estado brasileiro elaborar uma ferramenta para reparar os danos históricos causados aos negros no Brasil há mais de cinco séculos.

Para Ferraz (2011) o debate sobre a lei proporcionou um avanço significativo nas relações étnico-sociais no Brasil, portanto abriu um leque de opções de atuação da afirmação positiva das culturas no campo educacional, o tema vem sendo proporcionalmente divulgado, o acesso à internet, aos livros didáticos, a literatura, figuras, imagens, e muitos exemplos do povo negro, que sem dúvida tornou e torna as aulas mais reflexivas e ricas conceitualmente. Sabe-se que a Lei 10.639/2003, é apenas mais uma arma na luta que se trava a décadas que vem sendo construídas concomitantemente nas escolas brasileiras, demonstrando a voz e a força dos grupos discriminados no cenário nacional.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades brasileiras contêm um vasto material que busca aprofundar os impactos que a Lei causaria nas diferentes áreas que formam a grade curricular, observando as enormes contribuições que os negros deram às ciências. Mesmo diante de todo arcabouço que leva pesquisadores a apresentarem propostas de como a implementação da lei contribuiria de forma positiva nos estabelecimentos de ensino e com isto a afirmação e reafirmação da identidade negra, ainda vemos uma omissão por parte do Estado e por uma boa parte do corpo docente, o primeiro demonstrou seu desinteresse à aplicação da lei quando da aprovação da MP 746/2016 que desobriga as escolas a introduzirem a disciplina História da África e Cultura Afro-brasileira, uma descontinuidade no processo de aquisição de políticas afirmativas para a população negra do país.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Roberta de Souza. **Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: da lei ao cotidiano escolar**. Monografia. Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?id=457850>  
Acesso em: 22 de outubro de 2017. Acesso em: 22 de out. de 2017.

ÁVILA, Irene Aparecida. **Questões étnico-raciais e a Educação: um currículo multicultural que reconstrua práticas pedagógicas centradas na diferença e na justiça social**. 2010. 167 f. Dissertação - (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

BAKKE, Rachel Rua Baptiste. **Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639**. 2011. 222 f. Tese. (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: história**. Brasília: Secretária de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. Secad /MEC, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=236171>. Acesso em: 24 de outubro 2018.

BRASIL. LEI Nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília: Ministério da Educação. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane (Org). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO/DF Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004.



DE FERRAZ, Luciane Aparecida. Lei nº 10.639/03: uma nova possibilidade de reconhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana. 2011. 59 f. Monografia- (Graduação) Curso de Pedagogia Universidade Estadual de Londrina, 2011.

DUARTE, Paulo César. Os afro-descendentes e as políticas de inclusão no Brasil: a marcha zumbi dos palmares e a lei 10639/03. 2008. Disponível em: <<http://www.famper.com.br/arquivos/revistaeletronica/os-afro-descendentes-e-as-politicas-de-inclusao-no-brasil-a-marcha-zumbi-dos-palmares-e-a-lei-10639-03>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

FREITAS, Luciana Maria Almeida de & VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros. “Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Uma Diversidade de Vozes”. Linguagem & Ensino. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, v.12, n. 02: 373-391, jul.dez. 2009.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política e Sociedade**, v. 10, n. 18, p.133, abr. de 2011.

GOMES, Nilma Lino, Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-13, 2010.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira: Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**. set./out./dez., n. 15, 2000.

MARCHA Zumbi dos Palmares, 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br> > [África e sua diáspora > Afro-brasileiros e suas lutas.](#)

MUNANGA, Kabenguelê. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA & Mauricio Pedro da (orgs) Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, v. 14, jan./dez., 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/Lwc/article/view/23810>.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**. São Paulo, n.85, p. 41-79, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a03n85.pdf>

SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003: competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Rev. Proposições**. v. 28, n.1 (82) Jan./Abr. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n1/1980-6248-pp-28-01-00055.pdf> >. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.



## EM BUSCA DA FORTUNA “FÁCIL”: Um olhar sobre o processo migratório de homens residentes no médio Mearim para os garimpos brasileiros.

José Ribamar Lemos de Oliveira (Universidade Estadual do Maranhão)\*

**RESUMO:** Partindo das transformações que se deram no Maranhão, principalmente nas áreas rurais do Médio Mearim, a presente pesquisa busca analisar a migração de homens maranhenses no período de 1960 a 1990 para garimpos. Essas migrações ocorriam simultaneamente com a promulgação e aplicação da chamada Lei de Terras do governo Sarney de 1969, que intensificou a expulsão de “posseiros” de suas terras, em prol de projetos agropecuários, da agroindústria, e da pecuária extensiva. Centenas de homens passam a aventurar-se na busca por ouro na região Norte, e em outras regiões do Brasil e países da América do Sul onde havia garimpo. O percurso metodológico da pesquisa passa pela instrumentalização do conceito de experiência em Thompson na abordagem da história de vida, trabalho e migração de trabalhadores rurais e urbanos, que deixam o município de Bacabal e outros vizinhos, em busca da expectativa de enriquecimento. Interpretaremos as representações das curretelas (cidadelas em torno dos garimpos), especialmente em relação à presença de mulheres, bebidas, medo e violência.

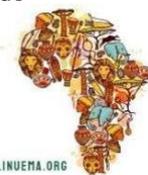
**Palavras-chave:** Médio Mearim; Migração; Homens; Garimpo.

**ABSTRACT:** Starting from the transformations that took place in Maranhão, mainly in the rural areas of the Middle Mearim, this research seeks to analyze the migration of Maranhão men from 1960 to 1990 to gold miners. These migrations occurred simultaneously with the enactment and application of the so-called Sarney Government Land Law of 1969, which intensified the expulsion of “squatters” from their lands, in favor of agricultural projects, agro-industry, and extensive livestock. Hundreds of men venture to the search for gold in the northern region, and in other regions of Brazil and countries in South America where there was gold mining. The methodological course of the research goes through the instrumentalization of Thompson's concept of experience in addressing the life, work and migration history of rural and urban workers, who leave the city of Bacabal and other neighbors, seeking the expectation of enrichment. We will interpret the representations of the curretelas (citadels around the mines), especially in relation to the presence of women, drinks, fear and violence.

**Keywords:** Medium Mearim; Migration; Men; Gold panning

---

\* Graduando do 8º período do curso de História-UEMA; Bolsista PIBIC/CNPq; Membro da equipe do projeto Universal: Luta pela Terra no Médio Mearim (1960-1990): experiências narrativas e deslocamentos coordenado pela Prof. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira (UEMA).



## INTRODUÇÃO

O artigo tem como proposta mapear fluxos migratórios de homens residentes na região do Médio Mearim para os garimpos situados no Norte, e em outras regiões do Brasil e países da América do Sul, analisando os motivos de expulsão e atração, bem como as representações em torno do garimpo e seus espaços de trabalho e lazer, a partir da memória de sujeitos que neles atuaram.

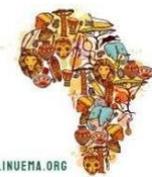
O Médio Mearim tem nas décadas de 1930 a 1960 um significativo crescimento demográfico e econômico com a migração de pessoas que vinham de outras regiões do Estado brasileiro, com expectativa de melhores condições de vida. Personagens migrantes do sertão, constituídos por meio da experiência e envoltos pelo gosto e necessidade de sobrevivência.

No final da década de 1960 a Lei de Terras de 1969, transforma o campo: facilitando as negociações das terras devolutas e comumente favorecendo o avanço da grilagem e da pecuária extensiva, transformando bruscamente diversas áreas rurais do Maranhão, dentre as quais, a região do Médio Mearim, representada largamente em narrativas orais, na imprensa e em documentos oficiais até meados do século XX como terras sem dono e “espaço vazio”. (FERREIRA, 2015).

Nas duas décadas seguintes, exclusivamente nas décadas de 80 e 90 com o surgimento da Serra Pelada e de outros garimpos na região Norte do país, muitas pessoas resolvem migrar para as regiões dos garimpos, ainda nutrindo em seus ideais a esperança de melhorias de vida.

O campo maranhense durante o recorte temporal do trabalho, sofre grandes transformações, especialmente após a Lei de Terras nº 2.979, de 17/07/1969 do Governo Sarney, obrigando homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos a modificarem suas relações com a terra e o trabalho e, na maioria das vezes, alterando até mesmo seu local de habitação. Intensificam-se os acordos de negociação das chamadas “terras devolutas” a grilagem e a pecuária extensiva avançam, modificando assim, violentamente diversas áreas rurais do Maranhão, em especial o Médio Mearim.

A partir da reconfiguração que se dá no campo maranhense, restavam para os posseiros apenas algumas escassas opções de sobrevivência: se unir com o intuito de lutar pela terra (nesse momento com o apoio e a ajuda da Igreja Católica através de outros órgãos como a Comissão Pastoral da Terra), ou migrar em busca de outras terras ou formas de trabalho. Restava aos mesmos buscarem outros caminhos, um caminho longo e cheio de dificuldades, mas o tempo todo impulsionado pela idealização de um lugar que proporcionasse uma vida melhor a todos.



## EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA E NA EXPECTATIVA DO ENRIQUECIMENTO NOS GARIMPOS BRASILEIROS.

Visamos identificar os elementos que atraíam os homens residentes no Médio Mearim, para o garimpo, onde foi possível detectar na maioria das entrevistas que os mesmos se referiam ao garimpo como um lugar de aventura, um lugar de sofrimento, de muito trabalho e aprendizado, “onde se tem que ter muita coragem pra ir rumo a ele” (CURUÁ, 2017). Um lócus de busca do ouro escondido na terra e que a partir desse ouro se constrói uma vida melhor.

Ao “rumar”<sup>64</sup> para lugares de onde se tinham notícias de “que estavam pegando ouro”, muitos desses homens deixavam suas mulheres e filhos, ou na ausência desses, deixavam pai e mãe, e iam buscar “escapar” das condições em que viviam no Médio Mearim. Enquanto alguns migrantes simplesmente rumavam alimentados pelo espírito de aventura, outros migravam na ânsia de *bamburrar*<sup>65</sup>.

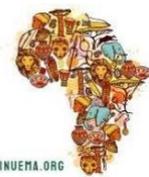
Nas entrevistas realizadas em Bacabal - MA foi possível perceber que muitos garimpeiros são filhos de lavradores, filhos de pessoas que viviam da roça, eram descendentes de vaqueiros, quebradeiras de coco, camponeses que provavelmente foram afetados pelos conflitos rurais ocorridos intensamente nos anos que antecedem ou coincidem com o recorte temporal da pesquisa.

A partir da abordagem da História Social, buscamos interpretar elementos específicos relacionados ao cotidiano, lazer, alimentação e às relações sociais, estabelecidas por homens que migraram para o garimpo. Intentamos discutir por meio dessa abordagem o modo de construção desses sujeitos históricos e suas relações sociais, analisando a partir do comportamento social dos garimpeiros, os múltiplos aspectos percebidos no contexto da migração, da mobilidade, dos movimentos sociais e da construção das representações coletivas em torno do garimpo. Segundo Hebe Castro:

[...] a história social recolocava como questão nos anos 60, no auge das abordagens estruturalistas, o papel da ação humana na história. Ao se formular como problema o comportamento humano, no estudo das migrações, da mobilidade social, das estratégias de preservação de fortunas ou status, das greves o ou do protesto popular, o tempo da experiência e do vivido se impunha aos pesquisadores (CASTRO, 1997, p.81).

<sup>64</sup> Ir em direção a regiões onde se tem notícias da existência de garimpos.

<sup>65</sup> Termo utilizado quando o garimpeiro encontra uma boa quantidade de ouro no barranco.



Ao utilizarmos a História Oral como metodologia de pesquisa, intentamos compreender e interpretar percursos e experiência de garimpeiros. Caminhos trilhados desde o Maranhão até os confins da Amazônia, passando por experiências nos seringais, nas fabricas, nos babaquais e nas *terras sem dono*.

Ao longo da pesquisa buscamos dialogar com Alessandro Portelli (2012, p.20) e Verena Alberti (2006, p.178). O texto intitulado “O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa”, que faz parte da obra *Ouvir Contar: textos em história oral*. Nessa obra, Alberti apresenta ideias que indicam a relevância do uso de História Oral.

Pensando a relação que a História Oral exerce sobre o risco do fascínio do vivido, presente nos estudos com fontes orais, Alberti alerta sobre o cuidado que se deve ter com a fala dos entrevistados, pois tais narrativas não podem ser concebidas como verdade. Além desse alerta, seu texto trabalha também as especificidades da História Oral, desconstruindo a ideia de que a mesma serve apenas para preencher lacunas, argumentando que contribui para abordagem de experiências subjetivas, transformando a memória em narrativa e reconstruindo o passado.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade, e a da história oral como um todo, decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1990, p. 5).

Verena Alberti sinaliza ainda para a atitude equivocada que muitos pesquisadores aplicam no tratamento das entrevistas, julgando-as como uma história acabada. Para a autora o desafio do pesquisador após colher os relatos orais, está em analisar e interpretar as entrevistas de História Oral, assim como qualquer outro documento de estudo. Ao desenvolver o primeiro passo que é a transcrição do relato oral gravado, é necessário fazer perguntas ao documento de fonte oral, e a partir dessas perguntas subtrair desse documento as evidências e os elementos que correspondem à problemática descrita nos objetivos da pesquisa.

Por meio do jogo das *entre/vistas* orais presenciamos diversos momentos de compartilhamento das experiências com outros possíveis futuros narradores. Um dos narradores assim se manifesta quando no desenvolver da *entre/vista* percebe a chegada de um companheiro de garimpo: “Estamos falando aqui pra mulher, dando entrevista sobre a vida



dos garimpeiros de Serra Pelada. Da aí uma entrevista dos garimpeiros ai pra mulher também” (ELIAS, 2017).

Partindo desse momento promovido pela utilização dos métodos de História Oral, presenciamos a interação entre os indivíduos que compõem a *entre/vista* de História Oral, pesquisador e narrador ou narradores constroem por meio das trocas de olhares uma relação de intersubjetividade que advém da multivocalidade e que resultará em um texto que é fruto da bipolaridade dialógica.

Intentamos nos aproximar e discutir o modo de vida dos garimpeiros e de suas famílias em relação à vida de garimpo. Através da análise de entrevistas realizadas com homens que saíram do Médio Mearim com destino aos garimpos existentes na região Norte, em especial nos estados do Pará, Amazonas, Roraima e Rondônia.

O garimpo no final de 1970 e início de 1980 é um dos temas mais falados nas rodas de conversas, barzinhos e feiras da cidade de Bacabal e municípios vizinhos. É representado pelos sujeitos do Médio Mearim como lugar de oportunidade de trabalho, de fuga da pobreza ou lugar recheado de aventuras. Nas décadas de 1980 e 1990, surgiu um intenso fluxo migratório para esses garimpos, onde se tinha notícia de grande quantidade de ouro enterrada nas serras, minas e nas beiras dos rios, ocasionando posteriormente a febre do ouro de Serra Pelada.

### **MIGRAÇÃO, EXPERIÊNCIA, REPRESENTAÇÃO E CURRUTELAS.**

Ao problematizar as motivações concernentes a migração de garimpeiros do Médio Mearim para o garimpo de Serra Pelada visamos discutir as peculiaridades desses sujeitos, bem como as representações construídas em torno da vida e do trabalho do migrante. As representações sociais dizem respeito a forma como os garimpeiros dão sentido à experiência de migrar, nessa seara elas nos ajudam a compreender as várias possibilidades de leitura do vivido.

A narrativa de Raimundo Queiroz pincela elementos da experiência desses garimpeiros no decorrer da vida de garimpo. Ao se mudar para a cidade Raimundo Queiroz sempre levava a sobrevivência da família em primeiro lugar, ao entrar em contato com homens que constantemente migravam para o garimpo de Serra Pelada, Queiroz cria um horizonte de expectativa sobre o garimpo como meio para sua ascensão econômica.

Ao migrar para o garimpo de Serra Pelada em 1980, depois de muito trabalho Raimundo Queiroz se torna dono de barranco e por oito anos desenvolve o trabalho de



administrar esse barranco. Para ajudar na administração do barranco ele conta com a ajuda de um amigo, um sócio de confiança que tempos depois acaba falecendo.

Após a morte do sócio, Raimundo Queiroz retorna para a casa dos pais no Maranhão. Cerca de quatro meses depois volta a migrar, dessa vez para o garimpo de São Francisco, localizado no sul do Pará, onde permaneceu por seis meses. Seu Raimundo Queiroz relata que: *“Tomava dinheiro emprestado. Pra poder ir vendia um porco, uma jumenta e não tinha nada, mas é triste, até que gente chegou lá, passar fome a gente passava uma fome do diabo”* (QUEIROZ, 2017). Para viajar para o garimpo muitos homens acabavam pedindo dinheiro emprestado ou se *“virando como pode”*. (QUEIROZ, 2017).

Estamos diante das representações do passado de Raimundo Queiroz, representações criadas por ele, através de experiências vividas no passado. A sensibilidade do presente dá significação ao vivido, fazendo com que Raimundo Queiroz, assim como vários outros garimpeiros percebam a realidade e construam por meio do passado teias de significações que dão sentido ao mundo.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem em sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008, p. 42)

Na busca pela sobrevivência, muito desses homens trilhavam rumo a outras experiências, motivados pela expectativa do enriquecimento nos garimpos do norte do país. Grande parte desses migrantes eram filhos de personagens tidos como trabalhadores rurais, que agora com a mudança do cenário político e econômico, tentavam ganhar a vida nos garimpos de Serra Pelada, Cumarú, Maria Bonita, dentre outros existentes na época, se aventurando em novas atividades remuneradas.

Pretende-se a partir desse trabalho fazer uma aproximação entre história política e história social, entender as experiências desses homens que depositavam a confiança de uma vida melhor nos garimpos, compreendendo não só os motivos de atração, mas também os modos de vida no garimpo e como ocorriam as transformações e inquietudes dentro do barranco.

Trabalhamos ainda na interface da Nova História Política com a História Cultural, pelo mesmo viés, tendo a memória como caminho para analisar a experiência de migração desses



homens, que como força de trabalho saíam do Maranhão na década de 1980, especialmente em busca das propaladas minas de ouro cheias de riquezas imensuráveis.

Analisando as entrevistas realizadas na cidade de Bacabal - MA foi possível delimitar que os homens que migravam para os garimpos do Norte do país em sua grande maioria eram do estado do Maranhão, especialmente nascidos no Médio Mearim, muitos deles eram casados e ficavam no garimpo cerca de cinco a oito anos, em um dos casos um entrevistado transitou ao longo de 20 (vinte) anos por garimpos. Nas entrevistas relata-se que normalmente não ficavam o ano todo no garimpo, muitos permaneciam cerca de três a quatro meses e depois retornavam para suas casas.

Seu Curuá conta durante a entrevista como acontecia o trabalho dentro do garimpo, essa narrativa se torna interessante, pois a partir desse relato foi possível entender um pouco mais elementos da vida no garimpo.

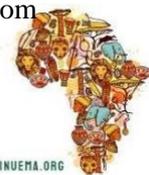
Oia lá era o seguinte: a gente entrava pro mato. Eu acho que vocês não sabem o que é garimpo ainda não né? Não sabe não né? A gente entrava pro mato aí quando chegava lá, você pegava logo um rancho que tivesse o ouro né!! Você penteava por meio daquele barro de cima, aí quando chegava no cascalho. O cascalho é uma pedra branca, como uma areia branquinha, aí quando você(...)aí no meio daquele cascalho tem o ouro né! Ai quando você tira aquele cascalho, você vai lavando, aí é que você apresenta o ouro na maquina, a gente chama de maquina né. Agora o garimpo o bom do garimpo é (...) quer dizer pra muita gente, eu não gostava desse tipo de coisa que era pegar o ouro da semana todinha e gastar no sábado e nos domingo, pra mim não era muito bom não, eu não fazia isso não (CURUÁ, 2017).

Seguindo sempre no dinamismo de idas e vindas foi possível mapear tanto na fala de seu Curuá quanto na narrativa de seu Ari que os trabalhos de garimpagem eram realizados em determinados períodos. Seu Ari relaciona esse dinamismo que é recorrente na fala de todos os garimpeiros as estações do ano Inverno e Verão.

Não nos só ficava lá enquanto o Garimpo tava funcionando, porque o Garimpo lá só funcionava no Verão, no inverno ele não funcionava por causa das barreiras que desmoronavam, então no inverno era pra ir no Maquinário pra fazer o rebaixamento que era pra gente poder trabalhar no Verão (ARI, 2017).

Seu Ari também relata como era o cotidiano do garimpeiro em Serra Pelada, um cotidiano de muito trabalho, exposição ao perigo, mas que era superado diante da vontade de “*bamburrar*”.

Todo dia descíamos pro barranco pra carregar os sacos de terra, essa era a nossa rotina, umas cinco horas... cinco e meia o caba já estava descendo pra lá, lá chamasse barranco. O barranco é isso aqui ó!! Dois metro aqui com



metro aqui o (simétrica ilustrativa) Tá certo? Isso aqui é a média pra Dez homens trabalhar, é um cavando, um enchendo o Saco e o outro... e os outros carregavam.. (ARI, 2017)

Em relação à doença mais recorrente no garimpo: muitos garimpeiros se queixavam da Malária, como a principal doença que acabava interrompendo o sonho de muitos migrantes maranhenses. Seu Curuá o garimpeiro que mais sofreu com essa doença relata como era representada entre os garimpeiros de Maria Bonita.

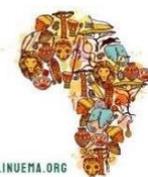
Cada Malária era uma Cruz, tipo uma Cruz, uma cruz e meia e duas, cada uma. A pessoa que pegava Malária na Maria bonita, era mais pesada? Era, era mais pesada, agora dizem eles que a malária mais pesada era aquela de meia Cruz, diz que era a pior que tinha de se carregar, o resto é de duas, uma, uma e meia mais... Eu não sei. Eles é quem falam, eu não sei muito bem. (CURUÀ, 2017)

Raimundo Queiroz representa o garimpo como um lugar onde a pandemia de doenças tropicais exemplificadas como a malária, ameaçavam constantemente a sobrevivência de muitos garimpeiros.

[...] a malária lá era braba de mais, era daquelas que caia o cabelo, ai eu fui lá na Sucan, cansei de ir lá. fui fazer uns exames que só recebia uma hora depois o resultado, deitei um pouco e ai quando foi uma hora eu fui lá ver e ai me disseram pra ir ali naquele pé de farmácia comprar uns comprimidos e pra mim ir se embora dali que o negocio tava feio. Lá tinha uma boca de baixo, que quem trabaiava lá, tinha uma febre braba, era só 24 horas. Com 24 horas já passava na rede morto. Era febre daquela febre braba de cai o cabelo, que chamam hepatite preta né! Eu acho que essa febre que eu panhei no São Francisco era dela. essa febre foi braba. (QUEIROZ, 2017)

Nas entrevistas de História Oral encontramos também pessoas naturais de outros estados como Piauí e Ceará, alguns solteiros outros casados, e a maioria ou alfabetizados ou analfabetos. Por meio das entrevistas, percebemos a referência constante da migração para o garimpo situados no Estado do Pará, entre homens do município de Bacabal nas décadas de 1980 a 1990, outros garimpos também são mencionados.

O garimpo frequentemente é constituído por uma currutela e diversos baixões. As currutelas eram cidadelas que servia como local de referência para os garimpeiros antes de serem encaminhados para os baixões. Elas serviam como ponto de prostituição, vendas de bebidas e fonte de mão de obra para o trabalho nos espaços de trabalho no garimpo. Vitale Neto, doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, e Júlio Santos, doutor em História pela Universidade Federal do Mato Grosso, explanam bem a função que uma *currutela* possuía em relação ao garimpo. Segundo os autores:



O termo *currutela* é usado para designar um lugar de fixação, um ponto de referência, no qual se constroem moradias, no caso dos garimpeiros, provisórias, feitas com madeira bruta, palha e lona (material plástico de cor preta). Em meio a essas habitações, surgem pequenos comércios de viveres, combustível, bebida e prostíbulos. Sua existência é efêmera e sua população depende da “força” do garimpo (SANTOS e NETO, 2012, p. 119).

As *currutelas* eram locais onde se podia beber, frequentar prostíbulos e passar o tempo. Era um local reservado ao lazer do garimpeiro. Tornava-se um local de comunicação, em que muitos garimpeiros recebiam notícia de outros lugares, de outras *currutelas* ou das cidades adjacentes. Na maioria das vezes constituíam comunidades organizadas, fundavam novos povoados que, posteriormente se estruturavam e davam contornos para o surgimento de novas cidades.

Além da *currutela*, os garimpos normalmente são formados por vários *baixões*. O *baixão* é o espaço destinado à produção dos garimpeiros. Constantemente um garimpo é composto por uma *currutela* e diversos *baixões*. Ambos exercem uma relação de trabalho e diversão dentro dos vários garimpos existentes. A diferenciação do *baixão* tido como zona de produção para a *currutela* tida como espaço de lazer, está pautada na função que cada espaço desenvolve na representação do garimpo. A autora Leticia Tedesco expressa muito bem as principais características dos *baixões*:

Um *baixão* é a unidade produtiva básica, formada por um dono de par de máquinas que é geralmente o responsável pelo serviço naquele espaço (dono de serviço), 5 ou 6 trabalhadores, também chamados de peões e uma cozinheira. No espaço do *baixão* há um barraco grande utilizado para as refeições, para guardar os instrumentos de trabalho e para o descanso dos trabalhadores e um barraco menor, normalmente acoplado àquele, chamado “fusão da cozinheira” ou “fusão preto”. Este espaço é de uso exclusivo da cozinheira, mas também pode ser destinado a encontros íntimos, mas falaremos mais disso num momento posterior. Assim, cada *baixão* conta com uma equipe de trabalho que passa a maior parte do tempo ali, trabalhando, indo para a *currutela* esporadicamente em busca de atividades, serviços ou produtos ligados à manutenção do trabalho nos *baixões*. (TEDESCO, 2015, p.140).

O trecho evidenciado anteriormente retrata um pouco da realidade existente nos garimpos. Os *baixões* seriam o local de trabalho dos garimpeiros, neles estão concentradas as práticas do *bamburro*, reforçando a presença dos donos do serviço, do uso da terra e do trabalho braçal dos garimpeiros. Algumas restrições fazem parte da vivência nesse espaço. O uso de bebidas alcoólicas e a presença de mulheres não eram permitidos nos *baixões*.

Além da presença de mulheres, jogos e bebidas as *currutelas* também acabaram se tornando referencia nos aspectos relacionados ao medo e a violência. Durante o dia os centros eram mais calmos, pois, eram habitados somente por mulheres e homens que estavam em



busca de trabalho e lugar pra se fixar. Já as noites eram reservadas ao excessivo consumo de bebida alcoólica, a violência em sua forma primitiva (física), a presença de arma de fogo e os conflitos entre indivíduos do mesmo barranco ou de espaço de trabalho diferente. As *currutelas* também se tornaram palcos de acerto de contas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O garimpo se torna um lugar de importantes representações na vida dos homens que objetivam nele se aventurar, um lugar nitidamente movimentado pelos anseios de melhorias econômicas, de poder social, apesar de marcado pela exploração dos garimpeiros. O objetivo do garimpeiro evidencia-se quando dentro da mobilidade espacial o “vagar sem rumo” traz na expectativa de dias melhores, mas em contrapartida se encontram submetidos a duras condições de trabalho no exaustivo caminho dentro das minas, mas ainda assim buscam oportunidades que o mesmo estabelece. Tais questões são percebidas através da narração de acontecimentos que se davam cotidianamente dentro do garimpo.

Na busca pelos garimpos, os garimpeiros, chamados também de trecheiros, acabam passando por várias situações e por vários lugares em busca de melhores perspectivas. Tais situações se revelam importantes, quando na busca de se compreender como se deu a chegada ao garimpo, narram dificuldades enfrentadas desde sua saída do local de origem ou de migração, até o cotidiano de trabalho exaustivo nos garimpos.

O garimpo é representado como lugar de passagem, como lugar de se ganhar dinheiro, sendo desconectado da ideia de lugar bom para moradia, embora visto como importante para a economia em momentos de prosperidade. No garimpo o migrante se torna garimpeiro em busca de ouro, o trabalho realizado sobre a extração do ouro se dá de forma semi-mecanizada nas décadas de estudos. O ouro também é idealizado como objeto mágico, que de certa forma vai contribuir para a atração de migrantes das várias regiões do Brasil, com o destaque para a presença de maranhenses nos garimpos. “*Eram tantos, que sabe lá, de onde se vinham, chegavam precisando de dinheiro e depois iam se embora, eles vão atrás de recursos, com a esperança de que lá tá dando isso e que tá dando aquilo.*”. (QUEIROZ, 2017).

Os motivos de expulsão são recorrentemente; as dificuldades enfrentadas em seu local de moradia, sempre estavam tentando conseguir algo de melhor para o futuro, por isso depositavam no garimpo a esperança da solução para seus problemas. “*Ha! Falavam que lá tava dando ouro, que chegava aqui rico, que era isso que era aquilo e ai quando chegava lá, cadê? Não tava dando era nada.*” (QUEIROZ, 2017)



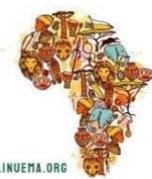
Na maioria das vezes o sonho acabava se tornando um pesadelo, pois toda a representação que havia se criado em torno do garimpo, acabava se diluindo em frustrações.

Tem sim! Tem muita gente invocada com esse negócio aí! Loucura! Eu mesmo não vou mais pra canto nenhum. Não tem condição não. Até onde eu andei não vi nada de vantagem. Pegar uma malária braba lá, se você não tinha um pedacinho de dinheiro pra vim embora. Ficava lá! Eu vi muita gente, a cabeça ficava igual o ombro da gente sem ter um fiapo de cabelo. Era um batalhão de homem com a cabeça só a sola. Ai eu perguntava pro povo que diacho é isso aí? Ai eles diziam que era a febre que adoecia a pessoa e fazia o cabelo cair tudo. Se eu chegar a dizer que vou, to acabado! (risos) Eu me lembro de tá aqui de um jeito e chegar pra me ver nessa situação. Diacho é isso! É triste! (QUEIROZ, 2017)

O garimpo não seria se torna um local de fixação e passagem. As expectativas dos próprios garimpeiros, era se naquele barranco as condições de encontrar o ouro eram favoráveis ou não, nisso o garimpeiro acabava percorrendo vários garimpos no decorrer de sua vida. O dinamismo entre as relações de trabalho e lazer existentes no garimpo nos auxilia a entender como se dá o processo de configuração das zonas mineradoras.

Foi possível compreender que o espaço chamado de garimpo se estrutura a partir das diversas áreas cuja, funções determinam as relações e o comportamento entre as pessoas dentro do processo de garimpagem. O garimpo possui lei, diversão e por menor que seja também possui humanidade.

Em constante esforço, ao mapear sobre as condições da vida dos garimpeiros dentro dos baixões, visamos interpretar elementos presentes nas entrevistas de homens do Médio Mearim que migraram para garimpos. Compreendendo e aprofundando aspectos das experiências desses garimpeiros sobre o processo de migração e história do trabalho desses migrantes que apostaram suas vidas na garimpagem, trabalharam para “*bamburra*” e posteriormente desistiram do garimpo.



## REFERÊNCIAS

### Fontes Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editorial Contexto, 2005. P.155-202.

BARBOSA, Lívia. **Representações nacionais e identidades garimpeira**; carência material e pobreza simbólica. Relatório final da pesquisa do projeto paconamé. Rio de Janeiro: Cetem, 1991.

\_\_\_\_\_. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. In: **Estudos Históricos**, Rio Janeiro, vol. 4, 8, 1991, p. 229-243.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo**. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho**: usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

CASTRO, Hebe. **História Social**. In: CARDOSO, Ciro FLAMARION e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Configurando o espaço social no vale do Mearim: terra, trabalho e migração**. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho**: usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim - MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado)

PASSOS, Messias Modesto dos. **Mundo do Garimpo**. Disponível em: <https://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>. Acesso realizado em: 04 de jan. de 2018, às 20:10h.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132p. (Coleção História & Reflexões, 5)

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

TEDESCO, Leticia da Luz. **Atores sociais na batalha: estigma e cidadania entre prostitutas, através de uma ONG em Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão (Graduação em Ciências Sociais), Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.



### **Fontes Orais**

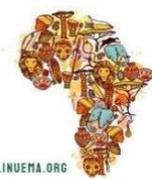
**Antônio Vale Cantanhede**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

**Elias Vieira de Sousa**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

**José dos Santos Moura**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

**José Felipe Medeiros**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

**Raimundo Queiroz**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.



**A FORMAÇÃO POLÍTICA CAMPESSINA NA IMPRENSA  
MARANHENSE: Conflitos agrários e teologia da libertação na luta  
pela terra nos anos de 1980.**

**Laryssa Gomes Pimenta (Universidade Estadual do Maranhão)<sup>66</sup>.**

**Resumo:** A partir da criação da Lei de Terras de 1969, intensifica-se a negociação de terras devolutas e assiste-se ao avanço da grilagem e da pecuária extensiva, que transformam drasticamente diversas áreas rurais do Maranhão, dentre as quais, destacamos a região do Médio Mearim. Por volta da década de 1980 os conflitos se intensificam em diversos estados brasileiros, aumentando as discussões sobre Reforma Agrária, contribuindo para a emergência de novos movimentos sociais no campo, como o MST, dentre outros, onde muitos acabam sendo inspirados pela Teologia da Libertação. Desde os anos de 1950, a Igreja Católica demonstrava preocupação com os conflitos no campo. Alguns membros e agências inspirados na Teologia da Libertação, voltam-se para a defesa e a formação política do campesinato. Organizaram-se movimentos de resistência e mobilização política, com a criação de CEB's, e da CPT, visando, dentre outros objetivos, apoiar a luta pela terra e denunciar ações que violassem os direitos dos posseiros. Busca-se compreender a partir das matérias veiculadas na imprensa de São Luís, como temas, tais quais: Teologia da Libertação, conflitos de terra (especialmente no Médio Mearim) e movimentos sociais no campo são representados e podem vir a instituir uma opinião pública sobre tais temas.

**Palavras-chave:** Conflito Agrário; Teologia da Libertação; Médio Mearim; Imprensa.

**Abstract:** Since the Land Law of 1969 was created, the negotiation of vacant lands is intensified and the advance of land grabbing and extensive cattle raising, which drastically transforms several rural areas of Maranhão, among which we highlight the region. from Middle Mearim. Around the 1980s, conflicts intensified in several Brazilian states, increasing discussions about Agrarian Reform, contributing to the emergence of new social movements in the countryside, such as the MST, among others, where many end up being inspired by Liberation Theology. Since the 1950s, the Catholic Church has been concerned about conflicts in the countryside. Some members and agencies inspired by Liberation Theology focus on the defense and political formation of the peasantry. Resistance and political mobilization movements were organized, with the creation of CEB's and the CPT, aiming, among other objectives, to support the struggle for land and to denounce actions that violated the rights of the squatters. It is intended to understand from the subjects published in the São Luís press, as themes such as: Liberation Theology, land conflicts (especially in the Middle Mearim) and social movements in the countryside are represented and may establish a public opinion on the subject. such themes.

<sup>66</sup> Graduanda em História – Licenciatura (UEMA), bolsista de iniciação científica PIBIC/FAPEMA, ligada ao projeto “Luta pela terra no Médio Mearim - MA (1960-1990): experiências, narrativas e deslocamentos”, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Milena Galdez Ferreira (UEMA).



**Keywords:** Agrarian Conflict; Liberation Theology; Medium Mearim; Press.

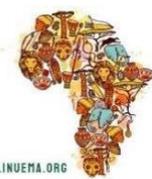
## INTRODUÇÃO

O século XX foi um período marcado por diversas mudanças políticas, econômicas e sociais, que marcaram a humanidade profundamente. O campo passava por uma série de modificações, principalmente na década de 60, após o decreto do Estatuto da Terra de 1964 e da Lei 2.979/69, conhecida como Sarney de Terras, que levou novas formas de organização para o campo, inserindo a lógica mercadológica no meio rural. Diante das novas leis, assiste-se também o acirramento de inúmeros conflitos pela terra em todo território nacional, onde buscamos analisar os conflitos encontrados no estado do Maranhão.

Paralelo a isso, a Igreja Católica também sofre algumas modificações em sua doutrina e suas ações no meio social, levando a mesma a optar pelos pobres e se posicionar e atuar ativamente em muitos movimentos sociais no decorrer da segunda metade do século XX. Após o surgimento e a consolidação da doutrina da Teologia da Libertação, inúmeros membros do clero, inspirados nessa frente progressista, passam a se posicionar e lutar em movimentos na luta pela terra ao lado de posseiros e lavradores, em diversas localidades, como é o caso o Médio Mearim – MA.

É a partir dos estudos desta temática e dos impactos das mesmas na sociedade, que propomos analisar como esses acontecimentos estavam sendo noticiados na grande imprensa maranhense, abordando dois importantes jornais: O Imparcial e O Estado, entendendo o papel significativo que os jornais impressos tinham na formação da opinião pública ao longo da década de 80.

Para isso, iremos debater acerca da importância e do papel relevante dos jornais, como formadores de opinião e como fonte importante de pesquisa sobre os mais diversos temas, utilizando alguns autores que nos auxiliem neste trabalho de coleta e análises de notícias.



## QUESTÃO AGRÁRIA E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA IMPRENSA MARANHENSE: UMA ABORDAGEM DOS JORNAIS: *O ESTADO E O IMPARCIAL*.

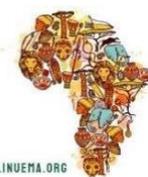
A imprensa nos últimos anos tem ganhado cada vez mais espaço nos meios acadêmicos, servindo como objeto de pesquisa, fonte de informações e como meio principal de manifestações e desejos populares. A imprensa atualmente tem se expandido cada vez mais, adotando novas formas de abordagem, novas técnicas, novas roupagens mais tecnológicas, mas ainda com mesmo objetivo, a informação rápida e acessível a todos.

Com a Escola dos Anales, novas formas de fazer história acabaram surgindo, novas formas de auxiliar a ciência, novos métodos de pesquisa foram incorporados, aumentando, significativamente a quantidade de fontes consideradas históricas, com mecanismos que auxiliam na verificação das informações, a fim de promover uma interdisciplinaridade, capaz de fazer com que vários pontos diferentes, conversem entre si. A imprensa, com suas diversas formas de manifestação, seja por jornais, revistas ou imagens, averiguadas com suas respectivas necessidades, acabaram por se tornar uma nova forma de se entender a história, proporcionando assim, um leque de informações a muitos pesquisadores.

Mesmo com o uso da imprensa como fonte ou objeto de pesquisa esteja se expandindo consideravelmente em meio a pesquisadores, o uso de tal, por muito tempo foi duramente criticado, visto a fácil manipulação de informações e os interesses contidos nos bastidores das notícias, o que por inúmeras vezes, ocasionou em uma aversão ou desqualificação de informações provenientes de jornais e revistas, como mostra Luca

[...] A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social ; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere(CAPELATO; PRATO, 1980, apud LUCA, 2008, p. 118).

Diante desta intencionalidade encontrada em muitos jornais, o pesquisador encontra no mesmo, um grande problema a ser enfrentado, no



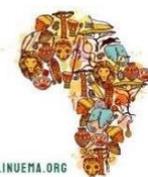
tocante a averiguação das informações, para isto, o mesmo deve estar munido de uma série de métodos que auxiliem no processo de pesquisa, o que torna imprescindível ao pesquisador, historiador, a problematização, historicização dos fatos e das notícias, afim de aproximar ao máximo dos acontecimentos aos quais busca informações. A análise do discurso, dos interesses atendidos pelo veículo de informação o qual pesquisa, a criticidade diante das notícias, tornam-se ferramentas fundamentais para o uso da imprensa como fonte de pesquisa.

O leitor, portanto, precisa saber se posicionar diante de tais discursos, sob pena de ser facilmente manipulado por esses veículos que, ao invés de retratarem os acontecimentos com isenção e profissionalismo, atendem aos ideias de um determinado grupo e propagam apenas os fatos de seus interesses, deixando em segundo plano ou até silenciando, questões fundamentais para uma compreensão mais ampla desses eventos. (COSTA; SILVA, 2017, p. 6)

Com isso, podemos observar o papel desempenhado por jornais em difundir notícias rapidamente, tornando o mesmo, uma grande ferramenta de estudo sobre questões que se faziam presentes naquele momento, o que requer do pesquisador o abandono de uma ingenuidade, que possa leva-lo a armadilhas de interpretações errôneas e precipitadas. Os jornais sempre foram palcos de grandes notícias e também de espaço para grandes grupos manifestarem suas opiniões acerca dos mais diversos assuntos, o que em muitos casos, atribui a mídia como um todo, o poder de moldar a opinião de seu público.

Segundo Luca (2008), o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Diante disto, cabe ao historiador analisar o conteúdo das informações, assim como trabalhar com a intencionalidade da fonte, em reproduzir determinado discurso, levando em consideração o contexto histórico no qual a notícia foi produzida, como forma de melhor compreender as motivações da mesma.

Visto isso, busco chamar atenção também, as diversas formas de persuasão de leitores produzidas em jornais e revistas, ambas com o intuito de atrair a atenção do público, sempre colocando em primeiro plano suas intenções e “agendas ocultas”. Para isso, os meios de comunicação se utilizam imagens, fontes de destaque (letras), cores, e a adoção do padrão “manchete” nas



primeiras páginas, para notícias de grande importância, ou a não utilização de tais mecanismos, para notícias que os mesmos julguem, não necessitar de tanta importância.

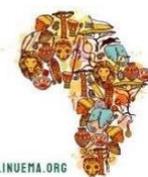
[...]Os meios de comunicação ocupam, nas sociedades contemporâneas, lugar de destaque na produção de uma memória pública e de uma ideia de história. [...] Legitimada como uma das principais instâncias semantizadoras das ações e das transformações da realidade, a mídia jornalística seleciona, entre todos os fatos e sujeitos, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, revestindo-o de relevância histórica. (SILVIA; GOUVÊA, 2013, p.111).

É se utilizando deste espaço construído pela mídia jornalística, que propomos uma análise da questão agrária e da difusão da doutrina da Teologia da Libertação, acerca das notícias veiculadas na imprensa maranhense na década de 1980, afim de melhor compreender como estavam sendo trabalhadas e que interpretações eram possíveis de serem feitas diante destas notícias, levando em consideração os cuidados a serem tomados diante da notícias encontradas e a origem das mesmas.

É durante o período de redemocratização, que ocorre o surgimento de uma série de movimentos sociais que passam a eclodir em todo território nacional, as passeatas e reivindicações, assim como a participação de massas da população civil em questões políticas como, a elaboração da constituição de 88, o crescimento da atuação da Igreja Católica em questões sociais, como movimentos que lutavam pela Reforma Agrária e por assentamentos, acabou por crescer de forma significativa, conquistando a atenção de inúmeros meios de comunicação, dentre estes, destaco os jornais.

A imprensa maranhense acabava por noticiar inúmeros casos de conflitos pela terra ocorridos no estado, assim como dedica em suas páginas, espaços que visavam trabalhar com maior ênfase, as mudanças no interior da Igreja Católica, e no campo, trabalhando com visões ora como favoráveis as causas defendidas, dando visibilidade, ora como criminalizava ou condenava algumas questões expostas.

Os jornais pesquisados acabam trazendo com maior frequência notícias ligada a questão agrária e Teologia da Libertação, principalmente nos anos de 1980, sendo estes, os anos mais calorosos e marcados por embates no tocante a



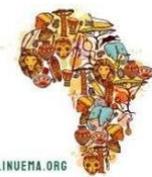
questão fundiária. Que tal problemática já se fazia presente, não é nenhuma novidade, visto que desde 1964, já havia uma grande preocupação com o crescimento e o fortalecimento de ligas camponesas, de movimentos de luta pela terra, assim como havia uma dura resistência a difusão da doutrina da Teologia da Libertação, e uma forte crítica ao apoio deste setor progressista a questões envolvendo conflitos o campo.

Diante deste cenário encontrado no Brasil nos anos de 1980, buscamos analisar notícias encontradas nos jornais, como forma de melhor compreender a circulação das informações ligadas aos conflitos fundiários, a Reforma Agrária e a atuação de cunho mais social, por parte da Igreja Católica. Os jornais pesquisados ao longo destes meses foram, Jornal *O Imparcial* e Jornal *O Estado*, sendo estes, de grande circulação em toda capital desde as décadas de 20 e 70, entretanto, as notícias aqui abordadas, foram retiradas em sua grande maioria, do jornal *O Imparcial*, o único que traz com maior frequência, notícias relacionadas aos tema aqui estudados, diferentemente do jornal *O Estado*, que embora aborde os temas, faz isso de forma muito breve, sem oferecer grandes detalhes.

Tomando como primeira problemática a ausência parcial de notícias sobre temas tão presentes na sociedade não apenas maranhense, mais brasileira, no Jornal *O Estado*, propomos uma análise acerca da origem de tais jornais. O Jornal *O Estado*, surgiu na década de 1970, a partir da compra do Jornal *Do Dia*, por José Sarney e seu amigo, Bandeira Tribuzi, atualmente sendo incorporado ao grupo Mirante, pertencente à família Sarney, o que nos possibilita observar que a escassez de notícias neste jornal diante dos acontecimentos, se deu pelo fato do então proprietário do jornal José Sarney, se encontrar no cargo da presidência, deixando explícito o forte viés político intrínseco a este jornal.

O Jornal *O Imparcial* teve sua fundação em maio 1926, pelo empresário João Pires Ferreira, junto de seu irmão José Pires, onde acabou crescendo e se popularizando por todo o estado, que vivenciava um grande crescimento. O jornal acabou ganhando bastante espaço pelo fato de não se alinhar a partidos e grupos políticos, o que acaba abrindo espaço para interpretações como a possuir a liberdade de falar de temas como Reforma Agrária durante o período estudado.

O jornal *O Imparcial*, diferentemente do jornal anteriormente citado, já traz com maior frequência, notícias que remetem a questões em torno da Teologia da Libertação e da questão agrária, na qual buscamos analisar o



posicionamento do jornal diante das mesmas.

#### REFORMA DA TERRA É MINIMIZADA

[..] Com destino a Macapá, onde foi participar de debates promovidos pelo PT, Lula disse que nunca esperava uma Reforma Agrária do presidente José Sarney. (Jornal O Imparcial, São Luís, 1985, p. 4)

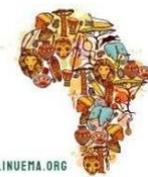
É possível observar a preocupação do jornal em trazer notícias que trabalham a Reforma Agrária, mesmo que envolvida em debates políticas, porém, sem compromisso com políticos ou partidos. O jornal em questão, traz inúmeras notícias sobre a Reforma Agrária, sobre as discussões em torno do primeiro PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), proposto por Sarney, sempre se posicionando como favorável as propostas de Reforma Agrária, assim como criticando na figura de José Sarney, o atraso na implementação da mesma, assim como a crítica a outros grandes nomes da política.

#### A INTOCABILIDADE DA TERRA

Setenta por cento da área rural hoje é constituída por latifúndios e a conclusão é óbvia: o Estatuto da Terra não foi efetivamente aplicado em seus primeiros 20 anos de vida. Assesores do ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, estimam que mais de 20 artigos não foram cumpridos, além de muitos outros terem sido revogados (jornal O Imparcial, São Luís, 20/06/1985).

Nesta notícia, o jornal busca alertar seus leitores para situação alarmante na qual muitas famílias se encontram, diante da má distribuição de terras em todos o território brasileiro, questionando figuras como o General Castelo Branco, o próprio ministro da Reforma, assim como denuncia a inaplicabilidade do Estatuto da Terra. Diante disto podemos observar, a preocupação do jornal em abordar o tema da Reforma Agrária, que passa a ser um tema recorrente nas páginas do mesmo, muito embora a sua localização fique variando em categorias como “opinião nacional”, “política”, “economia”, até que por fim, passe a ter uma página dedicada apenas a este tema, titulada de “Reforma Agrária”, deixando explícito o interesse em constantemente atualizar seus leitores sobre os debates envolvendo a questão fundiária.

O jornal *O Estado*, traz em suas páginas, sem muito destaque, algumas notícias acerca dos desdobramentos da Reforma Agrária e do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), ambos sendo decididos pelo então presidente



José Sarney. As notícias se resumem a textos que falem sobre questão fundiária desde 1850, descrevendo as mudanças que sofreu ao longo dos anos, mas sem grandes descrições sobre o que de fato tem sido feito para resolução dos casos de conflito no estado. A única notícia encontrada que aborda com mais detalhes as decisões que estão sendo debatidas, dizem respeito a fala do ministro Nelson Ribeiro, sempre passando a ideia que tudo caminha como planejado.

#### REFORMA AGRÁRIA VAI TER DINÂMICA PRÓPRIA.

BRASÍLIA- O ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, afirmou ontem às lideranças nacionais e estaduais dos Trabalhadores na indústria, na sede da CNTI, que a Reforma Agrária não vai ser protelada. Disse também que dentro de mais alguns dias estarão sendo aprovados pelo presidente Sarney os PRRAS (Planos Regionais de Reforma Agrária).

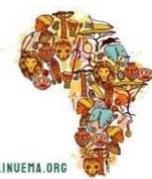
[...](O Estado, 1985, São Luís).

As notícias sobre os tramites da Reforma Agrária e do Plano Nacional de Reforma Agrária acabam sendo mais noticiadas no jornal, em relação a Teologia da Libertação e a constituinte, entretanto, ainda foi possível encontrar algumas notícias que fornecem ao leitor, um panorama geral, das mudanças ocorridas na Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II e o Documento de Puebla.

#### DOCUMENTO DE PUEBLA SERÁ VOTADO AMANHÃ

Paralelamente, o documento condenará a violação dos Direitos Humanos na América Latina, o que se entende como uma concessão ao setor progressista. Porém, em nenhum dos casos, haverá referência particular a um país ou a um determinado caso, o que demonstra, achou a fonte, o prevalecimento da linha moderada. Uma forte ênfase será dada ao problema da cristologia desenhada por alguns teólogos da libertação (O Imparcial, 11/02/79, São Luís, p.7).

Diferentemente das notícias analisadas sobre a situação fundiária do país e do estado, onde é possível observar o apoio do jornal o imparcial a Reforma Agrária, no tocante as notícias sobre Teologia da Libertação, já podemos perceber uma certa neutralidade diante das mudanças ocorridas na Igreja Católica. Nesta notícia, o jornal se dedica apenas a oferecer o leitor, um panorama geral acerca do que estaria sendo discutido no documento de Puebla, abordando pontos como Direitos Humanos na América Latina, defendidos pelo setor mais progressista da Igreja.



### “TEOLOGIAS DA ESPERANÇA”

[...] É assim, a chamada ‘teologia da esperança’ (bonito nome), na qual se inspira, e quase se identifica, a famosa e discutida ‘teologia da LIBERTAÇÃO’. Para facilitar a compreensão do leitor, ficaremos hoje nas premissas filosóficas, para depois, em prosseguimento, examinar as consequências teológicas, no que diz respeito a DEUS, a CRISTO e à IGREJA (O Imparcial, 26/06/83, São Luís, p.19).

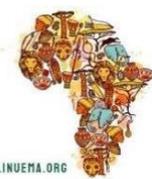
O discurso em torno da Teologia da Libertação, facilmente comparada a Teologia da Esperança, se deu pela aproximação destas doutrinas a questões filosóficas e sociais, ambas questionando a exploração e descaso com muitos marginalizados socialmente. Nesta notícia o jornal se dedicou a explicar a origem dessas “novas teologias”, que utilizam de autores Marx e Ernesto Bloch, como norteadores, e como base para as lutas enfrentadas pelos seus adeptos, sempre em busca da libertação, mas nunca deixando de lado Jesus Cristo, figura frequentemente associada aos marginalizados. No jornal *O Estado*, foram encontradas apenas duas notícias sobre o setor progressista da Igreja Católica, nas quais buscam discorrer sobre as mudanças ocorridas na Igreja Católica e em seus seguidores, assim como descreve os caminhos percorridos pelos pioneiros da Teologia da Libertação, e as dificuldade enfrentadas, no tocante ao reconhecimento e aceitação dos fiéis em lutar pelos seus direitos.

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: dezoito anos depois, o beneplácito da Igreja Católica.

A Igreja Católica deu carta de cidadania a Teologia da Libertação, dezoito anos depois do surgimento do controverso movimento que afetou a consciência política dos cristãos e criou o “problema da religião” para os revolucionários latino-americanos.

Em seu recente documento “Liberdade Cristã e Libertação”, o Vaticano reconhece o direito dos pobres de lutar contra a violência, a ingerência política dos religiosos e o “mito da revolução” que resultará em novas formas de escravidão (O Estado, 18/04/86, São Luís).

Diante das inúmeras notícias encontradas sobre Teologia da Libertação e sobre as mudanças nos paradigmas da Igreja Católica, dos embates entre o setor mais tradicional, que se nega a aceitar essa nova vertente, torna-se comum a todas as notícias, a constante associação dessa nova doutrina, a questões defendidas pela esquerda política do país, acarretando em uma aversão e uma resistência da população diante da mesma, principalmente no período que compreende a redemocratização do país, onde ainda era possível se observar uma forte divisão entre ideias mais de direita e de esquerda. Durante a pesquisa,



também foram encontradas notícias que classificamos como comuns aos temas “Teologia da Libertação” e “Reforma Agrária”, pois trata da manifestação de membros do clero, diante dos casos de violência no campo, da demora na execução da reforma e da forte crítica a inaplicabilidade de uma justiça social no campo.

Por fim, busco analisar notícias acerca da constituição de 88, que se encontrava em processo de elaboração a partir da segunda metade da década de 80, e que contou grande participação popular, que incorporava debates como o da própria Reforma Agrária e o desejo pelo retorno da democracia.

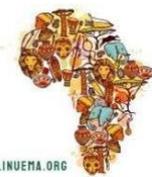
#### POR UMA CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA

Impõe-se uma mudança substancial e qualitativa do Estado nacional brasileiro, a fim de que ele fique submetido à vontade coletiva da sociedade civil, não mais se impondo sobre o autoritarismo que ora começa a se desagregar.

[...] A constituição de que necessitamos terá de ser fruto de amplo diálogo nacional, terá de ser a síntese da co-participação de todos os cidadãos brasileiros, alfabetizados e analfabetos, oficiais e soldados, porque no que respeita à cidadania, não há, entre eles, nenhuma diferença(O Imparcial, 09/06/86, São Luís, p.9).

O jornal *O Imparcial* busca abordar os anseios populares em torno da elaboração da nova constituição, da esperança na conquista de direitos, no distanciamento do fantasma da ditadura que marcou a história do país por longos vinte e um anos e que agora, enxerga nessa mudança política, a possibilidade de retorno da democracia. É notório em todas as notícias encontradas sobre a constituição no jornal o Imparcial, a constante convocação e destaque para a participação da população civil, entre instituições como Igrejas e sindicatos, ressaltando o caráter popular da mesma. Em contrapartida, não foram encontradas nenhuma notícia sobre tal tema, no jornal *O Estado*.

Diante das notícias aqui apresentadas e analisadas, foi possível observar o papel informativo desempenhado pelos principais jornais que circulavam pela capital ludovicense na década de 1980, abordando temas como Questão Agrária, Teologia da Libertação e elaboração da constituição de 1988, que se encontravam em pleno debate nas mais diversas localidades, não apenas do Maranhão, mas em todo território nacional. Entretanto, a pouca visibilidade e em alguns casos a ausência de notícias nos jornais, possibilitou a observação da



forte influência política presente nos meios de comunicação do estado, que acaba por se refletir num silêncio da fonte e/ou na alteração do discurso, em prol de uma figura ou grupo/partido central.

Por fim, foi possível constatar que muito embora casos de violência sejam citados em determinados períodos, por colocar em debate a Teologia da Libertação, da Reforma Agrária e da Constituinte, pouco se fala do contexto maranhense, e principalmente dos casos de violência alarmantes encontrados em outras documentações já exploradas, ignorando tais acontecimentos, em prol de debates de interesse nacional.

**TABELA COM AS NOTÍCIAS ENCONTRADAS NOS JORNAIS MARANHENSES:  
*O IMPARCIAL E  
O ESTADO.***

Ao longo da pesquisa realizada em jornais, buscamos trabalhar as notícias tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, visando uma melhor análise acerca das temáticas pesquisadas. Para tanto, nos propomos a organizar/sistematizar as notícias em uma tabela, onde identificamos o jornal utilizado, a data e o local das notícias, a categoria, um resumo – elaboradora a partir da leitura das notícias-, e uma citação significativa, que mostre resumidamente do que se trata a mesma, como podemos observar<sup>67</sup>.

JORNAL	DATA/LOCAL	CATEGORIA	TÍTULO	RESUMO	CITAÇÃO SIGNIFICATIVA
<i>O Imparcial</i>	11/02/1979, São Luís.	Teologia da Libertação.	Documento de Puebla será votado amanhã com resultado à noite.	A notícia traz uma série de elementos que fornecem ao leitor uma visão geral das mudanças que estão sendo debatidas no interior da Igreja Católica, e os impasses entre bispos e todo o clero, diante das novas ações	Paralelamente, o documento condenará a violação dos Direitos Humanos na América Latina, o que se entende como uma concessão ao setor progressista. Porém, em nenhum dos casos, haverá referência particular a um país ou a um determinado caso,

<sup>67</sup> A presente tabela é apenas um exemplo (uma parte dela) da forma como trabalhamos as notícias encontradas nos jornais.



				que estão sendo votadas.	o que demonstra, achou a fonte, o prevalectimento da linha moderada. Uma forte ênfase será dada ao problema da cristologia desenhada por alguns teólogos da libertação.
<i>O Estado</i>	1985, São Luís.	Questão Agrária.	REFORMA AGRÁRIA VAI TER DINÂMICA PRÓPRIA.	Oferece ao leitor um parecer acerca dos tramites da Reforma Agrária e dos PRRAs.	O ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, afirmou ontem às lideranças nacionais e estaduais dos Trabalhadores na indústria, na sede da CNTI, que a Reforma Agrária não vai ser protelada. Disse também que dentro de mais alguns dias estarão sendo aprovados pelo presidente Sarney os PRRAs (Planos Regionais de Reforma Agrária).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a analisar as formas como Teologia da Libertação e as novas formas de organização no campo, os conflitos e a criação de leis sobre a questão fundiária rural estavam sendo noticiadas na grande imprensa maranhense, abordando os dois principais jornais que circulavam em São Luís na década de 80, *O Estado* e *O Imparcial*.

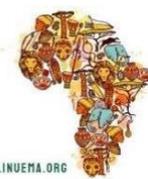
A partir do estudo sobre as mudanças encontradas no campo e na Igreja Católica ao longo do século XX, tornou-se interessante observar como tais modificações estavam sendo noticiadas na imprensa maranhense, entendendo a mesma como um importante mecanismo de informação e formação de opinião pública ao longo dos anos. Diante disto, buscamos abordar os dois principais jornais maranhenses na década de 80, por se tratarem dos jornais de maior circulação na capital maranhense.



O trabalho de pesquisa se deu a partir da coleta de notícias encontradas em jornais na biblioteca Benedito Leite (São Luís- MA), assim como o levantamento e estudo de um referencial teórico que nos ajudou a pensar a imprensa como um meio de comunicação dotado de opiniões e interesses, que devem ser levados em consideração, a fim de não reproduzir discursos de uma classe ou grupo social.

Diante disto, tornou-se interessante o estudo de quem estava por trás dos jornais aqui analisados, como forma de melhor compreender como estavam sendo noticiadas notícias sobre o conflito no campo e sobre a criação das novas leis, como observamos no jornal *O Estado*, que sempre noticiava as mudanças no campo de forma positiva, em contrapartida, dificilmente noticiava conflitos agrários, com o intuito de valorizar apenas os feitos de José Sarney.

O jornal *O Imparcial*, diferentemente do jornal *O Estado*, trazia notícias de conflitos ocorridos no campo, entretanto, sempre abordando a figura do trabalhador rural de uma forma negativa. A Teologia da Libertação também é abordada, embora de forma menos frequente e com “tom” de imparcialidade, apenas fornecendo ao leitor, notícias sobre os últimos acontecimentos na instituição. Diante disto, tal artigo buscou melhor compreender como a grande imprensa maranhense da década de 80, noticiava os conflitos e leis sobre questão agrária, e a Teologia da Libertação, entendendo a mesma como uma importante ferramenta para a pesquisa no campo da História.



## REFERÊNCIAS:

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador**. In: Mariana Villaça, Maria Ligia Coelho Prado (Org). História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanistas: CAPES, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970**. 24ª ed. São Paulo: Edição Loyola, 2014. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p.224

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas História dos, nos e por meio dos periódicos**. in: Fontes históricas. 2.ed., 1ª reimpressão – São Paulo: contexto, 2008.

SILVA, Cristiani Bereta da; GOUVÊA, Vanessa Moraes. **Movimentos sociais rurais e redemocratização do Brasil**: interpretações possíveis a partir do Jornal *O Estado* (1980- 1990). Historia Actual Online, n. 32, p.109-122, Primavera, 2013.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” – Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979/2000**. Florianópolis -SC, 2003. Tese de doutorado – UFSC.



## DES/RE/TERRITORIALIZAÇÃO EM EN ESTADO DE MEMÓRIA DE TUNUNA MERCADO

Liana Márcia Gonçalves Mafra (IFMA/UFPA)<sup>68</sup>

**RESUMO:** A presente discussão é parte da pesquisa inicial e em andamento, desenvolvida no doutoramento em Letras, e visa apresentar a análise da obra “Em Estado de Memória”, da argentina Tununa Mercado, que narra eventos traumáticos, encontros e desencontros decorrentes da situação de exílio que viveu como consequência da ditadura na Argentina no período de 1976 a 1983. Na narrativa, temos uma escrita *des/reterritorializada* no novo espaço geográfico (México) e literário, como uma expressão literária atingida pelo período de tensão vivenciado no país de origem da escritora, com foco na presença acentuada da *Literatura de Testemunho* no contexto das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul da América Latina, que provocou exílios, exílios internos, *desexílios*. Reflete-se acerca das leituras realizadas sobre exílio, literatura de testemunho, analisando especificamente como se estabeleceu o entrelaçamento entre a memória e a literatura, por meio da escrita daqueles, como Tununa Mercado, sobreviventes e testemunhas do período mencionado.

**Palavras-chave:** Desterritorialização. Reterritorialização. Exílio. Tununa Mercado.

**ABSTRACT:** This speech is part of the initial and ongoing research, developed in the doctorate in Letras, and aims to show the analysis of the work “Em Estado de Memória”, by the Argentine Tununa Mercado, which narrates traumatic events, encounters and disagreements resulting from the situation of banishment that lived as a consequence of the dictatorship in Argentina in the period from 1976 to 1983. In the narrative, we have a reterritorialization and deterritorialization writing in the new geographic (Mexico) and literary space, as a literary expression reached by the period of tension experienced in the writer's country of origin, focusing on the accentuated presence of the Testimony Literature in the context of the National Security dictatorships in the Southern Cone of Latin America, which provoked banishment, internal banishment, disbanishment. It reflects on the readings carried out on banishment, testimony literature, analyzing specifically how the intertwining between memory and literature was established, through the writing of those, such as Tununa Mercado, survivors and witnesses of the mentioned period.

**Keyword:** Deterritorialization. Reterritorialization. Exile. Tununa Mercado.

---

<sup>68</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará/UFPA (orientanda da Profa. Dra. Tania Maria Pereira Sarmento-Pantoja). Professora de Língua Espanhola do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA. O artigo faz parte da discussão inicial desenvolvida no âmbito do doutorado. E-mail: lianamafra@ifma.edu.br.



## EM ESTADO DE MEMÓRIA

A obra destacada para a análise, *Em Estado de Memória* (2011), da escritora argentina Tununa Mercado<sup>69</sup>, faz parte das narrativas de *teor testemunhal* sobre os atos e as consequências das ditaduras militares no Cone Sul da América Latina na segunda metade do século XX. A autora nasceu em Córdoba em 1939, e ao longo de sua vida esteve muitas vezes “de passagem” pelos lugares, “em estado provisório” nas cidades e em países onde esteve, como ela mesma afirma. Uma vida “em provisório” decorrente dos atos violentos e do terror da ditadura militar na Argentina. E aqui interessa-nos a ditadura do período de 1976 a 1983, que levou a Tununa Mercado ao exílio no México. A experiência do exílio no México provocou em Mercado uma ruptura de si, da sua escrita, da sua pátria. Neste exílio, de 1974 a 1986, como a própria Mercado relata, foi “por culpa de golpes, ditaduras e contubérnios repressivos cívico-militares” (MERCADO, 2011, p.75), e estes constantes exílios provocaram na autora estados repentinos de confusão sobre o passar do tempo (MERCADO, 2011).

Antes de ser levada ao exílio no México, Tununa Mercado era jornalista no diário *La Opinión*, em Buenos Aires. Um jornal que foi uma referência para os setores progressistas e intelectuais. Segundo a autora, era um momento de luta política, sindicais, greves, e ela fazia parte disso. Com o golpe militar chileno (1973), ela e seu marido, Noé Jitrik, participam de associações de solidariedade com Chile e, depois, com outros países da América. Em 1974 Tununa Mercado começa a receber ameaças da Triple A<sup>70</sup> e decide juntar-se ao seu marido que está no México ministrando aulas. É uma ida sem poder regressar, ficando ali até o fim da ditadura argentina. No México, juntamente com outros argentinos na mesma situação, Mercado participa de redes de solidariedade e encontros para compartilhar experiências com outros exilados.

As narrativas de *Em Estado de Memória* (1990) surgem no/do exílio, com histórias vividas pela autora na França (1967-1970) e no México (1974-1986), e com muitas histórias vividas por seus compatriotas, pelas pessoas que encontrou e perdeu pelo caminho, pelas histórias que inventou para suportar a realidade. São histórias pessoais e, ao mesmo tempo, histórias de um período de terror na Argentina. A obra foi publicada em 1990 e conta com 16 relatos curtos, em tom autobiográfico, a partir de suas memórias fragmentárias, constituindo o

<sup>69</sup> Tununa Mercado é autora de outras obras de romances, contos e ensaios. Ganhou alguns prêmios por sua produção, como o *Prêmio Sor Juana Inês de la Cruz*.

<sup>70</sup> Alianza Anticomunista Argentina (Triple A ou AAA). Na Argentina no governo de Isabel Perón (1974-1976), a Triple A foi um esquadrão da morte de extrema direita. Na ditadura militar, a AAA apoiou o regime liderado por Jorge Videla e em sua prática de assassinato incluía deixar as vítimas em lugares públicos com os corpos dilacerados ou furados a bala.



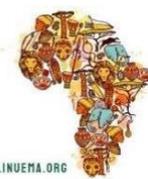
mosaico do grupo, da História da América Latina. Sobretudo porque suas narrativas não são só suas, são travessias para muitas histórias individuais, comuns a outros indivíduos que, como ela, foram perseguidos e obrigados a se ausentar do seu país. A partir da memória, a autora testemunha e reconstrói o passado, considerando, segundo Pablo Yankelevich (2011, p.22), que “as diferenças de gênero, idades, ocupações, experiências políticas e de culturas nas nações de origem e de acolhida convertem essas memórias em um enorme mosaico integrado por centenas de fragmentos individuais”.

À vista disso, a partir de narrativas de *Em Estado de Memória* (1990) de Tununa Mercado, deter-nos-emos nas narrativas testemunhais, dentro do espaço-tempo *des/resterritorializado* latino-americano, com ênfase na ruptura, fuga geográfica e do pensamento produzidas em territórios diferentes, como elaboração de uma tensão política latente na América Latina, especificamente na Argentina.

### **O EXÍLIO “COMO UM ENORME MURAL RIVERIANO”**

As imagens construídas por Tununa Mercado sobre o exílio são de melancolia, de perda, de ausências. Embora evoque a memória dessa experiência, há um grande desconforto na recordação, “há um forte dissabor na evocação”. Os personagens que fizeram parte do exílio vivido por Mercado são semelhantes aos presentes em um mural de Diego Rivera, e ela faz uma analogia quando afirma que: “O exílio aparece-me como um enorme mural riveriano, com protagonistas e comparsas, líderes e bufões, vivos e mortos, doentes e despossuídos, corroídos e corrompidos”. O exílio, assim como o mural riveriano, possui cor de chumbo, plúmbea. E apesar da autora empenhar-se em destacar os instantes de felicidade que ocorreram no exílio, “a melancolia leva a dianteira, nada se subtrai à melancolia de uma recordação cinza, mesmo que muito intensa.” (MERCADO, 1990, p.33)

Ao evocar, Mercado expõe sua fragilidade diante do terrorismo do Estado, que se tornou senhor de sua vida, com poder para eliminar, e como não o fez, *baniu-a*, condenando ao desterro. Tendo em conta os diversos dispositivos de controle e eliminação que as ditaduras no Cone Sul possuíam – além da tortura, desaparecimento, prisão, assassinato –, *o desterro, o exílio*, de acordo com Pablo Yankelevich (2011), é uma técnica bastante utilizada na política da América Latina, e o exílio da ditadura militar “se tratou de um dos efeitos de uma política de extermínio inscrita na doutrina de segurança nacional. A saída do país foi uma forma de preservar a liberdade ou salvar a vida”. A saída em massa, nesse período, deve ser



entendida como um processo coletivo, a partir de ações individuais. (YANKELEVICH, 2011, p.14)

Dentro desse espaço-tempo exilar, quando o indivíduo *narra-se*, deparamo-nos, comumente, com uma literatura que nasce da urgência, como salvação, como resistência à censura e à repressão. Desse modo, o exílio também provoca uma transformação na narrativa, pois este novo espaço-tempo urge por uma escritura que envolva a dor e o terror, que denuncie, que grite, que repare, a partir de uma evocação que é aflitiva. Tununa Mercado desterritorializa-se quando é afastada de seu país, e vai ao México, contudo, ao mesmo tempo, resterritorializa-se no novo lugar, na nova casa. Tais processos acontecem de forma concomitante, pois sempre se estar em um *território*. Devemos compreender território conforme Deleuze e Guattari (2014)<sup>71</sup>, que se constitui no ambiente social, hábitos, espaço de vida pessoal, assim como no sentido psicológico. Conjuntamente a essa *des/res/territorialização* espacial, social, política, ocorreu uma transformação de sua escrita. Afastada de suas referências socioculturais, imerge em um outro campo de pensamento, nova sociabilidade, em uma nova comunidade linguística, embora ainda seja de língua espanhola mexicana, mas uma variante com diferenças em relação à argentina. É necessário envolver-se nessa nova realidade para sobreviver. Sobre a experiência com a língua mexicana, Mercado afirma que havia uma dada resistência por parte de seus compatriotas, inclusive resistência em relação aos hábitos alimentares e culturais, tornando-se mais difícil a adaptação no novo território. Segundo ela, os argentinos

Tiveram de aprender a oferecer hospitalidade usando a norma de cortesia local, que consiste em dizer, ‘esperamos você em **sua casa**’, para convidar o interlocutor argentino, o qual acreditava que o mexicano se referia à casa do argentino, anunciando-lhe uma visita. O equívoco costumava perdurar um longo tempo, reiterando-se o ‘**sua casa**’ com um reforço esclarecedor: ‘**sua casa, do senhor**’, frase com a qual o mexicano afirmava a doação generosa de sua própria casa ao estrangeiro. Este desprendimento nunca era entendido, e os argentinos interpretavam que o mexicano se apoderava das casas deles, e o ‘está à disposição a **sua casa, do senhor**’ não era captado, nem correspondido com análoga cortesia, ficando o argentino mal colocado, demonstrando sua incapacidade de ouvir os diferentes. (MERCADO, 2011, p.39)

Esses processos de ruptura e readaptação no outro território são desterritorialização e resterritorialização da sua pátria, de si, de sua narrativa, de sua língua, de suas referências socioculturais. Embora sendo o mesmo, o sujeito torna-se um outro, um banido de si, do

---

<sup>71</sup> Como a discussão faz parte de uma investigação inicial e em andamento, ainda não será feita uma discussão aprofundada acerca desses conceitos presentes em Deleuze e Guattari. Em trabalhos posteriores, intentar-se-á aprofundar a discussão, que pode ser encontrada em *O que é Filosofia?*, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* e *Kafka: por uma literatura menor*, dos autores mencionados.



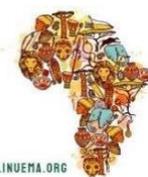
mundo e de sua história. Para Said (2003), a vivência do exilado no novo território ocorre contra a vivência no antigo ambiente, como pano de fundo da memória; os dois ambientes estão, portanto, vívidos. Em Tununa Mercado o país de origem, Argentina, está bastante presente no seu dia a dia no exílio, é ele quem dita as emoções da autora, pois as notícias chegam e são alarmantes. De acordo com Mercado (2011, p. 20),

Em pleno exílio, quando todos os dias havia alguma notícia terrível da Argentina, muitas vezes se tratava de telefonemas de qualquer confirm da terra, incluída a terra natal, que nos diziam que assassinaram alguém, várias pessoas, uma em particular que era muito próxima a nós, quase um parente, duas ou três que haviam mantido comigo algum tipo de vínculo. Nesses momentos tão cruéis que nos obrigavam a sentar na beira da cama e a chorar, viver era sobreviver.

Nestes momentos mais angustiantes, Mercado narra que desmoronava, toda tensão vivida era refletida no seu corpo, nas doenças que lhe acometiam, o corpo reagia, não suportava tamanha dor e gritava. Logo no início do livro, ela traz para nós um personagem chamado Cindal, que chega na antessala de um consultório psiquiátrico e começa a pedir socorro gritando: *“diga-lhe que faça alguma coisa por mim, que faça alguma coisa! Tenho uma úlcera, uma úlcera!”* (MERCADO, 2011, p.11). Cindal pediu socorro aos pacientes, à secretária do consultório, ao médico, mas ninguém fez nada por ele e o médico não aceitou atendê-lo, apesar das súplicas de Cindal para que fosse internado. Bem, Cindal foi-se dali e enforcou-se. Este fato marcou muito a Mercado, que também estava na antessala psiquiátrica aguardando atendimento, pois diferentemente de Cindal, ela não reage de imediato às situações, “posterga qualquer afloramento de angústia de maneira obstinada [...], escondendo, com artimanhas, os altos picos de aflição que me assaltam” (MERCADO, 2011, p.14). O corpo, como uma das casas de Tununa Mercado, como morada, reage a essas tentativas de esconder as emoções, reponde por meio de diversas enfermidades.

Não aguentando a sua realidade, o escritor-desterrado cria um território de sobrevivência no mundo da criação. É o espaço mais seguro para si e permite um vínculo com sua pátria. A imaginação concede o retorno. Para Said (2003, p.58), no exílio, “seu único lar realmente disponível agora, embora frágil e vulnerável está na escrita.” E ainda o mesmo autor afirma que boa parte da vivência do indivíduo em situação de exílio é direcionada em compensar as perdas e, para isso, cria mundo onde ele tem algum poder, porém o novo mundo é “artificial e sua irrealdade se parece com a ficção.”

A perda de algo é muito presente nos relatos de Mercado, pois não se sente pertencente a nada e nada lhe pertence, nem a roupa que veste, nem a casa onde mora, nem a língua que passa a ouvir e falar. Assim,



Certa vez, uma angústia bem precisa que se delimitava – como sempre – em uma frase me arrebatou o sono e a vigília. Essa frase era, na circunstância: *Nada do que me rodeia me pertence*. Com efeito, eu olhava os móveis, as camas, os livros e tinha uma compreensão claríssima e irrefutável de que nada do que havia naquela casa era meu. Não podia desprender-me da angústia, e, por mais que tocasse os objetos, dizendo *isso é meu* em voz alta, e exercitasse o senso de posse, nada acontecia. Meus familiares tampouco eram sentidos por mim como meus, e, sobretudo, eu os sentia menos meus, quando tentavam me convencer de que tudo o que estava ali era meu e deles, era de todos nós e de que havia sido adquirido com o esforço e a existência de todos, mas não conseguiram me resgatar do estranhamento. Mesmo quando fincasse, plantasse, mobiliasse ou ordenasse algo nos lugares, mesmo quando recheasse um recinto comigo e com meus objetos, sempre tinha esse sentimento de que nada me pertencia e de que tudo era provisório. (MERCADO, 2011, p.140)

A autora não conseguia sequer vestir uma roupa e sentir que aquela lhe pertencia, ou de ver a nova casa como seu lar. Estes sentimentos, segundo a autora, davam a sensação de que vivia em um estado provisório, uma vida provisória, sem apego aos lugares, aos objetos, às pessoas. Segundo Mercado, ela possuía um prazo interno de partida, que não permitia que se instalasse no novo lugar, contudo, este prazo era constantemente prorrogado, algo a impedia de sentir que era ali que estava, que ali era sua nova casa. Este sentimento de orfandade constante presente em Mercado é decorrente, de acordo com Said (2003), da recusa do exilado a pertencer a outro lugar.

A imagem de uma casa é constante na obra, tanto sua existência quanto sua falta. Então, a casa de sua infância em Córdoba, a casa que deixou em Buenos Aires, a casa no México, a casa possível do regresso, a casa real do regresso, a casa imaginada e todas as outras casas onde viveu são sempre lugares de recordação para Mercado. Ao mesmo tempo em que são casas provisórias. Em conversa com uma analista, Tununa Mercado (2011, p.141) chega à conclusão de que “a casa provisória em que havia morado – seja qual fosse seu lugar geográfico –, a casa que me continha e continha meu ser, meu andar, *plantou-se* nesse mundo e fez-se com bases largas: foi uma espécie de plataforma de lançamento.”

A condição exilar, a vida em estado provisório, é sentida também com o regresso à Argentina, *o desexílio*<sup>72</sup>. É um momento também de grande angústia para os sujeitos que passam de *exilados* a *retornados*. O retorno, dependendo do grau de acolhimento e readaptação, pode constituir-se em um *novo exílio*, em *desexílio*, o reencontro com os indivíduos que ficaram, a convivência com as perdas depois de anos de afastamento. O sujeito que partiu nunca será o mesmo que retorna, nem o país, a cidade, a casa não são os mesmos. É

---

<sup>72</sup> O termo “desexílio” foi cunhado por Mário Benedetti e apareceu pela primeira vez no livro *Primavera con una esquina rota*, em 1982



um sentir-se estrangeiro no próprio país, não reconhecendo-o como aquele território da partida.

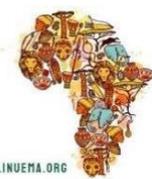
O regresso também é narrativo, sobretudo, no relato que leva o nome de *Receptáculo*, e Mercado (2011, p.155) começa afirmando que “por alguma greta insuspeitada coa-se, em seu esgoto sem fundo, a substância que define o desterrado como um argentino”. Aquele que retorna tem consciência de que tudo será difícil. Embora o que se espere dele seja a *adaptação*, será “sempre um inadaptado individual e social.” Sua dor e seus traumas não serão sanados com o retorno, “não há caixa, não casa onde se enfiar” (p.157).

Conforme Mercado (2011, p.157-158), no exilado, ao retornar, assalta a sensação de estrangeirice. E “há um longo período no retorno, o da evocação, pautado por sinais que se produzem a cada passo”. Os retornados reagem cada um a seu modo: alguns “voltam ao bairro e suspiram”; outros “reconhecem, gozosos, antigos lugares, nos quais sua vida transcorrerá, e querem falar a todo custo de suas sensações”; uns “que ficam paralisados diante de um cheiro ou um sabor recuperados e ficam tentados com a imagem literária que soube classificar esses instantes privilegiados para toda a eternidade”; por fim, aqueles “que impingem aos demais sua carga memoriosa, mas se impacientam, quando um de seus semelhantes quer fazer seu próprio exercício de recuperação”. Em todos, a evocação é quem permite o retorno. Os retornados estão prenhes de memória, que prolifera a cada passo dado. Mas a memória, conforme Mercado (2011, p.110), é um amontoamento, uma superlotação, que brota, pulula. O retorno é como um receptáculo, ora abrigo, refúgio, ora baú de amontoamentos, recipiente superlotado de memórias.

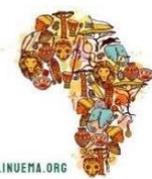
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Em estado de memória* é uma narrativa onde se encontra histórias de experiência traumática individual mas também coletiva. Tununa Mercado, como exilada, representa em sua narrativa um coletivo, uma vivência comum a muitos que passaram pelo banimento de sua terra natal.

A condição exilar da escritora provocou uma transformação em sua narrativa, além de sua mudança espacial, geográfica, a saída de seu país. A reterritorialização narrativa de Mercado fez que com a política, a história atravessasse sua estética. Naquele espaço-tempo não havia meio de se apartar do vivido, e a autora não abdicou o dever de testemunhar a violência do Estado, de transformar sua história em história de vários, pelo *dever de memória*.

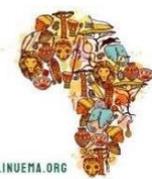


O exílio, como técnica de afastar o rival, é recorrente na política da América Latina, mas este narrado por Mercado, do contexto das ditaduras do século XX, é banimento, é condenação. O sujeito sobrevive, mas a ele é negado qualquer retorno dentro daquela conjuntura; o retorno só é possível após uma mudança no Estado. A condenação ao desterro também provoca feridas que nunca saram. Permanecem abertas em estado de trauma, *em estado de memória*. Foi o que aconteceu com a escritora Tununa Mercado, que nunca se conformou com *uma vida de passagem*, fora de uma ordem habitual, e que foi moldada por esta insatisfação existencial. Uma vida nômade em constante ebulição, e quando vinha a calmaria, sua potência desestruturante provocava nova erupção. (SAID, 2003)



## REFERÊNCIAS

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.1*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.
- MERCADO, Tununa. *Em estado de memória*. Tradução de Idelber Avelar. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (Trad. Pedro Maia Soares). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- AUDIOVIDEOTECA DE BUENOS AIRES. Literatura. Tununa Mercado. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20111114053630/http://www.buenosaires.gov.ar/areas/com\\_social/audiovideoteca/literatura/mercado\\_bio2\\_es.php](https://web.archive.org/web/20111114053630/http://www.buenosaires.gov.ar/areas/com_social/audiovideoteca/literatura/mercado_bio2_es.php). Acesso 15/01/2020.



## MARIA FIRMINA DOS REIS: UMA VOZ LEGÍTIMA E DEFESA DOS EXCLUÍDOS

Patricia Fernanda Massetti de Lima (UEMA)<sup>73</sup>

Orientadora: Prof. Dr. Camila Maria Silva Nascimento (UEMA)<sup>2</sup>

**RESUMO:** Maria Firmina dos Reis, foi uma relevante personalidade maranhense do século XIX, nascida no ano de 1822, na cidade de natural de São Luís. Residiu na Ilha dos Amores até seus cinco anos de idade e então mudou-se com sua tia materna para o município de Guimarães, onde morou até 1917, ano de sua morte. Grandes feitos são atribuídos a ela, um deles foi a criação da primeira escola pública mista do Estado, atendendo crianças e jovens carentes da cidade de Guimarães e de povoados vizinhos. Na literatura, sua “boa morada”, ingressou ao publicar o romance *Úrsula* (1859), defendido, por boa parte dos teóricos, como o primeiro romance genuinamente brasileiro, requisitos para que ela seja reconhecida como autora feminina que surgiu em um universo pensado exclusivamente pelo masculino. São observados em suas produções um profundo conhecimento da realidade feminina à época em que viveu, além de senso crítico exacerbado, validado e proclamados por personagens também femininas. Discute-se, neste estudo, os motivos pelos quais Firmina não é reconhecida pelo cânone literário, para tanto, foram visitadas produções de autores como Nascimento de Moraes Filho (1975), Kothe (2001), Silva (2013) e Adler (2015); esses pontuam prováveis causas do ostracismo a que Firmina foi relegada até meados da década de 70. Hoje, quase 160 anos após sua primeira publicação, sem influência direta do patriarcalismo, busca-se difundir-la como relevante personalidade maranhense e uma importante voz em defesa dos excluídos.

**Palavras-chave:** Escrita Feminina; Romance Maranhense; Patriarcalismo.

**ABSTRACT:** Maria Firmina dos Reis, was a relevant 19th century personality from Maranhão, born in 1822, in the city of São Luís. She lived in Ilha dos Amores until she was five years old. So then moved with her maternal aunt to the Guimarães, where he lived until 1917, the year of his death. Great things are attributed to it, one of them was the creation of the first public mixed school in the State, serving needy children and young people in the city of Guimarães and neighboring villages. In literature, her “good home”, she entered when published the novel *Úrsula* (1859), defended, by a good part of the theorists, as the first genuinely Brazilian novel, requirements for her to be recognized as a female author who emerged in a universe thought exclusively by the male. In their productions, a deep knowledge of the

<sup>73</sup>Bolsista do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (UEMA), Graduanda do curso de Licenciatura em Letras, Línguas Portuguesa e Espanhola da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), / [paty.lima428@gmail.com](mailto:paty.lima428@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora titular da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (1983), Mestre em Ciências da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e Doutora em Ciências da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). / [letrascm@yahoo.com.br](mailto:letrascm@yahoo.com.br)



female reality at the time in which they lived is observed, in addition to an exacerbated critical sense, validated and proclaimed by female characters. This study discusses the reasons why Firmina is not considered by the literary canon, therefore, authors' productions were revisited such as Nascimento de Moraes Filho (1975), Kothe (2001), Silva (2013) and Adler (2015); they punctuate probable causes of the ostracism to which Firmina was relegated until the mid-1970's. Today, almost 160 years after her first publication, without direct influence from patriarchalism, seeks to spread her as a remarkable and relevant Maranhão personality.

**Keywords:** Female Writing; Romance Maranhense; Patriarchy.

## INTRODUÇÃO

O contexto social no século XIX, não era favorável à inserção feminina no cenário literário. O patriarcalismo e o conservadorismo exacerbados exalam por todos os lados, a estratificação social impede determinados tipos de relações e o preconceito paira no ar como norteador das ações humanas. Nesse contexto, nasce Maria Firmina dos Reis, no bairro de São Pantaleão na província de São Luís do Maranhão.

Por ser um estudo recente, muitas divergências são observadas com relação a sua biografia. Sobre a data de nascimento, veiculada até meados de 2017 como dia 11 de outubro de 1825, segundo Adler (2018), após revisitada e citada no documento, atualmente, consta-se:

Diz Maria Firmina dos Reis, filha natural de Leonor Filippa dos Reis que ela quer justificar por este Juízo *que nasceo no dia 11 de Março do anno de 1822*, e que só teve lugar o seu baptismo no dia 21 de Dezembro de 1825, ccomo mostra pelo documento junstos, por causa de moléstia que então lhe sobreveio e privou ser baptisada antes; o que feito requer se julgue por sentença, e que mande abrir novo assento por tt.º (*Autos de justificação do dia de nascimento de Maria Firmina dos Reis*, 25 de junho de 1847, Câmara Eclesiástica/Episcopal, série 26, Caixa n. 114 – Documento-autos nº 4.171, ano 1847, 12 fls. Frente e Verso, In: ADLER, 2018, p.82)

Em sua filiação muitos pontos também são dissidentes, onde antes lia-se:

*Leonor Fellipa, jovem branca, descendente de portugueses, remediada economicamente e desejada por parte da corte e João Esteves, um jovem negro e de poucas posses, sem atribuições de mais adjetivos. Daí infere-se qual era a sua posição social. Filha ilegítima de um relacionamento que a Igreja não abençoara, ela é recebida como a personificação do que se chama pecado. (NASCIMENTO & LIMA, 2019, p.711, grifo nosso)*

Após a publicação de Adler (2018), reportada ao livro de Batismo de nº116, Folha 182, compreende-se por sua filiação materna que Maria “é filha legítima de Leonor Felippa, molata forra que foi escrava do Comendador Caetano[...]” (Adler, 2018, p. 83). Com relação a filiação paterna depreende apenas que “nos registros pesquisados consta o nome de João



Pedro Esteves como seu pai no entanto nenhum outro dado é colocado sobre ele, salvo que é negro. Assim, a sua origem e vida são totalmente desconhecidas até hoje”. (Adler, 2018, p. 83).

Ademais dessas questões, sabe-se que aos cinco anos de idade, aos cuidados de sua tia materna, mudou-se para o município de Guimarães, e recebeu, naturalmente, o que podemos dizer uma educação “inferior” à dos meninos. Logo, impele ressaltar que, parte do que aprendera procede de seu esforço e de sua dedicação pessoal. Ela, desde muito jovem, dedicou-se à leitura, as artes literárias e a licenciatura.

Grandes feitos são atribuídos a sua biografia: ter sido responsável pela idealização e fundação da primeira escola mista para meninos e meninas no estado do Maranhão (MORAIS FILHO, 1975; MUZART, 2000; RUFINO, 1987 apud ADLER, 2015; LOBO, 1993). Fora a sua contribuição para a educação pública no município de Guimarães, ela é responsável por uma vasta produção poética, sendo de sua autoria o primeiro romance de ficção genuinamente brasileiro, *Úrsula*. Entretanto, ainda que de relevância literária e social, Firmina teve sua produção hostilizada, desmerecida e seus feitos ignorados até quase o final do século XX, devido, principalmente, a sua descendência e condição social de mulher - considerada um ser abjeto.

Por que estudá-la? O resgate e renascimento de seu nome para as letras foram obras de José Nascimento de Moraes Filho (1975), que encontrou registros de sua escritura, quando realizava uma pesquisa na Biblioteca Pública Benedito Leite. Apresentá-la e divulgar sua produção literária é papel de pesquisadores, segundo expressa Adler (2015) “tardou essa bendita hora desse gênio das letras maranhenses”. Adler continua dizendo:

O caminho de um precursor não é cousa fácil de se cumprir. Numa sociedade patriarcalista, e altamente conservadora, uma precursora sofrerá duplamente, principalmente se tiver na sua origem a ausência daquilo que Gonçalves Dias classificaria como ‘sangue azul’, e nem ser filha legítima. (ADLER, 2015, p.12)

Outra escritora maranhense, Arlete Nogueira da Cruz, no seu livro *Sal e Sol* (2006), registrou como feito histórico a realização de Moraes Filho, mas advertiu que, ainda assim, a obra sofreu indiferentismo por parte de vários teóricos, conforme ela,

Não fosse José Nascimento de Moraes Filho, o nosso Zé Moraes, este contumaz andarilho de trilhas nunca antes percorridas, Maria Firmina dos Reis não teria vindo à luz. E quando ele a trouxe (no momento em que também a trazia o escritor paraibano Horácio Almeida), lembro bem, foram alvo de zombarias em São Luís: Zé Moraes, Maria Firmina e o seu livro *Úrsula*; muitos considerando que era de pouca serventia aquele achado e exagerada a relevância que Zé Moraes dava à sua descoberta. (CRUZ, 2006, p.265)



Segundo Mendes (2012), a concepção renovada da historiografia, permitida pela Escola dos Analles – pretendeu ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns na formação da História. Assim, as mulheres passam a ser entendidas, sobretudo, como agentes históricos. Dessa forma, tornou-se possível escrever uma história que incluísse a mulher como realizadora de parte dos feitos, não observando apenas as grandes realizações e protagonismo masculino.

Nas palavras de Suely Costa (2003, p. 199) expressas por Janaina Correia (2013, p. 3), “só por admiti-las como sujeitos históricos, coloca-se de pernas para o ar muitas certezas e modelos universais de análises dos sistemas de poder e subordinação nas relações sociais de qualquer tipo”. Percebe-se com isso, como a historiografia dos Analles contribuiu de forma incisiva não só para a percepção e tentativa de inserção/aceitação de Maria Firmina dos Reis no cenário literário nacional, mas, também, nas concepções políticas com as quais ela se envolveu.

É conveniente ressaltar que essa prática contribuiu como fator decisivo da postura firminiana diante do contexto abolicionista no papel, mas escravocrata na prática. Por conta disso, suas primeiras produções não receberam a assinatura direta da autora. Por vezes ela assinava como “um maranhense” ou, anos depois, apenas como “MFR”. O motivo principal seria a desqualificação que teriam as suas produções para o contexto, se assinadas por uma mulher.

Quanto a isso, Adler (2015) deixa registrado no Posfácio do livro de autoria de Nascimento (2011) que “a criatividade, como qualquer outro traço ou característica humana, necessita de condições adequadas para que possa se desenvolver”. Ela explicita que o contexto em que determinada personalidade está inserida, além de fatores intrapessoais e interpessoais são aspectos decisivos para a sua produção, é o “*der Gheist der Zeit*” ou “espírito da época”. Neste aspecto, mais uma vez Firmina coloca-se em condição oposta, visto que, por mais que visse suas produções sendo hostilizadas não deixou de produzi-las.

Segundo Kothe (2001), os motivos para que uma obra seja eleita cânone em detrimento de outra tão ou até mais forte que, são políticos. Por motivos politiqueros e vanguardistas, obras espirituosas são deixadas à margem. No caso de Úrsula, principal romance de Firmina, muitos são os motivos: mulher e mulata como autora numa sociedade escravocrata e patriarcal era inadmissível.

Para ser socialmente aceita no cânone, a trajetória de Maria Firmina foi bastante conturbada, pois, para que de fato houvesse a representação de uma mulher real, como ela, nas Letras, anos e anos de exclusão, teriam que ser considerados, posto que duas vezes ela



nasceu: a primeira em 1825, e a segunda, um século e meio depois, pelas mãos de Moraes Filho. Em ambas ela foi igualmente rejeitada pela sociedade preconceituosa e segregaria, incluindo alguns teóricos que, ainda hoje, não reconhecem seu valor e o valor daquilo que ela escreveu.

Demonstrar o seu valor, sobretudo, percebendo que Maria Firmina, protagonizou sua história, dando várias respostas para a sociedade, quando esta a rejeitou, nos impele, a nós, amantes da literatura e pesquisadores da produção brasileira e maranhense, que garimpemos esses e outros escritos de gênero feminino, para valorizar e resgatar as vozes há tanto caladas pelo discurso masculino.

### **MARIA FIRMINA: OUSADIA E TRANSGRESSÃO**

No contexto histórico em que estava inserida esta maranhense destaca-se, sobretudo, que o espaço reservado à mulher era restrito ao lar e as atividades domésticas. Colocar-se na contramão do que a sociedade da época impunha para o sexo feminino, é assumir a real condição de transgressora. Foi nesse sentido que, Maria Firmina dos Reis, mostrando-se dona e protagonista de sua história eclodiu. Sua ousadia a faz tentar perpassar anos de práticas que excluía a mulher, quando ela apresenta em sua obra assuntos contraditórios aos postulados à época, razão pela qual, ficou no esquecimento, sendo, ainda hoje, pouco estudada e divulgada.

Nas palavras de Silva (2011) “Maria Firmina tinha clareza de que o lugar que tentava ocupar no mundo das letras era de difícil acesso para as mulheres”. Justificam-se com isso suas palavras no prólogo de seu primeiro romance, *Úrsula*, em que pede desculpas aos leitores por ter escrito o livro. Ela própria denota conhecer com clareza que o lugar que tentava ocupar era de difícil acesso para as mulheres, por este motivo indica no prólogo de seu romance:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira de educação acanhada, sem trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais. (REIS, 1859, p.5)

A autocrítica registrada atinge não só o aspecto patriarcal, no cenário natural do século XIX, em que a figura masculina acabava por ser supervalorizada, mas atinge-nos, também. Ainda que, passados séculos de muitos avanços e conquistas, seu discurso se faz atual e suas palavras, sobretudo quando explicita seu gênero e nacionalidade. Ela é “mulher brasileira e mulher brasileira de educação acanhada, sem trato e a conversação dos homens ilustrados”. A ideia que nos alcança é a de que, por ser uma brasileira, suas palavras também perdem valor.

Ressalta-se a intenção de Firmina ao desculpar-se com seus possíveis leitores. No entanto, o impacto causado pelas suas palavras, atualmente, perpassa pela discussão, não



somente de pedir licença à sociedade por ser mulher e escritora, mas ao mesmo tempo, vem ao encontro de um empoderamento feminino adquirido. É como se dissesse *tire seu machismo do caminho que eu preciso passar com o meu saber e o meu conhecimento de mulher*.

Há, por outro lado, uma crítica sutil a supervalorização que é dada à cultura estrangeira, que exalta artistas e obras como integrantes do seletivo “cânone”, enquanto obras que falam sobre nós e a nossa cultura são renegadas e esquecidas. Neste aspecto, o discurso de Firmina também se atualiza, tanto na perspectiva da menos-valia da identidade nacional, amplamente defendida e estudada um século depois com o Modernismo, quanto na perspectiva das teorias de gênero. Nesse sentido, nota-se que os títulos das maiores obras da Literatura Nacional ainda são de autoria masculina, porque os homens receberam, por muito tempo, o aval da sociedade.

Considerando o período Oitocentista, a própria Maria Firmina registra conhecer os limites, quando se trata de uma produção feminina. Neste aspecto, Silva (2011) declara: “contrariando a morfologia do termo, no século XIX, a palavra era masculina, e o que ficava para as mulheres era o silêncio”. Essa afirmativa comprova, mais uma vez, que Firmina assume uma postura transgressora à época e evidencia as consequências que recairiam sobre a sua atitude.

Ainda que reconhecesse as barreiras que encontraria ao lançamento do neófito romance, no dia 11 de agosto de 1860, um grupo de maranhenses leitores e que tinham acesso aos jornais, receberam a seguinte notícia sobre o lançamento de Úrsula:

Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo ensaio que revela de sua parte bastante ilustração, e, com mais vagar, emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana. (Jornal A Moderação. In: Silva, 2011, p.12)

Nessa altura, Firmina já era professora concursada no município de Guimarães, ostentando em seus 34 anos uma vasta quantidade de projetos sociais em prol da educação e da participação feminina em outros segmentos, que não fossem casa, filhos e marido somente. Por conta da singularidade dos temas que tratava em suas obras e da singularidade de sua própria escrita, são poucas as menções feitas à autora no período em que foi lançado o seu livro, o que nos faz entender que a repercussão merecida não lhe foi dada.

A sociedade oitocentista preconizava que à mulher não podia ser dada outra função, a não ser a de “administrar” o lar. Quanto a isso, em uma edição datada de 1871, o jornal *O Progresso*, publicou:



A mulher, delicada, amante, cria o filho, administra a casa. Isto quer dizer que a mulher **não nasceu para literata**; mas para mãe de família; e que não lhe é dada a disputar ao homem, se lhe é dado disputar alguma coisa aquele de quem tudo consegue e a quem tudo entrega, senão o amor de seus filhos. (Jornal O Progresso, 1871, In: SILVA, 2013, p. 110 - grifo nosso).

Quando destacamos “não nasceu para literata” choca-nos a expressão, principalmente, por confirmar que havia uma intrínseca relação/exclusão, isto é, se nascesse mulher não poderia dedicar-se à escrita e produção, se nascesse homem não poderia dedicar-se à casa e aos filhos. Tais palavras justificam o insucesso de Firmina e a não validação de sua obra enquanto exemplo artístico e literário, e legitima a omissão de um cânone em potencial, que se tornou alheio por questões vãs e superficiais, consubstanciais ao regime patriarcal vigente na época.

### ÚRSULA: A VOZ DOS EXCLUÍDOS

Ainda que tenha participado da roda dos enfeitados do cenário literário, a autora mostrou ao que veio por meio de uma produção engajada e de construção social relevante. Suas obras são um recorte do panorama heterogêneo da sociedade maranhense do período Oitocentista. *Úrsula* (1859) é admitido por boa parte dos estudiosos da Literatura Ocidental como primeiro romance genuinamente brasileiro (ALENCAR apud MORAIS, 1975).

Quanto ao romance, inicialmente nos deparamos com um enredo que não foge ao que estamos habituados, principalmente, ao se tratar da estética romântica: a presença de um jovem forte e bonito, uma moça virgem e amável, um vilão cruel e frio – uma história de amor cheia de altos e baixos. Até aí, uma construção habitual, porém, a surpresa aparece quando nos deparamos com uma narrativa que contraria os parâmetros estabelecidos pelo movimento da época. Na obra, as personagens principais não fazem parte de pares românticos como de costume, mas são os escravos que a protagonizam; retratos da condição do negro traficada, escravizada e sem voz.

No romance, somos conduzidos a conhecer a penúria escrava por que passam Túlio, Tancredo e Antero. A narrativa dá vez e voz aos personagens que falam de sua condição não com uma passividade assistida, submissa ou apenas lamentosa, como era visto em romances abolicionistas anteriores. Ela faz e apresenta um retrato da escravidão, mas com uma visão crítica, sempre indagando as condições e os motivos pelos quais estão nela.

Na obra, o discurso antiescravista é referido de maneira contundente pela personagem feminina, Preta Suzana que, no capítulo homônimo, fala com imenso discernimento sobre a



sofrida diáspora africana e, melancolicamente, lembra-se de sua terra natal. No fragmento seguinte ela, nostálgicamente, narra para o Túlio como era sua vida antes de ter sido tomada como escrava:

– Sim, para que lágrimas?!... Dizes bem! Ellas são inúteis, meo Deos; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ali! Eu a gosei na minha mocidade! – ‘continuou Susana com amargura’ – Tulio, meo filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardendo do meo pais, e louca de praser a essa hora matinal, em que tudo ahi respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e ahi com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias d’aquellas vastas praias. Ah! Meo filho! (REIS, 1859, p. 133)

Na voz da Preta Suzana, o tom crítico permanece, essencialmente, quando ela comenta sobre o episódio de sua captura nas matas de sua pátria:

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho quando um assobio, que repescutio nas mattas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que ahi me aguardava. E logo dous homens appareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lagrimas e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram d’aquelles lugares, onde tudo me ficava – pátria, mãe e filha, e liberdade! Meo Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o podestes avaliar!... (REIS, 1859, p.135)

Nesse fragmento, as palavras da escrava perpassam o convencional – a expressão de revolta velada pelo que perdera “pátria, esposo, mãe e filha e liberdade!”. Revela a consciência de sua condição, não aceitando passivamente o infortúnio de sua má sorte, mas revoltando-se contra aqueles que primeiro fizeram e propagaram o mal da escravidão.

Fora a questão dos sentimentos e do sofrimento psicológico do negro, inserido em um cenário de total instabilidade afetiva e miserabilidade emocional, Firmina dá à Preta Susana voz para denunciar as condições em que os traficados eram mantidos durante a vinda para a província:

Metteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos n’essa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animaes ferozes das nossas mattas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que creaturas humanas tractem a seos semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de leva-los à sepultura asphixiados e famintos! (REIS, 1859, p. 136)



Preta Susana continua seu discurso melancólico e repleto de absurdos, frisando que “a dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocadas nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades” (REIS, 1859, p. 136). Nesse fragmento, a escolha do verbo “sufocar” espanta por conta de toda a carga, representação e projeção mentais negativas que ele representar. O sufocar de Suzana pôde ser sentindo por toda a sucessão de leitores que em suas palavras leram e perceberam a carga emotiva impressa.

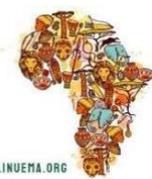
Faz-se importante ressaltar que, ao fazer essa denúncia a autora arrisca sua própria pele, uma vez que a obra vem a lume em 1859, embora desde 1850 já existisse a Lei Eusébio de Queiroz. Ela proibia, terminantemente, o tráfico negreiro na província, entretanto, sabe-se que, na prática, a realidade era outra; ainda que proibido, o tráfico existia, não de forma escancarada, mas clandestina. Nove anos após a promulgação da lei, permanece a denúncia do tráfico e daqueles que financiavam essa prática, colocando em condição temerária esse alerta.

Nesse viés, questionamos: qual o peso e o impacto que essa denúncia provocaria? Considerando o momento histórico em que é inserida, que reações poderiam gerar nos leitores, caso fosse divulgada? Além disso, na obra, o discurso é dado a uma personagem feminina, negra e escrava. Coincidência ou não, nos deparamos com personagens femininas que, mesmo vivendo num período altamente patriarcalista, têm voz e senso crítico, não mais aceitando as situações as quais são subjugadas.

Comprova-se com os fragmentos acima, que a narrativa quebra a ideia construída culturalmente de que o posicionamento e altivez contra a escravidão deveria ser, sobretudo, masculino. Essa é uma novidade que Firmina traz para suas personagens femininas, cuja intenção é a de inseri-las em assuntos relevantes e que, direta ou indiretamente, as envolvem, merecendo discussões.

Outro exemplo desse intento é encontrado no conto *A Escrava* (1887), em que a fala abolicionista se faz ativa. No meio de um salão nobre, de maneira corajosa, uma senhora conta a vida de uma escrava. Ora, qual a necessidade de trazer para o seio elitista-patriarcal tal situação? Que valor teve para o contexto político-social da época essa relação crítico-discursiva da escritora?

Importante lembrar que temas dissidentes daqueles que a aristocracia erigia, como exemplo, os abolicionistas, causavam profunda insatisfação e desconforto. Ver-se representado no discurso de Firmina, um retrato de tudo que fugia ao estatuído, sem dúvida, por se tratar da condição da que se disse: mulher e mestiça. Sua audaciosa postura serviu para desestabilizar estruturas, ainda que de maneira sutil, mas que fugiu ao proposto pelo discurso



masculino. Para Hooch-Damarle (1991), apud Silva (2011) “tocar em assuntos tão sérios, como a escravidão ou a abolição, era reservado ao homem”.

Maria Firmina dos Reis pariu uma obra carregada de denúncias, ainda que veladas pela ficção e linguagem metafórica. O resultado, entretanto, foi o ostracismo em que ela foi inserida. Por não conseguirem mantê-la calada antes de suas publicações, fizeram-na em seguida. Por esta razão, romances, poemas, contos e até o Hino à Libertação dos Escravos caíram no esquecimento literário e popular. Tanto que, até meados de 1970 nada se sabia sobre esta maranhense que enfrentou as mais difíceis agruras de seu tempo, mas deu voz àquela que, por força de uma sociedade hipócrita, deveria ficar calada – a mulher negra.

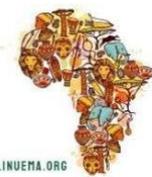
### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Firmina dos Reis foi uma voz que diferiu de tudo que se esperava da sua época, primeiro por ser mulher e negra, segundo por dedicar-se a um universo que até então era delegado somente à figura masculina. Perceber as contribuições, mesmo que sutis, desta autora que lutou para construir um perfil feminino ativo na província maranhense é valorizar não apenas a presença da mulher na literatura, mas na nossa cultura local e nacional.

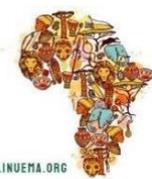
O abandono dessa figura, talvez se deva, principalmente, a razões ligadas à lei do patriarcado, em que dependendo do gênero em que uma criança nascesse, teria já de antemão, suas funções pré-definidas: à mulher caberia somente cuidar da família, ao homem cuidar dos negócios, de seu crescimento intelectual e exercer sobre tudo e todos do lar o pátrio poder. Todavia, acima dessa perspectiva limitante das atividades humanas ao gênero feminino, Firmina se colocou. Sendo autodidata, revolucionou sua história e a história feminina maranhense, ainda que não seja reconhecida por seu talento.

Com ela, pela primeira vez, observa-se a construção de um personagem cativo que fala de sua condição sob um tom crítico e não passivo; esta postura de discussão e reflexão autora tenta trazer para boa parte da sociedade leitora. Em suas obras, mesmo consideradas subversivas, os escravos tinham consciência daquilo que lhes acontecia e podiam dialogar, julgando as atitudes, ainda que não cometessem insurreições.

Maria Firmina dos Reis mostrou-se forte mesmo após sua morte. Por meio de suas palavras imortais, operou uma crítica que permanece, pois às estratificações sociais, também permanecem. Ela mostrou-se resoluta, permanece atual e recorrente, ainda que tenha passado anos esquecida. Estudar e difundir seus feitos, atualmente, é uma forma de exaltar sua



memória e sua importância, uma missão tenaz de todos os maranhenses, a fim de demonstrar que suas tentativas não foram insignificantes e sua voz merece e será ouvida.



## REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy Aragão; VAZ, Leopoldo Gil Dulcio (Organizadores). **Sobre Maria Firmina dos Reis** – São Luis: ALL, 2015.

\_\_\_\_\_. **A mulher Maria Firmina dos Reis: Uma maranhense**. In: Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

CRUZ, Arlete Nogueira da. **Sal e Sol**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

MORAIS, José Nascimento Filho. **MARIA FIRMINA FRAGMENTOS DE UMA VIDA**. São Luiz: COCSN, 1975.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org). **Escritoras Brasileiras do Século XIX: Antologia**. Ed. Mulheres/Edunisc, 2000.

MENDES, Melissa. **A história hoje: gênero, representação e literatura a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. In: CORREIA, Janaina. Revista Feminismos. Vol. 1, N.3, Set – Dez. 2013. Disponível em: [www.revistafeminismos.neim.ufba.br](http://www.revistafeminismos.neim.ufba.br).

NASCIMENTO, Camila Maria Silva. **DILERCY ADLER: a tecelã de Eros nos trópicos maranhenses**. São Luis: Estação Gráfica, 2011.

NASCIMENTO, Camila Maria Silva; LIMA, Patricia Fernanda Massetti de. **MARIA FIRMINA DOS REIS: UMA MARANHENSE**. p. 711 – 718. Anais do I Congresso Nacional de Linguística Aplicada e IV Encontro Nacional de Ficção Discurso e memória/Naiara Sales Araújo e Michelle de Sousa Bahury (Organizadoras.). – São Luís: EDUFMA, 2019

REIS, Maria Firmina dos. **ÚRSULA**. Florianópolis: Edição digital. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

RUFINO, Alzira; IRACI, Nilza; ROSA, Maria. **Cartilha “Mulher negra tem História”**, 1987. Fonte: [www.culturanegra.com.br](http://www.culturanegra.com.br).

SILVA, Régia. **A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão**. Leitura: Teoria e Prática, v.229, n.56, p. 11-19, 2011.



## A influência da Mãe-Preta e da Literatura Africana nos contos populares brasileiros a partir da análise de “O Macaco e o Aluá” baseando-se em Sílvio Romero e Monteiro Lobato

Rita Catarina Oliveira Carneiro (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA)

**RESUMO:** O presente artigo traz uma análise do conto O macaco e o aluá, presente na obra “Contos Populares do Brasil” de Sílvio Romero e observa-se a influência da cultura africana e das experiências da mãe-preta na construção dessas narrativas. Na obra “Histórias de Tia Nastácia” de Monteiro Lobato, a figura da Nastácia representa fielmente a mãe-preta madura no contexto escravista e no diálogo, é visto as falas e a forma como são contadas apesar das mudanças na estrutura da narrativa. Além disso, os contos populares se baseiam na simplicidade e na ausência de um tempo cronológico e autor, por isso pode ser passado de geração para geração preservando assim, a Literatura Oral dentro do contexto cultural do Brasil. Assim, podemos notar a confirmação da influência na análise das marcas de oralidade e variações históricas e regionais nos contos devido a disseminação destes pela figura da mãe-preta que era associada a melhor contadora de estórias e acolhedora maternal, além de trazer consigo elementos religiosos e míticos, presença de animais e a astúcia diretamente da literatura africana e incrementar nessas narrativas. Graças a sua contribuição inconscientemente e de Sílvio Romero na sua organização didática, os contos estão presentes na cultura brasileira e continuam a entreter as crianças ao trabalhar seu imaginário.

**Palavras-chave:** Mãe-preta, contos populares, literatura oral, africana, Sílvio Romero, Monteiro Lobato.

**ABSTRACT:** The present paperwork has an analysis of the tale "O macaco e o aluá", present in Sílvio Romero's work "Contos Populares do Brasil" and observes an influence of African culture and the experiences of the "black-mother" in the construction of these narratives. In Monteiro Lobato's "Histórias de Tia Nastácia", the Nastácia figure represents faithfully the mature "black-mother" in the slave context and in dialogue, is seen as speech and as it is told despite changes in narrative structure. Moreover, folk tales are based on simplicity and lack of chronological and author time, so it may be a period from previous generation to generation preserving an Oral Literature within the cultural context of Brazil. Thus, we can see a confirmation of the influence on the analysis of orality marks and historical variation and regionals tales due to their dissemination through black mother figure was associated with the best storyteller and welcoming mother, besides displaying all the items and myths, animals presence and the acoustics linked to Africans literature and incremental in these narratives. Due to yours contribution and Sílvio Romero in his didactic organization, the tales are presents in Brazilian culture and continue to be introduced as children in working their imaginary.



**Keywords:** Black-mother, popular tales, oral literature, africans,  
Sílvia Romero, Monteiro Lobato.

## INTRODUÇÃO

As terras brasileiras no período colonial foram marcadas pela chegada de negros africanos trazidos como vítimas do processo de escravidão e retirados de sua terra natal brutalmente para servirem como mão-de-obra escrava em atividades econômicas sustentadas pelo mercantilismo e dominados pelos portugueses. Jaime Pisky comenta sobre a diferença de sentido no uso de “vir” e “trazer” neste trecho:

Nada mais equívoco do que dizer que o negro veio ao Brasil. Ele foi trazido. Essa distinção não é acadêmica, mas dolorosamente real e só a partir dela é que se pode tentar estabelecer o caráter que o escravismo tomou aqui: vir pode ocorrer a partir de uma decisão própria, como fruto de opções postas à disposição do imigrante. Ser trazido é algo passivo – como o próprio tempo do verbo – e implica fazer algo contra e a despeito de sua vontade. (PISKY, 2010, p.7)

Com o estabelecimento dessa prática no Brasil, era comum os anúncios sobre a venda desses escravos através da descrição de suas características físicas, importantes na hora da compra para convencer o senhor sobre um “bom negócio”. Neste período, independente do sexo e idade, os escravos e escravas eram obrigados (as) a servirem ao trabalho estipulado pelos seus respectivos senhores. A procura maior, era de homens em faixa etária mediana para serviços braçais em lavoura.

Apesar da procura de homens, as mulheres negras assumem um papel secundário neste contexto escravista. A sua procura era pequena e sempre associada a informações de caráter sexual, desempenho em trabalhos domésticos e o trabalho de ama-de-leite e de mãe-preta no exercício de cuidar dos filhos do senhor.

## O PAPEL DA ESCRAVA NEGRA NO BRASIL

Apesar do legado triste deixado pela escravidão no país, o que de certo os portugueses não sabiam, era da enorme influência que os negros trariam ao Brasil quando falados de cultura, em especial a representatividade da mulher e seus papéis naquele tempo até os dias atuais. Quando falamos do seu papel no ambiente escravocrata, era utilizada para fins sexuais devido a “escassez de mulheres brancas” como cita Gilberto Freyre em Casa Grande Senzala. Somente depois de longos anos, a negra passou a ter maior convívio dentro da residência de seus senhores em diferentes funções, em trabalhos domésticos, na função de ama-de-leite e mãe-preta.



## AS AMAS-DE-LEITE/MÃES-ESCRAVAS X MÃES-PRETAS

A negra destinada a função de ama-de-leite era procurada pelas famílias brancas para amamentar seus pequenos na fase inicial da vida, pois acreditava-se que o leite da negra era mais saudável e Essas mulheres eram obrigadas a deixarem seus filhos para dedicar-se exclusivamente à amamentação do filho branco de seu senhor e obrigadas a abrirem mão de seus filhos biológicos para que estes fossem vendidos no mercado escravocrata. Há uma proximidade criada entre o pequeno branco e a mãe-escrava, que poderia ter diferentes tratamentos dependendo de seus senhores, mas há registros de casos em que a negra era maltratada e vivia em condições desumanas e após o crescimento do filho branco, eram rejeitadas devido suas origens. Com isso, há um grande contraste quanto o modo de utilização da negra como ama, até mesmo quando os senhores passaram a alugar seu serviço como modo de ganhar a custas das mesmas.

As mães-pretas são o retrato de mulheres que conquistaram um espaço maior dentro da Casa Grande de seus senhores, para cuidar de seus filhos desde a fase de lactância até estender essa relação por mais tempo criando-os com afeto e atenção maternal. Elas são conceituadas por Luiz Demetrio em Serões da Mãe Preta como:

A Mãe Preta tomava a si o cuidado especial e carinhoso de dar aos meninos todo bom tratamento que lhes convinha, asseando-os e alimentando-os com especial dedicação. A noite, rodeada das crianças, em baixo de uma grande candeia de barro alimentada com azeite de andiroba, elas lhe contava alegres e divertidas histórias. (TAVARES, 1897, p.10-11)

Essas mucamas como costumavam serem chamadas, diferente das mães-escravas, poderiam cuidar de seus filhos negros juntamente com o filho-branco e também poderia exercer o papel de ama-de-leite mas foi a partir da proximidade com a família para qual servia e não possuía mais o “sangue puro” que o mulato, uma “mistura” que surgiu a partir de relações entre senhores e suas escravas nasceu. Os cuidados foram essenciais para a formação dos filhos de colonizadores, tanto que a imagem da mãe-preta era de total entrega às crianças.

## A MÃE PRETA E SUA INFLUÊNCIA EM CONTOS POPULARES

O contato com a família foi crescendo e as crianças se apegaram na figura da mulher que dedicava-se a criação dos mesmos em tempo integral e com isso, passou a influenciar diretamente no aprendizado trazendo para mais próximo, a cultura africana e seus costumes, sendo eles ligados à dança, folclore, músicas, religião e o mais necessário para esta relação ter



sido firmada: a linguagem e a influência da literatura oral em histórias contadas por elas, os famosos contos populares com características africanas na sua construção. Apesar de ter contribuído inconscientemente para a propagação dessas histórias, as negras não possuíam contato com a escrita e por isso, seu único meio viável para reproduzir seus mágicos contos, foi através da reunião das crianças e seu poder de encantamento na fala.

A maioria dos negros vindos ao Brasil, traziam consigo crenças totêmicas, mas foram bastante influenciados pelo cristianismo que europeus tentavam impor e por isso, seus textos possuem muito da magia e do encantamento e rezas católicas. Além desse aspecto textual, muitas mucamas eram relacionadas à figuras diabólicas como no trecho de “O Saci-Pererê: Resultado um inquérito” de Monteiro Lobato: "Não sei bem, como Dindinha conciliava a sua fé católica e suas relações com o capetinha; rezava o terço, acendia a lamparina do oratório, fazia promessas aos santos [...]" (LOBATO, 2008, p. 295). Nesse trecho, pode-se notar que a criança reconhece o poder dos cultos africanos que causavam espanto para os brancos e da intervenção europeia do catolicismo.

Essas personagens importantes no processo de construção da Literatura Oral e Literatura Infantil começou a ser parte da cultura brasileira, pois na década de 20 com o surgimento do Modernismo, as críticas sociais acerca do tratamento dos negros começaram a ganhar voz, e a mãe-preta tornou-se símbolo da difusão do folclore africano e mais tarde, do brasileiro. É fácil encontrar representações delas, principalmente com a aparência madura, chamadas popularmente de “negras-velhas” e mais conhecida é retratada na obra de Monteiro Lobato em “Sítio do Pica-Pau Amarelo” a Tia Nastácia, uma negra que cuidou da Narizinho e Pedrinho com carinho maternal e ao contar suas história de animais, aventuras e fantasia, aflora a imaginação deles e constitui-se uma ótima cozinheira ao fazer biscoitos de polvilhos irresistíveis aos pequenos.

## **A LITERATURA ORAL NO BRASIL**

A Literatura Oral foi difundida no Brasil através da influência de indígenas, africanos e portugueses nos contos, a diferença positiva da oralidade é permitir que a mesma história possa ter várias vertentes dependendo da região onde ela é contada resultando em diferentes finais e personagens sem uma autoria definida. Essa influência podemos encontrar no personagem mais conhecido do folclore brasileiro, Saci Pererê que possui muitas características com o Trasgo, personagem lendária em Portugal que também gosta de praticar travessuras para ser divertido e em outro sentido, pode ser cruel e sombrio. Todas essas



mudanças a partir dos folclores, derivam da imaginação e da perspectiva de cultura de quem conta, por isso, costuma-se acreditar que a literatura oral é disseminada mais rapidamente do que a literatura escrita e necessita das relações sociais para que possa estar viva. Podemos classificar a Literatura Oral em diversas manifestações: Contos populares, lendas, mitos, anedota, parlenda etc.

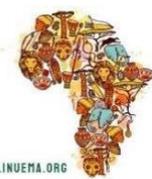
Com a necessidade de preservar e de manter viva a cultura da literatura oral, temos como primeiras representações dos contos na forma escrita os livros de Sílvio Romero, pioneiro na organização de principais estórias com “Contos Populares do Brasil” e Monteiro Lobato com “Histórias de Tia Nastácia”.

Daremos ênfase no conto popular, que é uma subcategoria da Literatura Oral e mantém contato direto com o povo e por isso, sofre modificações na sua construção, em nomes e características de seus personagens e seu final.

## CONTOS POPULARES

Podemos conceituá-los como narrativas curtas, sem tempo cronológico, com poucos personagens, baseado em experiências vividas por quem conta e faz a disseminação desse conteúdo. Esses contos também possuem relações com o religioso e o místico que também está presente nos mitos. Por ser uma tradição oral e passada de gerações antigas para mais novas, são incrementados novos fatos, ambientes, ações, falas e nesse ponto, podemos perceber o processo de variação histórica e regional que essas estórias são submetidas ao serem contadas em diferentes locais e épocas. Dentre as classificações dos contos, temos como principais:

- a) Contos de Encantamento - A figura principal é um herói que é posto em enrascadas e através da magia, consegue solucionar o impasse da estória e assim termina em um final feliz.
- b) Contos Religiosos - Conto baseado em diretrizes religiosas, geralmente oriundas do Cristianismo onde a fé popular é a característica principal para solucionar os problemas.
- c) Contos de Exemplo - São estórias baseadas em experiências humanas, geralmente dedicadas ao público infantil onde é narrado uma ação negativa com consequências e no final, há uma lição de vida para obter-se cautela.



- d) Contos de Animais - Apresentam como personagens principais os animais e dependendo da região onde é contada, pode conter animais que representem culturalmente este lugar.

### **OBRAS DE SÍLVIO ROMERO E MONTEIRO LOBATO E ANÁLISE DO CONTO “O MACACO E O ALUÁ”**

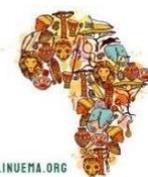
A obra de Sílvio Romero “Contos Populares do Brasil” publicado em 1885 foi o primeiro livro que reuniu contos populares de três das maiores influências literárias do Brasil: a Portuguesa, indígena e africana. Romero teve o cuidado de preservar os aspectos originais da cultura de cada povo nos contos, em especial, a africana e mestiça.

No livro de Monteiro Lobato, lançado em 1937, reúne diversos contos, dentre eles alguns inspirados nos contos retratados na obra de Romero. Quem os conta é uma das personagens mais importantes, vista como a forma da mãe-preta, a Tia Nastácia. Os contos africanos transmitidos pelas mães-pretas pertencem a uma categoria mítica zoológica tendo em maior parcela dos seus contos, a presença do jabuti/tartaruga, quimbundo (espécie de macaco) e da aranha como personagens principais.

Em “ O Macaco e o Aluá”, o 83º conto da obra, Romero trabalha bem a questão da astúcia ao representar um macaco que foi em busca de milho a qualquer custo para fazer o aluá, mas não possuía dinheiro para comprar milho, então fez um pedido ao galo, raposa, cachorro e onça que cederam o milho à ele. Para não pagar, construiu uma armadilha sendo que cada um seria devorado pelo animal seguinte, o que expõe suas brincadeiras e trapalhadas. A onça ficou furiosa com o macaco que não pagou a conta e depois de alguns acontecimentos, queria pegá-lo a qualquer custo, caracterizando a ganância e que acabou por vencida pelo macaco no final da história. Monteiro Lobato em seus livros traz o conto relatado por Tia Nastácia e neste, podemos identificar as mudanças estruturais comentadas anteriormente, quando um conto é passado de geração a geração, por exemplo:

“[...] Fez também de uns jiraus uma cama muito alta de deitou-se nela, amarrando a cabeça com um pano, fingindo estar doente. [...]” (ROMERO, 2018, p. 272)

“[...] Depois armou um jirau bem alto e deitou-se em cima, de cabeça amarrada com um pano, como quem está com dor de dente [...]” (LOBATO, 1995, p.49)



Nessas duas passagens, podemos perceber a mudança de como é citada a “doença” fingida pelo macaco, havendo variações contadas intencionalmente por Tia Nastácia, pois é necessário instigar o imaginário das crianças ouvintes.

[...] Descansando a raposa, ofereceu-lhe o macaco o aluá de que ela se serviu, perguntando-lhe depois que tal o achava. Ela respondeu que estava muito bom, ao que disse o macaco: “Assim o achou o compadre galo.” Aí diz a raposa: “Oh! E este homem andou por aqui?” Respondeu-lhe o macaco: “Não, há muito que ele já foi, e apontava para debaixo da cama mostrando o galo. [...] (ROMERO, 2018, p. 273)

[...] Entra a raposa. O macaco, depois de contar a sua doença, manda a raposa servir-se de alua. — Coma, coma, comadre, que está ótimo. O compadre galo já se regalou. — Quê? — exclamou a raposa. — O galo andou por aqui? — Ali está ele! — disse o macaco, apontando para o cantinho onde o pobre galo se escondera. E a raposa foi e comeu o galo. [...] (LOBATO, 1995, p. 50)

A fala do macaco no trecho de Monteiro é intencional, pois cria-se uma ênfase ao denunciar a presença do galo para a raposa, tornando a estória ainda mais emocionante, criando dúvidas acerca do futuro destes personagens enganados pelo macaco inteligente.

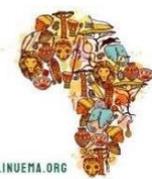
“[...] A onça ficou muito furiosa e quis avançar para o macaco, mas este deu um pulo e trepou-se numa árvore. Ela, vendo que não o pegava, foi embora jurando vingar-se. [...]” (ROMERO, 2018, p. 273)

“[...] A onça, furiosa, deu um pulo para pegar o macaco; mas este saltou do jirau para cima duma árvore e ficou a rir-se da lograda. [...]” – (LOBATO, 1995, p. 51)

O trecho original de Romero traz uma situação comum às ações dos macacos: seu potencial ao se pendurar em galhos de árvore, mas Tia Nastácia aproveitou-se do macaco ser “brincalhão” para produzir um efeito de humor do acontecimento.

“[...] A onça, ainda mais furiosa com esta astúcia do macaco, abriu um grande buraco no lugar por onde ele sempre costumava passar, entrou para o tal buraco e mandou as outras cobri-la de terra, deixando apenas os olhos e os grandes dentes de fora. O macaco, que desconfiou da história, muniu-se de uma grande pedra e atirou com ela em cima dos dentes da onça, dizendo: “Nunca vi chão ter dentes”. A onça morreu e o macaco continuou a fazer suas artes e estripulias.” (ROMERO, 2018, p. 274)

“[...] O macaco veio vindo. Mas ao ver aqueles dentes arreganhados no meio das folhas secas, desconfiou. — Chão com dentes? Está aqui uma coisa que nunca imaginei. Mas dente de chão há de gostar de comer pedra — e, zás! jogou uma grande pedra dentro da boca da onça. A onça morreu engasgada e o macaco lá se foi muito satisfeito da vida.” (LOBATO, 1995, p.51)



No final de ambas as versões do conto, percebe-se a criatividade de Tia Nastácia ao finalizar seu conto com um desfecho inesperado: a onça morrendo engasgada com a pedra, que trazendo para a realidade se tornaria impossível.

### **Conclusão**

Podemos confirmar a identidade da Tia Nastácia nas obras de Monteiro Lobato como fiel representante da figura da mãe-preta no Brasil, escrava africana com dotes culinários e procurada por seus senhores para cuidar dos pequenos com afeto maternal e contribuiu com a propagação dos contos populares ao reunir as crianças e encantá-las com sua voz doce. Quando passados para gerações futuras, demonstram a preservação da Literatura Oral no ambiente cultural de um povo. Contudo, os trechos retirados de “Histórias da Tia Nastácia” confirmam essas variações históricas e regionais, havendo mudanças ou incrementação de ações, adjetivos e no desfecho tornando o conto mais interessante aos que escutavam baseadas na experiência de vida do narrador da estória.

A influência africana que chegou aqui na época da escravidão foi essencial para que os contos possuíssem a presença do religioso, dos animais, da apresentação da “astúcia” vindos de sua literatura representados fielmente na obra “ Contos Populares do Brasil” de Sílvio Romero, que contribuiu para estudo didático que influenciou Monteiro Lobato e as seguintes gerações na compreensão dos contos populares e sua importância. Mas o papel que as mães-pretas exerceram inocentemente e inconscientemente quando entretinha as crias de seus senhores e seus moleques foi fundamental para a difusão da Literatura Oral no Brasil. Mesmo com tanta contribuição, seu papel na sociedade não fora reconhecido ao longo dos anos como deveria e por isso, o conceito de “cuidadora dos sinhozinhos” torna-se ampla, já que nessa figura de uma mulher escravizada, velha ou nova, exercendo também o papel de ama-de-leite, rejeitada, há o dom de entoar lindos contos populares com suas origens arraigadas.



## REFERÊNCIAS

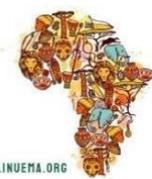
PINSKY, Jaime. “A escravidão no Brasil” 21.ed. – São Paulo: Contexto, 2010 p. 7

TAVARES, Luiz. “Serões de mãe preta” – Belém: Secretaria Geral da Instrução Pública, 1896 p. 10-11

LOBATO, Monteiro. “O saci-pererê resultado de inquérito” – São Paulo: Editora Globo, 2008

LOBATO, Monteiro. “Histórias de Tia Nastácia” 32.ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1995 p. 49-51

RONERO, Silvio. “Contos populares do Brasil” Vol.3. 2.ed– Jundiaí, SP: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018 p. 272-274



## A CONSTRUÇÃO DO INSÓLITO EM “O ABRAÇO DA SERPENTE” DE MIA COUTO

Silvia Cristina Costa Porto (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO)<sup>74</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem como proposta uma leitura do conto *O abraço da serpente* da coletânea de contos “Estórias abensonhadas” do escritor moçambicano Mia Couto. Nele se pretende abordar o percurso empreendido por este autor na construção do insólito em sua narrativa. Inicialmente abordaremos o conceito realismo maravilhoso, e a adaptação deste conceito, antes próprio da literatura latino-americana, à realidade Africana. Procederemos à análise do conto em estudo, demonstrando que as técnicas de construção da narrativa de Mia Couto são inspiradas no realismo maravilhoso, abordando o imaginário africano em suas particularidades, como forma de denúncia das mazelas da guerra, e como um esforço na construção e fortalecimento da memória e da identidade nacional.

**Palavras-chave:** Realismo-maravilhoso, insólito, literatura africana.

**ABSTRACT:** This study proposes a reading of the short story *The Embrace of the Serpent* from the collection of short stories “Estórias abensonhadas” by Mozambican writer Mia Couto. It intends to address the path taken by this author in the construction of the unusual in his narrative. Initially, we will approach the concept of wonderful realism, and the adaptation of this concept, previously typical of Latin American literature, to the African reality. We will proceed to the analysis of the short story under study, demonstrating that the techniques of construction of Mia Couto's narrative are inspired by the wonderful realism, approaching the African imaginary in its particularities, as a way of denouncing the ills of war, and as an effort in the construction and strengthening of memory and national identity.

**Keywords:** Wonderful realism, unusual, African literature.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta uma leitura do conto *O abraço da serpente*, pertencente à coletânea de contos *Estórias Abensonhadas* do escritor moçambicano Mia Couto. Esta obra foi escrita após a guerra de independência de Moçambique e, por meio dela, Couto nos apresenta o retrato de um país que, após a guerra, acreditava-se reduzido a cinzas,

---

<sup>74</sup> Graduada em Direito e Letras: Língua e Literatura francesa pela Universidade Federal do Maranhão; mestranda em Teoria Literária: Literatura e subjetividade pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista FAPEMA. E-mail: silviporto@icloud.com. Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho.



mas que, ao longo de suas narrativas, acaba se revelando bastante vivo, por meio da riqueza cultural que compõe o imaginário de seu povo.

Neste estudo, levando-se em consideração as peculiaridades do conto moçambicano, e da utilização do elemento mágico pela cultura deste povo, pretende-se identificar, por meio das características da narrativa de Mia Couto, a construção do insólito em sua literatura, mais especificamente, do realismo maravilhoso presente na ficção deste autor.

O conto em estudo narra a excêntrica morte do protagonista Acubar Aboobacar, encontrado morto numa cadeira em sua sala. Suspeita-se de que a sua morte tenha decorrido de uma mordedura de cobra, entretanto não foram encontrados, nem a cobra, nem sinais de mordedura no corpo do falecido.

Sua esposa, Sulima, disse que ele vinha tendo um comportamento estranho, proferindo contra ela ameaças, por estar suspeitando, sem fundamentos, de infidelidade conjugal por parte dela.

Em seguida, o narrador segue relatando a versão dos fatos, como tudo ocorreu desde o início. Segundo ele, Mintoninho, o filho de Aboobacar, sai de casa, à tarde, correndo para encontrar o pai, bêbado, e trazê-lo de volta antes que a mãe, que trabalhava como vendedora em um bazar, retornasse, evitando assim as brigas que eram frequentes entre os dois. Foi quando um achado, que de início parecia comum, começa a influir na vida dos personagens, dando o tom que prevalecerá ao longo da narrativa.

Naquela tarde, Mintoninho, correnteiro, esperava prevenir desgraça. Ao pisar a estrada, porém, ele estacou. No chão se exibia, arrogante, uma boina azul, dessas. Teria tombado dos carros das Nações Unidas? Seria desses soldados que exercem a exclusiva profissão da Paz e que dão ao mundo mais notícia que sossego? (COUTO, 2012, p. 81-82)

Diante do achado, Mintoninho fica em dúvida se fica ou não com a boina para si, mas, por fim, decide levá-la para casa e guardá-la para, mais tarde, entregá-la no quartel dos boinistas. Assim, ele volta em casa e deposita a boina no armário da entrada e em seguida retorna para a rua para se encontrar com o pai.

Ao chegarem em casa, pai e filho, Acubar de repente se depara com aquela boina azul

(...) e foi logo-logo ali na entrada: por cima do armário a boina azul prendeu os espantos do homem.

— *Quem é isto?*

Acubar Aboobacar nem cabia nos universos. A vasta admiração dele sobrava, descomposta, de todos seus nervos. O homem se inacreditava. Podia a mulher, certificada esposa, ter escolhido outros sabores entre os estrangeiros fardados,



testemunhas dessa transição da desgraça da guerra para a miséria da paz? (COUTO, 2012, p. 82)

Mintoninho ainda quis explicar ao pai os motivos da boina. Mas nem teve ocasião. O pai deu ordens ao garoto que se retirasse e ficou sentado na sala, com a boina no colo, à espera da mulher, sendo consumido pela ideia fixa daquela infidelidade, a lhe corroer por dentro. Então, nesta espera, Acubar adormeceu

(...) assim dormindo lhe foram divulgados os segredos. Lhe vieram imagens de uma cobra gorda, trajada de humanas vestes. Envergava capulana, azulinha cor das Nações e lenço na cabeça. Em lentos talentos, o bicho se chegou a ele e lhe cocejou todo, com sua língua bífida. A cobra é bilingue para mostrar que todo o animal esconde sempre outra criatura. E o ofídio reptou por suas pernas, se enroscou na cintura e se zaragatinhou pelo peito. Quando lhe chegou ao pescoço Acubar ouviu os olhos dela: eram os de Sulima, sem falta nem acréscimo. Eram olhos terrestres, poeirados, descalços. Nele se fixavam como o ópio olha o pulmão. Então, a cobra falou-lhe:

— *Será assim, presos um em outro, será assim que vamos viver em diante* (COUTO, 2012, p. 84)

E assim Aboobacar acorda atordoado, sem fôlego, chamando pelo filho: “Filho, estou a começar a desviver. Sofro de um frio que me está vir de dentro. Parece é um bicho lagarteando a minha barriga, malvoraçando-me os sangues, nem sei se sonhei se é coisa que realmente me sucede (COUTO, 2012, p. 84)

Neste momento do conto começam as mudanças no corpo de Acubar Aboobacar

Então, o miúdo viu o pai transitando de derme para epiderme, lhe aparecendo visíveis umas escamas verdes-esverdeadas. Parecia que outro ser, monstiforme, roubava o desenho do seu velho. Mesmo a voz se irreconhecia:

— *Já nem me tenho para a frente, filho. Foi a cobra que matou-me.*

— *A cobra? Onde?*

— *Me mordeu por dentro. Me entrou aqui.* (Couto, 2012, p. 85)

O filho quis partir em busca de socorro, mas foi impedido pelo pai: “— Deixa filho: ferida da boca se cura com a própria saliva. E estou me curando é da vida, dessa vida que não soube gostar como era devido.” (Couto, 2012, p. 85).

E por fim, Acubar terminou tão encolhido e tão miúdo que o filho o tomou em um só braço.

Ao chegar em casa, a mãe encontra os dois, pai e filho, ali parados e então, continua o narrador, com um gesto apressado retirou a boina do colo do marido e emaranhando-a, disfarçadamente, colocou-a em sua bolsa. E ao completar o relato deste último fato ele



acrescenta a frase: “*Dizem*”, suscitando no ouvinte a dúvida a respeito da infidelidade de Sulima.

## O REALISMO MARAVILHOSO EM MIA COUTO

Temos neste conto e em quase toda a ficção de Mia Couto uma narrativa voltada para o insólito, para uma visão de mundo mágica, onde o natural e o sobrenatural convivem de forma harmônica, sem causar estranhamento nos personagens nem no leitor que acompanha a narrativa. Este efeito de aparente naturalização do insólito, pode ser classificado pela definição da professora Irlema Chiampi (1980), autora brasileira, em seu livro *Realismo Maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano*, como realismo Maravilhoso.

Este conceito que foi usado primeiramente por Alejo Carpentier na literatura latino-americana corresponde a uma das formas de Realismo Mágico, mais especificamente àquela voltada para o lado antropológico, representando duas diferentes visões de mundo aparentemente antagônicas, porém coexistentes: uma racional, moderna e discursiva, apresentando os acontecimentos do ponto de vista realista; e uma outra mágica, tradicional e intuitiva, representando o ponto de vista do crente em magia. O “mágico”, neste caso, é tomado no sentido antropológico, e remete à cultura de um povo ou grupo social.<sup>75</sup>

Uma possível definição do que vem a ser essa nova forma de realismo, ou de visão da realidade hispano-americana, largamente aceita pela crítica contemporânea, pode ser encontrada no artigo de Delbaere-Garant, autor que trata do realismo mágico em literaturas de língua inglesa. Ao descrever o que ele denominou de “realismo mítico”, este autor faz uma definição do realismo mágico como sendo a "demonstração de uma profunda conexão entre o personagem e o ambiente e aplica esse conceito a todas as regiões que ainda possuem “espaços não-consumidos”, onde as imagens “mágicas” são tomadas do próprio ambiente físico" (CAMARANI, 2014)

<sup>75</sup> O crítico guatemalteco William Spindler (1993) que, ao adotar o termo realismo mágico por considerá-lo mais abrangente, propõe uma tipologia para essa categoria, cujo emprego não se restringe unicamente ao contexto da literatura hispano-americana, mas à literatura de qualquer região do mundo que contenham as características do realismo mágico. Nesta classificação, destacam-se três formas de realismo mágico: o realismo mágico metafísico, o realismo mágico antropológico e o realismo mágico ontológico, cada um deles relacionado com um diferente significado da palavra “mágico”.

O realismo mágico antropológico seria o equivalente às concepções de Carpentier, ou seja, àquilo que reconhecemos como realismo maravilhoso, porém, é mais amplo e atual que o real maravilhoso de Carpentier, pois não se limita apenas à América Latina e suas particularidades, mas se estende às mais variadas regiões onde a utilização de mitos e crenças étnico-culturais são utilizados para compor o acontecimento mágico ou sobrenatural da narrativa.



Entretanto, de acordo com Spindler (1993), o realismo mágico antropológico é mais amplo e atual que o real maravilhoso de Carpentier, pois não se limita apenas à América Latina e suas particularidades, mas se estende às mais variadas regiões onde a utilização de mitos e crenças étnico-culturais são utilizados para compor o acontecimento mágico ou sobrenatural da narrativa, por meio da intertextualidade. Assim, reforçando esse entendimento a respeito da manifestação do realismo mágico antropológico, temos que

Embora esta vertente seja comumente relacionada à literatura hispano-americana, vale lembrar que a presença de uma visão mágica e mítica na cultura popular, coexistindo com a mentalidade racional característica da modernidade, não é um fenômeno exclusivamente hispano-americano, já que se manifesta também em outras áreas do planeta, onde seus escritores lançam mão do realismo mágico ao compactuarem com preocupações semelhantes às dos escritores hispano-americanos (ANTONIETTI-LOPES, 2007, p.13).

Na ficção de Mia Couto predomina a valorização da cultura tradicional africana, onde o insólito é construído pela forte presença do imaginário ancestral e de elementos fantásticos oriundos das cosmogonias africanas. O Realismo Maravilhoso de sua narrativa resulta deste efeito de naturalização do insólito no texto, onde o real e o sobrenatural coexistem.

Assim, para se pensar a respeito da produção deste efeito de naturalização na obra de Mia Couto, devemos levar em consideração elementos fundamentais para a construção de sua ficção e, neste caso, estamos a falar principalmente na voz narrativa usada por este autor e em um certo encantamento decorrente desta forma de narrar, que conduzirá o leitor (ou ouvinte?) ao longo do desenrolar da trama.

Segundo Maria Fernanda Afonso em *O Conto Moçambicano: Escritas Pós-Coloniais*, o conto oral se enraiza nas origens mais profundas da cultura africana, pois sempre teve como função transmitir os valores e a tradição cultural desta sociedade. Segundo esta autora

O conto representa a escolha de uma escrita que traduz a ruptura e o regresso ao passado, a herança oral da África arcaica e os conhecimentos resultantes da evolução técnica de uma sociedade que ganhou novas exigências. (...) A memória é, portanto, o verdadeiro motor da identificação de cada referência intertextual que permite ao conto africano ler o invisível no visível, esbatendo fronteiras rígidas entre o oral e o escrito, a tradição e a modernidade, os interesses da colectividade e a liberdade criativa individual, a África milenária e o mundo Ocidental. (AFONSO, 2004, pp. 69, 70).

Mia Couto se vale do conto e do uso de uma narrativa carregada de oralidade, para transmitir essa cosmovisão moçambicana, pois as culturas que fazem parte de Moçambique se



fundam na oralidade e, por isso, aceitam com mais naturalidade do que aquelas que se fundam na palavra escrita, o fato de que há uma outra fronteira entre o que é real e o sobrenatural.

Como já afirmou, em entrevista, o próprio Mia Couto, ao contrário do que acontece no ocidente, em Moçambique, alguma coisa para ser aceita como verdade, tem que ser primeiro aceita como fantasia no imaginário popular. A realidade de África é misturada ao fantástico ou ao insólito, e os vários mundos coexistem dentro da realidade moçambicana (CORRENTES, 2008).

Assim, fazendo uso dessa influência da oralidade, este autor coloca em evidência a figura do contador de histórias, pois é pela voz do narrador que o leitor toma conhecimento da interação harmônica entre estes dois mundos aparentemente distinto: o real e o maravilhoso. Em outras palavras, é por meio desta forma de ver o mundo, quando transmitida pelo narrador, que deve ocorrer a naturalização do insólito na narrativa.

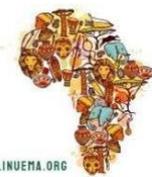
Em *O Abraço da Serpente*, o narrador é como um contador de causos, pois rememora um ocorrido local ao mesmo tempo em que passa um tipo de conhecimento específico através dele.

O tom de oralidade com a utilização de provérbios, de expressões tipicamente orais que exprimem certa interferência do narrador no relato, como por exemplo o uso recorrente da expressão “dizem”, aproximam o leitor e o envolvem numa atmosfera de pessoalidade por ele sentida, num tom de quase confidencialidade.

Como característica da oralidade na narrativa de Mia Couto, chama-nos a atenção a reconstrução ou recriação da língua portuguesa. Como um Guimarães Rosa africano, Couto apoia a sua narrativa na linguagem popular falada pelos moçambicanos para criar novas formas de expressões escritas capazes de refletir a linguagem da cultura ou do “modo de ver o mundo” moçambicano, articulando a linguagem, criando neologismos, numa busca pela melhor forma de tradução, para a palavra escrita, daquilo que não pode ser dito, mas apenas sentido ou intuído, como por exemplo ao descrever a cena em que o ciúme se apodera do protagonista: “À *beira-mágoa*, a suspeita tomava a medida do facto” (COUTO, 2012, p. 83); ou a de sua morte: “Filho, estou a começar a *desviver*.” (ibid., p. 84). E ainda por meio de provérbios dispostos ao longo do texto: “Deixa filho: ferida da boca se cura com a própria saliva” (ibid., p.85).

Desta forma, nas palavras de (CHABAL, 1994, p.68)

Mia Couto está a “inventar” uma nova linguagem. (...) uma linguagem que dá corpo à voz popular, um eco da realidade com a qual a nova linguagem está em empatia.



(...) Couto tenta acima de tudo dar voz literária à cultura oral actual de Moçambique.

Essa articulação da língua portuguesa representa ainda um esforço de unidade no multiculturalismo dessa região, reforçando a busca por uma identidade cultural moçambicana.

Assim, a Recriação lexical a partir do português de Moçambique, os neologismos, o uso de provérbios, o tom poético, tudo isso, no texto, remete a uma voz narrativa que se aproxima do leitor, transmitindo a pessoalidade e o calor de um relato oral, dando ao texto um tom de “causo”, envolvendo este leitor no encantamento desta narrativa.

O encantamento do leitor é outro elemento fundamental na obra de Mia Couto.

Muito além da função de contar, o narrador tem a função de encantar o leitor, conduzindo-o ao longo do relato, fazendo com que ele passe a aceitar os acontecimentos insólitos sem duvidar da narrativa nem questionar a credibilidade do narrador. Por isso, este encantamento é tão importante, pois dele depende o efeito da naturalização deste insólito no conto.

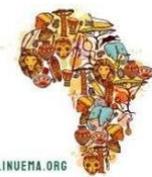
Acubar Aboobacar morre devido a um ataque de cobra, entretanto esta mordida não ocorreu em seu corpo físico, material, pois tal fato ocorre em uma instancia desconhecida da realidade, porém perfeitamente possível para Acubar Aboobacar e, conseqüentemente, para o leitor que acompanha o caso.

O tom que remete ao insólito tem o seu ápice durante a morte de Acubar Aboobacar, pois a personagem se transmuta em réptil após o ataque. O filho, no início, se aflige, mas logo em seguida age com naturalidade, apesar de seu desespero pela morte do pai. O leitor o acompanha em seu pesar, tomando o acontecimento e naturalizando-o também em seguida. Assim, o leitor se vê envolto pela atmosfera do sobrenatural, aceitando-a, se deixando envolver, por vontade própria, por esta névoa engendrada pelo autor por meio da articulação destes dois mundos.

Desta forma, o Realismo Maravilhoso em Mia Couto, como na visão de Irleamar Chiampi

É provocado pela percepção da contiguidade entre as esferas do real e do irreal – pela revelação de uma causalidade onipresente, por mais velada e difusa que esteja. (...) as personagens do realismo maravilhoso não se desconcertam jamais diante do sobrenatural, nem modalizam a natureza do acontecimento insólito. (CHIAMPI, 1980, p.61)

A transformação, ou metamorfose do personagem, neste contexto, configura o ponto alto da narrativa. Aboobacar transfigura-se diante do filho e diante do leitor, em um processo



que bem pode significar uma capitulação do personagem diante do inimigo, reconhecendo a sua fraqueza ante a dominação de uma força que está além de suas possibilidades de resistência, como ele mesmo afirma ao filho: “A morte tem sempre onde cair em nós”

A imagem do animal no sonho do personagem sugere um segundo sentido. A cobra que ronda Acubar Aboobacar pode estar associada à figura da mulher. O autor nos diz que, tal qual a mulher, a cobra é feita de enganos e, em si, “esconde sempre outra criatura”, numa clara referência ao mito bíblico de Adão e Eva. Pode também representar a materialização do sentimento de ciúmes e posse sobre a mulher, a agigantar-se dentro do protagonista, devorando-o por dentro. A cobra pode ser ainda uma metáfora para um outro que ronda e ataca as terras moçambicanas, podendo vir a colonizar o pensamento e a consciência deste povo.

Há, no entanto, ao longo de todo o conto, uma presença constante e responsável, ainda que indiretamente, mas de forma decisiva, por toda a desgraça de Acubar Aboobacar: a guerra.

Tema frequente na obra de Mia Couto, a guerra tem sempre o intuito de revelar os seus efeitos traumáticos na sociedade moçambicana pós-colonial, e neste conto não poderia ser diferente. Logo no início se observa que, antes da derradeira metamorfose, uma outra já se havia operado em Acubar Aboobacar. Ao esperar o pai alcoólatra que voltava cambaleante do bar, Mintoninho já havia dado por essa mudança, como se observa no seguinte trecho: “Olhando aquela figura, o menino sentiu saudade do pai que ele tinha sido antes da guerra. Como se fora um órfão e aquele que ia achegando fosse um mero padrasto, passageiro e passeante.” (COUTO, 2012, p. 82).

Mesmo com o fim da guerra, os efeitos decorrentes do período de violência e desolação continuam presentes na realidade de Moçambique, tanto nos destroços que legou ao país quanto na memória do povo moçambicano. Por isso esta questão se encontra bastante evidenciada na obra de Mia Couto.

No conto em estudo, Aboobacar, como grande parte da população, continua vagando sem destino certo. Como quem perdeu o rumo, não compreende mais o seu lugar no mundo. Em Terra Sonâmbula, ao tratar dos efeitos da guerra sobre o povo moçambicano, Mia Couto nos afirma que

“A guerra é uma cobra que usa os nossos próprios dentes para nos morder. Seu veneno circulava agora em todos os rios da nossa alma. De dia já não saíamos, de noite não sonhávamos. O sonho é o olho da vida. Nós estávamos cegos”. (COUTO, 2007, p. 17)

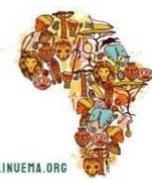


Assim, antes da mordida final, Aboobacar já havia sido mordido por uma outra serpente, e em uma cultura onde o sonho é o olho da vida, Aboobacar perdeu a visão do sonho, a capacidade de sonhar, de ressignificar o seu próprio mundo e de se comunicar com aquele universo a muito habitado por seus ancestrais, o qual não conseguia mais enxergar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto temos que o realismo maravilhoso é a linguagem que Mia Couto encontrou para transmitir a “visão de mundo” africana, apresentando muitas particularidades oriundas da própria cultura que ele quis reforçar e transmitir.

Para dar conta da transmissão dessa cosmovisão que representa o próprio “ser africano”, e dessa forma de ressignificar a realidade pautada em limites que não os ocidentais, Couto se valeu de sua genial habilidade de manobrar os mais diferentes discursos e mesmo a própria língua portuguesa, de forma primorosa e artística, legando aos leitores das presentes e futuras gerações, por meio de sua narrativa, o imaginário africano em suas mais ricas particularidades, contribuindo na construção e fortalecimento da memória e da identidade nacional moçambicana.



## REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Fernanda. **O Conto Moçambicano: Escritas Pós-Coloniais**, Lisboa, Editorial Caminho, 2004.

ANTONIETTI-LOPES, Tania Mara. **O realismo mágico na comunhão estética entre Memorial do Convento e Cem Anos de Solidão**. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2007.

CAMARANI, Ana Luiza Silva. **A Literatura fantástica: caminhos teóricos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

CHABAL, Patrick. **Vozes Moçambicanas: Literatura e Nacionalidade**, Palavra Africana, 1994.

CHIAMPI, Irlomar. **O realismo maravilhoso: Forma e ideologia no Romance Hispano-Americano**. São Paulo: Perspectivas, 1980. (Debates).

COUTO, Mia. **Contos Abensonhados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_, Mia. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DELBAERE-GARANT, Jeanne. Psychic realism, mythic realism, grotesque realism: variations on magic realism in contemporary literature in english. In: ZAMORA, Lois Parkinson and FARIS, Wendy B. (Org.). **Magical realism: theory, history, community**. Durham & London, p. 249-263, 1995.

PÓVOA CULTURAL. Entrevista a Mia Couto. **Correntes d'escrita**. Disponível em: <http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/pelourocultural/areas-de-accao/correntes-d-escritas/edicoes-anteriores/correntes-descritas-2008/entrevistas-aos-escritores/entrevista-a-mia-couto>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

SPINDLER, William. **Realismo Mágico: Uma tipologia**. Tradução de Fabio Lucas Pierine. Magic realism. Fórum for modern language studies, Oxford, n. 39, p. 75-8



## RESISTÊNCIA E SUBVERSÃO: Mulheres no reggae de São Luís

Thalisse Ramos de Sousa – (INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO)<sup>76</sup>

**RESUMO:** Sabe-se que em São Luís, o reggae é um movimento cultural bastante representativo para vários atores da cidade, principalmente para periferia negra. Apesar da origem Jamaicana, o reggae foi apropriado e ressignificado pelos ludovicenses, que desenvolveram uma relação de identidade cultural e afetiva com o ritmo. A presente pesquisa analisa a atuação feminina no reggae de São Luís, considerando que “elas” sempre tiveram uma participação efetiva no movimento, porém invisibilizada. A análise se pauta teoricamente nos conceitos de gênero, identidade e memória, considerando os múltiplos aspectos da atuação e papéis desempenhados pelas mulheres regueiras. Para tanto, foram utilizadas fontes orais e escritas. Os dados aqui expostos foram coletados através de entrevistas com mulheres e homens que participam das atividades do movimento desde o final da década de 70/ início dos anos 80 ou atuam na cadeia produtiva do reggae ludovicense. Nesta análise buscou-se compreender o protagonismo feminino através das representações sociais da mulher no movimento e das relações de poder estabelecidas entre seus partícipes, homens e mulheres.

**Palavras-chave:** Resistência. Reggae. História das Mulheres. Gênero.

**ABSTRACT:** It is known that in São Luís, reggae is a very representative cultural movement for various actors in the city, mainly for the black periphery. Despite its Jamaican origin, reggae was appropriated and reframed by Ludovic people, who developed a relationship of cultural and affective identity with the rhythm. The present research analyzes the feminine performance in the reggae of São Luís, considering that “they” always had an effective participation in the movement, however invisible. The analysis is theoretically based on the concepts of gender, identity and memory, considering the multiple aspects of the performance and roles played by women from the region. For this, oral and written sources were used. The data exposed here were collected through interviews with women and men who have participated in the movement's activities since the late 70s / early 80s or work in the Ludovicense reggae production chain. In this analysis, we sought to understand female protagonism through the social representations of women in the

<sup>76</sup> Mestra pelo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIST (Uema). Professora do IFMA – Instituto Federal do Maranhão – Campus Centro Histórico. [thalisse.sousa@ifma.edu.br](mailto:thalisse.sousa@ifma.edu.br)



movement and the power relations established between their participants, men and women

**Keywords:** Resistance. Reggae. History of Women. Genre.

Segundo Perrot (2007), as mulheres exerceram domínios no cotidiano, nos bastidores, escapando da dominação masculina através de micropoderes, como os maternais, sociais, de sedução, e sobre outras mulheres, afastando-se, assim, da ideia universal de passividade feminina. No início do movimento, as mulheres do reggae utilizavam de astúcia e a engenhosidade para garantir sua participação nas festas. Certeau (2005) percebe esse movimento cotidiano como “artimanhas do sujeito ordinário” necessárias para superação da opressão.

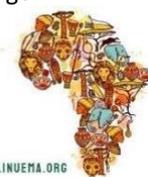
O entrevistado Cláudio Adão<sup>77</sup> explica que os homens já saiam de casa sabendo que deveriam “bançar” as mulheres, “Elas colavam na gente, às vezes o cara bancava a garota e as amigas da garota, ficava feio para ele se não fosse assim. Era tudo muito natural, elas iam chegando, nós já íamos acolhendo dando bebida, oferecendo cigarro. Se o cara tivesse afim da garota ai mesmo que rolava”. Esse comportamento expressa o modelo comportamental masculino de provedor, o detentor do capital, enquanto à mulher, estariam destinadas a subalternidade e dependência. Por outro lado, a fala de Paulo Caribe relativiza a ideia de subalternidade nessa prática de consumir às custas dos homens. “Elas chegavam na gente, pegavam cerveja, cigarro, conhaque, catuaba. Tu ficava naquela expectativa, mas ela já estava de olho em outro. Entendeu a esperteza? O cara pagava cerveja a noite todinha e ela sai com outro... entendeu”.

A partir dos anos 90, a prática de cobrança pela entrada feminina foi implantada. Nas festas, os preços pagos nos ingressos eram diferentes entre homens e mulheres. Elas chegavam a pagar até 3 vezes menos, eram valores simbólicos, porém, essa prática também caiu em desuso e atualmente passaram a ser cobrados os mesmos valores para homens e mulheres. Esse comportamento reflete as mudanças sociais quanto ao comportamento financeiro da mulher ao longo desse tempo, o que inclui a maior empregabilidade feminina.

Embora com a emancipação econômica, algumas festas ainda oferecem entrada gratuita às mulheres, um apelo à presença feminina nos salões, muitas vezes utilizada como jogada de marketing, já que a presença de mulheres é um estímulo à presença de homens, e a presença de homens é associada ao lucro, tanto por pagamento de entradas quanto pelo

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida em 23/06/16. Cláudio Adão é diretor presidente da Ong Grupo de Dança Afro Malungo. Regueiro antigo desde os anos 80.



consumo de bebidas, portanto, ambas presenças são muito importantes para os empresários, mas principalmente a mulher pelo seu poder de atração, o que acarreta em lucro. O empresário George Andrey, que atua no segmento de radiola e bar, informa que é consciente da emancipação econômica das mulheres do reggae, mesmo assim ele faz questão de manter a liberação da entrada feminina durante determinado horário para fidelizar este público.

Tenho mulheres que todo sábado estão no Rotatória, são figurinhas carimbadas, elas se esforçam para chegar mais cedo e pegam a liberação. Depois de certo horário, homens e mulheres pagam o mesmo valor para entrarem. Considero as mulheres um público importantíssimo, têm algumas festas que elas são maioria, elas chegam junto no bar e quando gostam do local são fiéis. É lógico que a presença delas atrai muitos homens o que também é importante. Teve uma mudança radical nas mulheres, elas estão muito independentes e reclamam até menos que os homens na hora de pagar as contas. (George da Companhia – empresário)

São comuns anúncios machistas na publicidade de algumas festas de reggae, com slogans do tipo: “as primeiras 200 cervejas e mulheres são liberadas”. Trata-se de liberar a entrada e não as mulheres em si, mas a frase dúbia coloca as mulheres como objeto de satisfação do prazer masculino e as equipara à mesma condição inanimada da cerveja. Nos exemplos como “Mulheres e Cerveja no balde” e “Gatinhas totalmente free”, aparece o tom pejorativo dos jargões publicitários usados no reggae de São Luís, que muitas vezes são reforçados pelos apresentadores nos programas de rádio, com chamadas do tipo: “não perca, gatinhas liberadas, escolha a sua”. Nessas publicidades há uma mudança na carga semântica em que a imagem da mulher é explorada para auferir lucro por parte dos produtores de evento.

A figura feminina na mídia é constantemente apresentada em analogia à submissão, reforçando ideias machistas. Antes eram as “Amélias” que apareciam na Tv vendendo produtos e utensílios domésticos, corroborando com o discurso que “serviço doméstico é coisa de mulher”, com o passar do tempo a mulher passou a ser o “próprio produto”. A imagem da imagem do corpo feminino associada ao produto vende sensação de prazer ao consumidor, a mulher é representada com subserviência, como sinônimo de prazer masculino.

As chamadas publicitárias, com duplo sentido, infelizmente são comuns no marketing das festas do movimento reggae, e, no atual contexto, tais publicidades não incomodam algumas entrevistadas, que descartam o machismo implícito nas frases e encaram como um mecanismo de promoção igual a qualquer outro: “Eu sempre chego após o horário da promoção, então sempre pago, nem ligo para essas chamadas, não vejo grandes vantagens, pago menos na porta e compro cerveja cara lá dentro, é uma coisa pela outra” (Rosalina – cabelereira). Algumas dizem que se sentem até mais confortáveis pagando integralmente sua própria entrada. Gostam de obter lazer com seu próprio dinheiro, porém “tem que facilitar



para aquelas que ganham pouco e qualquer trocado vai pesar, muitas são sozinhas, mas eu sempre pago porta cheia, porém penso nelas” (Alessandra – modelo).

Todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa possuem renda própria, a maioria iniciou sua labuta bem jovem, entre 10 ou 12 anos, algumas são integralmente responsáveis pelo sustento de sua prole. Também não se pode deixar de considerar a problemática relação entre gênero, classe e etnia, em que as mulheres pobres e negras no Brasil ocupam uma posição inferior na escala social, operacional e de renda, sendo relevante considerar a situação sociocultural desse grupo.

### A NOITE DA BELEZA NEGRA

Nepomuceno (2012), em seu artigo *Mulheres Negras Protagonismo Ignorado*, faz um resgate da trajetória das mulheres negras no Brasil para explicar como resquícios do colonialismo influenciaram na condição de vulnerabilidade social dessa categoria de mulheres até os tempos atuais. A autora relata que homens e mulheres ainda necessitam de equiparação em muitos pontos, porém, a luta feminista já apresenta avanços. A questão central é “nem todas as mulheres partiram do mesmo ponto e andaram no mesmo passo”. Historicamente, no Brasil, as mulheres negras tiveram uma vida bem diferente das mulheres brancas. No pós-abolição, apesar da igualdade jurídica, permaneciam os preconceitos e discriminações, além das desigualdades de oportunidades.

A chegada do novo século encontrou-as trabalhando como pequenas sitiantes, agricultoras, meeiras, vendedoras de leguminosas e demais produtos alimentícios nas ruas das cidades brasileiras. Muitas delas viviam em lares sem a presença masculina, chefiando a casa e providenciando o sustento dos seus. Outras trabalhavam para famílias de mais posses como criadas para todo serviço. Algumas haviam conseguido acumular patrimônio, formar núcleos familiares estáveis. Ao contrário do prescrito para mulher da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público. (NEPOMUCENO, Bebel. 2012, p.383).

A presença negra incomodava as elites dominantes, que nesse momento viviam um projeto civilizatório que visava o embranquecimento da população a fim de imitar os padrões europeus. Assim, os negros sofreram perseguição na sua forma de vestir, trabalhar, curar, cultivar e divertir, tudo relacionado ao negro era desclassificado. A elite estava insatisfeita com o povo negro e miscigenado, e, na tentativa de eliminar de vez esses fenótipos “não puros”, importou mão de obra de imigrantes europeus brancos que atuaria em substituição à mão de obra negra, que aos poucos deveria tornar a população “europolizada”. O trabalho de afrodescendentes foi preterido pelos ex-senhores em relação ao trabalho dos imigrantes, isso



marginalizou o trabalho dos negros dificultando de todas as formas sua inserção na nova sociedade livre. É o começo de um longo processo de exclusão e de desigualdades, que atingiu diretamente a mulher negra.

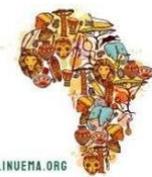
Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. (CARNEIRO, Sueli. 2001.p.4)

Dados deixam evidente que a discriminação sexual se agrava quando associada à discriminação racial. A condição das mulheres negras é pior que a condição das mulheres brancas, que, por sua vez, é pior que a condição dos homens. A educação poderia ser uma ferramenta de mobilidade social, mas esse é um direito que historicamente lhe tem sido subtraído. Na colônia e no império as escravas não tinham acesso à escola. No início da república, as meninas negras, quando eram aceitas em decorrência do escasso número de escolas públicas, logo abandonavam por conta do preconceito. Atualmente, as taxas de analfabetismo são maiores entre as mulheres negras e estas também são minorias nas universidades, sendo recorrentes os casos de evasão em decorrência da necessidade de desenvolver uma atividade remunerada.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, Sueli. 2001, p.5)

A mulher negra vive um perigoso ciclo de vulnerabilidade social com baixos salários, altas jornadas de trabalho e pouca escolaridade. Esse ciclo tem se perpetuado nas gerações seguintes, limitando as possibilidades de atuação desse grupo. Essa é a realidade de muitas regueiras que buscam no ritmo momentos de lazer, prazer e alívio para sua dura jornada.

Assim como na maioria dos lugares, no reggae os atributos físicos das mulheres são bem valorizados. Um momento de grande ênfase do corpo feminino são os concursos de



beleza negra, onde as mulheres realçam traços diacríticos com o propósito de reforçar uma identidade negra, que no ambiente do reggae é muito valorizada. Esses concursos inicialmente foram promovidos pelo Centro de Cultura Negra, divulgando a cultura africana e tentando promover o empoderamento da mulher negra, depois passou a acontecer em vários clubes, promovidos pelos proprietários ou por entidades ligadas ao movimento, a exemplo do GDAM – Grupo de Dança Afro Malungo. Uma das entrevistadas atuou vários anos como modelo, ganhou vários concursos de beleza negra e atualmente, devido à sua vasta experiência, organiza concursos dessa natureza quando solicitada e defende que os concursos tenham um cunho educativo, contemplando elementos extra estética.

O clube de reggae Espaço Aberto ficou conhecido por lendários concursos. A cada ano ampliavam sua estrutura, investindo cada vez mais em decoração, premiação e promoção. Segundo Dona Raimundinha, proprietária e uma das pioneiras desse tipo de evento, sua atuação inovou a forma como os concursos eram feitos em São Luís, dando toques de “sofisticação e requinte”, em algumas edições houve até a contratação de um profissional para ministrar aulas de etiqueta, boas maneiras e passarela às participantes do evento. “Eu via o concurso de miss na televisão e me perguntava por que não fazer com a mulher negra? Por que não fazer no reggae? O regueiro merece o melhor. Assim fizemos e foi sucesso total”, diz ela. Após algumas edições os homens passaram a participar do concurso e era feita a escolha do mister beleza negra.

Segundo D. Raimundinha, ao longo dos anos, o evento foi sendo aprimorado, incorporando serviços de maquiagem, figurino, decoração, iluminação etc. Conforme as entrevistas, imagens dos jornais e as matérias, infere-se que, mesmo não havendo roupas, turbantes, danças ou elementos referentes à cultura afro, pelo contrário, tudo acontece “a la América”, os concursos contribuíam para a valorização da beleza negra, estimulando a autoestima e reforçando elementos de identidade relacionados à negritude no reggae como demonstra a modelo Alessandra:

Minha tia já tinha participado de vários concursos e me chamou para participar também. Na época eu já estava fazendo o curso de modelo, só que eu era medrosa e aí eu falei: *ah! Tia eu não sei se vai acontecer essa história de ir pro concurso, porque pra mim é muito turbulento e essas meninas são todas bonitas e eu não me acho bonita.* Eu tinha um problema sério com beleza. Com aceitação. Eu não me achava bonita. Achava minha boca muito grande. Para mim meu cabelo não era legal, era ruim. Mas ela pegou e me escreveu no Concurso de Beleza Negra do Espaço Aberto, foi o último que teve lá, isso em 2005. Eu fiquei em segundo lugar e mas terminei encantada com a experiência. O Espaço Aberto lotado, todas as pessoas olhando para gente. Tudo lindo e decorado. Foi uma noite perfeita. É super encantador, meu Deus... foi muito bonito. Depois daquela noite eu passei a me valorizar, a me achar bonita. Já ganhei vários concursos. Nunca pensei que eu



chegaria onde cheguei hoje. Atualmente eu me sinto uma negra linda e organizo concursos para outras meninas negras também se sentirem assim.

As garotas e, posteriormente, os casais campeões eram eleitos não só pelos critérios estabelecidos na ficha de jurados, mas também pela representação que aquela imagem teria para o reggae. O entrevistado Paulo Caribe já foi jurado em um concurso de beleza negra e conta que os traços diacríticos eram atributos favoráveis, porém, em meados da década de 90, os jornais apontavam uma variação no estilo de concurso. Vários bares e entidades promoviam concursos de beleza reggae, não necessariamente beleza negra, ampliando a participação de garotas não negras e a valorização de padrões estéticos hegemônicos, possivelmente refletindo a inserção de brancos no movimento reggae.

Com a intenção de neutralizar a hierarquia das cores, a mulata seria o eufemismo para um discurso hostil construído entre extremos de corpos feios e nojentos ou corpos sensuais e lascivos, racismo disfarçado de inclusão. Seria o limiar entre corpos desejáveis e corpos indesejáveis. Nas campanhas nacionais, a mulata ícone de brasilidade, representaria a falsa harmonia entre as raças. Na passarela do reggae não deve estar o “outro”, deve estar a representação do coletivo, as campeãs do concurso de beleza negra provocam reconhecimento. Segundo Giacomini (1994, p.226), o palco, em vez de desempenhar o lugar de um outro, diferente, é, antes de mais nada, e sobretudo, o lugar onde se representa a identidade da comunidade reunida.

É lógico que um monte de mulher negra bonita junto chama atenção, mas são as atitudes e o empoderamento que nós queremos mostrar. Muita gente não estranha nosso visual, mas muitos do reggae ainda se chocam com o fato de bebermos cerveja a noite toda com nosso dinheiro e num grupo formado apenas por mulheres. **Queremos mostrar mesmo o poder de toda nossa ancestralidade e o reggae nos ajuda nisso.** Todas as mulheres podem e devem se amar. Nós chegamos junto e *somos as donas da festa.* (Alessandra, grifo nosso)

Assim como no relato acima, no qual Alessandra valoriza o grupo ao qual pertence, através dos adjetivos *negras e bonitas*, é visto pela análise do discurso dos entrevistados muitas situações de empoderamento negro, a exemplo: o termo mulata em nenhum momento foi usado, muitas mulheres expressam sua ligação com o reggae e com a negritude através de cabelos naturais, tranças, dreadlocks, roupas coloridas com as cores do reggae, boinas, turbantes, pulseiras, camisetas e brincos. Percebe-se, neste caso, o fortalecimento da identidade da mulher negra através do movimento reggae, uma identidade assumida, fluida, em constante processo de afirmação.



## CONCURSOS DE DANÇA

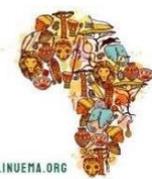
A principal motivação para as mulheres participarem das festas é a possibilidade de dançar. Além de ser uma ótima opção de lazer, entretenimento e paquera, dançar bem, no meio regueiro, confere status, diferencia, eleva, destaca homens e mulheres dentre os demais, afinal todos querem ver e serem vistos. Essas disputas tácitas geraram disputas declaradas, ou seja, os concursos de dança, prática muito comum até os dias atuais, são eventos muito esperados e prestigiados pelos regueiros. As finais de concurso sempre atraem um grande público, motivo pelo qual as radiolas e clubes os promovem constantemente. Contudo, apesar dessa prática persistir até os tempos atuais, ocorre cada vez com menos frequência.

Nas entrevistas constam relatos opostos sobre a participação feminina nos concursos. Alguns homens entrevistados recordam que “bem no comecinho do reggae” as mulheres participavam do concurso de dança e eram avaliadas muito mais por seus atributos físicos do que por sua desenvoltura, e o prêmio era dado apenas ao homem, mesmo o concurso sendo disputado em par. Era “ele” quem ganhava a camiseta, o microsistem, a caderneta de poupança, ou qualquer que fosse o prêmio. Conforme expressão usada pelos regueiros entrevistados, os homens que “benevolentemente” davam uma “ponta” para parceira, sempre ficando com a maior parte. Esses depoimentos reforçam as constatações de Silva (1995):

Houve concurso, também, em que o prêmio era uma viagem a São Paulo, para o vencedor se apresentar em alguma festa dançante e fazer demonstrações do reggae maranhense. Isso gerou alguma confusão, porque só o rapaz recebia o prêmio e a garota não. Tal fato é explicável por esse aspecto interessante nos concursos de dança: a observação se dá muito sobre os dançarinos masculinos. As dançarinas raramente se destacam. Curiosamente, não consegui encontrar nenhuma mulher que seja considerada importante como dançarina de reggae (...) No caso do reggae, as mulheres não entram sozinhas nos concursos de dança e são disputadas muito mais pelo visual do que como dançarinas. (SILVA, 1995, p. 62-103)

Já os relatos das mulheres rememoram a participação feminina de outra forma, também recebendo o prêmio e tendo tanto peso quanto os homens para o resultado final da disputa. Há, portanto, duas versões para a mesma situação. Rosa Amélia, lembrando suas vitórias na dança, reforça:

Eu danço nesse reggae antes mesmo de chamarem reggae de reggae, sempre dancei bem, sempre fui disputada, sempre eu quem escolhia os homens. Não me arrumava toda botando roupa nova para dançar com qualquer um não. Sou preta saliente. Sempre fui. Eu ganhei muitos concursos e recebi o mesmo prêmio que meus



parceiros em todos, dos de antigamente aos mais atuais. Era de igual para igual. (Rosa Amélia<sup>78</sup> - dançarina premiada)

Rosa Amélia é muito conhecida no meio regueiro por suas inúmeras vitórias em concursos de dança. Ela goza de prestígio no meio regueiro e seu nome, juntamente com o de Sheila, foi bastante citado entre os homens e as mulheres entrevistadas. Nana Roots também acumula várias vitórias nas disputas de dança, chegando a apresentar-se até em Brasília. Ela explica que o mérito da vitória decorre da boa performance do casal, avaliado pelos mesmos parâmetros e recebendo a mesma premiação, seja dinheiro ou troféu.

Não, não. Era de igual pra igual! O homem tem que dançar e mulher tem que saber se adaptar ao ritmo do homem. Eu não lembro disso não. Até porque recentemente eu ganhei o concurso aqui no Black Star e eu não era mais aquela belezinha da década de 90. E eu ganhei, meu parceiro sabia dançar escadinha e eu ganhei.

Ainda sobre a execução da dança, a cantora Célia Sampaio defende ser mais complexo para a mulher, pois o homem deve apenas saber conduzir os passos e a mulher deve adaptar-se aos passos dele, o que exige além da execução de movimentos, destreza e agilidade na previsão de quais movimentos serão realizados por parte do condutor. Alguns regueiros entrevistados se contrapõem a essa ideia de igualdade na dança.

O homem se esforça mais para aprender a dançar, a mulher já tem o corpo mais solto, então ela não precisa se esforçar muito. O homem não, ele se esforça, quer sempre mostrar um gingado diferente, fica ensaiando em casa. Por isso, quando tem um concurso, ele se destaca mais. Mas tem muita garota que dança o reggae muito bem. *Acontece também que o cara não quer ser levado por ela.* Ele é que vai dizer os passos da dança... Então por isso ele aparece mais. Mas o cara sabe qual é a garota que dança bem, então quando tem um concurso, ele vai puxar a garota que dá certo de dançar com ele também... (DONATO apud SILVA, 1995, p.98)

As distintas lembranças entres homens e mulheres podem ser problematizadas através das teorias da memória de Maurice Halbwachs (1989). Para o autor, as diferentes lembranças entre pessoas que vivenciaram os mesmos fatos ocorrem em decorrência da força dos diferentes pontos de referência que estruturam a memória e caracterizam a memória coletiva. Estes pontos podem ser músicas, culinária, tradições, paisagens e evidentemente os monumentos, a que Pierre Nora classifica de lugares de memória. O autor coloca a capacidade de seletividade da memória, considerando que as memórias individuais estariam em constante “disputa” com as memórias coletivas.

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida em 25/08/15, em sua residência, próximo à sua exposição de certificados do reggae (incluindo os vários de melhor dançarina e outros de honra ao mérito).



Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 1989, p. 3)

Ou seja, no “jogo da memória”, Halbwachs (1989) enfoca que havendo concordância e quantidades de pontos de contato suficientes, as memórias podem apresentar uma base comum, caso contrário, cada sujeito reconstruirá sua participação de forma particular, considerando a história social individual, podendo relatar de inúmeras maneiras em função do contexto no qual está envolvido. Assim sendo, as narrativas pessoais devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. No caso dos concursos de dança, as mulheres lembram daquilo que é mais significativo para elas, sua participação satisfatória ao ponto de conquistar a vitória, já os homens rememoram os mesmos fatos destacando o protagonismo masculino, pois são os pontos que consideram relevantes para afirmar sua superioridade. Nessa mesma perspectiva,

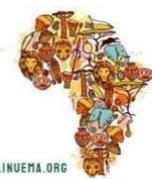
A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. (PORTELLI, 1996, p. 3)

Portanto, tratando-se de história oral, não existe um fato histórico dado e acabado, existem vivências que são lembradas, mais significativo que o fato é a representação que ele gera sobre os sujeitos sociais. As memórias são um mosaico social e cada pessoa contribui a partir de um dado lugar social: “Não sei a verdade, sei apenas do que vivi”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher regueira, em sua grande maioria, pertence às classes populares, e estas sempre trabalharam, desenvolvendo atividades remuneradas ou não, de onde se conclui que o reggae sempre foi frequentado por mulheres trabalhadoras. Seu perfil de trabalho não foi alterado. Elas continuam desenvolvendo profissões desvalorizadas, com longas jornadas de trabalho e baixas remunerações, grande parte na informalidade, destituída de direitos trabalhistas.

Mesmo com o passar do tempo, a mulher negra ainda encontra dificuldades no processo de inclusão social e adesão ao mercado de trabalho, os ideais de “boa aparência” são os ideais europeus. No final dos anos 80, por pressões do movimento negro foram feitos



estudos que apontaram as fragilidades do mercado de trabalho para as mulheres negras, as quais estão concentradas em profissões tradicionalmente femininas, menos remuneradas, sub-representadas em cargos de chefia, gerência ou planejamento. Em 2007, foram identificadas as maiores taxas de desemprego, maior tempo médio de busca de emprego, saída tardia de força de trabalho e menor cobertura previdenciária. (NEPOMUCENO, 2012)

Sueli Carneiro (2012) propõe feminização do movimento negro e enegrecimento do movimento feminista, para atender às demandas da mulher negra, que, devido seu contexto histórico, tem pautas específicas. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão. Sociedades latinas têm o machismo e o racismo no próprio processo de estruturação social. Não basta superar a hegemonia masculina, é necessário combater a inferioridade atribuída ao povo negro. Como as mulheres negras irão ocupar altos cargos se as representações sociais e midiáticas as colocam em condições subalternas? As variáveis gênero e raça são indissociáveis para transformação social.



## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Publicado em espanhol na revista LOLA Press nº 16, novembro 2001

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa**: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. 308p.

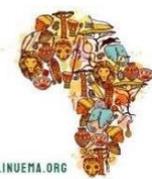
HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC; 2005

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**, Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Rio de Janeiro. 1996.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da Terra das primaveras à ilha do amor**: reggae, lazer e indentidade cultural. São Luís: EDUFMA, 1995.



## MONITORES

ALDA EUNICE REIS  
SANTOS ANDERSON  
MORAES FERREIRA  
CARLOS ALBERTO FERNANDES SOUSA  
JÚNIOR CARLOS DANIEL DIAS LISBOA  
CARLOS HENRIQUE BOTELHO ALBUQUERQUE  
UCHÔA DANILO CARNEIRO SILVA  
DAVID MENDONÇA DO NASCIMENTO  
EVELYN SILVA FONSECA  
FILIPE NUNES CHAVES CAMPOS  
IASMIN CARVALHO FERREIRA  
DOROTH IGOR SANTOS CARNEIRO  
ISRAEL CUTRIM DINIZ RODRIGUES  
KLEBER LUAN ARAGÃO MENDES  
FERREIRA LARYSSA GOMES PIMENTA  
LEINA GONÇALVES GOES  
LUCAS VICTOR QUARESMA BARBOSA  
LUDIMILA SOARES MELO  
MARIA CLARA COELHO  
MARTINS NAYARA DE FATIMA  
NUNES SANTOS PAMELLA  
FERREIRA PAIVA  
RAUL MATHEUS DO VALE  
COSTA RUAN MATHEUS  
MARTINS COSTA SIMONE  
LARA ALVES SAMPAIO  
TEREZA RAQUEL BAIMA  
MENDES  
VICTÓRIA KARINE MATTOS DOS SANTOS

